

**CRISTINA COSTA  
(ORG.)**

**COMUNICAÇÃO  
E LIBERDADE  
DE EXPRESSÃO**

**ATUALIDADES**

Cristina Costa  
(org.)

**Comunicação  
e Liberdade de Expressão:  
Atualidades**

1ª. edição  
2016

ISBN  
978-85-7205-164-4



# **Comunicação e Liberdade de Expressão: Atualidades**

Cristina Costa  
(org.)

Adilson Citelli, Afonso Antônio Machado, Ana Cabrera, Andrea Limberto, Cláudia Nonato, Cristina Costa, Elias Thomé Saliba, Fernando Pachi Filho, Francisco Rui Cádima, Ivan Paganotti, Lia Amaral, Lúcia Maria Salvia Coelho, Paulina Numhauser, Mayra Rodrigues Gomes, Walter de Sousa.



Escola de Comunicações e Artes da USP  
2016

## **Expediente**

Reitor da USP  
Prof. Dr. Marco Antônio Zago

Vice-Reitor  
Prof. Dr. Vahan Agopyan

Diretora da ECA-USP  
Profa. Dra. Margarida Maria Krohling Kunsch

Vice-Diretor da ECA-USP  
Prof. Dr. Eduardo Henrique Soares Monteiro

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação  
Prof. Dr. Eneus Trindade

Chefe do Departamento de Comunicações e Artes da ECA-USP  
Profa. Dra. Maria Cristina Palma Munglioli

## **Expediente da publicação**

Organização: Cristina Costa  
Edição: Andrea Limberto  
Capa, fotografias e digitação: Andrea Limberto  
Editora: Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA-USP)

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

C741c                    Comunicação e liberdade de expressão : atualidades / Cristina Costa (org.) ;  
                                 Adilson Citelli ... [et al.] – São Paulo: ECA-USP,  
                                 2016.  
                                 216 p.

ISBN 978-85-7205-164-4

1. Liberdade de expressão 2. Censura 3. Comunicação I. Costa, Maria Cristina  
Castilho II. Citelli, Adilson.

CDD 21.ed. – 323.443

# SUMÁRIO

<b>Apresentação – Maria Cristina Castilho Costa e Andrea Limberto</b>	<b>07</b>
<b>Parte I – Liberdade de expressão: variantes</b>	<b>09</b>
(1) Censura em cena: a “partilha do sensível” revela a arte como força política / Cristina Costa	10
(2) Entre homologia e hegemonia: classificações indicativas e geração de saber / Mayra Rodrigues Gomes	20
(3) Humor e tolerância, intolerância ao humor / Elias Thomé Saliba	36
(4) Educação e politicamente correto / Adilson Citelli	51
(5) O que há por trás das hashtags: a análise de imagens postadas por atletas no Instagram / Afonso Antônio Machado	60
<b>Parte II – Liberdade de expressão: contextos</b>	<b>75</b>
(6) Análise social da censura no universo da criação teatral / Lúcia Maria Salvia Coelho	76
(7) Historiografía andina y “libertad de expresión” en la academia / Paulina Numhauser	82
(8) Os media e o pluralismo em Portugal / Francisco Rui Cádima, Luís Oliveira Martins e Marisa Torres da Silva	99
(9) Liberdade de expressão na produção científica / Lia Amaral	116
(10) A crise das democracias e a liberdade de expressão / Ana Cabrera	131

<b>Parte III – Liberdade de expressão: experiências</b>	<b>141</b>
<b>(11) O tabu da censura nos tribunais: interesses, argumentos e mecanismos de controle da liberdade de expressão / Ivan Paganotti</b>	<b>142</b>
<b>(12) Claro, escuro e tons de cinza: nuances da censura sobre a linguagem / Andrea Limberto</b>	<b>156</b>
<b>(13) Vigilância à produção teatral no Brasil durante o início da Guerra Fria (1945-1960): a tradição da tesoura estatal e os novos métodos de “inteligência” / Walter de Sousa</b>	<b>172</b>
<b>(14) Liberdade de expressão e seus limites: agressões, ameaças e mortes como forma de censura a jornalistas / Claudia Nonato</b>	<b>188</b>
<b>(15) Interdições à expressão de jornalistas nos meios de comunicação: uma divisão do trabalho de interpretação / Fernando Pachi Filho</b>	<b>202</b>
<b>Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura da Universidade de São Paulo (OBCOM-USP)</b>	<b>215</b>

## APRESENTAÇÃO

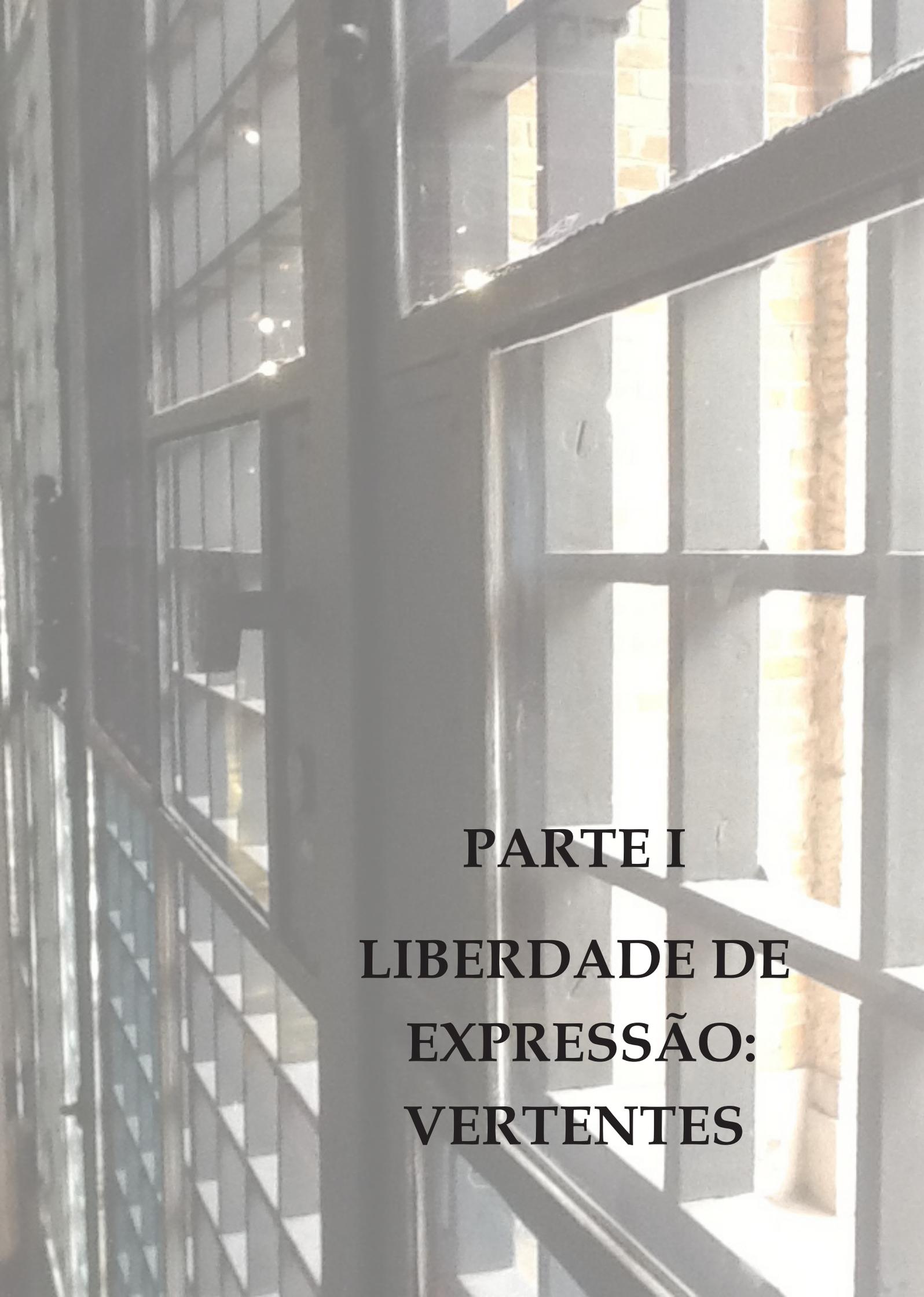
A presente obra é resultado do III Simpósio Comunicação, Liberdade de Expressão na Atualidade realizado em novembro de 2015 pelo Núcleo de Apoio à Pesquisa Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura da Universidade de São Paulo (OBCOM-USP), tendo por sede o Centro de Pesquisa e Formação do Sesc de São Paulo (CPF-SESC/SP). Naquele momento tivemos importante contribuição para debater os caminhos e tendências da liberdade de expressão hoje, que se verifica e se formaliza com os textos aqui presentes. Tendo como fonte de nossos estudos o Arquivo Miroel Silveira, sob guarda da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da USP, constituído por mais de seis mil processos de censura prévia ao teatro em São Paulo, acreditamos haver um compromisso histórico com a temática. Temos por objetivo o estudo das formas oficiais e não-oficiais de censura que impedem o livre fluxo da informação pelo espaço público. Os artigos aqui presentes trazem diferentes perspectivas sobre impedimentos e interdições ao livre curso das informações, do conhecimento e da produção cultural e artística na sociedade contemporânea.

De acordo com a afinidade e procurando fazer com que os textos continuem conversando entre si, nós os dividimos em três partes que abarcam as vertentes teóricas, os contextos e as experiências envolvendo a liberdade de expressão na atualidade. Na primeira parte, reunimos ensaios que abordam teorias nas áreas de comunicação, linguagem, história, educação e estudos sobre o corpo. Em relação aos contextos, procuramos reunir trabalhos mais abrangentes que tratam da liberdade de expressão e da censura em Portugal, Espanha e países andinos, com incursões pela psicologia e pela divulgação científica. Por fim, no que tange às experiências, reunimos textos que relatam casos recentes que se situam na área do direito, nos estudos de mídia e na prática jornalística. Tais estudos enfrentam os embates em torno da liberdade de expressão e do controle da produção cultural e artística, bem como os recursos que podem ser utilizados para superá-los.

Para lançamento deste livro, escolhemos o Seminário Privacidade, Sigilo e Compartilhamento, que realizamos em novembro de 2016 juntamente com o SESC-SP e o Instituto Palavra Aberta, nas dependências do Centro de Pesquisa e Formação do CPF SESC-SP, por considerarmos que se trata de um desdobramento do debate engendrado anteriormente e configurado no corpo da presente obra. Esperamos assim dar continuidade a nossos propósitos e à discussão em

torno desse objeto que ganha importância a cada dia: a defesa da liberdade de expressão. A necessidade do debate, do diálogo e de busca por caminhos em termos de garantias de direitos é premente e esperamos que os artigos aqui publicados possam dialogar com cada um que por eles se interesse.

*Cristina Costa*  
*Andrea Limberto*



**PARTE I**  
**LIBERDADE DE**  
**EXPRESSÃO:**  
**VERTENTES**

# Censura em cena: a “partilha do sensível” revela a arte como força política

Cristina Costa<sup>1</sup>

Walter de Sousa<sup>2</sup>

A *Semente* é, ora implícita ora explicitamente, uma obra claramente subversiva; desobediente aos preceitos legais do país, com intenção de demolir o regime democrático brasileiro, cuja estrutura jurídica é solidamente definida.

Parecer dos censores Nestório Lips, Dalva Janeiro e Willy de Paula Teixeira à peça *A Semente*, de Gianfrancesco Guarnieiri (19 de abril de 1961).<sup>3</sup>

Apenas setenta anos depois da abolição da escravatura é natural que subsistam ainda, entre os negros, ressentimentos profundos e parece-nos que a exposição deles à luz do dia seria mais salutar, de acordo com as noções modernas de psicologia, e conforme a opinião de um dos três censores encarregados de examinar a peça, do que medidas de repressão drástica do pensamento.

Carta do presidente da Associação Brasileira de Críticos Teatrais à censura sobre a peça *Sortilégio*, de Abdias do Nascimento (1 de julho de 1953).<sup>4</sup>

---

1 Doutora em Ciências Sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH-USP), Livre Docente em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA-USP), Professora Titular em Comunicação e Cultura na mesma Unidade, Coordenadora do Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura da USP (OBCOM-USP). cricast@usp.br.

2 Doutor e Mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP), pesquisador do OBCOM-USP. Atuou como docente no curso de Especialização em Gestão da Comunicação e em Educomunicação da ECA/USP, e como conteudista e tutor no curso de EAD de Sociologia do Centro Universitário Belas Artes (SP). Coordenou o Grupo de Pesquisa em Culturas Híbridas no Centro de Pesquisa e Formação do SESC-SP. waltersousajr@hotmail.com.

3 Parte do processo DDP 5157 do acervo do Arquivo Miroel Silveira (ECA/USP).

4 Parte do processo DDP 3976 do acervo do Arquivo Miroel Silveira (ECA/USP).

O projeto Censura em Cena, coordenado pelo Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (OBCOM-USP), da Escola de Comunicações e Artes da USP, iniciado no segundo semestre de 2015, fez duas leituras dramáticas<sup>5</sup> de textos teatrais vetados pelo Serviço de Censura do Departamento de Diversões Públicas do Estado de São Paulo (DDP): *A Semente*, de Gianfrancesco Guarnieri e *Sortilégio*, de Abdias do Nascimento. Essas peças fazem parte do acervo do Arquivo Miroel Silveira, pertencente à Biblioteca da ECA/USP e as leituras devem incluir outras 12 peças vetadas.

A proposta do projeto é, portanto, tirar a obra de arte do limbo em que a colocou o poder, a censura, a vigilância, o controle, e devolvê-la à vida política da cidade para que seja apreciada, para que seu poder transgressor seja revivido. Ele faz culminar, ainda, um histórico de pesquisas sobre a censura de mais de década e meia.

Desde 2000, um grupo de pesquisadores de diferentes formações vem estudando mais de 6.000 processos de censura prévia ao teatro datados do período de 1930 a 1970, pertencentes ao acervo do Arquivo Miroel Silveira, nome dado em homenagem ao professor, diretor, autor, tradutor, entre outras qualificações, responsável por ter resgatado essa documentação do Departamento de Diversões Públicas do Estado de São Paulo (DDP-SP) levando-o para a sua sala no Departamento de Artes Cênicas da ECA/USP. Depois de sua morte, os processos foram levados para a Biblioteca, onde se encontram até hoje, sob guarda autorizada pelo Arquivo do Estado, a quem pertencem legalmente. Com o auxílio de recursos da FAPESP, do CNPq e da própria USP, esse Arquivo vem possibilitando uma ampla pesquisa sobre a censura.

Trata-se de um legado cuja importância é imensurável e que nos mostra que a arte e a cultura brasileiras são um milagre resultante da resistência a séculos de autoritarismo e controle iniciados no período colonial e que persistiram na Monarquia e na República. Do estudo dessa rica documentação pudemos entender a constância e eficiência da tradição censória que ameaçou continuamente a produção artística com vetos, cortes e mutilações promovidos pela tesoura dos censores. Como explicou Renato Ortiz, a censura colaborou para constituir um cenário de produção cultural e artística nacional precário e pouco sustentável.<sup>6</sup>

---

5 As leituras aconteceram no Centro de Pesquisa e Formação do SESC São Paulo, que co-patrocinou os encontros, nos dias 26 de agosto e 14 de novembro sob a coordenação da Prof. Dra. Cristina Costa e sob a direção de Renata Pallottini e de Roberto Ascar. As leituras foram seguidas por mesas de debates que contaram com a participação de Flávio Guarnieri, filho do autor (no primeiro encontro); Profa. Dra. Elisa Larkin Nascimento, viúva do autor e Profa. Dra. Dilma de Melo e Silva, da ECA/USP (no segundo encontro).

6 ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

O estudo da censura desenvolvido nesse período baseou-se em uma metodologia interdisciplinar e plural que reuniu diferentes propostas teóricas e diversas ferramentas de investigação. Utilizamos pesquisa bibliográfica e documental, análise de conteúdo, pesquisa de recepção, questionários, entrevistas e videoentrevistas, além de fazermos uso dos meios de comunicação, do vídeo à Internet, para divulgação das análises e para criar em torno do Arquivo Miroel Silveira um fórum de debate sobre a censura e a liberdade de expressão. Além do desenvolvimento acadêmico do projeto, com a passagem de um projeto individual para outros dois temáticos e, depois, a criação de um Núcleo de Apoio à Pesquisa, instituído junto à Pró-Reitoria de Pesquisa da USP, sob o título de Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (OBCOM-USP), também o cenário político-social que nos cerca ajudou a dar cada vez maior importância ao objeto dessa pesquisa. Com a aprovação da Constituição de 1988 promovendo a extinção dos órgãos estatais de censura e a garantia da plena liberdade de expressão, a censura parecia, finalmente, derrotada, mas o desenvolvimento da comunicação social, das mídias digitais e da comunicação por redes de computadores, assim como a ampliação do espaço de produção artística, fizeram com que novos mecanismos censórios surgissem, colocando em perigo a liberdade conquistada.

Assim, os debates promovidos pelo OBCOM-USP direcionam-se para questões como a regulamentação da produção, veiculação e tráfego de mensagens pelos governos estabelecidos, pelas agências e pelas empresas privadas; a segurança nacional e a espionagem exercida pelas nações umas sobre outras; a defesa das marcas, por um lado, e do público, por outro; a defesa dos direitos autorais, por um lado, e o do direito à informação, por outro; os excessos cometidos pelas agências e meios de comunicação e o controle das redes sociais. À medida que o repúdio à censura se torna cada vez mais unânime, mais complexos se tornam os mecanismos de controle do que se fala, se escreve, se exhibe e se divulga na sociedade.

A fase atual das pesquisas mantém essas abordagens a partir da criação de um acervo de notícias contemporâneas que versam sobre as questões postas acima, a Hemeroteca digital.<sup>7</sup> Trata-se de um trabalho que vem rendendo algumas

7 A metodologia envolve a pesquisa de notícias por meio de sites de busca como o Google e o Yahoo, ou os sistemas de busca disponíveis em portais, sites e blogues jornalísticos com credibilidade. São realizadas buscas a partir das seguintes palavras-chave: liberdade de expressão, censura, interdição, proibição. Entre julho de 2014 a junho de 2015, a bolsista Lina Silva selecionou 166 matérias a partir dos critérios: 1. clareza quanto aos fatos narrados; 2. possibilidade de entender onde, quando e como a interdição se deu; 3. qual foi o setor da sociedade responsável pela ação; e 4. qual sua justificativa. Foi constatada

percepções que fogem ao senso comum sobre a censura, especialmente a de que ela deixa de ser estatal para se tornar privada em função dos novos mecanismos de restrição à liberdade de expressão que não estão nas mãos do poder público.<sup>8</sup> Em paralelo, se desenvolve o Projeto Censura em Cena, em conjunto com o SESC e, mais recentemente, com o apoio da FAPESP.

### **A contribuição de Jacques Rancière**

Em *A partilha do sensível*, Jacques Rancière propõe que o caráter político das manifestações artísticas derive do que ele chama de *regime das artes* (grifo nosso) ou um “modo de articulação entre maneiras de fazer, formas de visibilidade dessas maneiras de fazer e modos de pensabilidade de suas relações” (RANCIÈRE, 2009: 13). Esse regime das artes implicaria numa certa participação ou partilha do comum, ou seja, do espaço, do tempo e das atividades comuns, no sentido de públicas e coletivas. Essa é definitivamente a partilha do sensível que determina que a produção simbólica tenha, ao mesmo tempo, um caráter público e político. Tal produção, por sua vez, se caracteriza por palavras, posições e movimentos de corpos e imagens.

O regime das artes, segundo o filósofo, envolve, o regime ético, o regime poético e o regime estético. O regime ético é o que define a razão de ser das imagens, aquilo que as faz condizente com a cidadania – é seu motivo, sua proposição política (assunto tema, intencionalidade, objetivo). O regime poético é o campo das representações, aquilo que permite à arte ser reconhecida como referente ao mundo humano – é a imitação que sujeita à expressão a uma forma e a um fazer (linguagem, gênero, estilo). Esse regime preside a apreciação e a contemplação. O regime estético é o que diz respeito ao modo sensível da arte ser consumida e apreciada pelo público como obra singular e como ruptura. Esse regime pressupõe a história, o passado, em função do qual é ruptura e nova sensibilização.

---

recorrência dos seguintes temas: classificação indicativa (3), biografias (4), autocensura (7), cinema e TV (8), politicamente correto (8), linguagem (9), humor (10), jornalismo (11), arte e ficção (13), sexualidade e pornografia (15), mídias digitais e redes sociais (15), religião (17), processos judiciais (17) e diversos (29), num total de 166. Importantes acontecimentos como os atentados de Paris não recebem em seus títulos termos como liberdade de expressão e censura e não foram captados pela metodologia.

8 Um total de 54 matérias pesquisadas são sobre censura de Estado de várias origens: Rússia (3), Estados Unidos (4), Ásia/Oriente (9), Europa (10), China (13), América Latina (15). Com relação ao Brasil foram 20 matérias sobre censura de Estado, sendo uma de governo municipal, 12 da esfera estadual e 7 da federal. O Estado, portanto, ainda é, de longe, quem mais promove a interdição à liberdade de expressão. Seja através do poder Executivo, Judiciário ou Legislativo, ele que se arvora no direito de decidir o que o público pode ler, ouvir, assistir. Depois do Estado, os processos censórios mais constantes e sistematizados são os das redes sociais – Facebook, Instagram e Google. Estas empresas, entretanto, atuam de forma diferente dependendo do país e da legislação vigente.

Assim, o que caracteriza a partilha do sensível e o regime das artes é o compartilhar de palavras, imagens, posições e movimentos de corpos que consagra também o caráter político da arte. E, se a arte é política na medida em que se propõe a existir num espaço e tempo públicos e partilháveis, a censura também o é, pois interfere no que é partilhado nesse espaço-tempo. A censura ocorre justamente na publicização ou politicalização do regime das artes, quando estas engendram o espaço-tempo coletivo ou comum.

O controle do regime das artes se deu, desde o início, também em relação aos movimentos dos corpos (à dança e às mais diferentes manifestações da interpretação teatral), aos sons e às imagens. E, enquanto *partilha do sensível*, qualquer dessas interdições são igualmente funestas em relação ao desenvolvimento da produção estética e simbólica da sociedade. A ênfase dada à censura às palavras decorre antes da importância que a escrita assumiu no Ocidente e do fato de que os meios de comunicação, desde Gutenberg, dedicaram-se prioritariamente à divulgação dos textos escritos, renunciando o que viria a ser a imprensa. A hegemonia da escrita na Modernidade e a constituição da produção industrial simbólica deram às palavras essa predominância sobre as demais linguagens que, segundo Rancière, constituem o regime das artes.

Vilma Figueiredo é socióloga e autora do livro *Autoritarismo e Eros*, no qual procura mostrar que as sociedades se desenvolvem conjugando esses dois opostos:

- 1) regulação e institucionalização da vida – garantem permanência, sistematização;
- 2) força inovadora – possibilita a transformação e a mudança.

Na tendência à regulação, há a rotinização da vida cotidiana, a racionalidade diretiva e administrativa e a burocratização da vida. No sentido oposto, há Eros e a desregulamentação, o ato gratuito, força de reprodução e inovação, das pulsões, do prazer, da liberação das forças e instintos vitais.

Figueiredo também aponta para a existência da dimensão estética, como sendo o lugar e o equilíbrio entre sensualidade e moral, os dois polos da existência humana (para Rancière, a dinâmica entre os regimes ético, poético e estético, pelos quais acontece a arte e o compartilhamento do sensível). Ela conclui:

Todos os sistemas de regulação das sociedades que, em nome de quaisquer verdades ou sonhos, produziram instituições e modelos totalitários, negando a diversidade, destacaram as forças criativas

de Eros, restringindo-lhe a ação, no máximo, ao âmbito puramente sexual e limitando sua força como elemento constitutivo da sociedade.

A democracia deve ser pensada como a possibilidade de combinação ótima entre repressão e liberdade, conservação e mudança, tradição e criação, ou seja, entre Eros e Tânatos (FIGUEIREDO, 1992).

Os conceitos e as ideias produzidas e defendidas por esses dois autores mostram o caráter intrínseco da arte como força política, seja na partilha do sensível para Rancière, seja na sublevação do sensível proposta por Figueiredo. O político está na forma mesma da arte, na transgressão sensível, na ruptura com a rotina opressora do mando e do governo. Como propunha Marcuse, a arte é libertadora por si mesma.

### Dois exemplos libertadores

Dois autores gestados pelo emergente teatro político dos anos 1950 e 1960, Gianfrancesco Guarnieri, do Teatro Brasileiro de Comédia e do Teatro de Arena (onde foi encenada sua obra mais conhecida *Eles não usam Black-tie*, de 1958), e Abdias do Nascimento, fundador do Teatro Experimental do Negro (1944-1961), compuseram obras trágicas que, por tocarem em temas políticos e sociais sensíveis e por transgredirem sensivelmente, foram alvo dos censores.

Processo mais extenso do acervo do Arquivo Miroel Silveira, o da peça *A semente*, de Guarnieri, guarda vasta troca de correspondências oficiais, abaixo-assinados de entidades religiosas e pareceres que acompanham decisões e indecisões que vão culminar na sua proibição e restrita encenação. A peça estreou em 1961 com direção de Flávio Rangel, com Leonardo Villar e Cleide Yáconis nos papéis principais (Agileu e Rosa) após tortuoso processo de liberação. Com estreia marcada para 28 de abril, a demora da liberação pelo DDP motivou o diretor a fazer viagem a Brasília para buscar o apoio do presidente Jânio Quadros, que havia entregado a Guarnieri o Prêmio Governador do Estado de melhor dramaturgo de 1958. Este garantiu que intercederia junto ao governo de São Paulo para que a peça fosse liberada.

Mas, em 26 de abril, dois dias antes da estreia, é publicado no Diário Oficial o veto dos censores à peça. O processo guarda telegramas de alunos e diretores

dos colégios São José, Rosário, Santo Américo, Santo Agostinho, Santo Alberto, São Luís, Boni Consilii, Assunção e Sacré Coeur de Marie, da Federação Mariana Feminina e da Associação Cavaleiros São Paulo pedindo e apoiando a proibição. Diretor e autor foram até o secretário de Segurança Pública para argumentarem que o parecer fora dado por um substituto e pedindo a sua anulação. A solução oferecida foi a realização de nova análise por uma comissão de sete intelectuais que assistiria à encenação e daria novo veredito. Por cinco votos a dois a peça foi liberada, mas somente para a temporada no TBC.

Sua narrativa aprofunda as questões já abordadas nas peças anteriores de Guarnieri que tratam do universo operário (*Eles não usam Black-tie* e *Gimba, o presidente dos valentes*). Agileu é antigo quadro do Partido Comunista e líder operário, mal dividindo sua vida com a militância e a família. A infeliz Rosa, sua mulher, lamenta a constante ausência do marido e o medo cotidiano da repressão policial ao movimento grevista. Em paralelo, outro casal vive o mesmo dilema: o jovem operário João (interpretado pelo próprio Guarnieri) e a namorada grávida Alice (Amélia Bittencourt). João é assediado pelos membros do partido a aderir ao movimento, mas tem objetivos iminentes a alcançar: alugar um quarto, receptionar o filho que irá nascer, constituir família, melhorar de vida.

As tensões se agravam com acontecimentos paralelos, como a prisão de Rosa e a assinatura de um ofício em branco, usado pelo delegado para incriminar o marido Agileu, a morte de um menor operário causada por acidente de trabalho, a súbita perda de razão do pai do rapaz e o uso dos dois fatos para justificar o movimento grevista. O desfecho, com Alice entrando na passeata e perdendo o filho por enfrentar as forças da repressão, e Agileu sendo acusado pelos partidários comunistas de traição – na verdade foi vítima de nova cilada do delegado – torna a história a tragédia contemporânea do movimento operário. João, amargurado por perder mulher e filho, é surrado pelos operários que o interpretam como traidor. Agileu abandona Rosa e se retira para um depósito de lixo, onde costumava se esconder da polícia. Lá encontra campo fértil para lançar nova semente da militância política, pois há miséria suficiente para ser requerida dignidade que a repare.

Apesar do sucesso de público, além da censura estatal a peça sofreu intensa censura religiosa. O cardeal de São Paulo à época, por exemplo, chegou a enviar comunicado oficial às paróquias proibindo os fiéis cristãos de assistirem ao espetáculo teatral. O que revela a partilha do sensível da obra de Guarnieri é o fato do texto pesar tanto os desmandos da repressão policial e dos donos dos meios

de produção quanto dos líderes operários comunistas, um jogo de forças em que as relações sociais são comprimidas pelos imperativos políticos e econômicos.

*Sortilégio*, primeira peça escrita por Abdias do Nascimento, foi montada por seu Teatro Experimental do Negro (TEN) e teve sua liberação requerida junto ao DDP uma década antes da peça de Guarnieri, em maio de 1951. Fundado em 1944, o TEN se propunha a resgatar os valores da cultura negro-africana, então soterrada pela cultura hegemônica de matriz europeia. O próprio Abdias conta em artigo<sup>9</sup> que o projeto foi “polidamente rechaçado pelo então festejado intelectual mulato Mário de Andrade”, mas apoiado pelo advogado Oliveira Camargo, pelo pintor Wilson Tibérios e por Teodorico dos Santos e José Herbel que deram início ao núcleo que passou a recrutar operários, empregadas domésticas, favelados sem profissão para serem alfabetizados e receberem educação teatral.

A primeira produção foi *O imperador Jones*, autorizado pelo próprio autor, Eugene O’Neill, que estreou em 8 de maio de 1945 no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, palco que jamais havia recebido um ator negro. Afirma Abdias que “(...) o TEN propunha-se a combater o racismo, que em nenhum outro aspecto da vida brasileira revela tão ostensivamente sua impostura como no teatro, na televisão e no sistema educativo, verdadeiros bastiões da discriminação racial à moda brasileira” (NASCIMENTO, 2004).

*Sortilégio* não conseguiu liberação em 1951 e Abdias continuou buscando a aprovação da censura, o que ocorreu somente em 1957, quando então estreou única apresentação no Teatro Municipal de São Paulo, com direção de Léo Jusi. Elogiada por intelectuais, entre eles Sábato Magaldi, Roger Bastide, Nelson Rodrigues e Aldo Calvet, presidente do Serviço Nacional de Teatro, a peça foi vetada pelo censor Antonio Pedroso de Carvalho sob o argumento de “explorar preconceitos de raça... usando uma linguagem que não poderá ser ouvida por nenhuma plateia”.

A história, na definição do autor, tem “seu nervo vital nas relações raciais brasileiras e no choque entre a cultura e a identidade de origem africana e aquela da sociedade dominante eurocentrista” (NASCIMENTO, 2004). Narra a crise pessoal e social do advogado negro Emanuel que ironicamente se esconde da polícia num terreiro. Isso quando historicamente foram os terreiros os perseguidos pela polícia, acusados de promover o fetichismo, a magia e o curandeirismo –

---

9 NASCIMENTO, Abdias do. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. Revista Estudos Avançados, volume 18, no. 50, São Paulo, jan-abr 2004. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000100019&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000100019&script=sci_arttext)>.

práticas com pena prevista no Código Penal de 1890 – ou de acoitarem comunistas, em sua maioria trabalhadores negros, como ocorreu durante o Estado Novo.<sup>10</sup> Lá, Emanuel despe duas idiossincrasias sociais, políticas e raciais, de modo a transpor para a própria cena aquilo que o teatro conjuga: espaço de “atividade pública e lugar da exibição dos ‘fantasmas’” (RANCIÈRE, 2009: 17).

O dilema central é o de duas mulheres: a negra prostituta Josefina e a loura esposa Margarida. O quase monólogo de Emanuel é mediado por três filhas-de-santo que incorporam Iemanjá, e por dois orixás, incluindo Exu. Nesse cenário desfilam as fraquezas de Emanuel, que apesar de advogado é discriminado pela sociedade, que ama Josefina mas a abandona pela mulher branca, o que a obriga a se prostituir. Num arroubo de loucura, Emanuel mata a esposa por achar que ela o trai e, influenciado por Exu, acaba se suicidando.

Citado por Abdias, Roger Bastide analisa:

Do ponto de vista das ideias, é o drama do negro, marginal entre duas culturas, a latina e a africana (como entre as duas mulheres, infelizmente igualmente prostitutas); pode-se discutir a solução, a volta à África... A salvação é na mecânica ligada a uma mística africana, e o Brasil pode trazer esta mensagem de fraternidade cultural ao mundo. Mas do ponto de vista teatral, esta volta à África é muito patética; através da bebida de Exu e da loucura, todo um mundo volta das sombras da alma... (BASTIDE *apud* NASCIMENTO, 2004).

A peça foi revista pelo autor na década de 1970, quando este visitou a cidade sagrada de Ile-Ife, na Nigéria (1976-1977). Introduziu novos personagens e cenários e o contexto histórico foi ampliado para abarcar a saga de Zumbi dos Palmares. Por tocar numa das chagas mais intermitentes da história brasileira, o escravismo e sua herança social, e por optar pela linguagem visceral que melhor traduz a realidade de discriminação, a censura entendeu a peça pelo sentido reverso, a de que fomentava o preconceito racial, descontextualizando-a completamente de sua partilha do sensível.

As leituras dramáticas reforçaram a expressividade discursiva do texto, uma vez que dispensam a direção de cena, a cenografia, o figurino. Com isso, o foco se abriu sobre a força autoral do texto e sua multiplicidade artística,

---

10 MANDARINO, Ana Cristina de Souza e GOMBERG, Estélio (org.). Leituras afro-brasileiras: terreiros, religiosidades e saúde. São Cristóvão: Editora UFS/EDUFBA, 2009.

características que os tornam obras de arte, escancarando a arte como força política. Ao contrário da acusação comum dos censores, de que se trata de arte aparelhada, ou seja, com a intenção de formar opinião e disseminar ideias que abalem as estruturas do sistema vigente, colocando-o em risco, motivo suficiente para ser mutilada ou vetada, o “recorte do sensível do comum da comunidade”, como aponta Rancière, é que se estabelece a relação entre estética e política.

As artes nunca emprestam às manobras de dominação e de emancipação mais do que lhes pode emprestar, ou seja, muito simplesmente, o que têm em comum com elas: posições e movimentos dos corpos, funções da palavra, repartições do visível e do invisível. E a autonomia de que podem gozar ou a subversão que podem se atribuir repousam na mesma base (RANCIÈRE, 2009: 26).

### **Referências Bibliográficas**

FIGUEREDO, Vilma. *Autoritarismo e Eros*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

MANDARINO, Ana Cristina de Souza e GOMBERG, Estélio (org.). *Leituras afro-brasileiras: terreiros, religiosidades e saúde*. São Cristovão: Editora UFS/ EDUFBA, 2009.

NASCIMENTO, Abdias do. “Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões”. *Revista Estudos Avançados*, volume 18, no. 50, São Paulo, jan-abr 2004. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000100019&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142004000100019&script=sci_arttext)>.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível*. Estética e política. São Paulo: EXO experimental/ Editora 34, 2009.

# Entre homologia e hegemonia: classificações indicativas e geração de saber

Mayra Rodrigues Gomes<sup>1</sup>

Ao longo de mais de dez anos tenho trabalhado junto ao Observatório de Comunicação Liberdade de Expressão e Censura da USP (OBCOM-USP) e às nuances de pesquisa que o caracterizam, assim como caracterizam as minhas próprias. Comecei, em 2005, com a investigação sobre a censura a peças teatrais, com foco nos processos de proibição de palavras, constantes no Arquivo Miroel Silveira, que reúne mais de 6.000 peças e seus processos de censura prévia empreendidos entre 1925 e 1968 no estado de São Paulo.

Nos últimos anos, uma vez que a censura prévia institucionalizada foi abolida no Brasil, passei à observação dos processos de contenção, de diversas naturezas, que recaem, hoje em dia, sobre os produtos culturais. Em parceria com orientandos de pós-graduação, examinei ocorrências de caráter jurídico, eventos expressos no jornalismo, emergências nas redes digitais, particularmente no Facebook, casos polêmicos etc.

Contudo, norteia este último viés de pesquisa a Classificação Indicativa que tem sido realizada pelo Ministério da Justiça do Brasil sobre a produção fílmica internacional. Uma classificação indicativa de filmes, mundo afora, consiste em atribuir ao produto examinado um valor em termos da idade ideal de sua audiência.

O foco de investigação na classificação indicativa realizada sobre filmes foi estabelecido em virtude de seu potencial para comparações a partir de diferentes

---

<sup>1</sup> Professora Titular do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Entre outras publicações, é autora de Palavras proibidas: pressupostos e subentendidos da censura teatral. São José dos Campos: BlueCom, 2008. mayragomes@usp.br.

perspectivas. Sob certo viés, podemos ver a classificação operando sobre produtos veiculados em salas de exibição tanto quanto sobre os que são apresentados pela televisão. Essa situação nos permite isolar e estabelecer quadros, que se entrecruzam, para melhor observar as ações sobre faixas horárias/faixas etárias, para observar as discrepâncias de avaliação de produtos velhos e novos, face à correlata mudança de princípios na cadência dos tempos.

Sob outro aspecto, que se tornou nosso interesse principal, podemos comparar diversos sistemas de classificação indicativa tanto do ponto de vista do próprio sistema, sua classificação, seus critérios, seu mecanismo operatório, sempre considerando confluências e divergências, quanto do ponto de vista dos resultados, a saber, da classificação atribuída aos produtos.

Claro que, sob esse último ponto de vista, está em absoluta proeminência a comparação e a categorização em termos de semelhanças ou diferenças. Ocorre, como aqui adiantamos, que ao longo de nossos estudos encontramos vasto material a dar testemunho da semelhança entre sistemas, processos e resultados. Por outro lado, a comparação e categorização intencionadas só têm razão de ser, ou seja, só serão profícuas, enriquecedoras ou culturalmente produtivas, se forem animadas pelo desejo de investigar, ou de acompanhar, as visões de mundo implicadas e compartilhadas, a natureza dessas visões, tanto quanto a natureza do compartilhamento.

Sobretudo, é preciso interrogar nosso objeto na visada da coincidência, perguntando sobre o caráter estrutural de processos que apresentam a coincidência como condição de princípio, a homogeneidade como necessidade, assim como buscar compreender tais processos em meio às dinâmicas de poder, que fazem da coincidência uma questão de hegemonia.

Este artigo se coloca como um exercício em torno dessas questões, que, afinal, conduziram nossas investigações. Assim, em primeiro lugar, procuramos mostrar as semelhanças que detectamos entre os sistemas de classificação, semelhanças que nos levaram às questões colocadas.

### **Confluência dos sistemas operacionais: confluência dos critérios ou argumentos**

Para mostrar a surpreendente confluência que os sistemas de classificação indicativa apresentam, recorreremos ao confronto dos quadros apresentados pelo

sistema brasileiro e pelo sistema norteamericano. Tenhamos em mente que, assim como os outros, ambos os sistemas procuram o exercício de supervisão e controle, do equilíbrio e estabilidade social, condições abertamente anunciadas como visadas.

Ao mesmo tempo, ambos os sistemas procuram trabalhar a serviço do público espectador, serviço dirigido pelo estar vinculado às condutas da população em geral, estar em sintonia com os discursos sobre dignidade que prevalecem em uma cultura. Nesse quesito de propósitos irmanados, a grande distinção entre a classificação brasileira e a americana diz respeito às suas naturezas enquanto origem e pessoas em exercício.

A Classificação Indicativa brasileira é atribuição de órgão do governo, a Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, e exercida/aplicada a filmes, *videogames*, jogos eletrônicos, programas, apresentações/produtos culturais, pelo Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação. É realizada por avaliadores que são funcionários do Estado, assim como, a partir de 2014, por voluntários, inscritos em chamada pública, a serem selecionados. Em seu *site*, a Classificação Indicativa se declara orientada pela Constituição Federal, incorporando, portanto, todos os vetores consolidados sobre respeito aos indivíduos e a sua individualidade, pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e por consultas à população.

Tanto em seu Manual quanto em seu Guia Prático, a Classificação Indicativa reitera que a natureza de sua atividade-fim é a de orientação dos pais e da sociedade, em geral, quanto aos conteúdos disponibilizados, sempre no propósito da criação de uma supervisão conjunta de Estado/sociedade civil. Declara também que sua atividade é conduzida segundo a ideia de proteção às crianças e adolescentes, tendo em vista um desenvolvimento físico e psíquico saudável. No Brasil, a Classificação Indicativa é obrigatória e condição de exibição de filmes. Um produto é auto classificado, mas sujeito a averiguação, quando se trata de programa jornalístico, exibição ao vivo, programas de auditório.

Já no caso do sistema norteamericano, a MPAA (Motion Picture Association of America) é uma associação comercial, portanto civil, dirigida atualmente por Chris Dodd, ex-senador pelo Partido Democrata, e foi criada para representar interesses dos estúdios de cinema. Fundada em 1922, visa a ações que resultem em lucro e tranquilidade mercadológica da indústria cinematográfica. Entre elas, a de apresentar conteúdos apropriados ao público americano ou apontar a adequação de cada conteúdo a cada faixa etária dos espectadores. Atestando, assim, uma perspectiva política que atravessa a de mercado.

Por isso, além da defesa de direitos autorais e da criação de obstáculos à pirataria, a MPAA administra o sistema de classificação de filmes em relação a temas e conteúdos compatíveis com o que se supõe constituinte de cada etapa/idade no decurso de infância e adolescência.

Como, diferentemente da situação brasileira, a classificação norte-americana não tem estatuto legal e não é obrigatória, existe a sigla "NR" (*non-rated*), adotada por jornais, para designar filmes que não foram classificados pela MPAA. Contudo, as salas de exibição endossam a classificação, pois em geral recusam a exibição de filmes que não foram classificados.

O departamento da MPAA que cuida da classificação dos filmes é denominado CARA (Classification and Rating Administration). Em seu site, CARA estabelece seu intuito de servir de guia aos pais, oferecendo informações sobre conteúdos dos filmes ao colocá-los dentro de um diagrama que os categoriza. Para a classificação de programas televisivos, os Estados Unidos oferecem a *TV Parental Guidelines*, um guia que é produto do diálogo entre várias associações, de estúdios, de redes televisivas, de pais, advogados, representantes governamentais e civis, distinto da classificação de filmes, como logos próprios.

Por outro lado, voluntário ou obrigatório, o processo de classificação de filmes segue os mesmos parâmetros, a saber: a inscrição da obra através dos *sites* e formulários online dispostos pelas entidades norte-americanas e brasileiras. Tendo ponderado sobre as diferenças quanto à natureza do órgão classificatório e das pessoas em exercício, damos início ao apontamento de semelhanças, a começar pelo quadro de categorias que ambos os sistemas oferecem.

A Classificação Indicativa brasileira opera em dois eixos, produtos de uma divisão ou categorização que fazem com que ela possa ser aplicada tanto para a exibição de filmes nos cinemas, quanto para a sua transmissão via televisão. Trata-se de uma grade (Figura 1) que aponta a adequação etária, ao mesmo tempo em que indica as faixas horárias em que a exibição é permitida. Reforçamos o fato de que se trata de permissão, pois a classificação brasileira tem estatuto legal.

As regras para essa dupla atuação encontram-se relatadas no *Manual da Classificação Indicativa*, que teve sua primeira edição em 2006. Em março de 2012, foi lançado o *Guia Prático*, bastante aparentado com o Manual, o qual, no entanto, faz modificações segundo a experiência com a classificação, o debate público e a interação promovida pelo espaço de *chat* que o *site* da Secretaria de Justiça disponibiliza.

A Classificação fundamenta-se na análise de dois grandes conjuntos de temas – Violência e Sexo -, além do sub-tema Drogas. O modelo adotado leva em conta as chamadas “inadequações”. Ou seja, os profissionais que analisam as obras audiovisuais voltam seu olhar para conteúdos potencialmente inadequados a crianças e adolescentes com base nas três temáticas (Manual de Classificação Indicativa, 2006: 9).

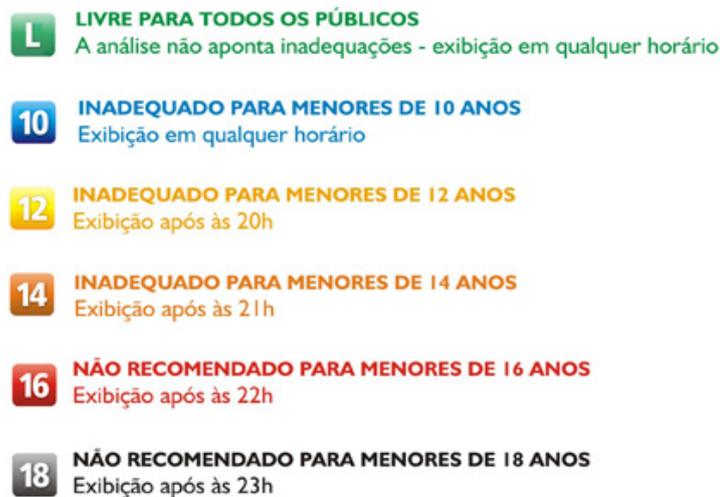


Figura 1. Grade de faixas etárias e horárias adotada pela Classificação Indicativa brasileira.

### 1) Quanto à violência

Uma obra será classificada como *livre* se, no conjunto, predominarem os conteúdos positivos. O *Guia* declara que “Nem sempre a ocorrência de cenas que remetem à violência são prejudiciais ao desenvolvimento psicológico da criança (...)” (Guia, 2009: 10). Esse é o caso da violência fantasiosa sem correspondência com a realidade (lembramos de desenhos animados), das lutas do bem contra o mal que não apresentem lesão corporal ou cenas de sangue e de uma série de situações desvinculadas da realidade e das escatologias.

Não são recomendados para menores de *10 anos* os conteúdos que exibam armas ligadas a violência (mesmo que não haja consumação do ato), os que gerem, pela construção narrativa e recursos cênicos, tensão, medo ou angústia, e os que apresentem ossadas resultantes de ato violento (caveira com buraco de bala, por exemplo), qualquer ação criminosa, ainda que não esteja diretamente ligada à violência, e linguagem depreciativa sobre personagens ausentes.

Uma obra não é recomendada para menores de *12 anos* quando há violência contra a integridade corporal de outrem, ideia que abarca o tráfico de pessoas, assim como autoflagelo. Também não é recomendada para essa faixa etária a exposição de lesões, de órgãos internos (mesmo que resultantes de procedimento médico ou acidente), a narração de atos violentos, a exibição de sangue oriundo de agressões físicas, de acidente e de procedimentos médicos.

Pequenos cortes, testes hemopáticos, menstruação e sangramentos nasais não são considerados (salvo quando o enquadramento e as composições de cena valorizem a presença de sangue).

Exemplo: Paredes ensanguentadas da cena de um suposto crime (Guia, 2009: 12).

Os conteúdos que apresentem sofrimento da vítima também não são recomendados para menores de 12 anos, assim como a morte natural ou acidental com lesões, os maus tratos contra animais, a exibição de atos que coloquem as pessoas em perigo, que constringam ou impliquem assédio moral, agressão verbal e atos obscenos com o intuito de constranger. Estão aí contemplados o *bullying* (o ato de violência psicológica intencional e repetitiva), a exposição desnecessária de cadáveres, o assédio sexual, a supervalorização da beleza física e a supervalorização do consumo.

Não são recomendados para menores de 14 anos os conteúdos com cena de morte intencional, de estigmas ou preconceitos contra minorias ou indivíduos vulneráveis, de forma a depreciá-los.

Não são recomendados para menores de 16 anos os conteúdos com cenas de estupro, de exploração ou coação sexual, de incentivo a práticas sexuais ilícitas; nesse ponto, o *Guia* cita a Lei 12.015, que dispõe sobre esses assuntos. Também não são recomendadas as imagens de tortura, de padecimentos físicos constantes e intensos, de mutilações e de partes de cadáveres, o suicídio, a banalização da violência, cenas envolvendo os temas do aborto, pena de morte e eutanásia.

Não são recomendadas para menores de 18 anos as cenas de violência de "forte impacto imagético", assim como a apologia da violência e seu incentivo, a crueldade sádica, os crimes de ódio em virtude de preconceitos ou discriminação, a violência da pedofilia ou "violência sexual contra vulnerável" (menores de até 14 anos).

### 2) Quanto às drogas

Para os produtos audiovisuais a serem classificados como livres, admitem-se aqueles que tragam conteúdos positivos, sem presença daqueles que impliquem inadequações e remetam a restrições etárias.

Considera-se que a apresentação de cenas com drogas nem sempre é impactante ao desenvolvimento psicológico das crianças. Nesse caso, uma distinção é estabelecida entre drogas lícitas e ilícitas. O *Guia* relaciona os casos de uso de drogas lícitas que são permitidos na categoria livre, por exemplo, seu consumo moderado, ou insinuado, em cenas irrelevantes para a trama, em situações sociais, sem representação dos efeitos de consumo (caso da embriaguez e do consumo justificado de medicamentos).

Na faixa dos produtos não recomendados para menores de 10 anos, é considerada válida a apresentação de descrições verbais do uso de drogas lícitas, como diálogos e narrações sobre o tema, a exemplo de tomar cerveja em dia de calor. Ainda nessa faixa, admitem-se diálogos sobre tráfico de drogas ilícitas, desde que apresentem causas, efeitos, soluções possíveis e implicações sociais. Quanto a drogas ilícitas, é considerada adequada a apresentação e consumo do uso medicinal, por exemplo, da maconha, para amenizar a dor do câncer. Portanto, o contexto é tudo.

Na faixa dos produtos não recomendados para menores de 12 anos, é considerada pertinente a apresentação do consumo de drogas lícitas, como cigarro e bebidas alcoólicas. Também são consideradas pertinentes as cenas em que personagens oferecem ou estimulam o consumo de cigarro, bebida alcoólica, remédios de forma irregular. Quanto ao consumo de medicamentos de forma irregular, entende-se o de medicamentos sem prescrição médica ou em excesso.

Na faixa dos conteúdos não recomendados para menores de 14 anos, é considerada adequada a apresentação de insinuação do consumo de drogas ilícitas, subentendo que houve consumo, como no caso de personagem em estado de alucinação. Também são permitidas conversas que façam referência ao consumo e tráfico de drogas ilícitas, discussões sobre a liberação de drogas, expondo causas e efeitos, sob a descriminalização do ponto de vistas da saúde e da sociedade.

Na faixa dos não recomendados para menores de 16 anos, são considerados pertinentes os conteúdos em que se mostre produção ou tráfico e comercialização de drogas ilícitas, como no caso da produção de cocaína, da

plantação de maconha ou da compra de haxixe. Admite-se, também, consumo de drogas ilícitas, como é o caso de se inalar maconha, e o oferecimento, ou indução, da droga ilícita por um personagem a outro. Na faixa dos conteúdos não recomendados para menores de 18 anos, passam a ser admitidos aqueles que representem apologia do uso de drogas: diálogos que enalteçam o uso ou cenas que o glamourizem.

### **3) Quanto ao sexo**

Em relação a sexo e nudez, consideram-se livres os produtos culturais que abordem esses temas sob um ponto de vista positivo e não entrem em conflito com as restrições enunciadas nas faixas para maiores de 10 anos. Para serem classificados como livres, esses conteúdos devem tratar da nudez sem perspectiva erótica ou apelo sexual, favorecendo contexto científico, cultural ou artístico.

Não são recomendados para menores de 10 anos conteúdos que apresentem cenas de sexo ou nudez fora de contexto educativo ou informativo.

Na faixa de não recomendação para menores de 12 anos, elencam-se os casos que serão tolerados: nudez velada, insinuação sexual, carícias sexuais e masturbação. Ainda na faixa acima de 12 anos, são admissíveis componentes de linguagem chula, palavrões relacionados a sexo e excrementos, diálogos sobre sexo, sem vulgaridade ou estimulação, simulação farsesca de sexo, cenas que representem interesse sexual.

Nas obras não recomendadas para menores de 14 anos, portanto adequadas a essa faixa etária, é admissível cena em que sejam exibidos seios, nádegas, órgãos genitais, contextos eróticos e sexualmente estimulantes, tons de vulgaridade, ou seja, "Cena com qualquer modalidade de sexo (vaginal, anal, oral, manual) não explícito" (Guia, 2012: 20), além da apresentação de prostituição em qualquer de suas etapas.

Na faixa das não recomendadas para menores de 16 anos, admitem-se conteúdos que apresentem relação sexual intensa, em qualquer modalidade, sem que ela seja explícita, ou seja, não se possa ver a penetração.

São não recomendadas para menores e admitidas para maiores de 18 anos obras com cenas de sexo explícito de qualquer natureza, como visualização de órgãos sexuais. Para essa faixa etária, estão reservadas as obras caracterizadas

como pornográficas e “situações sexuais complexas/de forte impacto”, como as de incesto ou as de sadomasoquismo.

No outro pólo de nossas observações, situa-se a classificação da MPAA através do órgão CARA (Classification and Ratings Association), que apresenta as seguintes categorias:

- G: *General audiences* (público geral). Classificação livre.
- PG: *Parental guidance* (orientação dos pais). Dependem do consentimento dos pais.
- PG-13: *Parental guidance 13* (orientação dos pais, para crianças abaixo de 13 anos, fortemente sugerida). Diz respeito a filmes com conteúdos mais impactantes.
- R: *Restricted* (restrito). Crianças abaixo de 17 anos só podem assistir ao filme em companhia dos pais ou de um adulto.
- NC-17: *No Children* (nenhuma criança abaixo de 17).

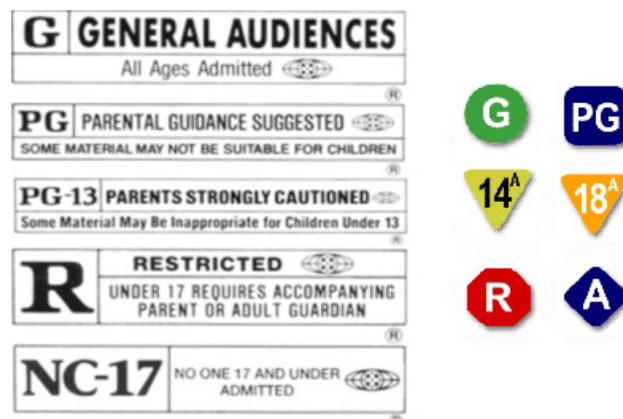


Figura 2. Categorias adotadas no sistema de classificação norte-americano.

Assim como as categorias da classificação brasileira, as americanas são reforçadas com logos coloridos que as simbolizam e com placas que explicam o direcionamento (Figura 2), ambos elementos a serem reproduzidos no início da apresentação de filmes. Os critérios para esse sistema classificatório revolvem em torno dos mesmos eixos condutores do sistema brasileiro, pois focalizam linguagem, violência, sexo, além de uso de substâncias. Em comparação com os critérios brasileiros, somente a linguagem é posta como vetor à parte. No brasileiro, o quesito “linguagem” perpassa todos os eixos e é considerado no interior dos tópicos de violência, nudez/sexo e drogas.

Em seu *site*, CARA atesta sua mobilidade, mudando parâmetros para refletir sentimentos correntes dos pais, cuja sensibilidade pode mudar em relação aos eixos acima descritos. Reforça seu intuito de assistência aos pais, espelhando preocupações contemporâneas, fornecendo informações de forma que os pais possam exercer escolhas embasadas em dados. A associação se considera no escopo dos serviços sociais. Com relação a tais critérios e seu peso na tabela de classificação, podemos obter, através de livre tradução das explicações dadas no *site* de CARA, argumentos e distribuição semelhantes àqueles que extraímos do Manual de Classificação Indicativa do Ministério da Justiça. Vejamos a seguir.

- G - Significa que o filme classificado não contém elementos que a maioria dos pais consideraria ofensivo até para suas crianças bem jovens escutarem. Nudez, cenas de sexo e cenas de uso de drogas são ausentes; violência é mínima; há trechos de diálogos que podem ir além de conversação polida, mas que não vão além de expressões comuns e cotidianas.
- PG - Significa que o filme classificado pode conter material que pais talvez não gostem que seja exposto às suas jovens crianças, material que precisa, claramente, de ser examinado ou questionado antes de ser acessado por crianças. Cenas de sexo explícito e cenas de uso de drogas estão ausentes; nudez, se presente, é vista brevemente; horror e violência não excedem níveis moderados.
- PG-13 - Significa que o filme classificado pode ser inapropriado para pré-adolescentes. Pais devem ser especialmente cuidadosos com o acesso de suas crianças. Violência pesada e persistente está ausente; nudez orientada para a sexualidade está genericamente ausente; algumas cenas de uso de drogas podem ser vistas; algum uso palavras fortes, derivadas de sexualidade, podem ser ouvidos.
- R - Significa que a comissão de classificação concluiu que o filme avaliado contém material adulto. Pais são incentivados a saber mais sobre o filme antes de levar suas crianças para vê-los. Um "R" pode ser atribuído em virtude, entre outras coisas, da linguagem do filme, tema, violência, sexo ou representação do uso de drogas. Identificação é requisitada para todos os filmes de classificação "R". Menor de 17 anos precisa ser acompanhado por um adulto guardião com 21 anos ou mais. Crianças de 11 anos ou menos não serão permitidas na última apresentação do dia, em cada tela, de qualquer filme com classificação "R".

- NC-17 - Significa que a comissão de classificação acredita que a maioria dos pais americanos sentiria que o filme é patentemente adulto e que crianças de 17 anos ou menos não devem ser admitidas; o filme pode conter cenas de sexo explícito, um acúmulo de linguagem sexualmente orientada e/ou cenas de excessiva violência. A designação "NC-17" não significa, entretanto, que o filme classificado é obsceno ou pornográfico em termos de sexo, linguagem ou violência.

A título de lembrança, o famoso "X Rated", com todas as polêmicas que gerava, inclusive a de conceder uma especial aura aos produtos que rotulava, foi substituído pelo "NC-17".

### **Uma questão cognitiva – um raciocínio: suas propriedades e efeitos**

Acabamos de arredondar um percurso que traça as linhas e pontos de confluência dos sistemas de classificação indicativa, tomando os dois sistemas acima esmiuçados como exemplo do que ocorre, geralmente, em outros sistemas adotados nas democracias ocidentais. Podemos considerar tal confluência como homogeneidade das culturas, ainda que parcial – homogeneidade em grande parte relacionada a princípios norteadores da vida em sociedade, ao menos no que tange aos ideais a serem perseguidos ou a quadros de conduta desejáveis.

Ainda que um sistema não se refira ao outro, ainda que a MPAA seja entidade civil e tenha nascido em 1922 e a Classificação Indicativa brasileira seja prerrogativa do governo federal, contemplada pela nova Constituição de 1988 e implementada em 2006, o fato é que os sistemas se tornam tão similares a ponto de pensarmos em hegemonia. Nesse caso, o sistema americano teria precedência pelo papel econômico, político e militar que os Estados Unidos têm assumido no ocidente, além do fato de que ele antecede em muitos anos outros sistemas. No caso do Brasil, na mesma época em que surgia a classificação americana, estávamos em regime de censura prévia que se prolongou por mais seis décadas até que a ideia de classificação fosse introduzida.

Contudo, não sabemos se ainda podemos falar em hegemonia quando tudo caminha para um acordo entre países quanto à classificação indicativa de produtos culturais, dadas as disposições midiáticas que os tornam imediatamente consumíveis em qualquer parte do globo. A recente Coalizão Internacional de Classificação Etária, ou IARC (International Age Rating Coalition), implantada

em 2013, exerce a avaliação sobre jogos eletrônicos. A resultante classificação é acatada pelos 36 países, incluindo o Brasil, que entraram em acordo e contribuíram para o estabelecimento de critérios condutores. Esse é um exemplo da atual situação, exemplo que nos afasta da insistente suspeita de hegemonia. Além disso, gostaríamos de salientar ao menos dois pontos que suscitam inquietações, pois, como eles, descortinam-se similaridades que apontam para algo que extrapola linhas de influência.

Num primeiro momento, ressaltamos a divisão progressiva da classificação brasileira, com faixas etárias que se distinguem a cada dois anos lado a lado com a perspectiva mais generalista que marca a classificação americana, interrompida pela criação do PG-13 em 1984 (ainda que essa marcação tenha tido como motivação interesses da indústria cinematográfica). Estamos falando de uma tendência à maior minúcia, ao plano cultural mais segmentado e, por isso, melhor submetido a normas e especificações.

Num segundo momento, alertamos para o fato de que tal segmentação nos parece perfeitamente natural, como se a cada divisão a categoria nova resultasse da descoberta de novas naturezas. Ainda aqui, pensamos na eminência de vetores (Direitos Humanos e Direitos da Criança e do Adolescente) que nos parecem princípios que devem ter atravessado os tempos para eternizarem-se em nossa contemporaneidade, dado o seu caráter universal. Segundo esses vetores, cada faixa etária deve ser delineada de acordo com alguns conteúdos, com a exclusão de outros. Há significados e sentidos atribuídos a cada segmento que nos parecem, com naturalidade, de direito por natureza.

Porém, sempre nos refreiam os dados trazidos por grandes pensadores que permanecem em nosso panteão. Historiadores da cultura, sobretudo, são os que brecam nosso ímpeto de aceitar as coisas pelo seu aspecto consensual.

As pessoas se divertiam com a criança pequena como com um animalzinho, um macaquinho impudico. Se ela morresse então, como muitas vezes acontecia, alguns podiam ficar desolados, mas a regra geral era não fazer muito caso, pois uma outra criança logo a substituiria. A criança não chegava a sair de uma espécie de anonimato (ARIÈS, 1981: IX,X).

Assim, olhamos para a segmentação e os sentidos de cada segmento com certa desconfiança. Passamos a olhar para hegemonia do ponto de vista da homologia: uma coincidência de natureza pela natureza humana, implicada nos processos de supervisão e controle, ser a mesma.

Por isso, começamos do começo, ou seja, examinando algumas condições cognitivas que aprendemos com os estudos de linguagem. Em algum momento, ao redor de um e meio milhão de anos atrás, o homem, como espécie, constituía-se. Em virtude do aumento e diversificação da massa craniana, de uma morfologia que lhe permitia acesso a um tipo de raciocínio que chamamos simbólico, esse homem ancestral tinha as condições para uma provável competência linguística, que só se realiza com o raciocínio mencionado. Estamos, portanto, no panorama da linguagem concebida como “propriedade elementar que também parece ser uma propriedade biologicamente isolada” (CHOMSKY, 1998: 18).

Esse raciocínio é o que permite representação e comunicação; a ele se devem cognição e preservação dos conhecimentos alcançados. Trata-se, simplesmente, de uma operação conjunta que implica, ao mesmo tempo, diferenciação de objeto (evento ou situação em relação a similares), abstração desse objeto/elemento de suas condições naturais (suas existências/ocorrências no mundo) e substituição/representação por outro elemento que torne presente o primeiro em outros espaços e condições. Em resumo, a instituição de uma relação integradora entre as palavras e as coisas.

Ora, a base dessa operação, o processo de diferenciação, só se atualiza com o apontamento de opostos, de modo a estabelecer uma função de conjuntos: o agrupamento dos semelhantes entre si *versus* o agrupamento de outros semelhantes entre si, e a cada vez desdobrar semelhanças e diferenças, internas e externas, no afã de explicar a relação de oposição que permite a consolidação de um elemento em relação a outros.

Com isso, é como se a realidade fosse reticulada e quadriculada, cada quadrículo um elemento, como seus componentes internos e opostos adjacentes, seu significado e seu sentido. É assim que captamos o mundo, tudo transmutado em um quadrículo com seu nome, que podemos invocar a cada vez, para que ele venha nos servir. O efeito de conjunto é a produção de uma realidade compartilhada, a formar o tecido social:

Os símbolos são os instrumentos por excelência da ‘integração social’: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social: a integração ‘lógica’ é a condição da integração ‘moral’ (BOURDIEU, 2001: 10).

Ora, a integração lógica diz respeito à confluência, em virtude de um princípio operacional que marca o jeito da humanidade apreender o mundo, o jeito de controlá-lo, o jeito de submetê-lo, pela diferença e segmentação.

Essas questões tão complexas, assim postas e resumidas, que podem parecer um tanto estratosféricas. Por isso, apelamos ao olhar que desconfia para revisitar as cotidianas e banais divisões que compõem nossas existências. De um estacionamento com vagas indiscriminadas, a outro que passa a designar espaços para deficientes (posteriormente denominados cadeirantes), vagas para idosos (que por sua vez devem obter documento que os ateste como tal, a ser afixado ao carro) e vagas para gestantes, estamos em plena sanha das diferenciações, oposições, desdobramentos de segmentações, significados e controles.

Os significados dizem respeito a existências a partir de representações que não aderem às coisas a não ser por um efeito de catóptrica. Eles seguem regimes das necessidades, das circunstâncias e dos desejos. A realidade do mundo pela linguagem é da ordem da cultura que se consolida entre repetição e ressonância através dos tempos. Ela é impessoal, ao mesmo tempo em que tem a participação de todos, voluntariamente ou não, colaborativamente ou não. É por isso que Deleuze nos diz que “a linguagem é um imenso há na terceira pessoa...” (DELEUZE, 1998: 143).

Por outro lado, e ao mesmo tempo, com esse atestado de existência que determina significados e sentidos (usos e destinos implicados), estamos em pleno campo da supervisão. É por isso que, a cada segmentação, a cada quadrículo, a cada repetição e reafirmação de um segmento, corresponderá um dispositivo disciplinar, com estratégias de contenção e regulação, nos moldes propostos por Foucault: “A disciplina exerce seu controle, não sobre o resultado de uma ação, mas sobre seu desenvolvimento. (...) A disciplina é uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos” (FOUCAULT, 2001: 106).

### **Em meio às classificações**

Ora, para que essa vigilância se exerça, ela deve proceder na geração de “um registro contínuo”, e um registro só pode realizar-se se segmentos e seus componentes forem isolados, se ao segmento for dado um significado e um sentido específicos, se aos segmentos e seus sentidos corresponderem exigências, se os segmentos forem classificados e hierarquizados, conforme o conjunto de

todos os espaços. Porque todo esse processo só alcança seu potencial máximo quando atinge as individualidades, quando alcança sucesso em impregnar os corpos, constituindo-os em certo formato.

Se tudo isso nos ocorre como propriedade das linguagens, a saber, cognição e ambiência no mundo pela via do desdobramento de diferenças e oposições, condições básicas de supervisão e controle, tudo isso deve ser considerado como propensão natural, como um procedimento biologicamente motivado, como motivo de homologia entre os processos conduzidos pelos seres de linguagem.

Assim sendo, todas as considerações acima expostas podem ser testadas, nos vários níveis aqui mencionados, com as operações de avaliação realizadas pelas classificações indicativas em geral. Em princípio, porque uma classificação nada mais é que uma categorização, tanto quanto um desdobramento em diferenças, uma segmentação em faixas etárias, e toda categorização tem uma visada dupla: de conhecimento e de controle.

A homogeneidade entre classificações reforça a impressão de que elas apreendem uma estrutura natural. Na operação como um todo, podemos ver a separação de itens assim como a sua compactação. Temos os rótulos para cada recorte e idade (números e logos), coordenadas que confluem para os eixos de avaliação: linguagem, sexo/nudez, violência e droga, por sua vez marcadores de significados e sentidos, atribuídos a cada segmento.

No caso da Classificação Indicativa brasileira, com as duas categorizações, idade e faixa de exibição, divide-se o objeto em dois campos que, entrecruzados, compõem o eixo de atuação, do que é permitido ou não, fechando como sete chaves o processo de controle.

Contudo, tanto a classificação norte-americana quanto a brasileira, entre direitos e estatutos já assumidos, compõem uma espécie de entendimento das coisas do mundo, ou seja, de como devem ser as crianças e adolescentes com que lidamos hoje em dia. Elas demarcam e criam, aos moldes colocados por Ariès, a infância e a adolescência desejáveis. Basta lermos, nas especificações enunciadas pelas classificações, e por nós anteriormente descritas, as "adequações" a cada idade para poder ver "a idade".

## Referências bibliográficas

- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CARA. Classification and Rating Administration, MPAA. Disponível em: <<http://filmratings.com/>>. Acesso em 15 Jan. 2016.
- CHOMSKY, Noam. *Linguagem e mente*. Brasília: UNB, 1998.
- DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- JUSTIÇA, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação. Manual da nova classificação indicativa. Brasília: Ministério da Justiça, 2006. Disponível em: <[www.mj.gov.br/classificacao](http://www.mj.gov.br/classificacao)>. Acesso em 20 Ago. 2013.
- JUSTIÇA, Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Justiça, Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação. Classificação Indicativa: Guia Prático. Brasília: Ministério da Justiça, 2009. Disponível em: <[www.mj.gov.br/classificacao](http://www.mj.gov.br/classificacao)>. Acesso em 20 Ago. 2013.
- MPAA. Motion Picture Association of America. Disponível em: <<http://www.mpa.org/>>. Acesso em 15 Jan. 2016.

# Humor e tolerância, intolerância ao humor

Elias Thomé Saliba<sup>1</sup>

Nunca se falou tanto em tolerância mas, será que nossas sociedades estão suficientemente preparadas para exercê-la? A questão é tão antiga quanto o próprio processo histórico de surgimento da modernidade – fosse ela tardia ou precoce, compulsória ou incompleta –, e uma fila enorme dos mais notáveis pensadores dedicaram muitas páginas ao tema. Quando, neste início de 2016, o atentado ao semanário Charlie Hebdo completa o seu triste aniversário de um ano e placas comemorativas são inauguradas em homenagem aos jornalistas e chargistas mortos naquela ocasião, a pergunta ressurgue.

Ainda quando do seu surgimento, na esteira das idéias iluministas no século XVIII e na defesa de um Estado laico, suas concepções e preceptivas foram reiteradamente afirmativas, mas o exercício da tolerância mostrou-se intrinsecamente ambíguo, já que o estado e a sociedade laicas existiam apenas como projetos – e se o processo de secularização foi vitorioso em muitas sociedades durante os séculos XIX e XX, não chegou a vingar totalmente em outras, como ocorreu na maioria dos países de religião islâmica.

Óbvio que o massacre no Charlie Hebdo não foi o único episódio de intolerância terrorista nos últimos anos. Para mencionar apenas os mais recentes, dezenas de pessoas morreram no ataque talibã a uma escola em Peshawar, no Paquistão, em dezembro de 2014; no atentado do Boko Haram em Baga, na Nigéria, em janeiro de 2015; ou, ainda, no mais recente massacre terrorista em Paris, em novembro do mesmo ano, que resultou em mais de uma centena de mortos. Mas o episódio de ataque ao irreverente semanário francês tornou-se simbólico porque, afinal, tratou-se de intolerância em relação à liberdade de

---

<sup>1</sup> Professor titular do Departamento de História da USP e autor, entre outros, de Raizes do Riso. (<https://humorhistoria.wordpress.com/>). [etsaliba@yahoo.com.br](mailto:etsaliba@yahoo.com.br).

expressão e, explicitamente, ao humor. Todos foram tristes capítulos da mais execrável forma de intolerância, mas o caso de Charlie Hebdo nos interessa mais de perto porque, afinal, para além de todas as polêmicas, escreveu-se talvez um dos capítulos mais hediondos na história de intolerância ao humor.

A primeira observação cautelosa a ser feita sobre a produção humorística contemporânea é que ela não pode limitar-se a análise apenas dos suportes – impressos, escritos, cinematográficos ou televisivos – tais como estes apareciam e dominavam a cena cultural há cerca de vinte ou trinta anos atrás. O filósofo francês Gilles Lipovetsky, ao tratar do ocaso das chamadas “sociedades disciplinares” e o advento da pós-modernidade, chegou a designar a sociedade atual como “humorística” (LIPOVETSKY, 2005). Entretanto, quando o filósofo francês publicou o seu livro nem imaginava que, com a voragem da internet, a sociedade humorística se tornaria viral: ser bem-humorado e *cool* virou hoje quase uma exigência universal da comunicação, pois a produção do risível deixou de ser privilégio de alguns, já que a cultura digital e até a proliferação da telefonia portátil – por blogs, vídeos e, principalmente, redes sociais – fizeram de todos nós instantâneos e potenciais humoristas.

Hoje o humor – aliás, como quaisquer outros tipos de informações virtuais – alcança uma divulgação instantânea, abrangente e viral em centenas de sites, blogs, twitters, redes sociais etc. – numa frenética voragem, transformando-nos, a todos, também em comediantes ou produtores de humor. Por outro lado, a banalização do humor para as mais variadas esferas da vida cotidiana – dos anúncios publicitários ao telejornais, estes últimos dominados pelo *infotainment* – também vem embaralhando nossa compreensão do amplo universo da comicidade, do seu alcance e dos seus limites. Até que ponto este quadro, que Lipovetsky já batizou de “sociedade humorística”, afetou a capacidade coletiva de distinguir os limites para o exercício da tolerância também é uma questão que aparecerá nos argumentos que apresentaremos mais adiante. Até que ponto nossas sociedades, impactadas com este fenômeno da hipermediatização, mostram-se ainda capazes de perceber as modalidades mais sofisticadas de humor, tais como, a ironia, a alusão indireta, a autoderrisão ou o estranhamento – que exigem um contexto de duração e lentidão intrínsecas, quase sempre incompatíveis com a velocidade e a voragem do cômico produzido ou difundido pela internet?

Aqui vale a pena voltarmos-nos para exemplos do passado e lembrar entre muitos, talvez um dos mais formidáveis defensores, na época das Luzes, da tolerância religiosa e da liberdade através de recursos humorísticos. Eis aí

Voltaire, numa página famosa, descrevendo o cenário da Bolsa de Londres, em texto escrito em 1734:

Lá, o judeu, o muçulmano e o cristão tratam um com o outro como se fossem da mesma religião e só chamam de infiel quem vai à falência; lá o presbiteriano confia no anabatista e o anglicano aceita a promessa do quaker. Ao saírem dessas reuniões pacíficas livres, uns vão para a sinagoga, outros vão beber; este vai se fazer batizar numa grande pia em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo: aquele faz cortarem o prepúcio do filho e murmurarem sobre o menino palavras hebraicas que não entendem: aqueles outros vão à sua igreja esperar a inspiração divina, com o chapéu na cabeça, e todos estão contentes” (VOLTAIRE, 1961: 17-18).

Além do estilo único, impagável – o qual seria um pleonasma designar como de voltairiano –, o autor de *Cândido* já se servia da técnica do estranhamento muito disseminada em todas as grandes criações humorísticas, já que esforça-se por transformar uma coisa familiar numa coisa estranha, insensata ou ridícula. Pois o olhar espantado ou perplexo do estranho produz o riso, justamente porque surpreende e porque destrói e descategoriza a aura gerada pelo costume e pelas rotinas de hábitos arraigados. Claro, que como toda técnica, o estranhamento, além de um enorme potencial crítico, não é isento de riscos. Carlo Ginzburg, em ensaio magistral, analisou detalhadamente o tema da Tolerância no humor voltaireano, assinalando o quanto ele chegou a ser pouco compreendido – ou, pelo menos, compreendido por outro viés – pelo crítico Eric Auerbach, nos anos que antecederam à ascensão do nazi-fascismo europeu (GINZBURG, 2007).

Noutra hilariante fábula de Voltaire, “Diálogo entre um capão e uma franga”, aquele costume trivial (comer aves) é inesperadamente desfamiliarizado: o distanciamento intelectual cria no leitor uma repentina identificação coletiva e a narrativa abre a possibilidade de ampliarmos os limites da tolerância até incluir os animais. Num diálogo famoso, o capão pergunta a franga o porquê da sua tristeza. E a franga responde: “Uma maldita criada me botou no colo, enfiou-me um comprida agulha no cu, alcançou meu útero, enrolou-o em torno da agulha, arrancou-o e deu-o para o gato comer” (VOLTAIRE, 1961: 679). A identificação emotiva é repentina e o leitor ri – mas é um riso constrangido que martela, incessante, nossa consciência: por que o desejo de comer petiscos refinados pode justificar uma mutilação tão feroz? Voltaire não escapou de ser acusado de blasfêmia e, até mesmo (sobretudo na época em que Eric Auerbach

escreveu) de anti-semitismo. Seja como for, até hoje, além de ser mera exortação ao vegetarianismo, a fábula pode ser lida na chave de uma defesa humorística da tolerância civil e religiosa – sem exceções ou restrições de quaisquer espécies. O exemplo é antigo, mas não menos paradigmático do uso do humor como um arma na luta pela tolerância numa sociedade laica e democrática.

Ainda assim, a técnica do estranhamento ou desfamiliarização, cujo uso literário foi depois amplamente disseminada por gente como Kafka, Brecht ou Siegfried Kracauer, é uma modalidade refinada de produção humorística, exigindo do leitor uma compreensão demorada e uma certa familiaridade com todas as referências contextuais (GINZBURG, 2001). Salvatore Attardo criou a expressão “competência humorística” para designar nossa habilidade de reconhecer um discurso como humorístico” (ATTARDO, 2015, vol. 1: 90-102). Claro que ele restringiu o termo ao campo da linguística e, especialmente, aos scripts de piadas e textos cômicos, mas tratava-se, enfim, da nossa capacidade de distinguir um texto humorístico de outro não-humorístico. A questão que examinamos aqui talvez seja um tanto impertinente, mas, será que esta indústria cultural humorística, hipermediatizada, cada vez mais embriagada pela cultura digital e instantânea, não afetou nossa capacidade de compreender o humor, começando por aquela distinção tão trivial entre o risível e o não-risível?

Apesar de incômoda, a questão deve ser colocada. E se torna ainda mais oportuna quando saem no Brasil dois livros de Stéphane Charbonnier, o Charb – editor do Charlie Hebdo e um dos mortos no atentado terrorista. O primeiro é uma coletânea de crônicas e desenhos de Charb, produzidos entre 2009 e 2014, que ganhou o título em português de Pequeno Tratado da Intolerância (CHARBONNIER, 2015). O segundo é Carta aos escroques da Islamofobia que fazem o jogo dos racistas (CHARBONNIER, 2016) – este último um texto que Charb acabou de escrever em 5 de janeiro de 2015, apenas dois dias antes do atentado ao jornal.

Começemos por uma breve análise da coletânea humorística. A tradução brasileira da coletânea é pouco fiel à tradução, já que omite o título original: As fatwas de Charb. Cabe observar que fatwa - palavra que originalmente significava um parecer ou sentença final, emitida por uma autoridade, que esclarecia alguma passagem ambígua dos livros sagrados - que acabou se deturpando, veiculada confusamente, na mídia contemporânea, não raro com o significado de “sentença... de morte”. Nossa atenção deve se voltar, em primeiro lugar, para própria estrutura das crônicas: através de um inversão irônica levada ao extremo, Charb escreve um

manual a contrapelo sobre a Tolerância, pois suas crônicas humorísticas invertem completamente o esquema dos manuais: é um Voltaire às avessas, que ensina e prega a prática da intolerância mais radical, começando todas suas crônicas com o bordão "Morte a..." e terminando-as com um "Amém". É o politicamente correto elevado ao máximo do histrionismo nervoso, beirando ao patológico, já que seus alvos, por si mesmos, são risíveis: "morte aos chinelos de dedo"; "aos carecas de peruca"; "à bola de sorvete de baunilha"; "aos óculos descolados"; "aos folhetos de hipermercados". Muitas das fatwas constituem apenas uma denúncia das frivolidades culturais associadas ao consumo e à cultura digital, enquanto algumas outras se transformam em verdadeiras sátiras aos costumes e vícios franceses contemporâneos.

A coletânea se abre com um texto que parece mais uma profissão de fé, quando Charb, já na primeira fatwa, decreta a "morte aos teóricos do riso":

Um dono da verdade cheio de autossuficiência que nos autorize a rir de tudo já é insuportável. Não preciso de sua benção para rir daquilo que me dá vontade de rir, mas também não tenho necessariamente vontade de rir de tudo. Gosto de rir do que quero, quando quero. Não somente você me concede uma liberdade que posso ter sozinho, mas, ainda por cima, coloca restrições. (...) O riso é como a pornografia, tem sempre um autoproclamado padre tentando impor seus próprios limites (CHARBONNIER, 2015: 12).

Noutra crônica, Charb investe contra os inventores de celulares que nos permitem fazer de tudo, menos escrever sem erros de ortografia:

A memória do meu aparelho dispõe de uma ampla variedade de carinhas sorridentes e débeis, mas não tem circunflexo, nem cedilha. As coisas começam com o circunflexo e a cedilha, depois a gente demite o hífen, a letra maiúscula, o acento grave, o agudo, etc. O objetivo é eliminar todas as teclas e deixar somente o 'asterisco' e o 'jogo da velha'. Uma população, e depois toda a civilização só se comunicando com asteriscos e jogos da velha será ainda mais fácil de ser manipulada. As palavras são uma arma para mudar o mundo, e tirá-las de circulação vai garantir aos fabricantes de celular o seu controle. Este avanço técnico, que nos vendem como um progresso, mal esconde um complô

mundial destinado a transformar nossa cabeça em aquário para peixinhos vermelhos (CHARBONNIER, 2015: 119).

São pouquíssimas as crônicas que se dirigem a alvos específicos, como a divertida “Morte aos devotos sem fé” ou a hilariante “Morte aos bigodes do Bashar al-Assad”, que se transforma quase num panorâmico vôo satírico sobre a ridícula fotogenia de todos os ditadores:

Será que já se viu um ditador com bigodes tão grotescos quanto os do pobre Bashar? Supõe-se que a área grisalha que separa o nariz da boca seja um bigode! É mais ou menos como as pernas da zeladora do meu prédio uma semana depois da depilação! É como o rabo de um pintinho que acabou de ser depenado! Não se trata de plumagem, nem de pelos, mas de uma espécie de serragem. Bashar achou precisar de um bigode para parecer com o pai e confirmar a sua autoridade. Não deu certo. Todo mundo na Síria tira sarro. Sem dar muita bandeira, porque a polícia secreta está sempre atenta, mas até os agentes da repressão têm lágrimas nos olhos de tanto reprimir o riso desenfreado que em breve fará o regime submergir (CHARBONNIER, 2015: 68).

De qualquer forma, é o humor que prevalece, pois são muito raras as crônicas – a rigor, apenas duas delas – nas quais a linguagem é agressiva, duríssima, cheia de cutiladas ferinas: “os Islamitas – escreve ele – dão medo e sabem disso. Nosso medo é sua razão de ser. Nosso medo é a verdadeira religião deles. É o que os alimenta. Nosso medo é cúmplice desses imbecis. (...) E é o medo que dá importância a esses lamentáveis fascistóides. E o ridículo, ao contrário do que se diz, acaba de vez com eles” (CHARBONNIER, 2015: 96).

Mas, ainda neste tema espinhoso, tudo acaba terminando em comédia, como na condenação aos gorros do Papai Noel, “que faz quem o usa” – escreve Charb – “parecer um duende reprimido”; ou naquelas nas quais o autor investe contra as frivolidades da mídia, como “Morte à emoção das famílias dos reféns”, “Morte às agendas publicitárias” ou “Morte aos mamilos embaçados”. É a intolerância ao contrário, levada ao extremo, epidérmica, neurótica, quase sempre hiperbólica – de um absurdo inacreditável, que provoca o riso, embora seja um riso nervoso e meio sem-jeito. Observemos que esta modalidade de humor, na qual predomina a ironia mais desconcertante, apesar de sua indelicadeza intrínseca – a qual, no limite não esconde seu tom de grosseria – tem também

suas virtudes, sobretudo quando demole as bases de um pudor social afetado e abala a segurança dos protocolos e hábitos arraigados.

Porque, afinal todas as crônicas acabam por utilizar repetidamente a estratégia de uma inversão irônica implacável, de um humorismo mordaz, mas talvez demasiado sutil, a exigir do leitor um conhecimento refinado de todas as referências. E o humor se perde, quando as referências circunstanciais desaparecem ou são desconhecidas. Como na frase-trocadilho, que brinca com o ditador da Síria: “Assad, tenho Asma. Se não libertar já o teu povo, uso a bomba”. Asma, além de conhecida doença, é também um nome árabe e, não por coincidência, nome da esposa do presidente Assad. A bomba também tem um duplo sentido, pois é o famoso salva-vidas portátil de todo asmático. O caldo em excesso de uma das modalidades de ironia praticada por Charb, e seu correlatos – o distanciamento e uma certa ausência de cumplicidade – produz um humorismo de risco, talvez mal digerido pelos leitores de má-vontade que sentirão apenas o sabor da agressão ou da calúnia.

Já a Carta aos Escroques da Islamofobia não tem nada de humorística e adota um tom de desabafo intenso e aguerrido. Um fato central no cenário atual, que Charb enfatiza nesta sua espécie de Carta-testamento é o papel da internet e da sua imediata e gigantesca difusão – quase sempre desproporcional em relação a uma pequena e única publicação.

Lembre-se que o Charlie Hebdo publicou caricaturas de Maomé bem antes do episódio das caricaturas dinamarquesas, veiculadas em setembro de 2005, pelo jornal Jyllands-Posten, com conhecida repercussão mundial. O profeta dos muçulmanos foi, portanto, desenhado no Charlie Hebdo bem antes daquele episódio da Dinamarca. Charb lembra que nenhuma associação e nenhum jornalista se mostrou horrorizado diante desses desenhos:

As vezes, alguns indivíduos expressavam sua desaprovação por uma mensagem, e só. Nada de manifestações, de ameaças de morte, nada de atentados. Foi somente após a denúncia e a instrumentalização das caricaturas dinamarquesas por um grupo de extremistas muçulmanos que o ato de caricaturar o profeta dos crentes se tornou um assunto capaz de desencadear crises de histeria midiáticas e islâmicas. Primeiro midiáticas, em seguida islâmicas. Foi apenas em 2006, quando o Charlie Hebdo reafirmou o direito, para um desenhista, de caricaturar o

terrorismo religioso, republicando as caricaturas dinamarquesas de Maomé, que a mídia apontou todos os seus projetores para o jornal satírico. Fez-se uma publicidade delirante em torno da publicação desses desenhos, não porque eram particularmente chocantes, mas porque não podiam deixar de ser chocantes, considerando-se o que a sua instrumentalização havia provocado no estrangeiro (CHARBONNIER, 2016: 28).

A informação é reveladora mas, de qualquer forma, percebe-se que Charb superestima a capacidade de compreensão dos leitores – ou, nas palavras de Attardo, a “competência humorística” deste público – sobretudo no caso das charges de Maomé. Ao analisar a ambiguidade do desenho que obteve a maior repercussão – o de Maomé com um turbante em forma de bomba se tornou o mais célebre –, Charb sugere outro tipo de interpretação: Maomé adereçado por uma bomba também poderia servir para denunciar a instrumentalização da religião por parte do terrorismo e o desenho poderia dizer: “eis o que os terroristas fizeram do islamismo, eis como os terroristas que se dizem islâmicos invocam e vêem o profeta”. Esta interpretação não vingou, segundo Charb, porque simplesmente não cheirava a enxofre, portanto, não vendia bem.

É certo que a linguagem gráfica do humor exigiria, aqui, uma análise mais demorada, inclusive do ângulo propriamente psicológico de sua recepção, o que foge aos limites deste artigo – mas, seja como for, Charb não estaria inflacionando demais a “competência humorística” do seu público? É óbvio que ele percebe e denuncia o quanto os desenhos de Charlie Hebdo foram (e ainda são) remontados e retirados do contexto por grandes espertalhões, para lhes mutilar o sentido. Mas parece não compreender o quanto a voragem da supermediatização forjou – e vem forjando, em ritmo quase imperceptível – um abismo desproporcional e intransponível entre a produção e a difusão da charge ou da piada. O estardalhaço é sempre seletivo, desigual mas, sobretudo, retira o desenho ou a piada de seu contexto geral, acentuando, em prejuízo da alusão indireta, apenas o seu teor agressivo.

Retornamos também – é certo que de forma mais sutil – à síndrome do “engraçado arrependido”, que sempre acompanhou, como uma maldição, a sina dos humoristas de todas as épocas (SALIBA, 2007: 123). Note-se que os desenhistas do Charlie Hebdo, antes do caso dito das “caricaturas de Maomé”, eram designados e designavam a si mesmos como desenhistas de imprensa. Desde então, geralmente são apresentados não mais como desenhistas de imprensa, mas como caricaturistas. Tal rebaixamento é significativo pois vincula

sorrataremene o vocábulo caricaturista a algo mais satírico e, no limite, mais descarado ou insolente.

À pergunta que todos fizeram – por que os desenhistas do Charlie, sabedores que suas caricaturas serão instrumentalizadas pela extrema direita muçulmana ou pela extrema direita nacionalista, teimam em continuar desenhando Maomé ou os símbolos sagrados do Islamismo? – Charb responde que elas nunca visaram atingir o conjunto dos muçulmanos. Ainda assim e, se em consequência de uma natural supermediatização, o conjunto dos muçulmanos tiveram acesso, como tiveram todos, a estes desenhos? Charb – e aqui ele fala por todos os desenhistas do semanário – acredita que nem todos os muçulmanos sejam intolerantes à ironia e ao humor. Posição contrária – como veremos adiante – daquela que assumirá a escritora Ayaan Hirsi Ali.

De qualquer maneira, novamente, é impossível não notar, outra vez, aquela já mencionada superestimação da capacidade de compreensão do público. A despeito disso, Charb é muito firme na defesa da liberdade de expressão: “Em virtude de qual teoria distorcida – escreve ele – o humor seria menos compatível com o islamismo do que com qualquer outra religião?” E, fulmina, implacável: “Dizer que o islamismo não é compatível com o humor é tão absurdo quanto pretender que o islamismo não seja compatível com a democracia ou com o laicismo (...). E, afinal, uma República laica não pode decidir por seus cidadãos qual símbolo é sagrado ou não” (CHARBONNIER, 2016).

Noutros trechos da Carta, Charb mostra, em sutilezas e cutiladas ferinas, a ambiguidade da legislação liberal, do governo francês e da mídia – impotentes porque bastante suscetíveis as pressões e aos lobbies pela proteção e promoção de uma religião ou seita religiosa. O drama não reside apenas no fundamentalismo religioso, sectário, barulhento e minoritário, mas em todo o ambiente cultural relativista que “tende a compreender o terror e, assim, incentivá-lo. Em setembro de 2012, o primeiro-ministro Jean-Marc Ayrault e o ministro das relações exteriores da França, em visita ao Cairo, acusaram publicamente o Charlie Hebdo de irresponsável, pelos desenhos islamófobos e sucessivas provocações satíricas ao mundo muçulmano. “Já naquele ano o jornal humorístico – diz Charb – se tornara mais perigoso do que a Al-Qaeda! (CHARBONNIER, 2016).

Aqui, Charb endereça as farpas para aqueles a quem chama de escroques os quais, no fundo, inventaram a islamofobia: o mundo político, que corteja as seitas por interesses eleitorais, tratando os franceses muçulmanos como parte

de uma comunidade, quando deveriam tratá-los como cidadãos; uma parte do mundo jurídico, que estimula contraditórios artificiais contra a blasfêmia, malbaratando o Código Civil francês; e alguns setores da mídia, por interesse mercadológico: “todo escândalo que contém a palavra ‘Islã’ no título vende bem”, escreve Charb. “E o islamismo que dá medo vende bem. E o islamismo que dá medo se tornou o único islamismo visível aos olhos do grande público”.

A “Carta” de Charb, apesar do tom de desabafo, é mesmo uma carta-testamento, corajosa e destemida em defesa da liberdade de expressão. Ao relembrar detalhes das dezenas os processos jurídicos que teve que enfrentar como editor do Charlie Hebdo (todos deram em nada, pois contrariavam as leis francesas), Charb é enfático na defesa do mundo laico, num tom que lembra Voltaire, mas, agora direto, lúcido e não mais às avessas: “por que os crentes recorrem à justiça dos homens para nos punir, se a justiça divina o fará, e bem mais severamente do que qualquer juiz? Quem é afinal esse Deus, que afirmam todo-poderoso, mas que precisaria de advogados para nos processar? Será que Deus não se ofende, ao constatar que aquele a quem até então considerava como bom crente recorreu à justiça e não à oração?” (CHARBONNIER, 2016).

Apesar dos exageros e provocações mordazes, Charb é muito firme ao mostrar que o laicismo não é contrário à religião, mas, sim, é contrário em transformar a religião em obstáculo para o exercício da liberdade, ameaçando o pluralismo e a diversidade. Em sociedades que não passaram pela secularização (que separou a religião do Estado e a privatizou, transformando-a num direito individual, em vez de um dever público) abriu-se o caminho para o arbítrio, a intolerância e a irracionalidade do terror.

Se pensarmos numa história cultural do humor, veremos que todas as criações humorísticas sofreram censuras e perseguições durante várias épocas. As religiões ocidentais – até, pelo menos, o século XIII, o cristianismo foi o campeão – sempre lidaram mal com o humor, já que este implicava numa atitude de orgulho insolente e conseqüente rebaixamento da fé. Apostasia e, quase sempre, blasfêmia foram esgrimidos na maioria das vezes para condenar quaisquer tipos de brincadeiras, anedotas, frases, ditos espirituosos ou diálogos cômicos. Curiosamente, a condenação se dirigia especificamente ao riso e não propriamente ao que provocava o riso.

Ironicamente, se partirmos de uma atitude fundamentalista em relação aos textos (advertimos, de nossa parte, que não se trata aqui de uma anedota!)

veremos que o humor, em suas origens mais primitivas, na tradição religiosa em geral, esteve longe da blasfêmia. Em estudo clássico, Michael Screech, interessado na temática do humor na tradição judaico-cristã, analisou todas as referências ao riso contidas nos textos bíblicos – cerca de trinta e quatro no Antigo Testamento e apenas seis no Novo Testamento. O primeiro a rir na Bíblia foi exatamente aquele a quem as três religiões monoteístas – Judaísmo, Cristianismo e Islamismo – consideram o pai da fé: Abraão. O livro do Gênesis relata que Deus queria estabelecer uma aliança com Abraão e o sinal desta aliança seria a descendência numerosa “e dela sairão reis e povos” – ordenou Deus a Abraão (Genesis, 17: 16).

Abraão tinha 99 anos e sua mulher, Sara, com 90 anos, nunca tinha tido filhos – tendo, mesmo, dado uma serva egípcia a Abraão para que com ela tivesse um descendente, que veio a se chamar Ismael. Depois de ter escutado tal anúncio na voz de Deus, o relato prossegue, segundo o Gênesis: “Abraão caiu com o rosto por terra e pôs-se a rir, pois dizia a si mesmo: ‘Acaso nascerá um filho a homem de 100 anos, e Sara que tem noventa ainda dará a luz?’” O riso de Abraão – e depois o de Sara – apesar de inconveniente, não é contudo o riso de superioridade, mas o riso com um certo distanciamento – que põe em causa toda superioridade, nivelando todos, humanos e deuses. Mas o prometido sinal divino de aliança aparece, afinal, quando Abraão completa 100 anos: nasce Isaac, que trará o riso intrínseco ao seu próprio nome – pois, como sabemos Isac é forma abreviada de *Yçbq-El* (Que Deus sorria) (SCHEECH, 1998). Assim, no texto bíblico, já vemos descritas duas modalidades de riso: no primeiro momento, temos um riso constrangido, excessivo, corporal (Abraão se joga na terra); mas, no segundo momento, o riso vira um excesso comunicável, condutor da alegria, tão contagiante quanto a fé – porque, afinal, rir é acreditar. E os ridentes se solidarizam, no riso, da mesma forma que na oração e na fé.

Já no Alcorão – a única lei aceita textualmente por todos as seitas muçulmanas – não existe punição terrena para a blasfêmia ou para a apostasia. Tampouco se impõe castigos como apedrejamento, a infibulação feminina ou a proibição ao riso. Na história do islamismo, as fatwas, que ordenaram as punições, surgiram em contextos peculiares de combates e guerras, quando os impérios muçulmanos necessitaram de uma justificativa religiosa para eliminar os oponentes políticos. As proibições e condenações surgiram, portanto, a partir do desenvolvimento – num longo período que vai dos séculos VIII ao IX – de um nacionalismo árabe fanaticamente hostil à toda tradição, filtrando e retirando desta última apenas aquilo que lhe era mais conveniente para esgrimir na luta – insistimos nisso – contra o não menos violento e intolerante cruzadismo cristão europeu.

Mustafá Akyol, a quem seguimos neste passo, afirma que os estudiosos muçulmanos poderiam começar admitindo que, enquanto as raízes da sharia se encontram no divino, a maioria esmagadora de todas as suas injunções foi formulada pelos homens, refletindo valores e necessidades dos séculos 7 ao 12 – quando nenhuma parte do mundo era liberal e outras religiões, como o cristianismo, também consideravam o cômico como blasfêmia, ou seja, no limite um crime punido com a pena capital (AKYOL, 2011).

Esta interpretação, resumida por Akyol, também está presente, de uma forma peculiar, nos argumentos de Charb, na sua carta-testamento dirigida aos “escroques da islamofobia”. A diferença é que Charb coloca o argumento de maneira mais clara e direta, politizando-o: “Os muçulmanos mais radicais compensam sua inferioridade numérica com um intenso ativismo militante. Todo mundo cai nesta armadilha. Tanto as associações muçulmanas quanto os jornalistas. Porque eles falam mais grosso, eles são o islamismo verdadeiro.

E logo depois, incisivo, direto, sem sutilezas, mas concluindo sempre com uma tirada cômica:

Uma religião não existe sem crentes. Um texto só se torna sagrado e eventualmente perigoso porque um leitor fanático decide aplicar de forma literal o que está escrito em seu livro de cabeceira. É preciso ser realmente ingênuo para tomar ao pé da letra o que dizem os textos fundadores de todas as grandes religiões, e é preciso ser particularmente psicopata para querer reproduzir em casa aquilo que eles pregam. Em suma, o problema não é nem o Corão nem a Bíblia, romances soporíferos, incoerentes e mal escritos, mas sim o fiel que lê o Corão ou a Bíblia como se lesse as instruções de montagem de uma estante da Ikea (CHARBONNIER, 2016: 69).

Curioso é que esta posição, encampada por Charb de uma forma irônica e mordaz é, no fundo, aquele mesmo argumento seriamente resumido por Akyol: o fundamentalismo islâmico, que lê os textos sagrados “como instrução de montagem de uma estante” é o único que faz estardalhaço, que é o foco de atenção da mídia, que é supermediatizado e, graças à complacência do ambiente relativista, tende a ser “compreendido” e, no limite, estimulado.

Ainda assim, Charb prossegue na sua fatwa, levando-a até os limites da ironia hiperbólica:

Pegue qualquer livro de culinária, declare que tudo o que está escrito ali é a verdade e aplique literalmente, a voce mesmo e aos outros, aquilo que estas novas escrituras preconizam. Resultado? Um banho de sangue. Seu vizinho faz crepes sem glúten porque é alérgico? O livro sagrado não diz nada sobre esta possibilidade! Leve seu vizinho à fogueira, ele está blasfemando! Ele costuma untar com manteiga demais a fôrma de bolo? Pena de morte! A mesma experiência é possível com qualquer livro. Pronto, experimente com um de Stephen King, para se divertir... (CHARBONNIER, 2016: 24).

Mas, para além dos exercícios irônicos de Charb, existe outro argumento a respeito do islamismo, bem diferente daqueles que insistem em distinguir um islamismo “bom de um “ruim”, irresponsável e, portanto, violento. Ele foi resumido com clareza pela escritora Ayaan Hirsi Ali. Ameaçada de morte, por diversas vezes, ela manteve um posicionamento firme a respeito da violência inerente ao universo muçulmano, insistindo que o “islamismo não é uma religião pacífica”. Em seu livro, concluído logo após o atentado ao Charlie Hebdo, ela defende não apenas a liberdade de expressão e a tolerância sem restrições, *a la* Voltaire, mas aposta, sobretudo, no papel crítico e libertário do humor e da irreverência.

Em todos os livros sagrados, na Bíblia, bem como no Alcorão, encontramos trechos que sancionam a intolerância e a desigualdade. Mas, no caso do cristianismo houve mudanças. Nesse processo de mudança, as pessoas que queriam manter o status quo apresentaram os mesmos argumentos que hoje os muçulmanos apresentam: que se sentiram ofendidos, que a nova forma de pensar era uma blasfêmia. Com efeito, foi exatamente por meio de um processo de blasfêmias repetidas que cristãos e judeus evoluíram e cresceram para entrar na modernidade. Foi isso que a arte fez. Foi isso que a ciência fez. E, sim, foi isso que a sátira irreverente fez. (...)

Os cristãos passaram por isso, os judeus passaram por isso. Agora é o momento de os muçulmanos passarem por isso. Neste sentido, no sentido em que eu acredito apaixonadamente no poder de mudar o mundo com a blasfêmia – je suis Charlie (ALI, 2015: 234).

Aqui, tanto a veemência dos argumentos, quanto a sua trajetória engajada, fazem com que Ayaan, relembre – mutatis mutandis – a luta de Voltaire, lá nos

tempos do Iluminismo. uma defesa humorística da tolerância civil e religiosa – sem exceções ou restrições de quaisquer espécies. O exemplo é antigo, mas não menos paradigmático do uso do humor como um arma na luta pela tolerância numa sociedade laica e democrática.

“Nunca vi em minha vida um fanático com senso de humor, nem nunca vi uma pessoa com senso de humor tornar-se um fanático, a menos que ele ou ela tenha perdido o senso de humor – que é, afinal a grande cura” – escreveu Amós Oz, no recente *Como Curar um Fanático* (ÓZ, 2016: 78). Mas Oz não incluiu, na ampla galáxia dos procedimentos humorísticos – que, por sinal já havia analisado em detalhe no notável *Os Judeus e as Palavras* (ÓZ; ÓZ-SALBERGER, 2015) – a modalidade irônica e sarcástica. A chutzpá (descaramento, atrevimento) judaica admite o humor indelicado e, até mesmo um pouco grosseiro: nada é santo demais, temível demais ou adorado demais que não possa ser satirizado e sujeito à irrisão. Se os judeus são relativamente frouxos em relação à blasfêmica – pergunta Amós Oz – por que haveriam de se preocupar com um pouco de indelicadeza? “Dada a escolha entre humor vulgar e fanatismo refinado, nós optamos pelo humor vulgar em qualquer momento”, conclui Oz.

Enfim, embora esteja longe de praticar a melhor ironia humorística – anárquica, descompromissada, autoderrisória e que se aplica unicamente a demonstrar a impossibilidade de um sentido claro e definitivo – Charb nos deixou uma carta-testamento não-resignada, uma defesa humorística da tolerância civil e religiosa – sem exceções ou restrições de quaisquer espécies. Um humor a serviço da razão e da liberdade, estes dois baluartes daquilo a que costumávamos chamar de Iluminismo e que o próprio Voltaire, já em época tão longínqua, achava que seria realizável mas nem sempr desejável por nossas sociedades. Nosso maior receio é que Voltaire, que errou em muitas coisas, nesta ele talvez tenha acertado em cheio.

### Referências Bibliográficas

AKYOR, Mustafá. *Islam without extremes: a muslim case for liberty*. Montreal, Norton, 2011.

ALI, Ayaan Hirsi. *Herege: por que o Islã precisa de uma reforma imediata*. Trad. Laura Teixeira da Mota. São Paulo: Cia. Das Letras, 2015.

ATTARDO, Salvatore (org.) *Encyclopedia of Humor Studies*. Vol. 1 Los Angeles, Sage Reference, 2015.

CHARBONNIER, Stéphane (Charb). *Carta aos Escroques da Islamofobia que fazem o jogo dos racistas*. Trad. Sara Spain. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2016.

CHARBONNIER, Stéphane (Charb). *Pequeno Tratado da Intolerância*. Trad. Jorge Bastos. S. Paulo, Planeta Editorial, 2015.

GINZBURG, Carlo. "Tolerância e Comércio: Auerbach lê Voltaire" In: *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Trad. Rosa F. D'Aguiar. São Paulo: Cia. Das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. "Estranhamento: pré história de um procedimento literário". In: *Olhos de Madeira: nove reflexões sobre a distancia*. Trad. Eduardo Brandão, Cia. Das Letras, 2001.

JAMESON, Fredric. "Estranhamentos do efeito de estranhamento". In: Brecht e a questão do método. trad. Maria Silvia Betti. São Paulo: Cosacnaify, 2013. pp.57-123.

LIPOVETSKY, Gilles. *A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo*. Trad. Therezinha Monteiro. São Paulo: Manole Editora, 2005. p. 111-144.

OZ, Amós. *Como curar um fanático*. Trad. Paulo Geiger. S. Paulo, Cia. das Letras, 2016.

OZ, Amós; OZ-SALZBERGER, Fania. *Os judeus e as palavras*. Trad. George Schlesinger. S. Paulo: Cia. das Letras, 2015.

SCREECH, Michael A. *Laughter at the foot of the cross*. Chicago, Chicago University Press, 1998.

SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso*. 3a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

VOLTAIRE. *Mélanges*. Edit. e org. J. van den Heuvel. Paris, Classiques NRF, 1961.

# Educação e politicamente correto

Adilson Citelli<sup>1</sup>

Para que um governo não tenha o direito de punir os erros dos homens, é necessário que esses erros não sejam crimes; eles só são crimes quando perturbam a sociedade; perturbam a sociedade a partir do momento em que inspiram o fanatismo. Cumpre, pois que os homens comecem por não ser fanáticos para merecer a tolerância

*Voltaire, Tratado sobre a tolerância.*

## Em torno de um enunciado

O sintagma “politicamente correto” ganhou maior evidência na passagem dos anos 1980 a 1990, malgrado já fosse utilizado nas páginas da revista *New Left Review*, como identificador de manifestações discursivas que decorriam de um cenário histórico em andamento desde os anos 1960, expressas, por exemplo, nas lutas pelo reconhecimento das minorias, fossem sexuais, étnicas ou religiosas, na retomada e aprofundamento das questões afeitas aos gêneros, nos arranjos ou rearranjos das hegemonias políticas e de poder.

Um dos elementos importantes para a constituição da retórica “politicamente correta” foi o debate envolvendo os processos pós-coloniais e a consequente ampliação das ondas migratórias ocorridas na segunda metade do século XX e que permitiu o deslocamento dos modos de ser e existir expressos em crenças, línguas e traços culturais, cuja assimilação ou aceitação nem sempre ocorreu por parte dos países e regiões nos quais os estrangeiros se fixaram. Com a sua devida ponderação, a assertiva acima vale, também, para migrações que

---

1 Professor titular dos cursos de graduação e pós-graduação da Escola de Comunicações e Artes da USP, no Departamento de Comunicações e Artes. Autor, entre outros livros e artigos, de *Comunicação e Educação. A linguagem em movimento; Linguagem e persuasão, Linguagem, meios de comunicação e educação*. citelli@uol.com.br

acontecem no interior dos próprios países e mesmo nos conflitos de grupos e classes manifestados intensamente nas grandes cidades, a exemplo da caricatural “gente diferenciada” feita célebre por ter sido acionada por moradores da região de Higienópolis – máxima ironia – em São Paulo, que não queriam fosse ali instalada uma estação do metrô, que traria consigo, pressupostamente, pessoas pouco dignas de circular pelas ruas e praças do aprazível bairro habitado por segmentos sociais de maior poder aquisitivo.

A idéia da diferença como marca perturbadora das circunstâncias locais e das características sociais ou individuais, suscitou e continua suscitando dificuldade para a ocorrência de interações entre sujeitos provindos de lugares distintos – cuja amplitude biopolítica possa estar sendo mantida em alguns de seus configuradores – vem gerando, manifestações de preconceito, discriminação e xenofobia, não raramente traduzidas em violência física e atos de agressão simbólica, registradas, ademais, diariamente nas redes sociais, nos jornais, na televisão.

De algum modo, as dinâmicas pós-coloniais, a despeito de haverem ganhado outras dimensões, a exemplo das guerras regionais e dos conflitos intestinos que atravessam várias nações, prosseguem alimentando os deslocamentos populacionais, como se verifica presentemente, com destaque para o drama dos refugiados vivendo à sombra dos muros e alambrados das fronteiras de vários países europeus. As ondas de intolerância, hostilidade e não reconhecimento do outro, sendo nossas velhas conhecidas, tenderão a crescer.

No Brasil, consideradas as particularidades não afeitas, exclusivamente, às diásporas fraqueadas pelo pós-colonialismo, também já assistimos reações violentas seja, por exemplo, aos haitianos, aos latino-americanos e mesmo aos nossos nordestinos, assim como às populações indígenas e demais grupos vítimas quer de agressões físicas quer de ataques através da internet, sempre a aumentar a caudal da intransigência e da negação da diferença. Tal situação ganhou força particular na corrente quadra histórica, tendo em vista a radicalização de um ambiente político, que trouxe consigo vozes e atos que pareciam envergonhados de se pronunciar, mas que, agora, no ânimo permitido pelo efeito de manada, apupam ex-ministros em hospitais, líderes populares em aeroportos, músicos em restaurantes; ainda não se registram impropérios dirigidos a morto exposto em velório ou xingamentos em cultos realizados por religiosos considerados esquerdistas ou defensores do casamento *gay*.

Existe, ademais, uma visível dificuldade para o reconhecimento das

identidades dos grupos humanos que buscam localizar-se na maré dos enormes movimentos migratórios, no mais das vezes motivados pelos próprios modos de o capital se reorganizar e as grandes potências redefinirem o seu lugar geopolítico no interior do jogo de forças internacionais. No bojo destes movimentos, e, muitas vezes, motivados pelas consequências que deles advieram ao longo de quase quatro décadas – reiteramos, em boa medida caudatários da questão pós-colonial – foram reforçados alguns dos temas situados na área semântica do “politicamente correto”, cuja expressão, e provavelmente resposta, mais evidente surge formulada na valorização dos temas ligados à dimensão multicultural e multiétnica, além dos aspectos já acentuados referentes aos gêneros, aos direitos das minorias, à defesa das causas LGBT, etc.

O sintagma de que estamos tratando, ganhou força, sobretudo nos Estados Unidos, colocando em circulação social uma agenda que vinculada ao amplo território da cultura e mesmo da contracultura, evidenciava uma luta político-discursiva centrada em temas que haviam sido postos à margem ou se encontravam subsumidos ao modo como o *establishment* os apresentava. O alargamento da discussão acabou por envolver forças mais ou menos conservadoras fixadas nos diferentes segmentos da sociedade civil, em especial nas Universidades, Partidos e grupos religiosos.

Nesse cenário, o “politicamente correto” pode ser entendido como resposta e tomada de posição pelas esquerdas (considerando o termo no contexto norteamericano) às formações discursivas conservadoras e mesmo à direita, no tangente aos problemas envolvendo as etnias, as relações de poder, o tratamento dos conflitos sociais, a orientação sexual, o papel da mulher, o lugar da religião, enfim, a uma pauta que terminou, até pelo estranhamento, sendo trazida ao debate público.

O que se irá assistir é, portanto, uma tensão interdiscursiva entre forças que buscaram/buscam explorar de modo mais ou menos positivo os campos de sentidos gerados em torno do sintagma “politicamente correto”. De certo modo, até pelos excessos caricatos que ensejavam a linguagem voltada à afirmação dos grupos postos em condição subalterna, foi constituída uma área de negatividade que investiu no tom acusatório e mesmo de desqualificação das lutas de emancipação daqueles grupos. Tal manobra discursiva destinada a esvaziar os significados últimos dos termos “político” e “correto” e as suas direções de uso, servia/serve de esclarecimento, para além das operações de linguagem, dos conflitos entre maneiras de ver e entender os constituintes sociais, na pluralidade

das convicções, ideologias, comportamentos, etc.

O que terminou por entrar em jogo foi, portanto, um mecanismo de disputa política – cujas ampliações assistimos até os dias correntes – com eventos de percurso ilustradores do radicalismo alcançado, como no conhecido episódio ocorrido na Universidade de Stanford. Em 1988, a prestigiosa instituição de ensino californiana fez uma mudança em sua grade curricular alterando o tradicional curso de Cultura Ocidental, que incluía leituras de Homero, Platão, Shakespeare, Nietzsche, etc. passando a chamá-lo de Culturas e Valores e adicionando uma bibliografia não restrita ao chamado cânone ocidental; dela passaram a fazer parte nomes como os do antilhano Frantz Fanon e da líder indígena guatemalteca Rigoberta Menchú, ambos envolvidos nas causas pela defesa das minorias e pela afirmação política dos povos marginalizados.

A reação do *establishment* foi rápida. O Partido Republicano, setores da imprensa e grupos conservadores, se esmeraram em atacar o que entendiam estar patrocinando o arrefecimento da cultura ocidental nas universidades americanas, visto que se objetivava matar, mais uma vez, pensadores como Homero, Platão ou Aristóteles. Apesar do exagero ensejado na afirmativa, vinha à luz, enfim, na dimensão máxima de sua claridade, a luta ideológica – e os inevitáveis interesses eleitorais e políticos – travestida em argumentos culturais e dinâmicas civilizatórias que estariam enfraquecendo os valores ocidentais. O multiculturalismo e o relativismo cultural passaram a ser identificados, sem mediações, com o “politicamente correto”, portanto algo a ficar na linha de fogo da desqualificação.

A resposta ao “politicamente correto”, que talvez tenha ganhado – e de forma um pouco tardia – forte aceleração em países como o nosso, se auto-intitula “politicamente incorreta”, produzindo, inclusive, livros e manuais dedicados a reescrever a história do Brasil, do continente latino-americano, o perfil de personagens que marcaram a vida pública pátria, e até mesmo a filosofia e a história econômica universal. *Blogs* e *sites* ajudam a compor este quadro midiático no qual a nova linha justa de análise e explicação dos eventos sociais, políticos, culturais, comportamentais, etc. ganha circulação. O andamento discursivo está, em seus configuradores gerais, baseado no combate às tendências libertárias, de esquerda e mesmo das liberais progressistas.

Em conflito ideológico claramente enunciado, cada conto pode representar a vitória de um ponto. Daí que os temas vinculados às etnias, à mobilidade

social, aos comportamentos, às características culturais ou religiosas, às escolhas políticas, possam ser caldeados para ordens discursivas que ou colocam um freio, por exemplo, nas piadas, palavras designadoras e expressões de tratamento consideradas agressivas (puta, gorda, negrinho, anão, aleijado, etc.) ou entendem como natural e parte da cultura, ou mesmo gesto censor, impedir, controlar, criticar tais avocações de linguagem. Esclarece-se o porquê de certos grupos conservadores ao deslegitimarem a retórica associada ao “politicamente correto” acabarem reiterando inflexões discriminatórias dando-as, simplesmente, como partes dos fluxos discursivos ordinários<sup>2</sup>.

Seja como for, não se pode esconder o fato de assistirmos, no fundo, a um enlace entre signo e ideologia, linguagem e valor, mutáveis segundo os grupos de pressão e os lugares enunciativos que ocupam nas cadeias discursivas, esclarecendo, através das escolhas retóricas, a luta permanente que os enunciados “politicamente corretos ou incorretos” travam na construção de suas hegemonias, considerando, claro está, o contexto das sociedades, como a nossa, que não vivem sob a égide da ditadura e onde a liberdade de expressão encontra-se, no fundamental, garantida.

Em outros termos, do ponto de vista da pragmática comunicativa, estamos frente a uma questão discursivo-ideológica, logo, de reconhecimento da linguagem enquanto lócus de produção social de mensagens e que permite a constituição enunciativa de valores, conceitos e preconceitos. O esclarecimento último deste processo fica dependente das negociações a serem estabelecidas entre os sujeitos localizados nas cadeias interlocutivas, nos modos como serão transitados e apreendidos os temas e figuras instituidoras dos campos de significação dos discursos em seus variados mecanismos de circulação.

A despeito de estarmos diante de expressões opostas, entre o “politicamente correto e o incorreto”, o que se evidencia como problema de fundo é o mecanismo de tratamento do outro, vale dizer, dos procedimentos capazes ou não instituir os processos de alteridade. O conceito em tela está formulado não apenas como reconhecimento do outro, mas, também, como aceitação de um fundamental princípio de convivência, de interdependência entre os sujeitos, dado que existe óbvia impossibilidade de sermos o outro. As marcas da diferença não podem

2 À luz desta “dialética das negatividades” orientada por formações discursivas cujos sentidos só podem ser completados segundo o jogo entre linguagem e ideologia, é interessante retomar o conceito foucaultiano de interdição/palavra proibida (FOUCAULT, 1971).

funcionar, entretanto, como álibis para que as identidades sejam apagadas, tratando-se, antes, de promover os múltiplos vínculos singulares ou particulares que se projetam na totalidade dos sujeitos sociais; noutros termos, há que se expandir a idéia da outridade.

Talvez resida nesta perspectiva, a que se ancora na ativação dos procedimentos dialógicos, com vistas a alcançar a consciência da alteridade, uma alternativa para reduzir o nível de intolerância frente à diferença. E, neste caso, o “politicamente correto” serviu como provocação positiva, forçando a abertura de uma discussão extremamente relevante para a vida associada. Se isto foi transformado, como muitas vezes encontramos ressaltado, em manifestação autoritária, “verdadeira praga”, algo condenável e contestável, conforme os adversários ideológicos ditos “politicamente incorretos” é questão a merecer explicitação consoante os andamentos ideológicos que marcam as diversas formações discursivas em cena.

### **(In)correção política e educação**

A digressão precedente envolvendo o “politicamente correto” tem o intuito de situar o assunto no âmbito da educação, considerada, aqui, sob a perspectiva escolar. Promover a formação educativa dos jovens, sobretudo quando estão em causa os ciclos básicos, implica mirar uma faixa de constituição da cidadania que precisa incluir os signos da tolerância e da convivência democrática. Isto é, o espaço educativo formal reúne plenas condições para facilitar o debate em torno dos valores que respeitem a dignidade humana e reconheçam a alteridade que não teme as interlocuções com a diferença.

Em declaração recente, o primeiro ministro francês Manuel Valls, juntamente com a ministra da educação Najat Vallaud-Belkacem, ambos de origem estrangeira, anunciaram um plano para lutar contra o ódio e a discriminação que vem atingindo fortemente a França. O massacre na redação do Charlie Hebdo, o atentado promovido pelos jihadistas do ISIS (Exército Islâmico, Daesh) em Paris, os ataques aos muçulmanos, judeus, imigrantes, etc., formam um caldo de cultura complexo que envolve inflexibilidade, sectarismo, eiação (EICHENBERG, 2016).

O nacionalismo xenófobo e discricionário encontra neste ambiente,

através de organizações como a francesa Frente Nacional (ou assemelhadas que se espalham por outras partes do mundo, a exemplo da ampliação de grupos feitos à imagem e semelhança da Ku Klux Klan, nos Estados Unidos<sup>3</sup>), um frutuoso território para ampliar palavras de ordem em torno da defesa do que consideram os verdadeiros valores pátrios e, sobretudo, contra a ocupação de postos de trabalho e obtenção de direitos sociais por estrangeiros. Tomar este vetor discursivo e remetê-lo ao contexto do chamado “politicamente correto ou incorreto” pode ser ilustrativo da luta retórico-ideológica a que fizemos menção.

Para Manuel Valls, a resposta importante voltada a combater posições discricionárias e carregadas de intolerância<sup>4</sup>, deveria vir da educação, entendida como instância social que requisita, pelo fortalecimento das operações dialógicas, a aceitação do outro, da convivência múltipla, do respeito aos parâmetros democráticos.

Cabe lembrar que evento recente envolvendo a educação formal no Brasil, recolocou a luta ideológica em torno do “politicamente correto/incorreto” tendo como pretexto um livro de Português (RAMOS, 2011)<sup>5</sup> dirigido ao ensino fundamental e supostamente dedicado a demonstrar que não há problema em falar ou escrever errado, neste caso, algo processado fora dos preceitos da

---

3 Em entrevista ao site R7, Lawrence Grant, um dos líderes da Igreja Nacional dos Cavaleiros da Ku Klux Klan (NCKKK, um dos maiores grupos dos EUA), afirmou: “Acreditamos na superioridade da raça branca, de origem européia e caucasiana. Não somos a favor da violência, queremos apenas que negros, hispânicos e homossexuais vivam entre eles e não se misturem com a gente”. Com voz pausada e fala articulada, o “reverendo” Grant, como é chamado dentro do grupo, diz acreditar que a imigração é totalmente desnecessária para os Estados Unidos: “Somos, sim, totalmente contra a onda de imigrantes ilegais que cruzam a fronteira do México, vêm para os Estados Unidos e fazem filhos aqui apenas para poderem pedir residência permanente”. Sobre os homossexuais, Grant é categórico, mas faz questão de ressaltar que não incita a violência”. O homossexualismo é uma abominação, uma violação do texto da Bíblia. Mas se esse tipo de gente escolhe viver dessa maneira, que vivam entre eles e não se metam com a tradicional família americana. Não prego a violência contra gays”. Disponível em: <http://noticias.r7.com/internacional/noticias/grupos-racistas-da-ku-klux-klan-crescemprotegidos-pela-constituicao-nos-eua-20110717.html>

4 A idéia de uma luta de civilização opondo, de um lado, os valores ocidentais e, de outro, a barbárie (entendido, aqui, como expressão do radicalismo islâmico, do terrorismo fanático, da barbárie) entra neste contexto de intensificação discricionária que só evidencia o crescendo dos ódios. Manifestação clara neste sentido veio do âncora William Waack, no jornal da Globo, comentando o dramático atentado corrido em 13 de novembro de 2015, em Paris: “Vamos chamar as coisas pelo nome: a França e suas vítimas são o lado da civilização, o lado de nossos valores. Os terroristas, o da barbárie”. O problema não reside em associar terrorismo e barbárie, mas em deixar subentendido que a civilização tem um lado, e este está vinculado aos “nossos valores”. Povos, países, civilizações que não tenham os “nossos valores”, ganham a parceria da barbárie, algo a ser combatido, inclusive pela força das armas, conquanto o efeito colateral deste procedimento venha a ser o bombardeamento de hospitais, a morte de civis inocentes, a ocupação indevida de territórios.

chamada língua culta e da gramática padrão ensinada na escola. Afora o festival de sandices que presidiu o bate-boca, em tentativas estapafúrdias de chamar João de José, a acusação dominante posta em circulação pela imprensa, era a de que os autores do livro desejavam dar continuidade ao “politicamente correto” que consistia em aceitar a fala “errada” como um novo paradigma expressivo para o ensino gramatical de nossa flor inculta e bela<sup>6</sup>.

O que se perdeu, aqui, foi o exercício da possível função educadora da escola, tendo em vista o abandono do problema central em tela atinente ao conceito de variabilidade linguística; restou a eterna miséria de posicionar o elemento pedagógico à luz do espetáculo, parte dele de largo agrado junto à imprensa. Já não se podia mais mostrar as diferentes modalidades de textos e falas, discutindo o conceito de pertinência, de estigmatização linguística, de exclusão/desqualificação dos sujeitos pelo verbo mal conjugado ou pelo acionamento impróprio de um pronome. A interdição do debate motivado pelo pressuposto de que estávamos diante de uma jornada “politicamente correta”, permitiu, em muitas frentes, o triunfo do “politicamente incorreto”. Este pressionou de todas as maneiras, em incontáveis editoriais indignados e reportagens estampadas em jornais e programas de televisão, no sentido de, simplesmente, negar a reflexão acerca de um componente que marca a linguagem cotidiana, promovendo, conseqüentemente, acerba campanha para excluir o referido livro didático do rol dos materiais a serem utilizados em sala de aula.

Seguindo a mesma linha poderiam ser agregados outros exemplos, bastando o conhecido diz-que-diz em torno do kit gay, assim chamado para exatamente desmoralizar, sob o império de interesses político-eleitorais e uma religiosidade oportunista, o programa Brasil sem homofobia/Escola sem homofobia, voltado a combater a violência e o preconceito contra os grupos LGBT. Escusemo-nos de tratar do Projeto de Lei, ainda em tramitação no Congresso Nacional, obrigando as escolas a ensinarem o criacionismo/design inteligente, como forma de promover um determinado ideário moral/religioso; ou mesmo do barulho patrocinado por certos movimentos de pais e associados objetivando a penalizar professores que não ministra com a devida “objetividade” os conteúdos escolares.

---

6 Para acompanhar parte da longa discussão travada em torno do livro, ler o conjunto de textos reunidos em: [http://www.globoeditora.com.br/pdf/por\\_uma\\_vida\\_melhor.pdf](http://www.globoeditora.com.br/pdf/por_uma_vida_melhor.pdf). A inserção, nos buscadores digitais, de palavras e expressões-chaves como: livro usado pelo MEC ensina a falar errado; livro ensina português errado; etc. trará enorme quantidade de textos que condenam o “atentado praticado contra o idioma”.

Como se verifica, a educação formal, também se ressentida das lutas discursivo-ideológicas que representam os jogos de pressões e contrapressões exercidas por setores sociais que ganham os epítetos de “politicamente correto” ou “incorreto”. Atente-se, contudo, que para além de estereótipos, modelos, símiles e slogans, a educação deve ser um lugar formativo, logo o menos infensa possível às interdições, censuras, preconceitos, intolerâncias, discriminações, desenvolvendo a sua vocação para estimular os processos de análise, reflexão, formulação e crítica, tendo em mira garantir a tolerância, a abertura dialógica e o respeito aos princípios republicanos.

### Referências Bibliográficas

EICHENBERG, Fernando. “França lança plano de 100 milhões de euros para combater racismo”. *Online*. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/mundo/franca-lanca-plano-de-100-milhoes-para-combater-racismo-15904571>. Acessado em 05 Jan. 2016.

FOUCAULT, Michel. *L'ordre du discours*. Paris, Gallimard, 1971.

RAMOS, Heloisa. *Por uma vida melhor*. Coleção Viver, Aprender. Global Editora, 2011.

VOLTAIRE. *Tratado sobre a tolerância*. São Paulo, Folha de S. Paulo, 2015.

# O que há por trás das hashtags: a análise de imagens postadas por atletas no instagram<sup>®</sup>

Afonso Antonio Machado<sup>1</sup>

Vivian de Oliveira<sup>2</sup>

Vivemos em uma era cada vez mais conectada. Segundo Kozinets (2014), talvez hoje não tenha mais sentido falarmos sobre cibercultura como distinta de outras formas de cultura humana. A cibercultura, definida por Lévy (1999), como o conjunto de técnicas, de práticas, de atitudes, de valores e modos de pensar que se desenvolvem com o crescimento do ciberespaço, não pode ser mais desvencilhada de outras formas de cultura humana.

As redes sociais estão aí, e estão dominando tudo: as relações, o marketing, o comércio, o social! Não há como voltar atrás. Ao invés de discutirmos se ela é boa ou má, precisamos começar a estudá-las e entender as melhores formas de sua utilização. Precisamos adquirir a consciência de que toda causa possui um efeito. O uso das ferramentas das redes sociais traz consequências para as pessoas que as utilizam. Quando falamos em pessoas famosas, falamos de pessoas com um enorme número de seguidores, muito superior ao de cidadãos "comuns". Sabemos que as mídias sociais podem ser tanto um meio de promoção pessoal, como também podem abalar a imagem de uma pessoa, trazendo efeitos para sua vida tanto no âmbito pessoal quanto profissional.

No esporte, isto não é diferente. Cada vez mais os atletas alcançam status de celebridade, e as redes sociais para eles seguem essa mesma lógica. Não é difícil encontrarmos na internet sites que ranqueiam os melhores atletas para serem seguidos no Twitter<sup>®</sup>, no Instagram<sup>®</sup> e em outras redes sociais. As pessoas acompanham o que é postado pelos esportistas. As novas mídias sociais permitem

1 Afonso Antonio Machado e Vivian de Oliveira são pesquisadores do LEPESPE (Laboratório de Estudos e Pesquisas em Psicologia do Esporte), no I.B., UNESP- Rio Claro. [afonsoa@gmail.com](mailto:afonsoa@gmail.com).

2 Licenciada e Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) em São José do Rio Preto, com MBA em Perícia e Auditoria Ambiental (IBPEX - UNINTER) e Mestrado em Engenharia Ambiental pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) em Londrina.

com que as pessoas se tornem cada vez mais os próprios narradores de suas vidas e suas histórias (AZAMBUJA, 2012). Silva (2012) concorda ao dizer que no mundo contemporâneo em que vivemos, os receptores tornam-se produtores de seus próprios conteúdos, não só por meio de textos e imagens que compartilham, mas também pela possibilidade de escolhas a serem feitas, como por exemplo, quem pode ver minhas publicações, quais informações eu quero que cheguem até mim, etc.

Mas quando falamos de esporte, falamos de um ambiente em que desde os tempos da Grécia Antiga até os dias atuais, continua sendo dominado por homens. Para Camargo, Bragion e Vendite (2007), o esporte feminino no Brasil cedeu e ainda cede a pressões sociais, onde as mulheres acabam desempenhando um papel secundário ao esporte masculino. Para comprovar esse fato, alguns estudos nos mostram que a imprensa esportiva trata de maneira bastante diferente as mulheres e os homens que participam do universo esportivo (PEREIRA; PONTES; RIBEIRO, 2014; ROMERO et al., 2014a; ROMERO et al., 2014b). Esses autores afirmam que a mídia esportiva brasileira tende a valorizar os aspectos físicos das atletas mulheres, chamar atenção para sua beleza estética e não necessariamente para o rendimento esportivo, fato que não ocorre com os homens.

Desta forma, identificar o conteúdo das fotos postadas no Instagram® por atletas medalhistas brasileiros nos Jogos Olímpicos de Londres, em 2012, categorizar as imagens postadas pelos atletas de acordo com o tipo de imagem, o local e o momento em que foram feitas, a presença de hashtags, referências aos patrocinadores, destaque ao corpo e à vestimenta do atleta em questão e comparar as fotos postadas pelos atletas homens e pelas atletas mulheres para verificar se há alguma diferença das postagens relacionada ao sexo foram nossos objetivos.

### **Cibercultura e ciberespaço: espaço das redes sociais**

Para Lévy (1999), é impossível separar o ser humano de seu ambiente material, dos signos e das imagens pelos quais ele atribuiu sentido à vida e ao mundo. Da mesma forma, não podemos separar o mundo material das ideias que os fizeram serem criados e utilizados, nem de quem as concebem e utilizam. Dessa forma, as imagens, palavras e construções de linguagem adentram nas almas humanas, fornecendo meios e razões de viver a humanidade e suas instituições. Talvez possamos incluir aí, as tecnologias.

É importante ressaltar que a relação entre homem e máquina na tentativa de criar novos usos e interpretações não é apenas privilégio dos dispositivos tecnológicos mais modernos. Quando falamos de tecnologias não estamos falando apenas das novas tecnologias, mas sim de todas elas. Os artefatos tecnológicos presentes em toda a história humana devem ser entendidos como agentes de transformação e construção da vida do sujeito e da sua identidade (CARRERA, 2012).

Para Kerr (2012), estamos nos tornando esquizofrênicos, pois estamos ao mesmo tempo desligados do mundo, mas de uma forma onipresente. Bauman (2004) enfatiza essa condição quando diz que essa possibilidade de estar constantemente conectado acaba trazendo algumas outras consequências para a vida das pessoas. Atualmente, os meios de comunicação impulsionam o interesse pelo conceito de "Fear of Missing Out", ou FOMO, como é popularmente conhecido. FOMO pode ser definido como uma apreensão generalizada diante do fato de que as outras pessoas possam ter experiências gratificantes das quais se está ausente. É caracterizada pelo desejo de permanecer conectado constantemente com o que os outros estão fazendo (PRZYBYLSKIA et al., 2013). Traduzindo, "fear of missing out" quer dizer medo de perder e na prática, FOMO é a sensação de que, quando não estamos conectados, estamos perdendo algo, deixando de viver alguma coisa interessante.

De acordo com Lemos (2010: 20), "as redes sociais na internet se apresentam como uma rede de atores formada pela interação social que é mediada por um dispositivo técnico com acesso a internet". Para a autora, as redes sociais permitem a criação de novos grupos sociais, chamados comunidades virtuais, que são novas formas de inserções coletivas no ciberespaço (LEMOS, 2010). Recuero (2009) completa dizendo que existem dois elementos constituintes das redes sociais: os atores e as conexões. Os atores são definidos pelas pessoas envolvidas, ou pelos nós existentes na rede. Já as conexões são os laços sociais resultantes das interações entre os atores (RECUERO, 2009).

Primo (2007) declara que as redes sociais não são apenas conexões de dispositivos tecnológicos, mas sim um processo emergente que sustenta sua presença por meio de interações entre os envolvidos. Kerr (2012: 10), por sua vez, define a mídia social como um lugar, uma "zona permanente de autoexposição de nossa nova era digital" onde podemos, por meio dos dispositivos eletrônicos (como smartphones, tablets, etc), publicar coletivamente o retrato de grupo em

movimento do mundo. Para o autor, o que antes era chamada de vida virtual ou segunda vida, está se tornando de fato a própria vida por causa da mídia social. Diante disso, “a mídia social é como estar em casa; é a arquitetura em que habitamos” (KERR, 2012: 10).

De um modo geral, parece que a privacidade deixou de ser algo pelo que zelamos na atualidade, ou, se zelamos, não zelamos muito. Costumamos publicar de tudo em nossos perfis de redes sociais. Para Kerr (2012), o indivíduo que é a sua própria imagem no mundo conectado está paradoxalmente, em todo lugar e em lugar algum, ao mesmo tempo. Além disso, quanto mais visível parece, mais invisível ele está. Para o autor, “neste mundo todo transparente, estamos ao mesmo tempo em toda parte e em parte alguma, a irrealidade absoluta é a presença real; o totalmente falso é também o totalmente real” (KERR, 2012: 22).

### **O Instagram®**

A fotografia evolui ao longo dos anos, e graças ao avanço das tecnologias e ao surgimento de ferramentas como o Instagram, tirar e compartilhar fotos se tornou mais fácil e comum do que nunca. O Instagram é um aplicativo de rede social baseada em localização móvel que oferece aos usuários uma maneira de editar fotos, aplicar diferentes ferramentas de manipulação (filtros) para transformar a aparência da imagem e compartilhar instantaneamente com os outros usuários e amigos no próprio aplicativo ou em outras redes sociais, como Facebook, Foursquare, Twitter, etc. (HOCHMAN; SCHWARTZ, 2012). Para Silva (2012), o Instagram é um aplicativo que mistura o conceito de rede social com câmera fotográfica para celulares ou tablets. Atualmente, o Instagram também permite a captura, edição e compartilhamento de vídeos.

Para utilizar o Instagram, o indivíduo deve criar um perfil na rede social e selecionar os usuários que ele deseja seguir. O Instagram também permite uma certa privacidade aos seus usuários, pois é possível configurar uma conta como privada, fazendo com que os outros usuários precisem de uma autorização do dono do perfil para segui-lo e, conseqüentemente, visualizar as suas fotos. O aplicativo possui uma ferramenta de busca, denominada “explorar”. Por meio dela, é possível pesquisar usuários, *hashtags* e as fotos mais populares da rede social naquele momento. *Hashtags* são palavras-chave antecedidas pelo símbolo “#” que designam um assunto específico, e que no Instagram funcionam como um agrupador de

imagens relacionadas a determinado tema, facilitando a disseminação de um tópico e o acompanhamento de um conteúdo (CAVENDISH, 2013).

O Instagram estabelece uma nova dinâmica na sociedade. Existe o surgimento de uma nova profissão, inclusive: o *instagrammer* profissional. Embora ainda pouco conhecida no Brasil, a profissão tem feito sucesso em países como Estados Unidos e Austrália. O *instagrammer* profissional é contratado por empresas, órgãos, instituições governamentais para promoverem seus destinos, pontos turísticos, marcas e produtos em seu perfil no Instagram®, chegando a faturar 12 mil reais por mês segundo informações publicadas por De Oliveira et al (2014). São pessoas que costumam postar fotos de qualidade, com frequência e possuem uma grande quantidade de seguidores na rede social e, por esse motivo, atraem a atenção desses “investidores”.

Mas no que o Instagram se difere de outras redes sociais? Algumas particularidades fazem do Instagram único, que, para Linaschke (2011), podem ser resumidas em duas palavras: fotografia e comunidade. Embora outras redes sociais, como Facebook e Twitter por exemplo, também permitam o compartilhamento de imagens, apenas no Instagram o foco é a fotografia. Isso fica claro diante do fato que no Instagram não é possível postar sem uma foto ou um vídeo. Os usuários do Instagram não necessariamente se conhecem além da realidade virtual. É comum seguirmos ou sermos seguidos por alguém que mal conhecemos, ou não conhecemos de modo algum.

Mesmo assim, estas pessoas mantêm laços entre elas, mesmo que sejam fracos e informais. O grande número de usuários do Instagram® nos mostra a preferência por um processo rápido e dinâmico de disseminação de informações dentro do ambiente social. Além disso, outro chamariz da rede social é a possibilidade de popularização das pessoas que compõem a rede, pois quanto maior o número de seguidores, mais fama e boa reputação o usuário adquire (LEMOS, 2010).

### **A imagem na contemporaneidade**

A cultura mobile (que se refere às sociabilidades presentes entre os usuários de dispositivos móveis) faz parte da sociedade contemporânea. Estamos vivendo em uma era onde as tecnologias digitais interativas estão causando profundas e contínuas mudanças na maneira como os indivíduos veem, interceptam e

reproduzem as imagens cotidianas (MURAD, 2012). Para Kerr (2012), na explosão de imagens em todos os espaços sociais que vivenciamos hoje, desde o cinema até o YouTube, percebemos uma queda de fronteiras entre a imagem real e a virtual.

Para Lissovsky (2012) as fotografias são uma condensação de tempos, seres que vivem no limiar entre passado e presente. O autor compara as fotografias com fantasmas, pois segundo ele, as fotografias são instáveis, atravessam os tempos, e fazem a mediação entre o que foi, o que é, e o que será. Nas redes sociais, o compartilhamento torna o usuário um produtor de conteúdo. O verbo compartilhar (do inglês *share*) desloca o lugar do sujeito, "convidando-o a um constante trânsito de narração de sua própria vida e de seu cotidiano" (SILVA, 2012: 5). O Instagram, como exemplo de uma rede social baseada na imagem, consolida a demanda de visibilidade do sujeito contemporâneo, altera o modelo convencional de se fotografar na era digital e otimiza o processo de edição de imagens (SILVA, 2012). É por isso que o aplicativo possui um grande número de usuários e faz tanto sucesso, crescendo cada vez mais

Nas redes sociais, o papel dos observadores para o sucesso da representação é essencial, uma vez que é por meio deles que há a legitimação da imagem construída. Sem a participação do interlocutor, a identidade e os papéis representados não adquirem a validade necessária à interação (CARRERA, 2012). Prova disso é o mercado de seguidores e *likes* para o Instagram. Possuir seguidores e curtidas na rede social é tão importante para a afirmação dos usuários, que eles chegam a comprar estes "produtos".

De acordo com Martins (2013), a imagem produzida pelo homem, segundo diferentes concepções e estilos, diz ao homem, em cada época, que homem ele é. Por isso, o fenômeno do Instagram pode explicar muito sobre o ser humano contemporâneo. Além disso, Martins (2013) diz que as pessoas que não utilizam a fotografia como profissão, costumam fotografar com o objetivo de desbanalizar o banal. Parece ser exatamente esse o objetivo da utilização da postagem de fotografias nas redes sociais.

### **Os atletas e as redes sociais**

As redes sociais em geral são bastante utilizadas pelos esportistas na atualidade, desde os mais novos até os mais experientes. Para citar um exemplo, a matéria publicada no site O Tempo em 06 de novembro de 2014, intitulada

“Selfies após triunfos épicos viram moda entre os atletas alvinegros” diz respeito as fotos tiradas após as conquistas do Atlético Mineiro e postadas no Instagram pelos atletas. Também não é raro encontramos notícias referentes a postagens dos atletas em redes sociais. Apenas considerando o Instagram, podemos ver notícias como a divulgada no site UOL em 17 de novembro de 2014, uma das jogadoras do Brøndby, equipe de futebol que disputou o Campeonato Dinamarquês, postou em sua conta no Instagram uma foto com uma montagem, em que parte do time está de costas utilizando apenas a camisa do clube, sem os calções.

Outras são bastante polêmicas, trazendo consequências para os atletas envolvidos tanto em suas carreiras quanto em suas vidas pessoais. Em outro caso recente, o jogador Leroy Fer, do Queens Park Rangers e da seleção holandesa, foi vítima de insultos raciais por meio do Instagram. O atleta postou uma fotografia na rede social, na qual aparece ao lado de oito atletas da mesma seleção. A foto recebeu comentários onde os jogadores são comparados com macacos e escravos. Diante disso, a Associação de Futebol da Holanda (KNVB) publicou uma nota repudiando com veemência a atitude dos adeptos em relação a *selfie* publicada por Leroy.

Outro caso que também foi bastante comentado foi o do jogador Hulk, da Seleção Brasileira de Futebol. Após a conquista da Copa das Confederações de 2013, o jogador publicou em seu Instagram uma foto ao lado do zagueiro Réver, onde os dois exibem o troféu dentro do vestiário. Porém, ao fundo da imagem, o goleiro Diego Cavalieri aparece de toalha com o pênis à mostra. Hulk percebeu o problema e apagou a imagem cerca de 20 minutos depois de publicá-la, mas isso não foi suficiente para evitar que ela se espalhasse pela rede. Segundo notícias publicadas no site Bol Notícias, a foto publicada trouxe problemas para Diego Cavalieri de ordem pessoal, abalando o casamento do jogador.

Casos como esses fazem com que os profissionais envolvidos com o esporte se questionem sobre o uso das redes sociais pelos atletas. Na Copa do Mundo de Futebol de 2010, as seleções da Holanda, Espanha e Inglaterra proibiram que seus jogadores utilizassem o Twitter. Na Copa do Mundo do Brasil, em 2014, o técnico Luís Felipe Scolari, responsável pela seleção brasileira, permitiu que os jogadores utilizassem as redes sociais, porém com alguns limites. Em julho de 2015, a saltadora brasileira Ingrid de Oliveira postou em seu perfil no Instagram® uma foto em que aparece de maiô, e recebeu em sua foto comentários como “Ela sabia que ia provocar os homens”, “Ela quer mídia para sair na Playboy”, “Está querendo aparecer e ainda posa de santa”. Estes são exemplos que nos ajudam

a entender a influência das redes sociais nas vidas pessoais e profissionais dos atletas. Diante disso, é necessário saber lidar com estas questões, já que não podemos mais evitá-las.

### **O corpo masculino e feminino visto pela mídia**

Não podemos negar o poder e a influência da mídia em diversas esferas de nossas vidas. Para Romero et al. (2014) a mídia, como instituição que detém uma parcela expressiva de poder, pode ser interpretada como um elemento constituinte das representações da sociedade sobre a participação das mulheres na vida pública e esportiva. Ainda segundo os autores, exibir os *corpus sportivus* é uma forma bastante eficiente da mídia conseguir a audiência que tanto necessita.

A representação de execuções vigorosas e dinâmicas de movimentos inerentes à sua modalidade, em demonstrações de força, raça e garra ou comemorando de forma exaltada são predominantes. As mulheres atletas são retratadas evidenciando seus belos corpos, na maioria das vezes de costas, com foco nos glúteos e com o rosto oculto. São utilizadas imagens e palavras pejorativas, esdrúxulas e difamatórias, com o objetivo de vender o erotismo e o fetiche a um público que é majoritariamente masculino. A utilização de termos unicamente relacionados ao ser feminino nas manchetes e legendas é frequente, relacionando-os à sensibilidade e ao sexo frágil.

Para Pereira, Pontes e Ribeiro (2014), sendo o esporte uma categoria criada por homens e para homens, os Jogos Olímpicos acabam sendo um campo para exaltação de masculinidades hegemônicas. A pouca atenção que é direcionada para as atletas do sexo feminino pela mídia reflete o quanto o esporte ainda é visto como uma propriedade indissociável da masculinidade.

Em estudo realizado por Romero et al. (2014), cujo objetivo foi analisar a cobertura jornalística das finais da Superliga feminina de vôlei de quadra de 2007, os resultados indicam que há uma evidência aos corpos das jogadoras. As atletas não são fotografadas executando saque, fazendo levantamentos ou defesas individuais, o rosto das atletas permanecem encobertos em muitas vezes e a maioria das fotos sugerem as formas corporais das atletas de costas, explorando o erotismo. Diante disso, os autores concluíram que a cobertura jornalística coloca em destaque os atributos físicos das atletas em detrimento do desempenho, quando estes correspondem ao padrão de beleza convencional.

Diante de tudo isso, Romero et al. (2014) afirma que as representações sobre o esporte (especificamente o voleibol feminino) são atravessadas por questões de gênero. Além disso, a mídia esportiva reproduz as desigualdades de gênero e de raça ou cor da pele presentes na sociedade, ajudando com que o esporte continue a construir e enfatizar as diferenças entre os sexos baseadas nas tradições de feminilidade e de masculinidade dentro dele, operando como importante coadjuvante na perpetuação do relacionamento patriarcal (ROMERO et al., 2014).

### **Contra fotos não há argumentos: a imagem como documento de pesquisa**

Temos a impressão de sermos diariamente atropelados por uma enorme quantidade de imagens e seus significados. Seja por meio das mídias tradicionais ou das novas mídias, em todos os ambientes vemos uma enxurrada de imagens, carregadas de sentidos. Para Martins (2013), a nossa sociedade é intensamente visual e dependente da imagem, fazendo com que a fotografia seja um dos componentes do funcionamento desta sociedade. Para o autor, de certo modo, hoje, pensamos fotograficamente. Segundo Loizos (2012), o visual e a mídia exercem importantes funções na vida social, política e econômica. Para o autor, eles se tornaram fatos sociais e por este motivo não podem ser ignorados. A imagem, oferece um registro restrito, porém poderoso das ações temporais e dos acontecimentos reais (LOIZOS, 2012). Para Ferro (2005), as fotografias e as imagens em geral dizem, que as palavras não podem dizer.

Especificamente sobre o uso para a pesquisa, a fotografia é uma ferramenta válida de recolha de dados. Contudo, a ponderação sobre seu uso em contextos específicos de pesquisa, deve ter por base uma definição rigorosa das perguntas e dos objetivos da investigação (FERRO, 2005). Loizos (2012) complementa dizendo que, os registros de imagens não estão isentos de problemas, pois são passíveis de manipulação e são simplificações das realidades que lhe deram origem, uma vez que os acontecimentos do mundo real são tridimensionais e os meios visuais bidimensionais.

Por esses motivos, a análise da imagem requer alguns cuidados. Tratar a imagem fotográfica com um documento social de forma absoluta pode acarretar problemas, envolvendo as mesmas dificuldades que ocorrem quando se considera a palavra falada, o depoimento, a entrevista, como absolutos (MARTINS, 2013). Ferro (2005) afirma que outros métodos de pesquisa apresentam estes mesmos perigos, citando o exemplo de uma entrevista estruturada.

Os usos sociais da fotografia são formados culturalmente. Neste sentido, como prática social e significativa, a fotografia e suas aplicações são passíveis de análise sociológica (FERRO, 2005). A Sociologia Visual constitui-se de um campo disciplinar no qual a imagem é fonte de dados para a investigação. É formada por um conjunto de técnicas sistemáticas de análise e de recolha de imagens, além de um conjunto de teorias sociológicas sobre a imagem e a representação visual. A fotografia pode ser utilizada nos estudo de tipos-sociais, de práticas sociais, de relações sociabilidades e peculiaridades sociais, de estereótipos, normas e padrões sociais, de classes sociais e estilos de vida, de comunidades, de organizações, etc (FERRO, 2005).

### **Nossa trajetória**

A partir destes dados e com a curiosidade de saber como as questões relacionando Instagram, gênero e a forma como os atletas se representam por meio da rede têm sido discutidas pelos pesquisadores, utilizamos inicialmente a plataforma Google Acadêmico. Buscamos as palavras-chaves “Esportes, Gênero e Instagram”, “Sports, Gender and Instagram” e “Deporte, género y Instagram”. A busca foi feita no dia 30 de janeiro de 2014, às 11:00 horas. As dez primeiras referências encontradas para cada busca foram analisadas e nenhum estudo encontrado relacionou os três assuntos. Os atletas selecionados para as análises foram os medalhistas olímpicos brasileiros em Londres 2012, local da última edição dos Jogos Olímpicos. Escolhemos esta amostra por serem estes atletas de elite e que receberam certa atenção da mídia pelos seus feitos em 2012.

O número total de atletas brasileiros que foram medalhistas na última edição dos Jogos Olímpicos é de 58 atletas, de modalidades individuais e coletivas. Deste número inicial, foram excluídos da pesquisa os atletas que não possuem perfil no Instagram, os possuem um perfil privado (quando é necessária autorização do dono do perfil para poder visualizar suas fotos), o que faz com que o número total de sujeitos a serem utilizados para a pesquisa seja de 40 atletas. Este número refere-se aos dados encontrados em um levantamento realizado no dia 05 de janeiro de 2015.

A análise das imagens foi baseada nos ideais da Sociologia Visual (FERRO, 2005; MARTINS, 2013). Para auxiliar neste processo, criou-se um protocolo de análise, num formato *check-list*, que compreende itens pertinentes ao objetivo do

trabalho. Este método de pesquisa já foi utilizado anteriormente, como no estudo de Zanetti (2013). O protocolo criado para auxiliar na descrição e análise das imagens compreenderá questões pertinentes ao trabalho.

Dos 40 atletas que foram selecionados para esta pesquisa, 8 são de esportes individuais e 32 de modalidades coletivas. Os atletas das modalidades coletivas foram responsáveis por 1.860 das fotos publicadas, o que representa aproximadamente 91% do total. Por outro lado, os atletas de esportes individuais publicaram apenas 165 fotos, somando 9%. Dos atletas de equipes coletivas, os atletas de futebol (masculino) foram os responsáveis pelo maior montante de publicação, com 734 fotos. Em seguida estão as jogadoras de voleibol feminino com 665 fotos, e os atletas de voleibol masculino, somando 461 imagens.

Os jogadores de futebol são, juntos, os que mais possuem seguidores, e também os que mais postaram imagens no período da pesquisa. O Atleta 8 é, dentre os selecionados, o que mais possui seguidores e também o que mais fotos publicou. Em 5 de janeiro de 2015 ele possuía mais de 13 milhões de seguidores, e postou em um período de quatro meses 208 fotografias no Instagram. As análises de acordo com o *check-list* criado começam pelos tipos de foto que são postadas pelos atletas no Instagram. Das 2.025 fotos publicadas no período da pesquisa, 994 imagens (49,1%) são do próprio atleta. Em seguida, aparece a categoria "Montagens", com 284 ocorrências (14,0%). Em terceiro lugar, com 12,8%, aparecem as *selfies* com outras pessoas além do atleta. Logo após aparecem as *selfies* onde aparece apenas o atleta com 154 (7,6%) ocorrências. Em seguida estão as imagens de terceiros (4,2%) os memes (2,7%), as imagens de objetos (2,4%), de paisagens (1,5%) e, por último, de comidas e pets, empatadas com 1,1%. Em 70 casos (3,5%), as fotos foram enquadradas na categoria "Outros".

Notamos algumas pequenas diferenças quando comparamos o sexo dos atletas envolvidos na pesquisa. Para as mulheres, das 667 fotos postadas por elas, a maior parte são fotos delas mesmas, com 44,8%. Em seguida estão as montagens (18%), as *selfies* com outros (10,3%), as *selfies* onde estão apenas as atletas (9,9%), os memes (5%), as fotografias de terceiros (2,7%), de objetos (2,2%), de pets (1,9%), de paisagens (1,3%), e por fim, de comidas (1%). No caso delas, 2,8% das fotografias postadas se encaixam na categoria "Outros". Quando se trata dos homens, das 1.348 imagens publicadas 51,3% também são dos próprios atletas. Para os homens, aparecem em seguida as *selfies* com outras pessoas além do atleta (51,3%), as montagens (12%), as *selfies* apenas dos atletas (6,5%), as fotos

de terceiros (5%) e de objetos (2,4%). Os memes e as imagens de paisagens aparecem empatadas com 1,6% das publicações, e depois aparecem as imagens de comidas (1,2%) e de pets (0,7%). A categoria "Outros" abarcou 3,8% do total das fotografias.

Sobre o tipo das fotografias postadas pelos atletas desta, percebemos que o tipo mais comum são as fotos em que os atletas estão presentes, sejam elas tiradas por eles próprios (*selfies*) ou por outra pessoa. Este fato corrobora com os achados de Bakhshi, Shamma e Gilbert (2014), que afirmam que um dos tipos mais comuns de conteúdo de fotos compartilhadas nas mídias sociais é fotos de pessoas ou com faces humanas. A maioria das fotos postadas foram feitas em locais de trabalho. Ao mesmo tempo, percebemos que o maior número das imagens publicadas indica que foram feitas em momento de descontração. Isso aponta que apesar do potencial das redes sociais para a promoção de marcas, o número de fotos com propagandas de patrocinadores parece ser pequeno, além do destaque ao corpo e à vestimenta também ser pouco aparente. Porém, o uso de *hashtags* na maioria das fotos indica uma tentativa de tornar a foto popular, já que a partir do momento em que são colocadas *hashtags* em uma fotografia, aumentam-se as possibilidades dessa imagem ser encontrada e visualizada com mais facilidade nas redes sociais.

### **Considerações finais**

A partir deste trabalho, percebemos que o Instagram reforça essa necessidade das pessoas na atualidade, que é mostrar-se nas redes sociais. Com os esportistas este padrão se repete, já que os dados revelam que os atletas estão presentes na imensa maioria das fotos postadas. O Instagram® não é responsável apenas por criar famosos, mas para afirmar a fama dos que já são personalidades.

Podemos dizer que a rede social é usada de forma descompromissada pelos atletas, já que a maior parte das fotos são postadas em momentos de descontração. Porém, não podemos esquecer que o local onde a maior parte das fotos foram realizadas foram em locais relacionados ao trabalho dos atletas (centros de treinamentos, vestiários, ginásios, estádios, etc.), o que indica uma tentativa de afirmar a identidade esportiva destes usuários, reforçar a imagem de atleta que eles possuem. Além disso, o uso frequente de *hashtags* indica que os atletas pretendem aumentar o número de visualizações das suas imagens.

Por outro lado, não podemos deixar de notar que algumas fotos são claramente formas de promoção para os próprios atletas e para os seus patrocinadores, considerando o número de fotos com destaque ao corpo, às vestimentas dos atletas e aos seus patrocinadores. Isso deve ser levado em conta, pois pode gerar retornos financeiros. Por outro lado, quando comparamos os atletas homens e mulheres percebemos que o Instagram reflete a hegemonia do esporte masculino quando comparado ao feminino, já que os atletas homens possuem um maior número de seguidores quando comparado as mulheres.

Quando comparamos as características das publicações entre homens e mulheres, verificamos poucas diferenças em relação ao padrão de postagem adotado por eles. Mas algumas diferenças nos percentuais nos fizeram refletir sobre alguns pontos. O maior destaque aos patrocinadores dado nas fotos publicadas pelos homens do que nas publicadas pelas mulheres também destaca a hegemonia e maior importância dada para o esporte masculino, que atrai muito mais patrocínios.

Ao contrário do que poderia ser esperado, considerando o tratamento dado pelas mídias tradicionais, os homens expõem mais os seus corpos nas redes sociais do que as mulheres. Isso nos diz que a sexualização das atletas e o apelo ao físico e ao belo que é muitas vezes nas chamadas mídias como jornais, TV's, portais de notícias, etc não se repete nas redes sociais. O número de imagens com destaque ao corpo das atletas é pequeno. Isso pode nos indicar um aspecto tendencioso da mídia tradicional no tratamento das mulheres atletas, com o objetivo de "vender jornais", já que o esporte ainda é um conteúdo consumido principalmente por homens. Ao final deste trabalho, consideramos outras possibilidades, que julgamos interessante para outros estudos futuros. Dentre elas, estão explorar as *hashtags* e as legendas (o conteúdo textual das publicações), estudar o número de curtidas de cada foto postada, além de comparar atletas de diferentes modalidades, em diferentes países e/ou realidades. Acreditamos que em um mundo cada vez mais social e conectado, é importante dar continuidade aos estudos nessa área.

## Referências Bibliográficas

AZAMBUJA, C. C. Efeitos McLuhan. In: MONTAÑO, S.; FISCHER, G.; KILPP, S. *Impacto das novas mídias no estatuto de imagem*. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 87-94.

BAUCKHAGE, C. Insights into Internet Memes. In: V INTERNACIONAL CONFERENCE ON BLOGS AND SOCIAL MEDIA, Barcelona. *Proceeding...* Menlo Park: AAAI Press, 2011. p. 42-49.

BAUMAN, Z. *Amor Líquido*. Cotia: Zahar, 2004.

CAMARGO, V. R. T. BRAGION, L. H. A. VENDITE, C. C. A construção midiática da imagem e da mulher no esporte e suas conquistas sociais. In: MARQUES, J. C. *Comunicação e esportes*. São Paulo: Intercom, 2007, p. 172-183.

CARRERA, F. "Instagram no Facebook: uma reflexão sobre ethos, consumo e construção de subjetividade em sites de redes sociais". *Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, v. 12, n. 22, p. 148-165, 2012.

CAVENDISH, A. A. *A passarela virtual: uma análise do aplicativo Instagram como plataforma de construção de narrativas de moda*. 87 f. Monografia (Bacharelado em Publicidade e Propaganda) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade de Brasília, 2013.

DE OLIVEIRA, V., ARONI, A. L., RIBEIRO, L. B., BAGNI, G., & MACHADO, A. A. "Análise das imagens postadas no Instagram por jogadores e jogadoras de futebol: um estudo piloto". *Anais do III Congresso Nacional de Psicol. da Motr Humana*. 26, 2014, Rio Claro: 2014

FERRO, L. "Ao Encontro da Sociologia Visual". *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, n.15, p. 373-398, 2005.

HOCHMAN, N.; SCHWARTZ, R. "Visualizing Instagram: tracing cultural visual rhythms". In: VI INTERNACIONAL AAAI CONFERENCE ON BLOGS AND SOCIAL MEDIA, Dublin. *Proceedings...* Menlo Park: AAAI Press, 2012. p. 6-9.

KERR, M. A. "Em busca de uma ecologia da imagem-fantasma". In: MONTAÑO, S.; FISCHER, G.; KILPP, S. *Impacto das novas mídias no estatuto de imagem*. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 49-56.

KOZINETS, R. V. *Netnografia*. São Paulo: Penso Editora, 2014.

LEMONS, A. *Cibercultura*. Porto Alegre : Sulina, 2010.

LÉVY, P. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

LINASCHKE, J. *Getting the most from Instagram*. Berkeley: Peachpit Press, 2011. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=zI3Km4=instagram&ots=pW>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

LISSOVSKY, M. "Os fotógrafos do futuro e o futuro da fotografia". In: MONTAÑO, S.; FISCHER, G.; KILPP, S. *Impacto das novas mídias no estatuto de imagem*. Porto Alegre: Sulina, 2012, p. 13-27.

LOIZOS, P. "Vídeo, filme e fotografias como documento de pesquisa". In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Petrópolis: Vozes, 2012, p.137-155.

MARTINS, J. S. *Sociologia da Fotografia e da Imagem*. São Paulo: Contexto, 2013.

MURAD, M. *A Violência no Futebol*. São Paulo: Saraiva, 2012.

PEREIRA, E. G. B.; PONTES, V. S.; RIBEIRO, C. H. V. "Jogos Olímpicos de Londres 2012: brasileiros e brasileiras em foco". *Revista de Educação Física UEM*, v. 25, n. 2, p. 257-271, 2014

PRIMO, Alex. "O aspecto relacional das interações na Web 2.0". *E-Compós* (Brasília), v. 9, p. 1-21, 2007. Disponível em: < <http://www6.ufrgs.br/limc/PDFs/Web2.pdf> > Acesso em 10 de outubro de 2015.

PRZYBYLSKIA, A. K.; MURAYAMAB, K.; DeHAANC, C. R.; GLADWELLD, V. "Motivational, emotional, and behavioral correlates of fear of missing out". *Computers in Human Behavior*, v. 29, n. 4, p. 1841-1848, jul. 2013.

RECUERO, Raquel da Cunha. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ROMERO, E.; MIRAGAYA, A. M. F.; RIBEIRO, C. H. V.; PEREIRA, E. G. B. "O olhar da imprensa sobre o vôlei feminino: quando a sombra se destaca". *SALUSVITA*, v. 33, n. 1, p. 17-44, 2014.

SILVA, P. I. R. "Instagram: um modo de narrar sobre si, fotografar ou de olhar para se ver". In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE, 17, Ouro Preto. *Anais...* Ouro Preto: 2012.

ZANETTI, M. C. *Second Life®: corpo ou avatar? Realidade ou fantasia?* 179 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Humano e Tecnologias) – I.B., UNESP, Rio Claro, 2013.

The background features a dark, semi-transparent overlay with a decorative pattern. It consists of a grid of squares, with each square containing a stylized scroll or flourish design. The overall effect is that of a window with ornate ironwork or a decorative screen.

**Parte II**

**LIBERDADE DE  
EXPRESSÃO:  
CONTEXTOS**

# Análise social da censura no universo da criação teatral

Lúcia Maria Salvia Coelho<sup>1</sup>

A “censura à comunicação social” consiste no impedimento da publicação de um texto ou discurso por diferentes meios legais, considerado como abusivos em casos previstos pela lei. A censura vai de uma expurgação completa de um texto até formas mais atenuadas.

Para analisar os efeitos da censura em nossa sociedade apenas utilizarei como referência aquela exercida contra a publicação da peça de Helena Silveira (escrita em 1948), baseada em um artigo de 17 de abril de 1928, que visa “impedir a representação de peças que por sugestão ou ensinamentos, possam induzir alguém à prática de crimes, ou contenha a apologia, direta ou indireta, destes” e “que provoca antagonismo entre raças”.

Nesta peça teatral de inegável valor artístico e social, os censores visam impedir a expressão de um fato real, conhecido apenas através de manchetes e declarações policiais e que provocou impacto na população, mas que não produziu qualquer tipo de discussão pública, qualquer reflexão sobre o significado e os fatores sociais envolvidos nesta tragédia, já que “o povo é frágil e facilmente influenciável”. Afirmam os censores que a expressão artística de um fato trágico, que escapa às regras morais convencionais (“ofensas à moral e aos bons costumes”) poderá levar algumas pessoas a imitar o ato criminoso, servindo como modelo de conduta antissocial. Então é preciso escondê-lo, esquecer-lo, de modo a evitar qualquer reflexão sobre o contexto psicológico e social em que se deu o ato criminoso.

E, neste caso, a proibição de um espetáculo público é ainda mais drástica pelo fato dele tocar em temas, tabus que envolvem a estrutura familiar, o incesto

---

1 Psicóloga, Mestre em Filosofia das Ciências, Doutora em Ciências Médicas, Professora Universitária, Especialista na Prova de Rorschach, Presidente da Sociedade Rorschach de São Paulo.

(mesmo que apenas insinuado pelos personagens), a própria sexualidade da jovem ainda virgem, o preconceito racial, hipocritamente negado em nossa sociedade, mas também o fato do criminoso pertencer à classe média, fugindo ao estereótipo do marginal brutal e antissocial. É melhor calar, e apenas exibir espetáculos ou publicar notícias que favoreçam o grupo dominante que controla a “opinião pública”: entidade abstrata, concebida em uma perspectiva social dominante, atualmente construída pelas pesquisas de sondagem sobre a “vontade popular” de modo a fornecer aos políticos e publicitários os meios para manipulá-la. No plano individual ocorre uma incitação para se pensar como todo mundo.

E mesmo ainda hoje, é poderosa a resistência da sociedade em expor os modos de destruição operantes em seu próprio núcleo de resistência: a família. A família enquanto foco de interação social e de resistência contra ameaças externas, se transforma em um meio de estagnação do pensamento crítico. Na peça de Helena Silveira fica evidente este conflito: os diálogos reduzidos e repetitivos, que muitas vezes se transformam em monólogos, sem, entretanto, eliminar o sentimento de pertença de seus membros a uma estrutura rígida que os encerra, além de suas decorrências: extrema dependência, conflitos de poder, frustração, construção de barreiras que impedem aos personagens o convívio social participante e a reflexão crítica e aberta de suas condições de existência.

Nessa peça, a imagem do pai já aparece transformada, apagando-se após sua morte; a autoridade da mãe poderosa e muito amada torna-se cada vez mais um impedimento da liberdade dos filhos, e mesmo uma ameaça à sua existência e integridade psíquica. Nessa peça, não há uma incitação ao crime, mas um alerta contra as consequências nocivas das crises atuais que a família brasileira enfrenta cada vez mais. Os filhos são percebidos como seres dependentes e inertes, constituindo para o jovem mais velho (o criminoso) obstáculos à sua realização social, afetiva e econômica. Essa peça nos faz lembrar outra escrita por Tennessee Williams, cujo título em português foi *À Margem da Vida*. Esta também aborda questões cruciais relacionadas com a crise econômica dos Estados Unidos e que também afeta profundamente a estrutura da família norte americana. Entretanto, a peça brasileira revela uma crise bem mais grave, que acaba em uma tragédia brutal, provocada pelo surdo ressentimento entre os membros da família.

E, é exatamente este rancor mútuo que deve permanecer invisível, disfarçado ou ignorado pelos demais, de modo a impedir a consciência crítica libertadora. A dinâmica entre os personagens segue as mesmas regras que a censura contra a exposição desta peça. Não há uma única interpretação adequada aos motivos

desta tragédia, por isso ela deve ser apresentada e discutida com o público para que ele possa refletir e combater as consequências destrutivas. A peça é apenas uma das explicações possíveis desta tragédia.

### **A censura nos regimes totalitários e democráticos**

A fronteira entre o tolerável e o intolerável, entre o que uma sociedade admite no registro do dizível, e mesmo do discutível e o que os grupos dominantes colocam na lista daquilo que deve ser apagado, não dito, não discutível, é muito variável no tempo e nas diferentes culturas. O grau de arbitrariedade do dispositivo de censura nos permitirá avaliar os critérios utilizados pela censura sombria, obscura e indiscriminada dos regimes totalitários em relação àquela dos regimes democráticos. Mas esta distinção não é tão evidente quando analisamos os critérios da censura utilizados pela democracia formal em relação à democracia real. Para que um povo seja livre ele precisa ter acesso a uma informação transparente, susceptível de reflexão e debates. A censura prévia exercida por um órgão oficial do governo totalitário que impede a visibilidade pública de um fato, produz uma ignorância partilhada, um ponto cego até para os cidadãos mais atentos e críticos e da qual a censura extrai todo o seu poder.

No Brasil, com o término da ditadura, a nossa sociedade poderia atuar em plena luz, exibir seus próprios critérios e valores, exercer plenamente sua capacidade criativa nas artes e nas ciências. Mas isto não ocorre, pois além da inércia do pensamento crítico e sua escassez, que produzem distorções em nosso conhecimento cultural e em nossa história, ainda somos influenciados pelos valores impostos pela ditadura. Por isso, os grupos dominantes enfatizam a necessidade de esquecer os atentados aos direitos humanos praticados durante a ditadura, para exercermos atualmente a liberdade que nos é permitida. Esta falácia facilita a repetição dos erros cometidos em nossa história, o retrocesso e a passividade.

### **A passividade e a censura invisível**

Em sua teoria sobre as operações exercidas pela censura, o sociólogo francês Pierre Bourdieu propõe o conceito de *habitus*, ou conjunto de esquemas de percepção ("modos de observação") e categorias de classificação de significados no interior do sujeito ("mundo subjetivo"), como produtos de estruturas de seu universo social com as quais o indivíduo pode contar. O *habitus* leva a uma adesão

pré-reflexiva e passiva do sujeito às condições e aos valores de seu universo. Assim, Bourdieu põe em evidência a "censura estrutural" que tende a se exercer em todo discurso devido a sua posição em um sistema que define as normas e condições de aceitabilidade. Enfim, "o dizível em um determinado campo é o resultado daquilo que se poderia chamar uma *mise en forme*: parler c'est mettre en forme". Mas, como veremos, a formalização imposta pelo *habitus* nunca é total e definitiva.

Atualmente, nas diferentes democracias há uma forma indireta e talvez mais grave de controle da liberdade pelo exercício da *censura invisível*. Este tipo de censura tende a privar da vida pública a totalidade de sua existência. Neste caso, a proibição se exerce não contra certos discursos ou objetos culturais, mas, ao contrário, pela superexposição que a censura confere a outro discurso, ou a outros objetos. Ela não é mais o silêncio imposto à palavra, mas a exposição acentuada e insistente de outro discurso. Adota-se um ponto de vista privilegiado para excluir a possibilidade de se pensar de outro modo. Ela desvia a atenção da comunidade para outros temas privilegiados pelos grupos dominantes em uma democracia factícia. Neste caso, o papel da censura não é o de ocultar, mas ao contrário, é o de mostrar com força e insistência outro fato ou objeto, semelhante ao trabalho de um prestidigitador.

Em nossa sociedade a omissão de um fato acompanhada pela superexposição de outro, com ampla visibilidade, ocorre em diferentes áreas institucionais: cenas de tribunais durante um processo, campanhas da imprensa, formação de associações civis para legitimar junto ao público as medidas arbitrárias preconizadas por interesses econômicos.

Enfim, o poder econômico faz a sua publicidade, evita expor as questões cruciais para a população, e, conforme a ocasião, expõe de modo cru e insistente a violência entre os excluídos de modo a acentuar a insegurança pública e justificar a intervenção policial violenta (enquanto se calam sobre a violência exercida pelos grupos dominantes), transmitindo seus preconceitos e preferências com tamanha insistência e convicção que assumem o valor de constatação objetiva e universal, deixando de ser uma mera opinião ou preferência de um grupo dominante, excluindo assim a possibilidade de outros possíveis discursos e interpretações. Em seu livro *La censure invisible*, Durand focaliza o poder atual da mídia em selecionar o que pode ser visto e conhecido pelo público (verdadeiros atos de fé, diz o autor) :

Os jornais e revistas publicam discursos, modos pessoais de questionamento, textos de romances que se tornam mercadorias

de ideias a serem seguidas, enfim adotam o ponto de vista de seus empregadores, excluindo outras interpretações possíveis (DURAND, 2006).

Nos diferentes modos de comunicação atuais todas as instituições são faladas, elas se impõem pela imagem. Toda informação é construção na qual penetra a censura invisível, mas também há um princípio de destruição, de banalização ou de esquecimento no discurso da informação. No Brasil, o fluxo de eventos e a perspectiva histórica são mantidos abaixo da percepção social em um número considerável de fatos importantes, ou pelo menos de construções alternativas do material informativo. As notícias publicadas com certa insistência e extensão, e que são aparentemente neutras, servem para desviar a atenção do leitor. O editorialista de um jornal não fala seu discurso, ele é falado.

### **Conclusões**

Nos casos aqui comentados a censura proibiu a publicação e a representação de peças teatrais, o que impediu sua visibilidade ao público, e, portanto o seu conhecimento crítico: debates e interpretações possíveis em uma perspectiva mais ampla e abrangente. Este tipo de censura drástica é inaceitável em qualquer tipo de democracia. Como julgar um fato, uma obra de arte, uma descoberta científica, sem submetê-las à discussão pública? Como legitimar a atribuição de poder a um grupo de pessoas para decidir qual a verdade que deve ser exposta ao público, e que tipo de fatos deve ser apagado de nossa memória?

Tanto no caso da imposição do silêncio e da ignorância pela destruição de um texto ou de um objeto mesmo antes que ele se apresente ao público, como na expressão aberrante e brutal de espetáculos sensacionalistas que através da televisão invadem a privacidade da família e do indivíduo, sem qualquer respeito humano, insensíveis à dor alheia, dela tirando o máximo proveito, a censura atua de modo pernicioso. Ao apresentador da TV tudo é permitido contanto que ele não exponha, mesmo que de modo não intencional, a raiz destes conflitos sociais e o nome das instituições responsáveis por esta violência. A linguagem da peça de teatro ou de um filme, por ser mais sensível e exigir maior reflexão por parte do espectador, pode provocar uma atuação mais participativa em sua busca de compreensão e de solução dos conflitos. Mas, qualquer que seja o valor artístico da obra levada ao público, o seu autor deve estar pronto para defender suas

ideias e sofrer suas consequências.

Diante do silêncio imposto, como nos lembra Bourdieu, o sujeito sempre detém em si, no espaço dos possíveis que a ele se apresenta, uma margem de liberdade, ou melhor, de resistência aos determinismos. Para ampliar a nossa liberdade e alcançar uma crescente autonomia é preciso desenvolver uma consciência crítica da natureza destes fatores determinantes, de modo a resistir a eles. Neste caso, é fundamental a participação dos artistas e intelectuais neste processo, seja ele positivo ou negativo. Devemos apostar na possibilidade desta resistência crítica e lúcida ao desmascarmos as ilusões impostas pela censura.

### Referências Bibliográficas

Bourdieu, Pierre. "La Censure". In: *Questions de Sociologie*, Paris, Ed.Minuit, 1980.

Champagne, Patrick. *Faire Opinion*. Paris. Ed.Minuit, 2015.

Durand, Pascal. *La Censure Invisible*. Arles, Actes Sud, coll. "Un endroit où aller", 2006, 75 p.

# Historiografía andina y “libertad de expresión” en la academia

Paulina Numhauser<sup>1</sup>

La Universidad es considerada popularmente un espacio tolerante y abierto a las nuevas ideas. En el presente artículo sostenemos que esto no es precisamente así. Si interrogáramos a investigadores de diversas instituciones de estudios superiores, si, ¿Consideran que gozan de una plena libertad para desarrollar y exponer sus trabajos ante sus pares o ante la comunidad académica en general? Y sobre todo, ¿Cuándo estos trabajos se refieren a temas controversiales o alejados de las corrientes mayoritarias de pensamiento?

Es muy posible que nos encontremos ante una clara negación, acompañada de múltiples quejas por las frecuentes muestras de intolerancia que han sufrido y que ha frustrado en más de una ocasión la difusión de sus trabajos. En esta oportunidad no nos referiremos a la libertad de expresión relacionada con las ideas políticas o asuntos relativos a la censura de todo aquello que no siendo *political correct* hiere las sensibilidades de estudiantes y personal en los campus universitarios norteamericanos, problema que viene siendo analizado y criticado últimamente en la prensa. (BROOKS, 2015; CARLIN, 2015). Pero sí mencionar que la falta de tolerancia que se evidencia actualmente entre los estudiantes de las Universidades norteamericanas y que preocupa vivamente a estos analistas, es muy factible que tenga sus raíces en la intolerancia y la falta de libertad de expresión que hemos evidenciado que existe entre sus mismos profesores. (POWERS, 2014; SHULEVITZ, 2014). Mi interés en esta oportunidad es referirme a la manera cómo estas circunstancias han afectado a la historiografía del Perú colonial.

Los estudios andinos durante los últimos años han experimentado una gran transformación. Estos cambios se deben a una serie de importantes

<sup>1</sup> Doctora en Historia de América por la Universidad de Alcalá, España. El año 2013 formó el Grupo de Investigación de la Universidad de Alcalá, España: “Escrituras Silenciadas” al cual pertenece. paulina.numhauser@gmail.com.

descubrimientos documentales que han obligado a los especialistas en la materia a revisar presupuestos considerados, hasta hace poco tiempo, como piedras angulares en la materia. Estas novedades no se circunscriben a un solo tema, sino que abarcan un amplio espectro de asuntos, lo que ha terminado por poner patas arriba la historiografía tradicional referente al Perú colonial. Sin embargo paralelamente a la aparición de estas novedades, el ambiente se ha ido enrareciendo debido a que un grupo de académicos, guiados por un espíritu conservador e intolerable, han opuesto una constante resistencia a aceptarlas. Un ejemplo claro y representativo de esta situación es lo que ha sucedido los últimos años con los llamados documentos Miccinelli o Nápoles (desde ahora DM).

Han transcurrido más de veinte años desde que Laura Laurencich-Minelli, profesora de arqueología andina de la Universidad de Bologna, Italia, publicó junto con Clara Miccinelli y Carlo Animato, un artículo llamado, “Il Documento Seicentesco “Historia et Rudimenta Linguae Piruanorum” (LAURENCICH-MINELLI, MICCINELLI, ANIMATO, 1995: 363-399). En este artículo se exponía y estudiaba por primera vez “Historia et Rudimenta Linguae Piruaorum”, (desde ahora EI), uno de los dos cuerpos de documentos que constituyen los DM. Posteriormente, el año 1998, se presentó y expuso en el Instituto Italo-latinoamericano, (IILA) de Roma, ante un nutrido número de estudiosos de diversas partes del mundo, venidos específicamente para este propósito, un segundo cuerpo de documentos, “Exsul Immeritus Blas Valera Populu Suo” (desde ahora EI) (CANTÚ 2001). Actualmente existen dos publicaciones que reproducen de manera íntegra los denominados DM. (LAURENCICH-MINELLI, 2007 y 2009).

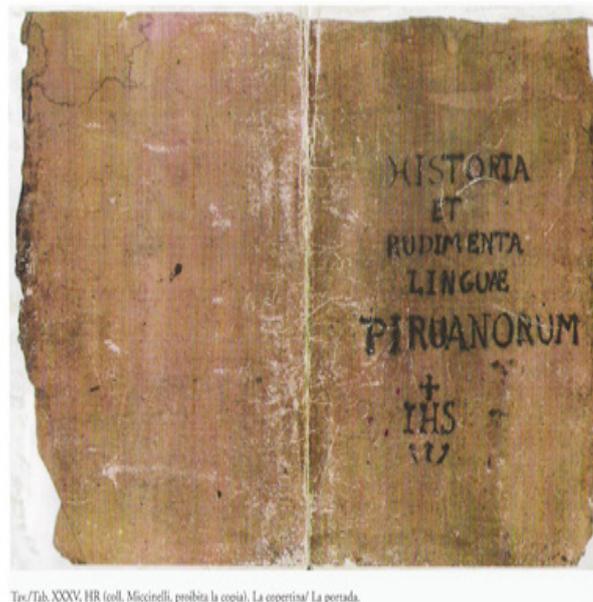
### **¿Qué son los Documentos Miccinelli o Nápoles?<sup>2</sup>**

Como hemos mencionado los DM están constituidos por dos cuerpos de documentos, (manuscritos y otros objetos variados) de origen clerical que pertenecen a la colección privada de Clara Miccinelli (Nápoles). Uno de ellos, denominado HR fue compuesto fundamentalmente entre los años 1600 y 1638, por dos jesuitas italianos residentes en el virreinato del Perú. Ambos firman con las siglas de sus nombres siendo uno el napolitano Joan Anello Oliva, (JAO) y el

---

2 Esta breve explicación referente a los DM no pretende en absoluto ser exhaustiva e invito a quienes deseen profundizar en este importante tema a consultar la abundante bibliografía publicada y que en parte mencionamos al final de este artículo.

otro el calabrés Joan Antonio Cumis (JAC). Un segundo cuerpo de documentos se titula EI y fue compuesto, como el título lo menciona, por el jesuita mestizo Blas Valera, quien lo finalizó y firmó poco antes de fallecer en Alcalá de Henares, España el 10 de mayo de 1618. Formando parte de este último *corpus* se encuentran adicionados un conjunto variado de objetos. Entre ellos encontramos la carta – crónica que el conquistador Francisco Cháves dirigió al Rey Carlos V, desde Cajamarca, el 5 de agosto de 1533. Este es el documento más antiguo que forma parte de los DM. En esta carta Cháves cuestiona la versión oficial de la conquista del Perú, acusando a Francisco Pizarro y a tres sacerdotes dominicos de haber envenenado a la plana mayor del ejército de Atahualpa, con vino moscatel contaminado, lo que habría facilitado la derrota del ejército del Inca. Además contiene otros objetos variados como pequeñas muestras de tejidos andinos y dibujos representativos como un ticcisimi de lino y un ticcisimi de madera. La reproducción fotográfica completa de este material se puede consultar en el libro de Laura Larencich Minelli, (2007, p. I-XLIV).



Tic/Tab. XXXV, HR (coll. Miccinelli, proibita la copia). La copertina/ La portada.

Fig.1 Portada de *Historia et Rudimenta Linguae Piruanorum*, (LAURENCICH MINELLI, 2007, Tab.XXXVIII.)



Fig.2 Portada de Exsul Immeritus Blas Valera Populo Suo, (LAURENCICH MINELLI, 2007, Tab.1)

¿En qué radica el contenido polémico de estos documentos?, y ¿Por qué estos testimonios han provocado tal fastidio en este grupo de especialistas en estudios andinos?

La esencia del problema reside en que en EI, el jesuita Blas Valera declara que los verdaderos autores de la conocida y popular crónica “La Primer Nueva Corónica y Buen Gobierno”, obra atribuida hasta hace poco a un indio ladino llamado Guaman Poma de Ayala, habría sido compuesta realmente por él mismo junto a otro jesuita mestizo, el hermano Gonzalo Ruiz. Este último habría sido el dibujante de los más de 300 dibujos que contiene esta obra. Versión que es ratificada en HR y según la cual Guaman Poma sería tan sólo un simple testaferro que habría prestado su nombre para ocultar la verdadera identidad de los autores de la NC. La razón de ocultarse de esta manera se debía a la prohibición perentoria que tenían los miembros de las Órdenes religiosas en Indias de escribir sobre asuntos indígenas. Es importante tomar en consideración que la NC una vez que finalizó su elaboración, aproximadamente el año 1616, desapareció del conocimiento público hasta reaparecer en la Biblioteca Real de Copenhagen, Dinamarca recién el año 1908.

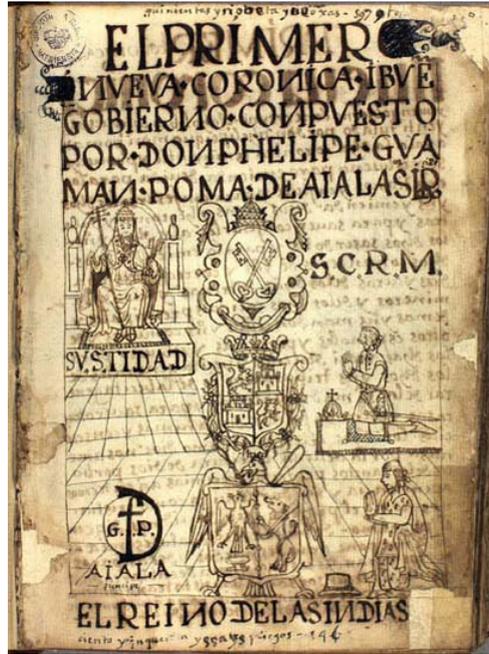


Fig.3 Portada de La Primer Nueva Corónica y Buen Gobierno,

<http://www.kb.dk/permalink/2006/poma/info/es/frontpage.htm>.

Por otra parte la importancia de estos documentos y su gran interés para los estudios andinos, no hacían presagiar que un grupo de especialistas, que sólo tenían un conocimiento indirecto de los DM, saldrían en tromba a atacarlos y de paso a los investigadores que se ocupaban de su estudio, acusándolos de falsificadores. El carácter violento y hasta ofensivo de estos ataques se puede observar en este artículo temprano y que se refiere a la presentación el año 1995 de HR.

¿Una última novela de Umberto Eco?" Un libro algo esotérico, en todo caso no una obra científica, llamado Quipu el nudo parlante, llega a las manos de una arqueóloga en fin de carrera, quien no sólo lo lee con avidez, sino que encuentra en él una asombrosa información que le permitiría cambiar la interpretación de la historia tal como la conocemos (ESTENSSORO FUCHS 1997 p.566).

Y continúa este mismo autor,

Cuando hablamos de un documento, habitualmente, podemos describirlo atribuyéndolo a una categoría (una carta, una crónica, un memorial, una factura) o, de no ser así, podemos comprender por qué razón práctica fue escrito. Una prueba, aunque negativa, de que estamos ante un falso es que el manuscrito de Nápoles, por su forma y contenido, no se justifica a sí mismo: no es un documento íntimo ni tampoco está dirigido a nadie. ESTENSSORO FUCHS, 1997p. 574).

Hoy día, después de años de trabajo sobre este material y de que gracias a los DM se han abierto nuevos temas de estudio de mucha importancia, aún persisten estos ataques sosteniendo que los DM son una mera falsificación. El más reciente en hacerlo – de que tenemos noticia- es Iván Boserup, conservador de la Real Biblioteca de Copenhagen, Dinamarca y precisamente el curador de la Nueva Corónica en esta institución. Boserup intenta probar que uno de los dibujos de EI, el de una fragata en que se dirigen los conquistadores al Perú, (ver fig.3), es un calco realizado sobre un dibujo muy similar perteneciente a la NC (ver fig.4), pero con la salvedad de que esta copia, según su opinión, habría sido realizada, no sobre el original sino sobre uno de los dibujos del primer facsímil que se publicó de la NC, el año 1936.

O sea sería una falsificación como el resto de los DM. Para ello, concentra su alegato en algunas diferencias que existen entre el dibujo de la página 375 de la NC (fig.4) y el de los DM (fig.3). Como podemos comprobar a primera vista, resulta evidente que existe una gran similitud general entre ambas figuras, pero que al mismo tiempo existen diferencias significativas y que son incompatibles con una copia. Entre otras que en el dibujo perteneciente a los DM se han agregado cinco vasijas de vino moscatel contaminado que cuelgan del casco de la nave. Además Boserup curiosamente olvida mencionar que en la página 46 de la NC, hay otro dibujo similar y que reproduce también una fragata con Pizarro y Almagro, aunque tampoco idéntica a la de la página 375, (ver fig. 5) (BOSERUP y KRABBE MEYER, 2015, 33). Comparando estos dibujos podemos comprobar que existen tantas pequeñas diferencias entre los dos dibujos de las fragatas pertenecientes a la NC como entre estos dibujos y el de los DM.

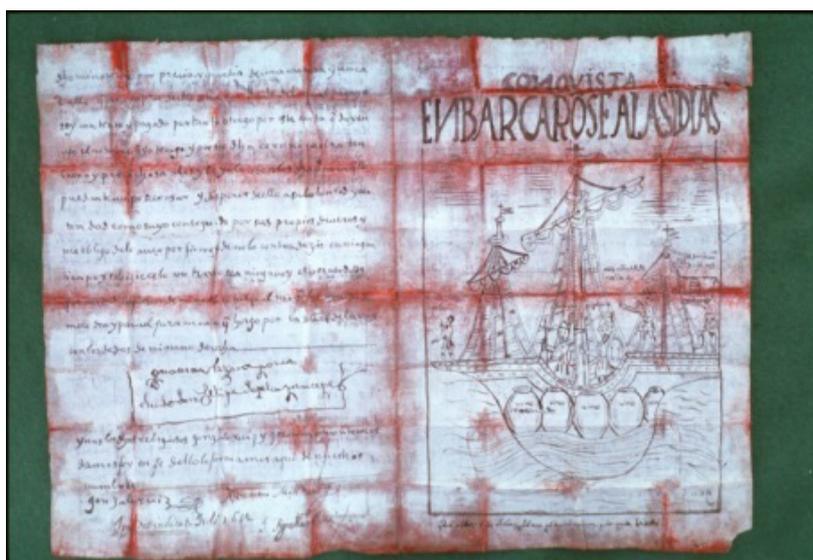


Fig.3 LAURENCICH-MINELLI,2007, p.XXXIV

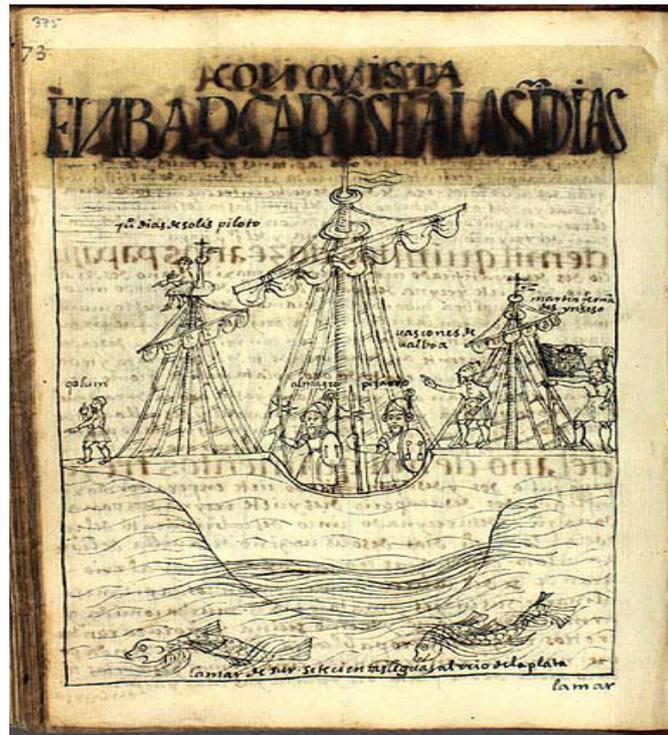


Fig.4 Nueva Corónica y Buen Gobierno p. 375

<http://www.kb.dk/permalink/2006/poma/info/es/frontpage.htm> (p. 375)

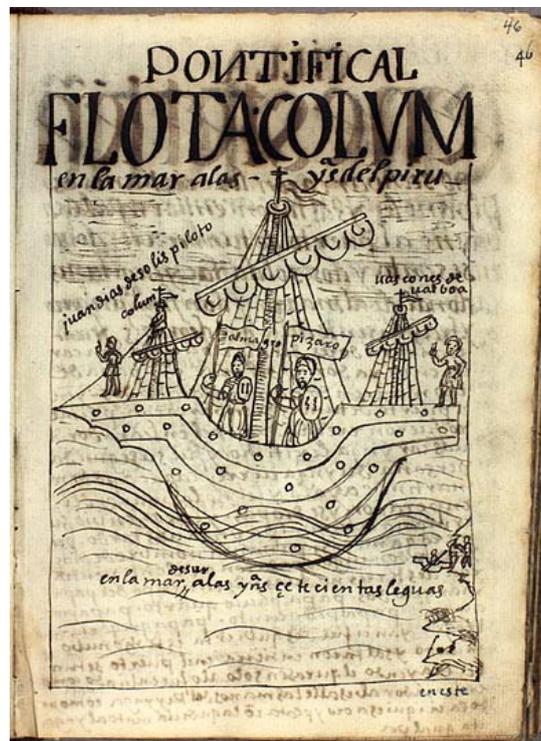


Fig.5 Nueva Cronica y Buen Gobierno, p.46

<http://www.kb.dk/permalink/2006/poma/info/es/frontpage.htm>

¿Por qué estas personas continúan vehementemente negando la importancia de los DM e intentando acallar, por todos los medios posibles, a aquellos que los investigan? Para profundizar en las causas de esta reacción debemos tomar en consideración el significado que la NC y sobre todo su autor Guamán Poma han tenido en las últimas décadas para los especialistas en estudios culturales, lingüísticos, antropológicos y etnohistóricos del Perú colonial.

Tal como lo expone Jeremy R. Mumford, los contenidos novedosos de los DM colocan en una situación complicada a este conjunto de académicos, entre otros a quien fue su profesora en la Universidad de Yale, USA,

Rolena Adorno, una profesora de literatura hispánica de la Universidad de Yale, y co-editora de la edición standard de la Nueva Corónica, (y con quién yo he estudiado), considera a Guamán Poma, “una de las pocas fuentes primarias de información sobre el Perú pre-colombino, ... tanto por la gama de temas que cubre como por la profundidad con que él los describe”. Juan Ossio un distinguido antropólogo de la Universidad Pontificia del Perú, nota que Guamán Poma fue igualmente importante como crítico social: (...) En el influyente trabajo sobre estudios culturales de Mary Louise Pratt, *Imperial Eyes*, Guaman Poma aparece como un símbolo heroico de la lucha por la “creación del significado colonial.” (MUMFORD 2000, p.37 tr. nuestra).<sup>3</sup>

Y refiriéndose más adelante a los más de 300 dibujos que contiene la NC, cita a Tom Cummins, historiador del arte de la Universidad de Chicago, quien habría declarado que Guaman Poma sería “la quintaescencia del héroe postcolonial” y la “piedra angular de la identidad nacional [peruana]”<sup>4</sup> (MUMFORD, 2000: 37).

De esta manera podemos comprobar cómo para estas personas, la NC sería una fuente fundamental e indígena, que con sus dibujos y su versión crítica de la realidad política y social del virreinato habría permitido sustentar en la actualidad sus propias teorías sobre la colonización hispana en América. Sin duda es evidente que Guamán Poma como héroe postmodernista, ha sido un personaje en torno al cual se ha escrito exageradamente, hasta el extremo de que pocos artículos sobre asuntos coloniales del Perú, han renunciado a la tentación de colocar los

---

3 Rolena Adorno, a Yale professor of Spanish literature and co-editor of the standard edition of the Nueva Corónica (and with whom I have studied), considers Guaman Poma “one of a handful of major primary sources of information on Precolumbian Peru, crucial both for the range of topics he covers as well as the depth in which him describes him.” Juan Ossio, a distinguished anthropologist at the Pontificia Universidad Católica del Perú, notes that Guaman Poma was equally important as a social critic (...) In the Mary Louise Pratt’s *Imperial Eyes*, an influential work of cultural studies, Guaman Poma appears as a heroic symbol of the struggle over “colonial meaning-making”

4 Adición de la autora.

dibujos de la NC como sustento gráfico de sus tesis. Este valor intrínseco de la NC se pierde en el momento que su autor o autores no habrían sino en realidad dos padres jesuitas mestizos.

### **3. Los Documentos Miccinelli y su importancia para la historiografía**

De acuerdo a una misteriosa carta que se encuentra en el Archivo General de Indias de Sevilla y que fue aparentemente escrita por Guamán Poma de Ayala el 14 de febrero de 1615, la NC se encontraba en ese momento finalizada y a la espera que el Rey enviara a buscarla. (Archivo General de Indias (desde ahora AGI), Audiencia de Lima 145 y LOHMANN VILLENA, 1945). Sin embargo existen evidencias incontestables, de que esta obra se continuó trabajando mucho después de esa fecha. Una vez que la NC se terminó desapareció completamente del panorama americano o europeo, sin dejar rastro alguno hasta reaparecer a inicios del siglo XX en la Biblioteca Real de Copenhagen. (ADORNO y BOSERUP, 2003). El año 1936 se publicó por primera vez de manera facsimilar. Por su parte los dos manuscritos Miccinelli fueron mostrados el año 1951, por un tío de su actual propietaria, a Guido Cipriani, director entonces del Museo Nacional de Antropología y Etnología de Florencia y a Paul Rivet, del Musée de l'Homme de París. Este último expresó interés por adquirir los documentos iniciando el proceso de compra que finalmente se vio frustrado (BOSERUP y KRABBE MEYER, 2016: 20).

La relación entre la NC y los DM es indudable e indiscutible, en la medida que los autores jesuitas de estos documentos, para desesperación de sus detractores, se preocuparon por dejar múltiples rastros y pruebas de que la NC fue obra de ellos. Un ejemplo de esto lo podemos observar en los tres dibujos que hemos reproducido previamente, (figs. 3, 4 y 5).

En ellos observamos cómo los últimos dos dibujos (figs. 4 y 5) pertenecientes a la NC muestran la fragata con la cual Pizarro y Almagro se dirigieron a la conquista del Perú. En el primer dibujo (fig.3) perteneciente a los DM, se reproduce una composición similar a los anteriores dibujos con un agregado: cinco vasijas de vino (contaminado) que cuelgan del cuerpo de la fragata y con las que Pizarro habría envenenado a la plana mayor del ejército del Inca Atahualpa, con el propósito de facilitar su derrota. Formando parte del mismo folio aparece el contrato entre los jesuitas y Guamán Poma en que a este último se le da una carreta a cambio de que preste su nombre como testafarro de la NC. Este es sólo un ejemplo, entre otros muchos, en que comprobamos que los autores de los DM dejan rastros visibles de ser los escritores y dibujantes de la NC.

Aunque el problema planteado por este material finalmente ha resultado ser mucho más complejo. Las intensas investigaciones de los últimos años, han permitido observar, una serie de aspectos que hasta ahora habían pasado desapercibidos a los especialistas en la materia. Uno de los asuntos de mayor interés que ha salido a luz últimamente, es la estrecha relación– hasta el grado de evidenciarse un intercambio físico entre ellas – de la NC y de los DM con los tres manuscritos que conocemos actualmente de la crónica del mercedario Martín de Murúa.

El manuscrito denominado Murúa-Gálvin (desde ahora MG), “Historia del origen y genealogía real de los reyes ingas del Perú, de sus hechos, costumbres, trajes y manera de gobierno”. Esta obra consta de 113 ilustraciones coloreadas y es actualmente propiedad de un coleccionista irlandés, (MURÚA GALVIN 2004). Los otros dos manuscritos que se conservan del mercedario, el ms. Wellington o Getty, (desde ahora MW) y el Loyola, titulados “Historia General del Perú. Origen y descendencia de los Incas donde se trata de las guerras civiles suyas como de la entrada de los españoles, descripción de las ciudades y lugares del, con otras cosas notables”, pertenecen respectivamente al Museo Getty de Los Ángeles, USA y al Colegio jesuita de Azpeitia, España.

Ambas crónicas contienen un número menor de figuras aunque muy interesantes. Igual que sucede con la NC, la fecha de término “oficial” de la composición de estos tres manuscritos sería el año 1590, sin embargo podemos evidenciar cómo sufrieron un intenso manipuleo posterior, al parecer, por manos ajenas a su autor original o autores originales. Estos habrían insertado y extraído una serie de elementos del cuerpo de los manuscritos, pudiéndose sostener que algunas de estas interpolaciones o agregados fueron realizados por el mismo autor o autores de la NC y de los DM.

Últimamente se han publicado versiones facsimilares tanto del MG como también del MW. Estos libros se han acompañado por varios estudios que permiten comprobar cómo la actitud negativa a aceptar una relación entre los DM, la NC y por derivación con las crónicas Murúa ha ido perdiendo fuerza, ya que esta sería la única respuesta a las múltiples interrogantes surgidas en torno a este material. (CUMMINS y ANDERSON, 2008 y CUMMINS y OSSIO 2013) Otro aspecto interesante que hemos ido conociendo a medida que se ha avanzado en la investigación, es que hay más obras y documentos envueltos en esta conjura conventual. Entre otras el libro del conocido Inca Garcilaso de la Vega, “Comentarios Reales de los Incas”, el libro del franciscano Buenaventura de Salinas y Córdova, “Memorial de las Historias del Nuevo Mundo, Pirú” a los que

hay que agregar una serie de otros documentos externos que han ido apareciendo gradualmente. Uno de ellos es la carta que envía desde el Perú el licenciado Boán. Esta carta la encontró la historiadora italiana Francesca Cantú en el Archivo Estatal de Nápoles, (Archivio di Stato di Napoli, Segretaria dei Viceré, Scritture Diverse, n.2 y reproducida en CANTÚ, 2001).

La misiva de fecha 28 de marzo de 1610, fue enviada desde el Perú al virrey de Nápoles, Conde de Lemos (1610-1616), anterior Presidente del Consejo de Indias, entre los años 1602 y 1609. En este documento Boán le escribe a Lemos que "la censura no ha sido cabal y tampoco las cautelas bastantes" y como resultado hacía poco había requisado a un indio la carta que le envía, con el dibujo adjunto de Francisco de Chaves escribiendo su carta al rey y por lo tanto efectuando la denuncia de los crímenes cometidos por Francisco Pizarro en la conquista del Perú, en segundo plano se puede observar un barril de vino envenenado. Desde el punto de vista del estilo este dibujo pertenece claramente al tipo de dibujos que aparecen mayoritariamente en las crónicas Murúa (fig. 5).



Fig. 7 Archivo di Stato di Napoli, Segretaria dei Viceré, Scritture Diverse, n. 2

Hace unos años planteé la siguiente hipótesis sobre como actuaron los individuos que pusieron en marcha este lío conventual,

Hemos sostenido en escritos anteriores que todos los indicios indican que en algún sitio, ocultos tras las puertas conventuales y sobre alguna amplia mesa, estos manuscritos fueron manipulados, hechos y rehechos. ¿Cuál habría sido este lugar?: ¿Alcalá de Henares?, ¿Lima?, ¿Sevilla? o ¿Santa Cruz de la Sierra? Ahí, estos manuscritos habrían sido “fabricados” y también ahí habrían sido interpolados los variados elementos pertenecientes a unos y otros, que hoy hallamos adheridos y en algunos casos incluso burdamente pegados entre sus páginas (NUMHAUSER, 2007: 8).

Una posibilidad es que los tres manuscritos Murúa no serían más que ensayos y bosquejos que terminaron plasmándose en la Nueva Cronica (1615-6), texto de enorme complejidad ideológica a pesar de la aparente “ingenuidad” de su autor. Hay que resaltar que la influencia de los valores estéticos y teóricos europeos sobre los dibujos de la NC es indudable. Sólo una persona con una educación esmerada y conocedora profunda de teología hubiera podido componerlos. O sea, el escritor emplea hábilmente las reglas de la retórica al escribir la NC y el dibujante nunca yerra al emplear los convencionalismos estéticos de la época. “El sistema espacial y temporal a través del cual Guaman Poma percibe el mundo es fundamentalmente europeo” (Nuestra traducción del francés, CABOS FONTANA 2000: 212).<sup>5</sup>

La brevedad de este artículo no me permite explayarme en detalle sobre las complejidades de estos documentos y tampoco respecto a la enorme importancia que tienen y seguirán teniendo para la historiografía y estudios andinos. Pero podemos sostener que desde un punto de vista contextual los DM son un testimonio más de la enorme influencia y peso que la Compañía de Jesús tuvo en el virreinato del Perú, hasta su expulsión de los dominios españoles el año 1767. Son innumerables los estudios referentes a la importancia de las haciendas jesuitas para la economía colonial, de la gran influencia social que esta orden religiosa tuvo a través de su labor como educadora de la juventud en sus Colegios, sin olvidar el ascendiente que poseyeron sobre la opinión pública a través de sus prédicas en los púlpitos coloniales.

Pero ahora resulta que gracias a los DM podemos observar a los jesuitas en un nuevo papel. Esto es como mediadores culturales. En otras palabras estos documentos permiten comprobar que la Compañía de Jesús tuvo un papel

5 Le système spatio temporal a travers la grille duquel Guaman Poma perçoit le monde nous semble essentiellement européen.

relevante en la elaboración de lo que hasta hace poco tiempo atrás considerábamos manifestaciones culturales propiamente indígenas, como por ejemplo, los tocapus (dibujos geométricos que adornan muchos textiles andinos que se encuentran en los Museos), los khipus e inclusive los mismos lenguajes y dialectos indígenas. Quedando igualmente al descubierto que estos religiosos se preocuparon por dominar el discurso historiográfico referente a la conquista y colonización del Perú, atreviéndose incluso a construir una variedad de versiones alternativas.

Por lo tanto, si tomamos en consideración que los motivos que guiaron a la Compañía de Jesús en su actuación en el Perú, fueron prioritariamente sus propios intereses institucionales, y estos estuvieron a menudo en contradicción con los intereses de la Corona castellana, que intentó imponerse a través del Real Patronato aunque sin grandes logros, resulta que estamos ante un nuevo escenario que deberá ser investigado.

En todo caso el resultado de esta intervención para los estudios andinos ha sido, sin duda, de una gran trascendencia en relación al ejercicio de la libertad de expresión. El historiador jesuita Vargas Ugarte en la introducción a su Historia de la Iglesia en el Perú (1511-1568), nos hace la siguiente advertencia sobre los principios que guiarán su obra,

Pero bueno es saber que no lo digo todo y que, por principio, deixo a un lado hechos y sentencias denigrantes para sus actores o fautores, sobre todo cuando se trata de casos particulares que no tienen mayor trascendencia. Considero que la historia no tiene porqué descender a esos bajos fondos de la naturaleza humana y revolver el cieno sólo para darse el innoble placer de aspirar el hedor que se desprende (VARGAS UGARTE, 1953, VII).

Este espíritu coercitivo ha estado detrás de los ataques contra aquellos que se han dedicado a la investigación de los documentos Miccinelli. Paradojalmente si los DM fueron el resultado de la censura impuesta por la Corona Castellana, que a través del Real Patronato sobre la Iglesia de sus territorios, intentó impedir que ideas contrarias a sus intereses fueran publicadas o difundidas, situación que habría obligado a este grupo de clérigos testarudos a superar estas prohibiciones de manera creativa. En la actualidad observamos como la censura y franca persecución que han vivido los estudiosos que han sacado a luz estos testimonios, dejan al descubierto un ambiente no menos intolerante y arbitrario.

### Fuentes manuscritas

Archivo General de Indias (AGI) Audiencia de Lima, 145.

Archivo di Stato di Napoli, Segretaria del Viceré, Scritture Diverse, n.2,

### Referencias Bibliográficas

Adorno, A y Boserup, I, *New Studies of the Autograph Manuscript of Felipe Guaman Poma de Ayala's Nueva Corónica y Buen Gobierno*, Denmark:Museum Tusculanum Press, Copenhagen, 2003.

Adorno, A y Boserup, I, (eds.) *Unlocking the Doors to the Worlds of Guaman Poma and His Nueva Corónica*, Denmark:Museum Tusculanum Press, 2015.

Brading, D. A. *Orbe Indiano, de la monarquía católica a la república criolla, 1492-1867*, México: Fondo de Cultura Económica, 1991.

Brooks, D. "La nueva cruzada universitaria" *El País*, miércoles 3 de junio de 2015.

Boserup, I y Krabbe Meyer, M.M., "The Illustrated Contract between Guaman Poma and the Friends of Blas Valera: A Key Miccinelli Manuscript Discovered in 1998", *Unlocking the Doors to the Worlds of Guaman Poma and His Nueva Corónica*, Denmark:Museum Tusculanum Press, 2015.

Cabos Fontana, M. C. *Mémoire et Acculturation dans les Andes*, París: L'Harmattan, 2000.

Cantú, F. (ed.) *Guamán Poma y Blas Valera. Tradición Andina e Historia Colonial*, Roma: IILA y Antonio Pellicani Editore, 2001.

Cantú, F. "Guamán Poma y Blas Valera en contraluz: los documentos inéditos de un oidor de la Audiencia de Lima", Cantú, F. (ed.) *Guaman Poma de Ayala, Tradición Andina e Historia Colonial* Roma: IILA y Antonio Pellicani editores, 2001, p. 475-519.

Carlin, J. "El estudiante eunuco", *El País*, 9 de noviembre de 2015.

Cummins, Th. B.F. "The Images in Murúa's Historia General del Piru: An Art Historical Study", Cummins, Th. B.F. y Anderson, B. (eds.) *The Getty Murúa. Essays of the Making of Martín de Murúa's Historia General del Pirú*, J. Paul Getty Museum Ms. Ludwig XIII 16. Los Angeles: Getty Research Institute, 2008, p. 147-173.

Cummins, T. y Ossio, J. "Muchas veces dudé real Mag. Aceptar esta dicha Ympressa": la tarea de hacer la famosa historia de los Reyes Incas de fray Martín de Murúa. Caravaglia, J.C., Poloni-Simard, J. Rivière, G. (dir.) *Au Miroir de L'Anthropologie historique*.

*Mélanges offerts à Nathan Wachtel*. France: Presses Universitaires de Rennes, 2013, p. 151-170.

De la Hera, A. (1956) "El Derecho de los indios a la libertad y a la fe", *Anuario de Historia del Derecho Español*, v. XXVI, 1956, p. 18-182.

De la Puente Luna, J.C. "Cuando el "punto de vista nativo" no es el punto de vista de los nativos: Felipe Guaman Poma de Ayala y la apropiación de tierras en el Perú colonial". *Bulletín de l'Institut Français d'Etudes Andines*, 37 (1) 2008 p. 123-149.

Domenici, D. y Domenici, V. *I Nodi Segreti degli Incas*, Milano: Sperling & Kupfer Editori, 2003.

Domenici, D. (2004) "Los manuscritos Miccinelli como testimonios de la evangelización jesuita del Perú: efectos antiguos y modernos de una difícil comunicación" Laurencich, L. y Numhauser, P (eds.) *El Silencio Protagonista. El primer siglo jesuita en el virreinato del Perú*. Quito: Abya-Yala, 2004, p. 39-49.

Estenssoro Fuchs, J. C. "¿Historia de un fraude o fraude histórico?" *Revista de Indias*, v. LVII, n. 210, 1997 p. 563-578.

Garcilaso de la Vega, *Comentarios Reales de los Incas*, Lima: Editorial Andina, 1985.

Hampe Martínez, T. "Una polémica versión sobre la conquista del Perú: ¿Es auténtica la Relación de Chaves (1533)?" Cantú, F. (ed.) *Guaman Poma y Blas Valera tradición andina e historia colonial*. Roma: IILA y Antonio Pellicani, 2001, p.343-362.

Hanke, L. "Pope Paul III and the American Indians" *Harvard Theological Review*, v. XXX, 1937. p. 65-102.

Laurencich-Minelli, L. Miccinelli, C., Animato, C., "Il documento seicentesco "Historia et Rudimenta Linguae Piruanorum", *Studi e Materiali di Storia delle Religioni*, v. 61, n. XIX (2), 1995, p.363-413.

Laurencich-Minelli, L. *Exsul Immeritus Blas Valera Populo Suo e Historia et Rudimenta Linguae Piruanorum, Indios, gesuiti e spagnoli in due documenti segreti sul Perú del XVII secolo*. Bolonia: CLUEB, 2007.

Laurencich-Minelli, L. "Exsul Immeritus Blas Valera Populo Suo e Historia et Rudimenta Linguae Piruanorum", Chachapoyas: Municipalidad Provincial de Chachapoyas, 2009.

Laurencich-Minelli, L. "La curiosa versión de Francisco de Chaves sobre la conquista del Perú" *Escritura y Pensamiento*, v. V n. 10, 2002 p. 7-32.

Laurencich, L. "¿La conquista del Perú con el veneno? La inquietante denuncia del conquistador Francisco Chaves a su Majestad el Rey (Cajamarca, 5 de agosto de 1533)", *Espéculo* 22, 2002, <http://www.ucm.es/info/especulo/numero22/chaves.html>;

Lohmann Villena, G. "Una carta inédita de Guamán Poma de Ayala" *Revista de Indias*,VI:20 (1945) 325-327.

Mumford, J. "Clara Miccinelli's Cabinet of Wonders. Jesuits, Incas, and the Mysteries of Colonial Peru", *Lingua Franca*, v.10 n. 1, 2000 p. 36-45.

Murúa, M. *Códice Murúa. Historia y genealogía, de los Reyes Incas de Perú del padre mercenario fray Martín de Murúa. Códice Gálvin*, Madrid:Testimonio, 2004.

Numhauser, P. "De Laberintos y Minotauros. Francisco de Chaves y los documentos Miccinelli: su proyección historiográfica", Casado, M. Castillo, A, Numhauser, P. Sola, E. (Eds.) *Escrituras silenciadas en la época de Cervantes*, Madrid: Editorial Universidad Alcalá de Henares, 2006 p. 219-247.

Numhauser, P. "Los documentos Miccinelli: un estado de la cuestión", *Per Bocca d'altri. Indios, gesuiti e spagnoli in due documenti segreti sul Perú del XVII secolo*. Bologna: CLUEB, 2007 p.45-73:

DOI 10.6092/unibo/amsacta/2350.

Numhauser, P. "Lo Sagrado, la Babel de las Indias y Guamán Poma" *Il Sacro e il Paesaggio nell'America indigena*, Domenici, D. et alii. Bologna: CLUEB, 2003: 359-369.

Numhauser, P. "El Real Patronato en Indias y la Compañía de Jesús durante el período filipino (1580-1640). Un análisis inicial." *Boletín Americanista*, 67, 2013 p. 85-103.

Numhauser, P. "En manos del archivero del virrey: Potosí y el Taki Onqoy", Izquierdo Benito, R. y Martínez Gil, F. (coords.) *Religión y heterodoxias en el mundo hispánico. Siglos XIV-XVIII*. Madrid: Sílex, 2011.

Oliva, Anello (1998) *Historia del Reyno y provincias del Perú y vida de los varones ilustres de la Compañía de Jesús*, Lima: PUCP, 1998, p.187-210.

Porras Barrenechea, R. "Crónicas perdidas, presuntas y olvidadas sobre la conquista del Perú", *Revista del Archivo Histórico del Cuzco*, 10: 1959, p.407-486.

Porras Barrenechea, R. *Los cronistas del Perú, (1528-1650) y otros ensayos*. Lima: Ediciones del Centenario, Banco de Crédito del Perú, 1986.

Powers, K. *The Silencing. How the Left is Killing Free Speech*, USA: Regnery Publishing, 2015.

Salinas y Córdoba, B. *Memorial de las Historias del Nuevo Mundo, Pirú*, Valcárcel, L. y Cook, W. Lima: 1957.

Salinas y Córdoba, B. *Memorial de las Historias del Nuevo Mundo, Pirú. Méritos y excelencias de la ciudad de Lima, cabeza de sus ricos y extendidos Reynos y el estado presente en que se hayan*. Salinas y Córdoba, B Con Licencia impreso en Lima, por Geronymo de Contreras, 1630.

Shulevitz, J. "In College and Hiding From Scary Ideas", *The New York Times*, 15 de marzo de 2015. [http://www.nytimes.com/2015/03/22/opinion/sunday/judith-shulevitz-hiding-from-scary-ideas.html?\\_r=0](http://www.nytimes.com/2015/03/22/opinion/sunday/judith-shulevitz-hiding-from-scary-ideas.html?_r=0)

Urbano, H "Relación de las Costumbres Antiguas de los naturales del Pirú", Urbano, H (ed.), *Varios*, Madrid:Historia 16, 1992.

Vargas Ugarte, Rubén, *Historia de la Iglesia del Perú (1511-1568)*, Lima, Imprenta Santa María, 1953.

# Os media e o pluralismo em Portugal

Francisco Rui Cádima<sup>1</sup>

Luís Oliveira Martins<sup>2</sup>

Marisa Torres da Silva<sup>3</sup>

De um modo genérico pode dizer-se que, em matéria de media e pluralismo, a avaliação que fazemos do caso Português é, no seu conjunto, positiva. Significa que não há domínios específicos com altos níveis de risco, embora existam alguns problemas importantes para resolver. No que diz respeito ao quadro jurídico, existem várias regras específicas e algumas de âmbito mais geral que permitem dar cumprimento ao pluralismo no sector dos media. Portugal tem, para além do mais, uma entidade reguladora que monitoriza as questões-chave do sector da comunicação social, designadamente, a questão da transparência da propriedade, o pluralismo dos media, o Public Service Media (RTP), isto é, o sector público da televisão e da rádio, fazendo-o, nomeadamente, através de auditorias, relatórios, pareceres e vários estudos aplicados ao sector.

No que diz respeito, em particular, à televisão e à rádio pública, existem expectativas positivas relativamente ao futuro, sobretudo após a criação do Conselho Geral Independente da RTP, em setembro de 2014. Mas temos que esperar e ver os principais resultados deste novo órgão de supervisão, que é agora responsável pela escolha do conselho de administração da RTP. No entanto, podemos dizer que em geral há diversas áreas suscetíveis de melhoria no quadro do sistema de media em Portugal, a saber: o controlo dos meios de

---

1 Professor Catedrático do Departamento de Ciências da Comunicação (DCC) da FCSH-UNL; Vice-Presidente do CIMJ - Centro de Investigação Media e Jornalismo. Coordenador Executivo e Coordenador do Mestrado de Novos Media e Práticas Web do DCC (FCSH-UNL). frcadima@fcs.unl.pt.

2 Professor do Departamento de Ciências da Comunicação da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. lf.martins@fcs.unl.pt.

3 Professora Auxiliar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. É coordenadora da equipa portuguesa do projeto internacional News as Democratic Resources: Cross Cultural Comparative Research. marisatorresilva@hotmail.com.

comunicação nomeadamente em matéria de propriedade cruzada; as questões de auto-regulação e a independência dos meios de comunicação sob o ponto de vista editorial; e ainda o acesso aos meios de comunicação social por parte de grupos sociais e culturais, bem como das comunidades locais.

### 1. Domínio básico

#### Proteção da Liberdade de Expressão

No que diz respeito à proteção da liberdade de expressão em Portugal, é para nós evidente que há uma aplicação efetiva das salvaguardas regulamentares para de modo a garantir liberdade de expressão, tal como estabelecido na Constituição da República portuguesa. O Estado também é subscritor do Pacto Internacional dos Direitos Cívicos e Políticos, nomeadamente o seu artigo 19, que abrange normas sobre a liberdade de expressão, bem como do Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas, sendo que ambos codificam as duas séries de direitos esboçados na Declaração Universal dos Direitos Humanos: os direitos cívicos e políticos e os direitos económicos, sociais e culturais.

Restrições à liberdade de expressão são claras e estritamente definidas na lei, em conformidade com as normas internacionais e regionais de direitos humanos. Só em caso de estado de sítio ou do estado de emergência declarado na forma prevista na Constituição da República (artigo 19) é aceitável a suspensão do exercício dos direitos.

No que diz respeito à difamação, e dado que a sua criminalização pode colocar em risco questões relacionadas nomeadamente com a liberdade de expressão dos jornalistas, o Código Penal Português reconhece duas grandes formas de ofensas à honra (punidas com pena de prisão): i) "difamação", é definida como alegação de um fato ou formulação de um juízo (ou a sua reprodução) sobre uma terceira pessoa que seja ofensivo à honra ou reputação dessa pessoa; e ii) "injúria", definida como alegação de um fato ou expressando palavras ofensivas diretamente a uma pessoa entendida como ofensiva em relação à honra ou à reputação da pessoa. Nesta matéria, pensamos que é importante atualizar as leis sobre a difamação/injúria de forma a prever defesas legais, necessárias e suficientes, que possam ser instrumentos jurídicos adequados contra uma alegação de difamação, sobretudo para garantir que não haverá limitações injustificadas à liberdade de expressão, ou de ter um "efeito inibidor" sobre o trabalho dos jornalistas.

De acordo com a lei geral, não há recursos legais específicos em caso de violação da liberdade de expressão dos cidadãos. Mas, tal como refere Francisco Teixeira da Mota - advogado e colunista do jornal "Público": "A liberdade de expressão, no que podemos considerar o seu núcleo essencial, está garantida no nosso país" (2013: 97). No que diz respeito, por exemplo, ao "direito de resposta" está também assegurado em legislação específica para os diferentes meios de comunicação (imprensa, rádio e TV).

De resto, não há casos de violações da liberdade de expressão no nosso país. Na prática, não temos nenhum caso conhecido de ocorrência de violações, ou tão pouco relatórios sobre violações, provenientes de ONG, ou citados por jornalistas, ou por outras fontes. E no que diz respeito a casos de violações da liberdade de expressão *online*, procurando avaliar se houve alguma forma de violação à liberdade de expressão na internet, também não temos casos que sejam pelo menos conhecidos, por exemplo de práticas de filtragem, bloqueio de sites, e / ou censura nas redes sociais. Não encontramos nenhum caso de interferência relatada por atores relevantes, como ONG, pesquisadores, ou jornalistas. Em outros casos, por exemplo em matéria de infrações online, tais como o incitamento público à violência ou ao ódio, por motivos racistas e xenófobos, existem várias situações, nomeadamente no que diz respeito à liberdade de expressão designadamente te em sede de comentários dos leitores em páginas da web de media, não cumprindo a recomendação do regulador (ERC) nesta matéria.<sup>4</sup>

### **Proteção do direito à informação**

No que diz respeito à proteção jurídica do direito à informação, podemos dizer que este é expressamente reconhecido na Constituição da República, no artigo 37 - Liberdade de expressão e de informação ("Todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informados, sem impedimentos nem discriminações"), sendo que os cidadãos têm também o direito de acesso aos arquivos e registos administrativos, sem prejuízo, por exemplo, do disposto na lei em matérias relativas à segurança interna ou à intimidade das pessoas, e o artigo 268 (direitos e garantias dos Cidadãos).

---

4 CF.Pereira, Eulália et al. (2014). "Liberdade de expressão e a regulação dos comentários online". In: *Informação e liberdade de expressão na internet e a violação de direitos fundamentais*. Comentários em meios de comunicação online. Textos do Colóquio na Procuradoria-Geral da República, INCM, pp.93-104. Ver também a Recomendação da ERC 1/2012)..

Este último diz, nomeadamente, que “Os cidadãos têm o direito de ser informados pela Administração, sempre que o requeiram, sobre o andamento dos processos em que sejam diretamente interessados, bem como o de conhecer as resoluções definitivas que sobre eles forem tomadas”. A Constituição Portuguesa refere-se também ao direito “à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade da vida privada e familiar e à protecção legal contra quaisquer formas de discriminação” – Artigo 26 (Outros direitos pessoais).

Restrições à liberdade de informação, por motivos de privacidade, previstas na legislação nacional estão estreitamente definidas de acordo com as normas internacionais, nomeadamente com a Recomendação Rec(2002)2 sobre o acesso aos documentos oficiais pelo Conselho de Ministros. Existe um mecanismo de recurso em caso de recusa de acesso à informação – trata-se da entidade administrativa independente CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, ou em caso de qualquer afronta à privacidade, os próprios tribunais (Código Civil, artigo 80). Enfim, existem muitas queixas e / ou pedidos de aconselhamento jurídico em 2015/174 conselhos legais de CADA (473 em 2014; 396 em 2013). A eficácia dos mecanismos de recurso existentes estão sujeitos a alguma evidência de violações regulares, ou, noutras situações, a alguns atrasos, como podemos ver, por exemplo, no caso da CRESAP.<sup>5</sup>

### **Reconhecimento legal do pluralismo nos media**

Em Portugal o pluralismo da comunicação social é uma parte intrínseca da liberdade de imprensa. Na legislação dos media a questão do pluralismo tem múltiplas referências, nomeadamente em matéria de propriedade, de concorrência e de pluralismo propriamente dito. No entanto, existem estudos académicos, e outros, relatórios, etc., sobre o pluralismo nos meios de comunicação (realizados a um nível global, não só em Portugal) que apontam para o facto de não estar assegurada a melhor análise sobre categorias de conteúdo específicas, tais como: outras vozes da cidadania, ou de cidadãos independentes reconhecidos publicamente, outra vozes no sistema político, as minorias, grupos étnicos, etc. O que significa que as metodologias de pesquisa e de análise de conteúdo devem passar a considerar, ou dar um peso mais significativo designadamente à categoria

---

5 “Tribunal Administrativo obriga CRESAP a mostrar todos os documentos sobre concursos públicos”, 21/10/2014. Disponível em: <http://observador.pt/2014/10/21/TRIBUNAL-ADMINISTRATIVO-CONDENA-CRESAP-MOSTRAR-DOCUMENTOS/>. Acedido a 20 de julho de 2015.

“outras vozes”, a fim de permitir tirar daí ilações claras e permitir argumentar no sentido do reforço dos critérios e da especificidade do pluralismo nos meios de comunicação em geral.

### **A profissão de jornalista, standards e proteção**

Em geral, o acesso à profissão jornalística é aberto, não há nenhuma barreira especial para exercer a profissão em Portugal.

Há uma baixa participação tradicional de jornalistas portugueses em eleições sindicais. O ano de 2014 provavelmente representa um ponto de viragem, com duas listas concorrentes para a liderança, embora o número de votos – 642 represente um pouco mais de 10% dos jornalistas portugueses. Há também uma falta de auto-regulação nesta profissão em Portugal (Camponês, 2009). Existem alguns riscos em matéria de independência e / ou respeito pelas normas profissionais na área editorial, talvez devido à reduzida capacidade de intervenção no terreno do conselho deontológico do sindicato, ou também devido à baixa assertividade dos conselhos editoriais ou de redação nas empresas, falta de auto-regulação na profissão, ou mesmo devido à falta de um Conselho de Imprensa.

No que diz respeito às condições de trabalho dos jornalistas em nosso país, podemos dizer que existem algumas irregularidades nos pagamentos, desregulação em matéria de estágios e insegurança e precariedade de emprego<sup>6</sup> que atinge atualmente dimensões críticas, em função da crise económica que atinge o país. Não há nenhuma evidência clara – mas há uma suspeita – que entidades comerciais ou mesmo patronais dos media influenciam, ou procuram influenciar o conteúdo editorial das empresas de comunicação social.<sup>7</sup> Num outro plano, podemos dizer que existem na legislação portuguesa salvaguardas regulamentares para a proteção das fontes jornalísticas.

---

6 Cf. “Conselho Deontológico faz balanço do mandato”. Sindicato dos Jornalistas, 20 de Dezembro de 2014. <http://www.jornalistas.eu/?n=9355>.

7 Referido pelo Presidente da ERC, Carlos Magno: “As maiores pressões sobre os jornalistas não vêm da política mas da área da economia e dos grupos de pressão”. <http://www.meiosepublicidade.pt/2015/05/estamos-a-assistir-a-profissionalizacao-das-fontes-e-a-proletarizacao-do-jornalismo/>. Ver também Nota da direção do jornal de 25/09/2013. <http://www.ionline.pt/330361>: “A direção do jornal i não se deixa intimidar com o poder económico e publicitário do BES e continuará a garantir o direito de informar e a acompanhar toda a informação que os seus jornalistas recolham com profissionalismo, isenção e respeito pelo nosso código deontológico”.

### **Independência e eficácia da autoridade de regulação**

Em Portugal, a regulação dos media é da competência da ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação Social. Esta autoridade tem as suas próprias garantias de independência, bem como as suas incompatibilidades bem especificadas, o que lhe confere a capacidade de exercer as suas competências com imparcialidade e transparência. No entanto, para reforçar a sua independência, estamos de acordo com algumas opiniões e setores da sociedade portuguesa que acreditam que é importante que os membros das entidades reguladoras também possam ser indicados e / ou nomeados pelo Presidente da República, de forma a melhorar a garantir uma maior independência dos sistemas de regulação em Portugal.

No que diz respeito às decisões da autoridade de regulação proferidas em relação aos meios de comunicação, existem mecanismos de recurso claros na legislação. Do nosso ponto de vista, a ERC usa os seus poderes, na prática, no sentido do interesse público, ou seja, não há nenhuma evidência formal de um uso irregular das suas competências. É transparente, responsável, integra um bom departamento de estudos de media e publica regularmente informações sobre as suas atividades, bem como os relatórios sectoriais.

De referir ainda uma outra entidade de regulação. Em Portugal, a AdC - Autoridade da Concorrência, tem poderes transversais de regulação sobre a economia portuguesa para a aplicação das regras de concorrência, nomeadamente no que respeita à concentração dos media, em coordenação com a regulação sectorial, neste caso a ERC. Há garantias constitucionais ou legais explícitas e salvaguardas regulamentares para a independência da Autoridade da Concorrência, bem como da Autoridade de Telecomunicações –Anacom (que regula o sector das telecomunicações e comunicações eletrónicas), de qualquer interferência política ou comercial. E das decisões destas autoridades, existem naturalmente mecanismos de recurso eficazes em vigor.

## **2. Inclusão**

### **Acesso/cobertura universal – serviço público de comunicação social; Internet**

A existência e o funcionamento de um serviço público de rádio e televisão assegurado pelo Estado está garantido por lei, no nº 5 do artigo 38º da Constituição da República Portuguesa (Assembleia da República, 2005) e no artigo 5º das Leis da Televisão (27/2007) e da Rádio (54/2010).

No entanto, o processo de transição da televisão analógica para a Televisão Digital Terrestre (TDT) (Anacom, 2012), bem como a expansão da rede Digital Audio Broadcast (DAB) (WorldDAB, 2015), podem constituir fatores de risco no que respeita à cobertura e o acesso ao serviço público de comunicação social.

Relativamente à Internet, a percentagem de rede de banda larga é de 98% em zonas rurais (IHS Inc. and Valdani Vicari & Associati Portugal, 2013), mas apenas cerca de 60% da população portuguesa tem acesso a Internet de banda larga (Eurostat, 2013). De acordo com o Net Index/Oookla (2015), as velocidades de *download* (33 Mbps) e de *upload* (7 Mbps) podem igualmente ser consideradas como fatores de médio e de elevado risco, respetivamente, neste indicador.

### **Sistema mediático**

Sublinhamos, neste indicador, a ausência de informação exata e atualizada sobre o grau de centralização, a nível nacional, do sistema mediático português. No entanto, de acordo com os dados disponíveis (ERC, 2010, 2009; Davim, 2012), podemos inferir que este apresenta um elevado nível de concentração a nível nacional, uma vez que, em particular no que respeita às rádios e aos canais de televisão de sinal aberto locais ou regionais, o seu número é muito reduzido em relação aos media de âmbito nacional.

Nesse sentido, num relatório sobre a TDT em Portugal, a Autoridade da Concorrência recomendou o “desenvolvimento das ações necessárias à disponibilização em sinal aberto de um maior número de canais, tanto públicos como privados, e de âmbito nacional e regional, uma vez que a presente oferta de canais parece estar manifestamente aquém das possibilidades da rede de difusão e daquilo que seria desejável” (AdC, 2013: 48).

### **Acesso aos media: Grupos sociais e culturais, comunidades locais**

No caso específico da televisão, o propósito de satisfazer “as necessidades informativas, recreativas e, em especial, educativas, formativas e culturais dos diversos segmentos culturais do público” é remetido para um “segundo serviço de programas generalista”, “aberto à participação da sociedade civil”, conforme se lê no artigo 52º da Lei da Televisão (27/2007), respeitante à concessão de serviço público de televisão. A mesma lei, no mesmo artigo, prevê a existência

de dois serviços de programas televisivos especialmente destinados às regiões autónomas da Madeira e dos Açores.

No entanto, podemos dizer que a prática de difusão de programas noticiosos regionais e, também, de notícias locais é menos frequente do que o expectável. O Relatório de Regulação da ERC, de 2014, confirma a prática de acesso e de procura da diversidade no canal RTP2, mas sublinha que esse pluralismo (quer de programas, quer no que diz respeito ao acesso de grupos sociais e culturais) é limitado no caso da RTP1.

### **Existência de plataformas para media comunitários**

Em Portugal, não existe definição nem enquadramento legal para os meios de comunicação comunitários (Jedrzejewski & Oliveira, 2015: 255-257; Prina et al., 2013), comumente definidos como meios de comunicação sem fins lucrativos, propriedade da comunidade que visam servir, que se possam constituir como uma oportunidade de difusão de ideias, cultura, tradições e hábitos sociais de uma comunidade. Ao contrário de países como o Brasil, Reino Unido, França ou Espanha, não há tradição deste tipo de media no panorama mediático português.

Isso não significa, porém, que não existam projetos de rádio comunitária, atual e maioritariamente, com presença na Internet, sem fins lucrativos, representando a ideia de “emancipação” da audiência (Jedrzejewski & Oliveira, *ibidem*) ou publicações impressas que tenham como público alvo comunidades imigrantes residentes no país (Salim, 2008).

### **Acessibilidade de pessoas com deficiência aos media**

A legislação e documentação nacional existentes sobre a promoção e defesa dos direitos dos cidadãos com deficiência dá especial ênfase à acessibilidade das pessoas com deficiência aos meios de comunicação social, em particular na Lei da Televisão, nos artigos 34º e 51º (Grupo de Reflexão Media e Deficiência, 2011; Bachmeier, 2014: 20; Assembleia da República, 2007).

### **Literacia mediática e educação para os media**

As atividades e os projetos de educação para os media têm vindo a diversificar-se, devido aos esforços de vários agentes, nomeadamente a academia, a sociedade civil e o próprio sector dos media (Jorge et al., 2014: 168-171). No entanto, sublinha-se a ausência de uma política pública claramente direcionada para o tema, que possa transformar iniciativas fragmentadas numa estratégia efetiva de promoção da sustentabilidade de projetos de literacia mediática (Costa *et al.*, 2014: 25).

### **3. Propriedade**

#### **Enquadramento regulamentar**

Em Portugal, não existe uma lei geral para a concentração dos meios de comunicação social. Não existem limites objetivos para a concentração diagonal (*cross-media*). As operações de fusão e aquisição envolvendo empresas de media são apreciadas, caso a caso, pela Autoridade da Concorrência (AdC) e pela Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC).

As leis que enquadram a propriedade dos media são implementadas dentro de cada um dos subsectores. No subsector da televisão, existem limites baseados em critérios objetivos e quantitativos. A Lei N.º 8/2011 (art. 4-B) estipula que nenhum indivíduo ou entidade coletiva está autorizado a controlar mais de 50% do número total de licenças da televisão em sinal aberto.

O subsector da radio também tem vários limites específicos em termos de propriedade. Estes estão previstos na Lei N. 54/2010 (art. 4). Nenhuma pessoa singular ou coletiva pode deter um número de licenças de serviços de programas radiofónicos de âmbito local superior a 10% do número total das licenças atribuídas no território nacional. Nenhuma pessoa singular ou coletiva do sector privado ou cooperativo pode deter um número de serviços de programas de âmbito nacional em frequência modulada igual ou superior a 50% dos serviços de programas habilitados para a mesma área de cobertura e para a mesma faixa de frequência. Nenhuma pessoa singular ou coletiva pode deter no mesmo distrito, na mesma área metropolitana, no mesmo município ou, nas regiões autónomas, na mesma ilha, um número de licenças de serviços de programas radiofónicos de

âmbito local superior a 50% dos serviços de programas com o mesmo âmbito habilitados em cada uma das circunscrições territoriais referidas.

Em contraste com a televisão e a rádio, o subsector da imprensa é essencialmente baseado em princípios e políticas de “laissez faire”. As leis da imprensa (Lei N.º 2/99 e Lei N.º 19/2012) não estabelecem limites objetivos, aplicáveis especificamente a este subsector. O enquadramento regulamentar prevê critérios qualitativos mas não quantitativos. Em todos os subsectores acima referidos, o excesso de concentração horizontal (*monomedia*) pode ser evitado através da legislação geral da concorrência, que tem em consideração as especificidades do sector da comunicação social. A AdC e a ERC podem intervir, caso tal se revele necessário.

Em Portugal, as leis subsectoriais incluem obrigações de transparência<sup>8</sup>. Em Julho de 2015 foi aprovada uma nova lei para a transparência da propriedade dos media (Lei n.º 78/2015), aplicável ao sector da comunicação social na sua globalidade (e não apenas a subsectores).

### **Propriedade dos media e estruturas de mercado**

Os mercados dos media portugueses organizam-se, na maior parte dos casos, em estruturas oligopolísticas. Nas últimas décadas, verificaram-se importantes mutações no sector da comunicação social, que contribuíram para níveis crescentes de concentração. No mercado da televisão, os serviços em sinal aberto são atualmente fornecidos por três operadores: RTP (detida pelo Estado), SIC (detida pelo grupo privado Impresa) e TVI (detida pelo grupo privado Media Capital). A RTP é um prestador de serviço público. A SIC e a TVI são típicas operadoras de televisão comercial.

Os mercados da radio são diversificados, nomeadamente ao nível local. No entanto, Portugal tem apenas quatro grupos empresariais com serviços de rádio de âmbito nacional: RDP (detido pelo Estado), Renascença (detido pela Igreja Católica), Media Capital (capital privado) e Global Media (capital privado).

O subsector da imprensa também é diversificado ao nível local. No entanto, os mercados de jornais de cobertura nacional são controlados por um número reduzido de grupos privados. Os grupos dominantes são Cofina, Global

---

8 Leis N.º 27/2007, N.º 8/2011 (art. 4), N.º 54/2010 (art. 3) e N.º 2/99 (art. 16).

Media e Impresa. É muito difícil estimar quotas de mercado no subsector da imprensa, dada a escassez de dados completos e/ou atualizados sobre alguns grupos empresariais, nomeadamente o Global Media e o Ongoing. Nos últimos anos, estes grupos não cumpriram todas as suas obrigações de prestação de informação junto do regulador (ERC, 2014 e 2015).

Os mercados dos media em Portugal são caracterizados por níveis significativos de concentração *cross-media*. O grupo de comunicação social Impresa, o maior do mercado português, está presente em televisão (sinal aberto e cabo), imprensa (jornais e revistas) e conteúdos *online*. O grupo Media Capital, outro operador dominante, está presente na televisão (sinal aberto e cabo), rádio e conteúdos digitais. O grupo Cofina está presente na imprensa (jornais e revistas), nos conteúdos digitais e na televisão por cabo. O grupo Global Media está presente na imprensa (jornais e revistas), na rádio e nos conteúdos *online*. O grupo Sonaecom tem como *core-business* as telecomunicações, mas é proprietário de um jornal diário de referência (*Público*). O grupo Newshold é recente em Portugal (tendo sido criado com capital angolano) e tem expandido a sua presença nos mercados da imprensa, investindo também no Grupo Cofina.

#### 4. Âmbito político

##### Viés político nos media

Pensamos que, em geral, existem salvaguardas regulamentares, implementadas na prática, que garantem que, em notícias e programas informativos nos canais e serviços do Public Service Media, todos os pontos de vista políticos existentes na sociedade estão representados de uma forma razoável (qualitativo), equilibrada (quantitativa) e imparcial (sem tomar partido). Há ainda um órgão administrativo encarregado de fiscalizar o cumprimento dessas normas e / ou queixas. Relativamente aos instrumentos de auto-regulação, que garantem o acesso aos canais do serviço público por parte dos atores políticos, existem apenas alguns princípios genéricos descritos, fundamentalmente, no Código de Ética RTP.

Como os relatórios elaborados pela ERC - Entidade Reguladora da Comunicação Social sobre o pluralismo político-partidário, verifica-se que os diferentes pontos de vista políticos e ideológicos estão, de um modo geral, representados na informação das televisões privadas, bem como os enquadramentos de dominante mais parcial (positivos ou negativos) de determinados atores políticos.

Existem salvaguardas regulamentares para o acesso a tempo de antena nos canais do Public Service Media durante as campanhas eleitorais, para todos os tipos de eleições políticas. Em relação à proporcionalidade da representação dos vários pontos de vista e perspectivas políticas e ideológicas nos meios de comunicação audiovisuais, bem como sobre a existência de enquadramentos específicos de outros atores políticos durante as campanhas eleitorais, pensamos que há algum risco potencial sob a nova lei, particularmente em relação aos pequenos partidos ou a candidaturas de “outsiders”.<sup>9</sup>

### **Independência da gestão do PSM e financiamento**

Em relação ao PSM, a sua independência foi reforçada com a criação de CGI - Conselho Geral Independente em 2014, sendo que este é responsável pela supervisão da missão do serviço público de radiodifusão e garante a independência da gestão do PSM relativamente ao governo e / ou a um único grupo ou partido político. Não há nenhuma evidência de conflitos em matéria de nomeações e demissões de dirigentes e membros do conselho de gestão do PSM.

Relativamente aos mecanismos de concessão de financiamento para o PSM, o Estado português garante o financiamento do serviço público de rádio e de televisão. O modelo de financiamento atual é baseada na contribuição para o audiovisual (CAV), inscrito na fatura da eletricidade – e que praticamente todos os cidadãos pagam, e das receitas comerciais da RTP (publicidade). As indemnizações compensatórias foram abolidas em 2013.

### **Política do controle sobre os meios de comunicação**

Existem ainda alguns problemas com a implementação eficaz das salvaguardas regulamentares relativamente às questões de propriedade dos media e / ou de controlo dos meios de comunicação por parte de agentes políticos. A lei contém limitações à participação direta e indireta excessiva e / ou ao controlo de redes de televisão por partidos políticos, grupos partidários ou agentes políticos, mas em relação à transparência da propriedade no sector da comunicação social, em alguns casos, torna-se muito difícil saber exatamente

---

9 António Marinho e Pinto, “Mais do mesmo”. Expresso, 15 de agosto de 2015.

quem são os proprietários dos meios de comunicação social portugueses. É difícil obter conhecimento cabal dos verdadeiros proprietários de alguns grupos de media, isto porque, por vezes o que é apresentado como sendo os detentores do capital são fundos de investimento muito provavelmente sediados em off-shores. Por exemplo, atualmente, não é possível identificar a estrutura acionista do grupo de media Português Newshold. Para ultrapassar este problema uma nova lei sobre a transparência da propriedade, gestão e financiamento dos órgãos de comunicação social foi aprovada pelo Parlamento em 2 de julho de 2015. Com exceção deste problema, não há risco significativo em Portugal de filiações políticas dos media, por assim dizer, e de controlo direto por parte do sistema político dos meios de comunicação e respetivas redes de distribuição.

### **Publicidade do Estado e independência das agências de notícias**

Quanto às questões relativas à publicidade colocada nos media por parte do Estado, e também relativamente à independência das agências de notícias, não há evidências, em geral, de risco, ou sequer à existência de regras pouco transparentes no que respeita à distribuição de publicidade estatal em Portugal. Também no que diz respeito à independência das agência de notícias, não temos, na prática, qualquer evidência de problemas de pluralismo na agência portuguesa de notícias – a Lusa, uma agência detida maioritariamente pelo Estado português, mas também participada por grupos de comunicação privados, como é o caso do Global Media Group, que detém a rádio TSF e títulos de imprensa centenários e de referência como o Diário de Notícias e o Jornal de Notícias, e a Impresa, que detém o semanário Expresso e o canal generalista SIC, para além de outros canais de TV por Cabo.

### **5. Recomendações**

Na legislação portuguesa dos media a questão do pluralismo tem várias referências, nomeadamente relativas à propriedade, à concorrência e ao pluralismo dos media. No entanto, quer os estudos académicos, quer diversos relatórios sobre o pluralismo político nos meios de comunicação (realizados a um nível global, não só em Portugal) não asseguram a melhor análise sobre determinadas categorias de conteúdo, tais como a pluralidade de vozes (ou seja, vozes não exclusivamente do espectro político, outras vozes da cidadania, de cidadãos

independentes, académicos, empresários, outras vozes no sistema político como minorias, grupos étnicos, associações cívicas, ONG, etc.). As metodologias de pesquisa devem assim, do nosso ponto de vista, dar um peso mais forte a esta categoria que designamos por “outras vozes” a fim de reforçar os critérios e a especificidade do pluralismo político nos meios de comunicação.

Para reforçar a independência da Autoridade Reguladora para a Comunicação Social, estamos de acordo com algumas opiniões e setores da sociedade portuguesa que acreditam que é importante que os membros das entidades reguladoras, em geral, também podem ser indicadas e / ou nomeadas pelo Presidente da República. No que diz respeito à centralização do sistema de media em Portugal, recomendamos o desenvolvimento de ações necessárias para a disponibilização de um maior número de canais de sinal aberto / *free-to-air* (canais públicos e/ou privados) de nível nacional e/ou regional através do sistema de televisão digital terrestre, que tem atualmente uma oferta muito restritiva no plano nacional.

Recomendamos também uma estratégia consistente de médio e longo prazo a fim de serem implementadas políticas específicas no domínio da alfabetização e da educação para os media e também de literacia digital, e isto quer em relação às crianças e jovens, quer em relação aos sistemas de educação ao longo da vida.

Em termos de propriedade, recomendamos que o setor da comunicação social e o sistema político e de governo possam criar um consenso político alargado, em torno de uma lei geral da concentração para os media. Devem existir limites objetivos para a propriedade cruzada de meios de comunicação social. O quadro regulamentar deve promover a concorrência efetiva nos mercados de media, mas também proteger a diversidade de conteúdo. Nos subsectores de televisão e rádio, consideramos que o atual operador de serviço público/public service media, continua a ser necessário de forma a ser eles próprio um regulador pela qualidade dos seus conteúdos e ainda para suprir eventuais falhas de mercado e/ou de conteúdos por parte dos operadores privados.

## Referências bibliográficas

AAVV. "Contrato de concessão do serviço público de rádio e televisão", 2015. Disponível em: [http://www.rtp.pt/wportal/grupo/governodasociedade/contrato\\_concessao\\_pdf.php](http://www.rtp.pt/wportal/grupo/governodasociedade/contrato_concessao_pdf.php) [acedido em 12 de janeiro de 2016]

AdC. "Televisão Digital Terrestre em Portugal", 2013. Disponível em: [http://www.concorrenca.pt/vPT/Estudos\\_e\\_Publicacoes/Estudos\\_Economicos/Comunicacoes\\_Electronicas\\_e\\_Media/Documents/TDT\\_final\\_Junho\\_20130617.pdf](http://www.concorrenca.pt/vPT/Estudos_e_Publicacoes/Estudos_Economicos/Comunicacoes_Electronicas_e_Media/Documents/TDT_final_Junho_20130617.pdf) [acedido em 12 de janeiro de 2016]

Anacom. "Relatório final. Grupo de acompanhamento da migração para a televisão digital terrestre (GAM-TD)", 2012. Disponível em: [http://www.anacom.pt/streaming/GAM-TD\\_25+out2012.pdf?contentId=1142587&field=ATTACHED\\_FILE](http://www.anacom.pt/streaming/GAM-TD_25+out2012.pdf?contentId=1142587&field=ATTACHED_FILE) [acedido em 12 de janeiro de 2016]

Assembleia da República. "Constituição da República Portuguesa. VII revisão constitucional", 2005. Disponível em: <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx> [acedido em 12 de janeiro de 2016]

Assembleia da República. "Lei da Televisão e dos Serviços Audiovisuais a Pedido (Lei 27/2007)", 2007. Disponível em: <http://www.gmcs.pt/pt/lei-n-272007-de-30-de-julho-lei-da-televisao-e-dos-servicos-audiovisuais-a-pedido> [acedido em 12 de janeiro de 2016]

Assembleia da República. "Lei da Rádio (Lei 54/2010)", 2010. Disponível em: <http://www.gmcs.pt/pt/lei-n-542010-de-24-de-dezembro> [acedido em 12 de janeiro de 2016]

Bachmeier, Cristina. "Barrier-free access to audiovisual content A fundamental human right". European Audiovisual Observatory, 2014. Disponível em: [http://www.obs.coe.int/documents/205595/7944996/IRIS+plus+2014-3\\_EN+LA.pdf/6212170a-bd35-48e8-99f7-b4b1cba2f1b5](http://www.obs.coe.int/documents/205595/7944996/IRIS+plus+2014-3_EN+LA.pdf/6212170a-bd35-48e8-99f7-b4b1cba2f1b5) [acedido em 12 de janeiro de 2016]

Camponês, Carlos. "Fundamentos de Deontologia do Jornalismo - A Auto-regulação frustrada dos Jornalistas Portugueses (1974-2007)" (tese de doutoramento policopiada). Universidade de Coimbra, 2009.

Costa, C.; Jorge, A.; Pereira, L. "Media and information literacy policies in Portugal". ANR Translit and COST "Transforming Audiences / Transforming Societies", 2014. Disponível em: [http://ppemi.ens-cachan.fr/data/media/colloque140528/rappports/PORTUGAL\\_2014.pdf](http://ppemi.ens-cachan.fr/data/media/colloque140528/rappports/PORTUGAL_2014.pdf) [acedido em 12 de janeiro de 2016]

Davim, M. "Não se sabe quem vê a RTP Açores e a RTP Madeira". Sol, 2 de outubro, 2012. Disponível em: <http://www.sol.pt/noticia/60249> [acedido em 12 de janeiro de 2016]

Entidade Reguladora para a Comunicação Social – ERC (2009). "Caracterização do sector da radiodifusão local". <http://www.erc.pt/> [acedido em 12 de janeiro de 2016].

Entidade Reguladora para a Comunicação Social – ERC (2010). "A imprensa local e regional em Portugal". <http://www.erc.pt/documentos/ERICImprensaLocaleRegionalfinal.pdf> [acedido em 12 de janeiro de 2016].

Entidade Reguladora para a Comunicação Social – ERC (2014). "Relatório de regulação". <http://www.erc.pt/> [acedido em 12 de janeiro de 2016].

Eurostat (2013). "Broadband and connectivity – individuals". [http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=isoc\\_bde15b\\_i&lang=en](http://appsso.eurostat.ec.europa.eu/nui/show.do?dataset=isoc_bde15b_i&lang=en) [acedido em 12 de janeiro de 2016]

Grupo de Reflexão Media e Deficiência (2011). "Relatório Grupo de Reflexão Media e Deficiência". <http://www.mediaedeficiencia.com/> [acedido em 12 de janeiro de 2016].

IHS Inc. and Valdani Vicari & Associati Portugal (2013). "Broadband Coverage in Europe 2013. Mapping progress towards the coverage objectives of the Digital Agenda. A study prepared for the European Commission DG Communications Networks, Content & Technology". <https://ec.europa.eu/digital-agenda/en/pillar-4-fast-and-ultra-fast-internet-access> [acedido em 12 de janeiro de 2016]

Jedrzejewski, S.; Oliveira, M. (2015). "Getting listeners involved: Rádio Ás, a community radio web project". In T. Bonini & Monclús, B. (eds), *Radio audiences and participation in the age of network society*. NY: Routledge.

Mota, Francisco T. (2013). *A Liberdade de Expressão em Tribunal*. Lisboa: FFMS.

Jorge, A.; Pereira, L.; Costa, C. (2014). "Práticas de educação para os media em Portugal". In I. Eleá (ed.), *Agentes e Vozes: um panorama da mídia-educação no Brasil, Portugal e Espanha*. Gotemburgo: Nordicom.

---

NetIndex (2015). "Portugal". <http://www.netindex.com/download/1,7/EU> [acedido em 28 de junho de 2015]

Prina, F.; Zvakou, A.; Ghirardi, F.; Colombo, S. (2013). "Minorities, media and intercultural dialogue" [working paper]. European Center for Minority Issues. [http://www.ecmi.de/uploads/tx\\_lfpubdb/WP\\_71\\_Final.pdf](http://www.ecmi.de/uploads/tx_lfpubdb/WP_71_Final.pdf) [acedido em 12 de janeiro de 2016]

Salim, I. (2008). Os meios de comunicação étnicos em Portugal. Lisboa: ACIDI.

WorldDAB (2015). "Country information – Portugal". <http://www.worlddab.org/country-information/portugal#coverage> [acedido em 12 de janeiro de 2016]

# Liberdade de expressão na produção científica

Lia Queiroz do Amaral<sup>1</sup>

Fui convidada a participar deste livro para analisar e relatar material, veiculado on line, coletado pelo OBCOM, que me foi passado como sendo casos de Censura à Ciência. Li várias reportagens bastante polêmicas sobre assuntos diversos, na maioria expressando opiniões que não configuram casos de censura, mas sim de discussões em torno de assuntos controversos. Um dos textos sintetiza de forma correta a situação:

Texto do DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Universidade Estadual de Londrina - 17 de maio de 2010:

.... ainda que a censura tenha estado presente de forma mais acentuada em determinados momentos históricos, a censura explícita ou não sempre acompanhou a geração da informação. Ela é um problema antigo ainda não equacionado'.... (DI CHIARA, 2015)

A produção científica exige uma abordagem muito diferente dos casos usualmente tratados como censura à liberdade de expressão. Na atualidade me parece existir uma tendência, exacerbada nas redes sociais na internet, a considerar que todas as opiniões são igualmente válidas e merecem ser veiculadas, sem controle algum. Isso não é válido na produção científica, que precisa ter credibilidade ao ser relatada como matéria jornalística.

---

<sup>1</sup> Professora Titular do Instituto de Física da USP. Atualmente aposentada, em regime de professor Senior. Em paralelo com atividades acadêmicas em Física da Matéria Condensada, faz pesquisa independente em Evolução Humana, com trabalhos de pesquisa publicados também nessa área. amaral@if.usp.br

### Jornalismo sobre ciência

Começo analisando a diferença de abordagens num assunto complexo: evolução humana, um tópico essencial, onde se cruzam o conhecimento científico e as religiões. Interessa a todos os seres humanos, e será retomado no final deste artigo.

Um texto que me foi passado pelo OBCOM tinha como título: "É a censura uma forma válida de fazer ciência?" (*Site Darwinismo*, 2013). O texto é de um grupo criacionista (blog do Mats), relatando que resultados contestando o processo de datação de fósseis foram retirados do relatório final de um congresso científico. O site tem um pequeno debate, insuficiente para esclarecimento do assunto.

Minha análise: Cada grupo responsável por uma dada produção científica tem critérios internos que definem o que pode ou não ser veiculado com o carimbo de ciência naquela produção científica. Assuntos controversos necessitam uma abordagem muito mais aprofundada, que entre no conteúdo discutido, e não se limite à censura x liberdade de expressão.

Sobre o assunto 'Evolução / criacionismo' contraponho um artigo da Revista Pesquisa FAPESP (MARQUES, 2015), publicado também na internet, que faz uma análise de conteúdo sobre a questão:

Um estudo que comparou o nível de conhecimento científico de alunos no Brasil e na Itália traz um panorama revelador sobre problemas no ensino da teoria da evolução e seu impacto na formação dos jovens brasileiros. O levantamento sugere que a precária formação científica dos estudantes de ensino médio do país os leva a recorrer a sua bagagem cultural e religiosa para explicar a evolução dos seres vivos e a origem da espécie humana, algo que não se observa entre os italianos, que recebem uma educação científica mais sólida...

O que é afinal "Jornalismo Científico"? Uma definição da Wikipédia diz: "O Jornalismo Científico é próximo de outras atividades semelhantes, como a divulgação científica, porém distinto na medida em que não apenas informa o público sobre ciência mas procurar trazer reflexões e discussões atualizadas sobre ciência, tecnologia e sua relação com a sociedade".

O jornalismo sobre ciência é muito complexo, e tem sido bastante analisado (MASSARANI et al., 2002). Assuntos de biomedicina dominam a pauta jornalística

por serem de grande interesse público e também porque esses cientistas estão habituados à grande repercussão de seu trabalho. Mas em outras áreas da ciência isso em geral não ocorre, e as relações entre jornalistas e cientistas são difíceis.

Os cientistas reclamam que jornalistas não sabem interpretar seus discursos, resultando textos jornalísticos com simplificações errôneas. Os cientistas trabalham ao longo do tempo, amadurecem seus resultados, enquanto os jornalistas trabalham pressionados pelo tempo, o que impede o aprofundamento que a ciência exige. A maioria dos cientistas prefere não aparecer na mídia do que aparecerem associados a conceitos errados.

Um cientista com domínio de seu campo de pesquisa pode conseguir falar ao público sobre ciência, como é o caso de Marcelo Glaser, muito popular em livros, colunas de jornais e na internet. Isso porque o cientista é um ser humano normal, capaz de entender o lado do público. Mas a linguagem científica (AQUINO, 2010) é muito diferente da linguagem jornalística, e não é possível exigir de todo cientista que se exprima como um jornalista. Por outro lado, um jornalista sem formação em ciência não consegue penetrar no conteúdo do conhecimento científico, é influenciado pelo seu próprio viés ideológico, e existe o risco de se tornar sua própria fonte, num assunto que desconhece.

Existe atualmente um encolhimento na cobertura de ciências nos jornais, resultado das alterações na comunicação de massas, os suplementos especializados em cultura em geral estão desaparecendo dos jornais mais tradicionais, e sendo substituídos pelas novas mídias de comunicação, ligadas à internet. Essas mudanças foram analisadas em artigos da revista pesquisa FAPESP (MANGINI; ANTENOR, 2013), (FIORAVANTI, 2015), ressaltando o papel assumido tanto por jornalistas quanto por cientistas e outros interessados por ciência em blogs independentes. A internet permite que o leitor deixe de ser passivo mas passe a interagir comentando a notícia.

De forma geral, na internet a *wikipedia* é um exemplo de informação de qualidade livremente veiculada. Mas serve para informação inicial, não chega na fronteira do conhecimento científico. Assim, é pertinente entrarmos na questão: o que é produção científica?

### **A especificidade da produção científica**

A produção de conhecimento científico tem alguns aspectos semelhantes à produção cultural e artística, uma vez que é feita por seres humanos, mas tem diferenças importantes, pois visa alcançar um conhecimento objetivo e impessoal, e é muito especializada. A característica mais fundamental da pesquisa científica é seu encadeamento no tempo, cada passo fazendo referência ao que foi feito antes naquele assunto, montando uma rede extremamente complexa de informações interligadas, onde existe uma coerência interna, que define a estrutura do conhecimento.

Ao longo da história existem descobertas e invenções que ocorrem fora do sistema acadêmico. Mas analiso aqui a produção científica feita em universidades e institutos de pesquisa, que segue o padrão de comunicação através de artigos especializados publicados em revistas científicas. Os Editores das revistas de maior prestígio podem recusar o artigo sem explicações, ou então iniciar um complexo e longo processo (que dura meses ou mesmo anos), de revisão por pares, utilizado em todas as revistas científicas (SCIELO, 2015). O artigo é enviado a alguns assessores, especialistas na mesma área, que julgam o mérito do trabalho, sem remuneração por esse serviço. O conteúdo dos pareceres (anônimo) volta ao autor, e segue-se um debate e revisões até que o trabalho seja aceito ou recusado. Os autores de trabalhos publicados passam a ser assessores no julgamento de trabalhos, também sem remuneração. Esse processo tem uma origem histórica, que levantei e vou relatar depois, e também uma base ética e moral, sem a qual o controle da qualidade da produção científica deixa de funcionar.

A especificidade da produção científica está no fato de “crítica pesada” (chegando à censura) e “liberdade de expressão” conviverem juntas dentro do mesmo sistema! Justifica-se portanto um detalhamento da necessidade desse acoplamento entre rigidez e liberdade na produção científica. Cada assunto de pesquisa segue uma dialética entre razão e intuição do pesquisador. Analisemos agora algumas características necessárias ao cientista para produzir Ciência.

### **A especificidade do cientista**

As pessoas em geral têm extrema dificuldade em receber críticas, principalmente numa sociedade como a nossa, que supervaloriza as relações sociais num nível de comunicação superficial, onde falar a verdade é considerado inconveniente e agressivo. A produção cultural e artística costumava ter uma crítica especializada nos jornais, de qualidade reconhecida, que analisava e julgava o conteúdo da produção cultural. Isso está desaparecendo.

A capacidade de receber e incorporar críticas pertinentes, mas ao mesmo tempo defender suas ideias é essencial na produção científica, que exige critério. Todo o sistema de produção de ciência está baseado no distanciamento crítico e na discussão aprofundada dos conteúdos, capaz de levar a uma análise objetiva e impessoal do próprio trabalho. A formação de um cientista leva em geral cerca de 10 anos: especialização com orientador, discussões com colegas, publicação dos resultados das pesquisas. O cientista independente define seu assunto de pesquisa, e começa a orientar seus estudantes. Assim caminha o conhecimento científico, e não há outra forma de alcançá-lo.

Isso não garante que toda a pesquisa científica seja de qualidade, nem que toda boa pesquisa consiga ser publicada, e existem exemplos desses desvios. Mas a questão essencial é a impossibilidade de exprimir qualidade em termos de quantidade. No passado havia uma hierarquia clara, com reconhecimento de quem era autoridade no assunto, e podia validar a qualidade. Atualmente são inventadas métricas variadas na tentativa de quantificar a qualidade da produção científica: número de trabalhos publicados, número de citações obtidas pelo trabalho, classificação do nível das revistas científicas. Nenhuma dessas métricas é suficiente por muito tempo, o ser humano consegue manipular todas elas através da formação de redes de amigos que se ajudam e que vão contra inimigos comuns. Existe nos bastidores uma luta política por poder.

O sistema de validação da ciência só pode realmente avançar com uma ética e uma moral que o cientista incorpore profundamente dentro de si, visando alcançar a excelência no conhecimento do assunto ao qual se dedica.

Já foi dito que esse sistema é baseado na regra de ouro da reciprocidade, presente em todas as religiões e culturas humanas. Essa visão foi examinada no caso da ética nas organizações (THIRY-CHERQUES, 2006), com menção à crítica feita por Kant à sua fragilidade lógica. A regra de ouro é discutida na obra do filósofo Ricour, que contrapõe amor e justiça (SOUZA SALLES, 2013).

A incorporação pelo cientista da ética que leva ao conhecimento científico é realmente um caso que merece estudos, existem ligações com alguns conceitos de Ricour - O si-mesmo como um outro, com tradução e interpretação em português (SILVA, 2008). Sobretudo na formação da identidade pessoal, e individual, que só pode se articular na dimensão temporal da existência humana. Ricour considera modelos de permanência no tempo: 1) caráter e 2) a fidelidade a si na manutenção da palavra dada. A consciência do cientista de fazer parte de

uma história de busca do conhecimento, por gerações, me parece ser fundamental para funcionarem a ética e a moral do sistema.

Voltemos ao confronto entre Ciência e Política (WEBER, 1968): “Sem essa embriaguez singular, de que zombam todos os que se mantêm afastados da ciência, sem essa paixão..... Sem isso, você jamais possuirá a vocação de cientista e melhor será que se dedique a outra atividade”.

A revista pesquisa Fapesp publicou uma reportagem (MARQUES, 2008) analisando por que os cientistas são apaixonados pelo que fazem. Um estudo sociológico com 120 cientistas bolsistas da Fapesp mostrou que a profissão, sem altos salários, garante uma elevada satisfação intelectual e pessoal, derivada da liberdade de poder organizar o próprio trabalho e do gosto de colher os frutos, e também do prestígio na forma de reconhecimento dos pares e na capacidade de obter recursos para prosseguir suas pesquisas, e contribuir para o avanço do conhecimento. A satisfação do cientista com sua profissão é um fenômeno mundial, inclusive com pesquisadores trabalhando na indústria. Essa satisfação continua a existir, mesmo diante das profundas alterações surgidas na produção científica nas últimas décadas. As normas internalizadas pelos pesquisadores, e a submissão a critérios impessoais de julgamento permanecem.

Acho necessário agora descrever um pouco o que vem a ser pesquisa científica, que parte do princípio que existe uma realidade externa ao pesquisador, possível de ser conhecida. Deve ser ressaltada uma mudança importante relativa à filosofia da ciência, nas últimas décadas, com o restabelecimento do realismo, (NIINILUOTO, 2002), retomando o tema da verossimilhança e aproximação da veracidade.

### **Pesquisa científica básica x aplicada**

É importante ressaltar a diferença que existe entre pesquisa básica, ou pura, e pesquisa aplicada, embora possa haver uma gradação indo da pura até a aplicada. A pesquisa básica busca responder à questão “por quê?”, motivada pela curiosidade e desejo de compreender os fenômenos, uma característica que existe fortemente no ser humano, desde a mais tenra infância, quando enfrenta o mundo físico à sua volta. Já a pergunta “para quê?” está ligada à pesquisa aplicada, à necessidade de resolver um problema prático, o que na maioria das vezes só pode ser conseguido depois que o conhecimento básico necessário já foi obtido, através da pergunta “como?”

A pesquisa básica, sobretudo na área de exatas, é internacional, com conteúdo científico que não depende do lugar onde a pesquisa é feita. Isso inclusive às vezes traz frustração aos cientistas de países periféricos, como o nosso, quando são cobrados pelos não cientistas com a pergunta “para que serve?”. Serve para ampliar o conhecimento humano em geral. A passagem da Ciência para a Tecnologia é outra etapa, nada trivial. Nos países desenvolvidos a ligação entre a pesquisa e sua utilização, inclusive na indústria, é mais clara.

Um exemplo da complexa passagem da pesquisa básica para a pesquisa aplicada e sua posterior utilização industrial, pode ser dado no assunto “Cristais Líquidos”, minha área de pesquisa por 40 anos (SLUCKIN, 2007) (AMARAL, 2014). Aprendemos todos, desde crianças, a distinguir sólidos de líquidos, e também que água e óleo não se misturam. No século 19 foram descobertos de forma independente materiais ‘curiosos’, feitos por moléculas assimétricas, com propriedades óticas típicas de cristais, mas fluidez de líquido, com uma fase intermediária entre sólidos e líquidos. Alguns deles eram misturas com água. Estudos acadêmicos independentes desenvolveram-se no início do século 20 na Europa, e mais tarde nos EUA, verificando-se também propriedades elásticas interessantes, pois se deformam com facilidade. A partir da década de 1960 começa a surgir um interesse prático nas suas propriedades únicas, que desemboca em vertentes diferentes. Na indústria:

- sistemas detergente / água com largas aplicações na indústria de limpeza e cosméticos
- cristais líquidos utilizados em visores de televisões, celulares, etc., uma indústria de bilhões de dólares anuais, ligada ao Japão e à tecnologia de comunicação

Em paralelo a isso, permanece o interesse acadêmico:

- Nobel de Física em 1991 a um francês (Pierre-Gilles de Gennes), pela generalização da teoria para estudar variações com temperatura de formas complexas de matéria (cristais líquidos e polímeros).
- Em 1972 foi verificado que as membranas biológicas de células vivas tinham propriedades de cristais líquidos aquosos, que formam espontaneamente agregados de moléculas. Assim abriu-se o campo de estudos de membranas biomiméticas, em biologia molecular.

Meu interesse é centrado na interface física, química e biologia, e na interface teoria/experiência. Busco a integração do conhecimento, no nível estrutural conceitual.

### **Variedade de assuntos de pesquisa científica**

Existe pesquisa científica teórica, pesquisa científica experimental, e também combinações das duas. Todos os tipos de pesquisa científica utilizam a matemática como ferramenta, mas em graus diferentes, dependendo do assunto da pesquisa. As técnicas matemáticas e experimentais são certamente essenciais na pesquisa científica, mas adquirem sentido na correlação com os conceitos envolvidos nos vários assuntos.

A própria matemática desenvolve-se a partir de axiomas, postulados e hipóteses iniciais, que são o fundamento de uma demonstração, porém eles mesmos considerados 'evidentes & indemonstráveis'. É importante entender que a matemática por si só não pode explicar a realidade, essa conexão é feita pelos conceitos, ideias formadas na mente e formuladas numa linguagem humana ou matemática. Assim, espaço e tempo são conceitos que foram sendo construídos ao longo da evolução humana. A geometria euclidiana, que existe há mais de 2000 anos, deu formalização matemática ao conceito de espaço, que só foi alterado com o advento do conceito de espaço-tempo, surgido já no século 20, a partir de geometrias não euclidianas (ou curvas), elaboradas no século 19.

Outra divisão essencial é a que existe entre as ciências exatas, as ciências biológicas e as ciências humanas, que partem de bases e conceitos diferentes. Nas universidades medievais europeias, a partir do ano ~ 1000, os estudos dividiam-se em artes, leis, medicina e teologia. Nas Artes existia a divisão entre o Trivium (Lógica, Gramática e Retórica) e o Quadrivium (Aritmética, Música, Geometria e Astronomia). A música vinha junto com a matemática, devido à teoria de harmonia.

O início da ciência moderna foi definido pela Física, com a Mecânica, e o italiano Galileu Galilei é considerado o símbolo do início, na renascença. A ciência moderna se desvincula de conceitos filosóficos, e define suas bases na matemática e na experimentação. É interessante notar que a contribuição de Galileu à Astronomia foi experimental (observações em telescópio), sua contribuição mais essencial foi na Física, e consiste na separação do movimento na superfície da terra em componentes vertical (definida pela gravidade) e horizontal, que junto com o princípio da inércia marca o início da mecânica, como é ensinada e usada até hoje. O movimento planetário foi equacionado e resolvido pelas leis do astrônomo alemão Johannes Kepler, contemporâneo de Galileu, a partir de medidas muito precisas feitas antes pelo dinamarquês Tycho Brahe, ambos se encontraram em Praga, com histórias de vida muito interessantes.

A revolução científica quanto ao movimento planetário foi feita de fato por Kepler, e em seguida a Mecânica foi formalizada pelo britânico Isaac Newton, unindo os movimentos na terra e nos céus, considerados separados pelos gregos. Mas isso só é visto claramente pelos físicos, que focalizam a estrutura interna do conhecimento em si. As ciências humanas se interessam mais pelo embate que houve entre Galileu e o papa Urbano VIII, que era seu amigo pessoal. A Mecânica de Newton é uma construção que permanece, foi apenas estendida em novas direções no século 20. Relendo-se Newton inclusive fica claro que ele tinha consciência das limitações feitas nas hipóteses então necessárias, admitindo um tempo absoluto.

No século 17 a alquimia começa a evoluir na direção da Química, que se define no século 18. Os grandes avanços da Física clássica ocorrem no século 19, com a unificação da Mecânica com a Eletricidade e o Magnetismo e também em Termodinâmica, na direção de explicar o calor e as reações químicas. A física moderna é consequência da sistematização da tabela periódica na química, também no século 19, e a união das duas ciências em termos de leis básicas da matéria ocorre na virada do século 19 para o século 20, definindo todo o arcabouço teórico das ciências exatas (AMARAL, 2014). Existe uma estrutura interna nas exatas, que foi sendo construída ao longo do tempo, é mais uma 'descoberta' do mundo externo ao ser humano, do que uma invenção humana. Essa estrutura, por não ser direcionada, contém algumas incoerências internas, cuja tensão leva à busca de soluções, é assim que evolui.

Já a biologia tem sua origem na sistematização dos organismos vivos feita na Grécia antiga por Aristóteles e avançou com estudos em microscópio no século 17. No século 19 surge a teoria da Evolução com Charles Darwin, naturalista britânico, e o início da genética com Gregor Mendel, monge agostiniano austríaco. Um grande avanço foi obtido na segunda metade do século 20, com a descoberta da estrutura molecular do DNA por métodos físicos, e o desenvolvimento da biologia molecular, que segue as leis básicas da matéria.

No nível molecular a visão existente nas ciências exatas já produz uma compreensão científica razoável dos processos envolvidos na biofísica e na bioquímica dos sistemas vivos. Entretanto, quando chegamos ao funcionamento global da mais simples célula viva, não somos ainda capazes de equacionar de forma exata a grande quantidade de reações acopladas nas suas funções, e a complexidade da vida ainda permanece uma incógnita. O conceito de vida ainda não foi incorporado às ciências exatas.

A Vida EXISTE, e a ciência avança com pesquisas nos ramos tradicionais da biologia, mas integrando a Estatística e também biologia molecular, genética e biotecnologia, que usa sistemas biológicos para usos específicos.

As ciências humanas continuam ligadas à Filosofia, mas a partir do final do século 19 a Estatística e a Linguística se integram à pesquisa científica, e por outro lado surge a psicanálise. Existe porém um abismo entre as ciências humanas e as ciências da natureza, na medida em que as humanas se definem a partir da linguagem humana e separam o ser humano da natureza. Existe agora um movimento na direção ecológica da natureza, mas que não chegou ainda a possibilitar uma união conceitual no nível de conhecimento científico. O mundo globalizado atual resiste a explicações científicas. Passemos agora a um detalhamento da validação da produção científica, desde sua origem.

### **O processo de avaliação por pares**

Em todas as culturas humanas existe um processo pelo qual os mais velhos transmitem aos mais jovens seus conhecimentos. Universitas eram corporações medievais de estudantes e mestres, que depois passaram a ser reconhecidas por autoridades civis e religiosas, dando origem às Universidades de Bolonha (1088), Paris (1150), Oxford (1167), Cambridge (1209). Era comum que cientistas trocassem cartas num debate de ideias, e as primeiras sociedades científicas formadas tinham membros que discutiam entre si seus trabalhos. Dezenas dessas sociedades foram formadas na Europa a partir do século 14.

A sociedade mais antiga que existe até hoje é The Royal Society of London for the Improvement of Natural Knowledge, fundada em 1660. Um pouco depois surge a Académie des Sciences (Paris), atualmente integrada ao Institut de France. Essas sociedades publicavam os trabalhos de seus membros, e havia discussões entre eles. A revista científica mais antiga é The Philosophical Transactions of the Royal Society (London), que completa agora 350 anos. Em 1752 foi criado um "Committee on Papers" para selecionar as publicações, o que pode ser considerado como o início da avaliação por pares (FITZPATRICK, 2009).

Quanto à origem desse sistema, foi sugerido (BIAGIOLI, 2002) ter ligações com a forma de publicação de livros no século 17, quando era necessária uma autorização real para a venda legal de livros impressos, que foi formalmente delegada às academias reais na sua fundação. Os livros publicados pelas

academias precisavam ser autorizados por dois membros do Conselho, que analisavam o texto, relatando que o conteúdo não tinha nada contrário aos propósitos da Sociedade, mais com o espírito de censura do que de controle de qualidade. Esse sistema existia apenas para livros, as discussões científicas nessas sociedades eram livres, mas o processo de tornar-se membro da sociedade era complexo, e por eleição. As sociedades científicas fizeram uma transição da censura do Estado para autopolicamento e autocritica nos trabalhos científicos, e o processo todo mudou muito ao longo desses quase 300 anos. O sistema passou de censura externa para revisão interna, primeiro nas ciências naturais, e muito depois nas humanidades e ciências sociais. O sistema de avaliação por pares atual certamente focaliza o conteúdo científico, mas o 'imprimatur' que garantem remonta às suas origens.

As discussões privadas, ou quasi-privadas do processo de avaliação por pares, carregadas de emoções e disputas, são discutidas no meio acadêmico, como boas ou más, construtivas ou obstrutivas, mas não como uma das condições de possibilidade do conhecimento acadêmico, na construção do valor do conhecimento científico (BIAGIOLI, 2002). Esse sistema exerce um papel duplo, pois garante 'ciência boa' e preserva o contrato que existe entre ciência e estado, pois toda a concessão de verbas públicas de pesquisa depende dele. Vantagens e desvantagens desse sistema de avaliação são analisadas, inclusive focalizando a questão da avaliação por pares ser 'cega' ou se o debate deveria ser aberto (PILDERWASSER, 2015).

### **Situação na atualidade**

O crescimento de publicações científicas foi estimado (NOORDEN, 2014), em menos de 1% ao ano no século 18, de 2-3% entre as duas grandes guerras, para 8-9% a partir da segunda metade do século 20. O número de revistas científicas (LARSEN; INS, 2010) em 1950 era ~ 60.000, com um crescimento de 5,6% ao ano. Mas o número de revistas científicas consideradas 'sérias' é agora estimado em ~24.000. Mais de 1 milhão de artigos são publicados todo ano, não existe mais possibilidade de controle sobre o conteúdo da produção científica mundial. A maior alteração foi a entrada da China, atualmente o segundo maior produtor de artigos científicos.

Existe uma Associação Internacional de publicações científicas, técnicas e médicas (STM), com 120 membros em 21 países, que publicam 66% das revistas

---

científicas, além de dezenas de milhares de monografias, e fazem relatórios sobre a situação mundial (WARE; MABE, 2012). O movimento é estimado em 23,5 bilhões de dólares em 2011, sendo 52% nos EUA, 32% EMEA (Europa, Oriente Médio e África), 12% Ásia & Pacífico e 4% do resto do mundo, principalmente resto da América (sem EUA). O mercado divide-se em 2/3 de publicações internacionais e 1/3 nacional de cada país.

O mercado de publicações científicas começou com as revistas publicadas por Sociedades Científicas, que eram mantidas com subscrições de bibliotecas, onde eram encontradas pelos pesquisadores. Esse sistema foi drasticamente alterado com o advento da internet, surgindo a possibilidade de compra dos artigos pelos leitores. Em seguida foi implantado o sistema Open Access (livre acesso), pelo qual o autor / instituição paga à revista para abrir o acesso aos leitores. Esse sistema coexiste com o sistema usual de avaliação por pares, ou seja, o mérito continua sendo julgado nos moldes antigos. Estima-se que cada pesquisador leia algumas centenas de artigos por ano, e que os revisores façam cerca de 8 revisões por ano, demorando cerca de 5 horas em cada revisão.

Diante dessa situação, teve início na década de 1990 um novo tipo de publicação na internet, com artigos sendo disponibilizados diretamente pelos autores, sem uma avaliação por pares prévia, com a finalidade de discutirem diretamente com colegas. São os arXiv da biblioteca da Cornell University (<http://arxiv.org/help/general>). Os autores precisam se registrar, a data de submissão vale para critérios de prioridade, existe um comitê que decide assuntos de mérito, e só são aceitos artigos em áreas definidas, incluindo física mas não química. Os artigos, teóricos na maioria, podem ser atualizados por seus autores, e são depois submetidos à publicação usual em revistas científicas, constando a data e número de referência nos arXiv.

O que fica claro é que o sistema de validação da Ciência como um todo tende a perpetuar as linhas básicas já existentes, com muito pouca abertura para uma quebra nos paradigmas vigentes.

### **Uma questão de gênero**

O conhecimento científico exige objetividade e impessoalidade, o que é em princípio possível nas ciências exatas, onde os assuntos de pesquisa referem-se à Matéria Inanimada. A questão de gênero porém precisa ser discutida quando

se trata de ciências da vida e humanas, em que a ótica masculina predomina nas esferas decisórias de poder, e como ideologia. Não se trata de discutir a produção científica das mulheres, mas o papel do sexo feminino na vida e das mulheres na história da humanidade.

Retomo o tema da Evolução Humana, e faço agora um relato pessoal. Em paralelo com meu trabalho de pesquisa em física, desenvolvi por décadas pesquisas independentes em evolução humana, com um enfoque científico multidisciplinar. Publiquei três artigos científicos, em inglês, em revistas especializadas internacionais sobre esses assuntos (1989, 1996, 2008), o que não foi fácil, pela extrema dificuldade de transpor a barreira a ideias novas, o que exigiu muita persistência, para não desistir.

Recentemente publiquei um artigo de revisão em português (AMARAL, 2014) e um artigo de divulgação a convite (AMARAL, 2015), que levou a um texto jornalístico numa sessão de Ciência (CASTRO, 2015). Assim, posso dar aqui um resumo dessa proposta.

As diferenças biológicas básicas entre humanos e os demais primatas são a redução dos pelos e o andar bípede, sem nenhuma explicação científica quanto à sua origem. O andar bípede pode ser conhecido através da análise dos ossos fósseis e é objeto de estudo da antropologia física, com resultados claros mostrando que vem muito antes do aumento do cérebro. Já a redução dos pelos não deixa marcas fósseis que permitam estudos científicos.

Por outro lado, todos os primatas transportam a cria agarrada aos pelos do corpo da mãe, nas espécies próximas a nós, e existem evidências da grande antiguidade da redução dos pelos na nossa linhagem biológica. Uma análise detalhada da mecânica do processo de carregar as crias, e também das propriedades físicas dos pelos mostra que o processo de redução de pelos, acoplado ao aumento do peso das crias, leva ao andar bípede, por seleção natural darwiniana: mães que conseguiam andar carregando a cria nos braços tinham uma vantagem seletiva, pela sobrevivência da cria. Essas ideias começam a ter alguma repercussão (DESILVA, 2011).

O assunto 'Evolução Humana' exige um debate mais aberto, de forma a levar em conta a participação do sexo feminino no processo evolutivo.

## Referências bibliográficas

- AMARAL, L.Q. *Entre sólidos e líquidos*. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2014.
- AMARAL, L.Q. "Bipedalismo: solução para carregar crias, correlacionada com a redução de pelos". *Revista da Biologia, ib.usp.br/revista*, vol. 11, n. 1: 19-27, jan 2014. Pdf disponível em: <http://fap.if.usp.br/~amaral/>
- AMARAL, L.Q. "Por que andamos de pé e não somos peludos?" *Ciência Hoje*, vol. 54, n. 324, 18-23, abril 2015
- AQUINO, I. S. *Como escrever artigos científicos*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- BIAGIOLI, M. "From Book Censorship to Academic Peer Review", *Emergences: Journal for the Study of Media & Composite Cultures*, v.12, nr 1, 11-45, 2002
- CASTRO, F. "Perda de pelos fez homem ser bípede, afirma Física", *O Estado de São Paulo*, 29/08/2015, p. A27.
- DI CHIARA, Ivone. "A influência da censura no desenvolvimento das coleções de materiais da informação". Disponível em: <http://departamentocienciadainformacao.blogspot.com.br/2010/05/influencia-da-censura-no.html>.
- DESLVA, J.M. "A shift toward birthing relatively large infants early in human evolution". *PNAS* vol. 108, n.3: 1022-1027, 2011.
- È A CENSURA uma forma válida de fazer ciência. Darwinismo, 2013. Disponível em: <https://darwinismo.wordpress.com/2013/02/21/e-a-censura-uma-forma-valida-de-fazer-ciencia/>.
- FIORAVANTI, C. "Momento de transição". *Pesquisa Fapesp*, São Paulo, v. 238, 88-90, 2015.
- FITZPATRICK, K. *The History of Peer Review, Planned Obsolescence: Publishing, Technology, and the Future of the Academy*, 2009. New York: NYU Press - excerpted on Mediacommonspress
- LARSEN, P.O. e INS, M.V. "The rate of growth in scientific publication and the decline in coverage provided by Science Citation Index". *Scientometrics*, 84(3): 575-603, 2010 Sep.

MANGINI, J e ANTENOR,S. "A conexão digital". *Pesquisa Fapesp*, São Paulo, v. 211, 40-42, 2013.

MARQUES, F. "Visões nubladas". *Pesquisa Fapesp*, São Paulo, v. 236, 40-43, 2015.

MASSARANI, L. (org.). *Ciência e Público, caminhos da divulgação científica no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Ciência/UFRJ, 2002

NIINILUOTO, I. *Critical Scientific Realism*, Oxford Univesity Press, Clarendon Library of Logic and Philosophy, 2002

NOORDEN, R.V. "Global scientific output doubles every nine years", 2014, <http://blogs.nature.com/news/2014/05/global-scientific-output-doubles-every-nine-years.html>

PILDERVASSER, J.V. "Revisão por pares: um mal necessário? (Partes 1e2)", *Prisma Científico, Transparencia e dispersão de ideias*, blog, 2015.

SCIELO. "Aprimorando a avaliação por pares: guias, tutoriais e manuais de boas práticas". *SciELO em Perspectiva*. *SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE*, 2015

SILVA, D.S. "RICOEUR, Paul. *O si-mesmo como um outro*. Trad. Luci Moreira Cesar. Campinas: Papyrus, 1991". *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 43, n. 4, p. 103-108, out./dez. 2008.

SLUCKIN, T. *Fluidos Fora da Lei. A história dos cristais líquidos: de curiosidade a tecnologia*. Trad. Paulo Ivo Teixeira, Lisboa: IST Press, 2007.

SOUZA SALLES, S. "A regra de ouro, entre o amor e a justiça: uma leitura sobre paul ricoeur", *Sapere Aude*, Belo Horizonte, v.4 - n.8, p.105-123 – 2º sem. 2013.

THIRY-CHERQUES, H.R. "A regra de ouro e a ética das organizações", *FGV, Cadernos EBAPE.BR*, v. 4, nº4, 1-4, 2006

WEBER, M. *Ciência e Política: Duas vocações*, São Paulo: Cultrix, 1968.

WARE, M. e MABE, M. "The stm report - An overview of scientific and scholarly journal publishing". *International Association of Scientific, Technical and Medical Publishers*, The Hague, Netherlands, Third edition - November 2012

# A crise das democracias e a liberdade de expressão

Ana Cabrera<sup>1</sup>

## 1. Neoliberalismo, globalização e terrorismo

Em 9 de novembro de 1989 o muro de Berlim, que simbolizava o expoente máximo da Guerra Fria, é derrubado. Este acontecimento marca, simultaneamente, o fim de um período de grande tensão internacional que se manifestava desde o fim da II Guerra Mundial, e inaugura um outro período marcado pela hegemonia dos Estados Unidos da América, pelo neoliberalismo e pela aceleração da globalização.

Até essa altura a maior parte dos conflitos existentes no mundo relacionavam-se com a guerra fria como era o caso das lutas e guerras pela independência. Nestes casos as duas superpotências apoiavam lados opostos nas disputas, combatendo-se e medindo as suas forças por intermédio daqueles povos. O desmembramento da União Soviética, em 25 de dezembro de 1991, desoculta as debilidades económicas dos países do bloco socialista, então a braços com a reorganização da política interna, a reconfiguração económica e os reajustamentos sociais.

Estes acontecimentos abriram, aparentemente, uma nova via para a celebração dos regimes democráticos, a exaltação do estado de direito e a consagração dos direitos humanos. A afirmação destes valores parecia imparável e alimentava-se a esperança de que havia condições no mundo para a vitória do direito sobre a barbárie.

No entanto, o fim do bipolarismo deu lugar à confirmação da supremacia dos EUA e, simultaneamente, a uma emergência e disseminação de potências regionais e locais, ao aparecimento de grupos armados não estatais, de novas ONG globais e locais, ao advento de novos atores religiosos, e também à generalização dos medias globalizados e dos carteis empresariais multinacionais (VILMER: 2015). Todo o sistema internacional passa então a encarar a mutação caracterizada por uma dispersão e emergência de novos poderes. Esta nova situação facilita a crise

---

1 Investigadora no Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. [cabrera.anacabrera@gmail.com](mailto:cabrera.anacabrera@gmail.com).

dos direitos humanos que, segundo VILMER (2015) pesam menos num mundo dividido e fragmentado. Não são só os direitos humanos que ficam fragilizados, também os valores democráticos e a justiça se tornam muito mais vulneráveis.

Toda esta situação suporta e cria condições para a afirmação da supremacia do neoliberalismo que alastra pelo mundo, valorizado pela falta de alternativas reais, quer no âmbito da economia, quer no domínio da política. Organizações internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), criado com o intuito de apoiar a reconstrução do sistema monetário internacional depois da II Guerra Mundial, é agora a mesma organização que conduziu o neoliberalismo ao nível de hegemonia global.

A política neoliberal alicerça-se em aforismos como a defesa da propriedade privada, o mercado competitivo, as liberdades individuais, mas também no ataque à intervenção do Estado na economia, na redução do sector público, na gestão do sector público segundo as regras do sector privado, na difusão da desregulamentação, no aumento das privatizações e na redução dos apoios sociais. Segundo AMPUJA (2011) esta política hegemónica encontra legitimidade na teoria da globalização e apoia-se em argumentos tais como “não há alternativas” ou “não pode ser de outra maneira”.

A globalização é um fenómeno contemporâneo que tem em si uma dimensão económica, política, cultural e tecnológica. Os defensores da teoria da globalização sustentam a ideia da integração e interdependência do mundo, assente em fluxos de informação e redes de comunicação mundiais instantâneas, que permitem a anulação do espaço e do tempo e evocam um certo determinismo tecnológico. As novas tecnologias ocupam aqui um lugar central, um elo que une os povos do mundo e que os coloca em contacto, em rede como sustenta CASTELLS (2007) e criam ao mesmo tempo uma ideia idílica de igualdade de promoção de uma sociedade de paridade perante a rede.

Mas, pelo contrário os efeitos da articulação entre a globalização e o neoliberalismo promovem a desterritorialização, a deslocalização, desnaturalizam as identidades, secundarizam o Estado-Nação porque tendem a homogeneizar as identidades culturais, promovem a despolitização e contribuem para a exclusão. Se a hegemonia neoliberal tende a excluir alternativas e a globalização fornece-lhe o alimento aleatório e alienante para a manutenção do status quo. Estes aspetos interferem na liberdades individuais e explicam também o recuo na democracia e o declínio da liberdade de imprensa no mundo, sobretudo quando lhe adicionamos a nova era do terrorismo, inaugurado com os atentados de 11 de setembro de 2001.

Assim o início do século XXI aparece associado ao vazio de poder em certas regiões do mundo como a Síria, o Iraque, Afeganistão, Paquistão, Índia, entre outros, propiciando a vaga de terrorismo centrada, desde 2014, nas ações e pretensões do chamado estado islâmico.

O terrorismo caracteriza-se pelo uso sistemático de intimidações coercivas, da violência, destruição de bens, intimidação física e psicológica, ações destinadas a causar medo, insegurança e ansiedade na população. Os alvos são a população civil, e os locais são selecionados arbitrariamente (NORRIS, KERN, JUST, 2003). Os últimos atentados em Paris em 2015 e em Bruxelas em 2016 são exemplos de que quanto mais perto do centro poder, tanto mais pânico podem criar. O terrorismo passa a firmar-se como um fenómeno internacional global onde os executores são cidadãos, radicalizados, dos diversos países onde ocorrem os atentados. Os atos terroristas visam a submissão, quer dos cidadãos em geral, quer dos poderes políticos e da opinião pública.

As respostas por parte dos grandes centros de poder mundial foram organizadas segundo três tipos de operações: intervenções armadas nas zonas de conflito que julgaram ser os centros da atividade terrorista, reforço do quadro jurídico no domínio da luta contra o terrorismo, nomeadamente luta contra o crime organizado, a corrupção e o branqueamento de capitais e, finalmente, considerou-se o reforço da cooperação internacional tanto no domínio penal como entre as forças policiais dos diversos Estados.

Os princípios da convenção de Genebra foram abandonados quer na guerra no Afeganistão, quer na luta para liquidar membros da Al-Quaeda. Para além dos Estados Unidos também países europeus como o Reino Unido, França, Alemanha, Itália e Espanha reforçaram as suas leis nacionais no sentido de aumentar a repressão e a vigilância. Tudo indica que iniciamos um caminho em direção a um estado policiado como resposta à impreparação para controlar os atos terroristas.

A primeira intenção era a de que a luta contra o terrorismo devia ser norteadada pelo reforço e proteção dos valores democráticos e dos direitos e liberdades fundamentais no espírito dos Direitos Humanos.

No entanto, as medidas de luta contra o fenómeno global do terrorismo, exigem respostas ao nível global, seja ao nível da segurança interna, ou externa. Logo a seguir ao 11 de setembro de 2001 foram tomadas, pelos EUA, uma série de medidas de exceção prevista no Patriot Act. A questão que desde logo se colocou foi a de saber em que medida a exceção das normas e ações de segurança não se viriam a banalizar, subvertendo os valores da democracia e da liberdade. Esta

preocupação é ampliada pela decisão por parte dos EUA (a quem se aliaram Reino Unido, Austrália e Polónia, para além do apoio de outros 36 países) de lançar, com a invasão do Iraque, uma guerra global contra o terrorismo. Estas preocupações vão sendo confirmadas pela Amnistia Internacional que denuncia, depois de 2005, as detenções feitas pelos americanos de mais de 70 000 pessoas no Iraque e no Afeganistão. O conhecimento acerca de execuções extrajudiciais, de prisões secretas, ou campos de detenção, torturas (Guantanamo, Abou Ghraib, Bagram), transferências ilegais de passageiros levadas a cabo pela CIA, iam no sentido de generalizar a exceção, de não cumprir o direito internacional, de considerar o estatuto de combatentes ilegais e, por isso, os detidos eram considerados à margem do estatuto de prisioneiro de guerra (CAMUS, 2007).

Os países da Europa e outros estados liberais adotaram também medidas de exceção e sobretudo vão apostando cada vez mais num sistema proactivo baseado em medidas de segurança, identificação, vigilância e informação com meios altamente sofisticados, como recolha de dados dos cidadãos, telecomunicações, escutas telefónicas aleatórias, enfim um sistema de vigilância em massa de conteúdos e comunicações. Estes aspetos foram denunciados pelo analista de sistemas da CIA Edward Snowden que tornou público, em 2013, os detalhes de um sistema de vigilância global que abrange todos os cidadãos.

Naturalmente estes métodos podem constituir atentados à democracia, às liberdades individuais, ao direito à privacidade, tanto mais que têm uma abrangência que assenta na cooperação internacional e as decisões são tomadas a montante dos parlamentos nacionais, mantendo-se as medidas de segurança no máximo segredo possível.

A este propósito BOSE (2007) nota que as medidas de segurança estão relacionadas com a globalização e respondem à necessidade de dirigir, redefinir e orientar a desordem.

Também as crises económicas ao contribuírem para o descrédito da democracia concorrem para o declínio das liberdades. A crise financeira de 2008 projetou uma viragem estrutural num paradigma político, centrado na ideia de uma democracia participativa e redistributiva que se podia generalizar com a globalização. Seguiu-se a vitória de modelos neoliberais que conduziu também à afirmação do domínio do sector privado sobre o publico. Tal posição corresponde ao fim do paradigma instaurado na Europa pós Segunda Guerra Mundial que se baseava no papel interventor do Estado em domínios sociais tais como a educação, a saúde, a proteção social no trabalho e que tem sido posta m causa desde o início da crise. Oito anos depois do seu início os efeitos da crise de 2008

ainda não foram superados, situação que afeta profundamente a qualidade da democracia no mundo (CUNHA, 2015).

### 2. O estado da liberdade de imprensa no mundo

O relatório Freedom of the Press (2016) publicado anualmente pela Freedom House assinala que em termos globais a liberdade de imprensa atingiu o seu ponto mais baixo nos últimos 12 anos em 2015 como é demonstrado pelo gráfico I.

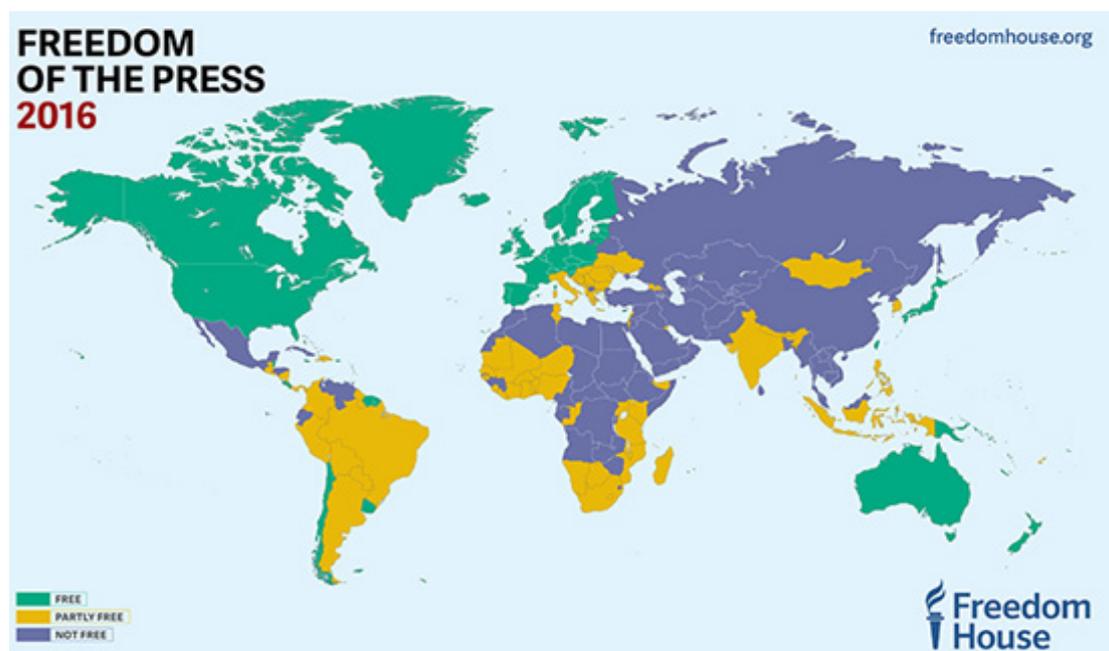


Gráfico I - Declínio da pontuação média da liberdade de imprensa no mundo

Dados retirados do Freedom Press Report 2016, p. 5

Os dados revelam que a liberdade de imprensa continua a declinar situação que se tem vindo a agravar desde 2004. Só 13% da população mundial é abrangida pela liberdade o que significa que só uma em cada sete pessoas vive em países onde há uma boa cobertura das notícias políticas, onde a segurança dos jornalistas é garantida, onde a intromissão do Estado nos assuntos dos media é reduzida (Freedom Press Report 2016: 3).

O mapa mostra a distribuição dos 199 países que fazem parte do estudo da apresentado pelo Freedom Press Report 2016, divididos em três grandes agrupamentos: os países onde há liberdade, aqueles onde a liberdade é parcial e por fim aqueles onde não há liberdades.



Mapa I - A liberdade de imprensa no mundo

Mapa retirado do Freedom Press Report 2016, p. 14-15

Desde 2006 que o número de regimes democráticos no mundo estagnou e muitos dos grandes países recuaram em termos de liberdades de expressão e pensamento. Quando analisamos a situação por continentes notamos que na África subsaariana em 50 países há 3 países livres, 27 parcialmente livres e 20 sem liberdades; no território da Ásia-Pacífico em 40 países existem 14 países livres, 12 parcialmente livres e 14 sem liberdades; nos territórios da Euro-Ásia em 13 países 3 países são parcialmente livres e em 10 não há liberdades; nas Américas num total de 35 países 16 são livres, 14 parcialmente livres e 5 sem liberdades; no Médio-Oriente e Norte de África num total de 19 países não há países livres – 4 são parcialmente livres e em 15 não há liberdades; na Europa em 42 países 29 são livres, 11 parcialmente livres e em 2 não há liberdades.

Na maioria dos países da Europa a liberdade de imprensa está assegurada. Ainda assim, segundo o relatório da Freedom House, a Macedónia e a Turquia

são considerados países onde não há liberdade de imprensa e até se verificam perseguições aos jornalistas. Noutros países as liberdades são parciais como é o caso da Itália, Roménia, Bulgária, Hungria, Montenegro, Croácia, Sérvia, Grécia, Kosovo, Bósnia Herzegovina e Albânia.

Os assuntos dominantes das notícias na Europa têm sido sobre violência, em particular sobre os atentados terroristas e a crise dos refugiados. Os ataques terrorista ao Charlie Hebdo, em janeiro de 2015 em Paris, foram intencionalmente orientados para os jornalistas. Considerados um atentado à liberdade de expressão puseram o país em estado de alerta. Os jornalistas foram assassinados na redação da revista onde trabalhavam, após a publicação dos desenhos de Maomé, considerado um ato blasfemo para com a religião muçulmana.

Os ataque de 13 de novembro de 2015 causaram o pânico na cidade e obrigaram as autoridades a um conjunto de medidas de exceção destinadas a operacionalizar a luta contra o terrorismo. A este propósito o Presidente Francês decretou o estado de emergência nacional no país. Estes atos terroristas, reivindicados pelos Estado Islâmico do Iraque e do Levante, foram considerados como atos de guerra e as força aérea francesa lançou vários ataques contra o Estado Islâmico. Assim os atentados terrorista interferem na liberdades seja porque têm um efeito de intimidar a população, seja pelo facto de obrigarem à tomada de medidas de exceção que por si condicionam a liberdade.

Em outros países europeus como a Servia, Bósnia Herzegovina, e Macedónia foi onde o declínio da liberdade de imprensa mais se fez sentir, seja pela intimidação aos jornalista, seja por ataques e outras medidas de coação, que contribuíram para que os jornalistas se autocensurem. A Turquia entrou num processo de deriva autoritária aproveitando as ameaças à segurança, devido à guerra na Síria e aos ataques terroristas, para entrar num processo de repressão juntos dos meios de comunicação e de perseguição a jornalistas com posições críticas.

O afluxo de migrante que procuram refúgio na Europa provocou por parte de alguns países uma reação em relação aos jornalistas que procuravam reportar o que se passava junto às suas fronteiras. É esse o caso da Hungria onde a polícia atacou jornalistas impedindo-os de fazer reportagens sobre os imigrantes. Comportamento semelhante tiveram as autoridades austríacas. Na Alemanha são o grupos de extrema direita que atacam e hostilizam quer os migrantes quer os jornalistas.

Embora na Europa os atentados à liberdade de imprensa sejam casuísticos há diversos fatores a considerar. Um deles é a crise económica que se arrasta desde 2008 e que tem afetado o sector dos media, enfraquecimento das receitas de publicidade, encerramento de alguns meios de comunicação, despedimentos

e concentração da propriedade são alguns dos factores que interagem com as questões da liberdade de imprensa. Outro surge na sequência dos processos migratórios e das respostas contra os migrantes que alguns países têm dado, para além do conseqüente aumento da popularidade dos partidos de extrema direita e dos discursos populistas. Por fim uma terceira área que interfere com as questões da liberdade são os ataques terroristas e as medidas de segurança proactivas que os diversos Estados europeus têm vindo a tomar.

### Considerações finais

As mudanças no mundo depois da queda do Muro de Berlim pareciam indicar uma perspectiva otimista onde a democracia se poderia generalizar e, com ela, o bem estar dos povos no mundo. Pelo contrário, ao fim do bipolarismo sucedeu um universo propício à generalização do neoliberalismo apoiado nos processos de globalização. Esta situação favoreceu a desigualdade, a discriminação, a desterritorialização, a deslocalização, desnaturalização das identidades, secundarizaram o Estado-Nação e contribuíram para a homogeneizar as identidades culturais, promovendo a despolitização e a exclusão. São estes diversos factores que concorreram para o recuo das democracias e da liberdade de expressão no mundo.

### Referências bibliográficas

AMPUJA, Marko, (2011) "Globalization Theory, Media-Centrism and Neoliberalism: A Critique of Recent Intellectual Trends". *Critical Sociology*. 1-21. Acedido em 29 de julho de 2016

BAUSARDO, Thomas. Quel passé pour PRISM et Snowden? *Vacarme* N.º 66, 2014. pp- 142-157. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-vacarme-2014-1-page-142.htm>

BOSE, Pradip Kumar. Sécurité, terreur et paradoxe démocratique, *Naqd*, n.º. 24, 2007. pp- 95-101. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-naqd-2007-1-page-95.htm>.

CABRERA, Ana. "As revoluções que nos libertam e as revoluções que nos oprimem: reflexes em torno da liberdade de expressão de pensamento e da censura". In

COSTA, Cristina Castilho (Ed.), *Censura e Liberdade de Expressão Brasil e Portugal*. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes, 2014.

CAMUS, Colombe. "La lutte contre le terrorisme dans les démocraties occidentales: État de droit et exceptionnalisme". *Revue internationale et Stratégique* 2007/2 (N°66), 2007. Armand Colin / Dunod. DOI : 10.3917/ris.066.0009.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

CASTILHO, Carlos Herrera. "La influencia de la globalización en la economía del Estado-Nación". *Diálogos de Saberes*, n.º 42 • Enero - Junio de 2015 • pp. 79-88.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

COSTA, Cristina Castilho. "Arte, Poder e Política – uma breve história sobre a censura". In: COSTA, Cristina Castilho (Ed.), *Censura e Liberdade de Expressão Brasil e Portugal*. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes, 2014.

CUNHA, Isabel Ferin. "A desdemocratização da Europa: democracia, media e corrupção política". *Intercom – RBCC São Paulo*, v.38, n.1, p. 37-63, jan./jun. 2015 DOI: 10.1590/1809-5844201512

DIAMOND, Larry; MORLINO, Leonardo. "The Quality of Democracy". *Journal of Democracy*. Vol. 15, N.º 4, 2004. pp 21-31

FIGUEIRAS, Rita. *O comentário político e a política do comentário*, Lisboa: Paulos Editora, 2008.

FREEDOM OF THE PRESS REPORT (2016), Freedom House. Disponível em: <https://freedomhouse.org/report/freedom-press/freedom-press-2016>

GINSBORG, P. *Democracy: Crisis and Renewal*, London: Profile Books, 2008.

GOULD, Carol C. *Globalizing democracy and Human Rights*, Cambridge University Press, 2004.

GUITTET, Emmanuel-Pierre. «Ne pas leur faire confiance serait leur faire offense». *Antiterrorisme, solidarité démocratique et identité politique*. Cultures & Conflits. 61 (printemps 2006) *Antiterrorisme et société*, 2006. pp 51-76.

HORVÁTH, Krisztina. "Le Conseil de l'Europe et la lutte contre le terrorisme international". *European Integration Studies (European Integration Studies)*, issue: 1 (1) / 2002, pp. 56-64, [www.ceeol.com](http://www.ceeol.com).

MCLUHAN, Marshall. *A Galáxia de Gutenberg*. São Paulo: Editora da Universidade de S. Paulo, 1972.

NORRIS, Pippa; KERN, Montague; JUST, Marion (Eds.). *Framing Terrorism: The News Media, the Government and the Public*, London: Routledge, 2003.

ÖZBUDUN, Ergun. "State Elites and Democratic Political Culture in Turkey". In: Diamond, Larry Ed. *Political Culture and Democracy in Developing Countries*. London: Lynne Rienner Publishers, 1993.

RAMONET, Ignacio. "Adieu Libertés". *Le Monde Diplomatique*, janvier 2002.

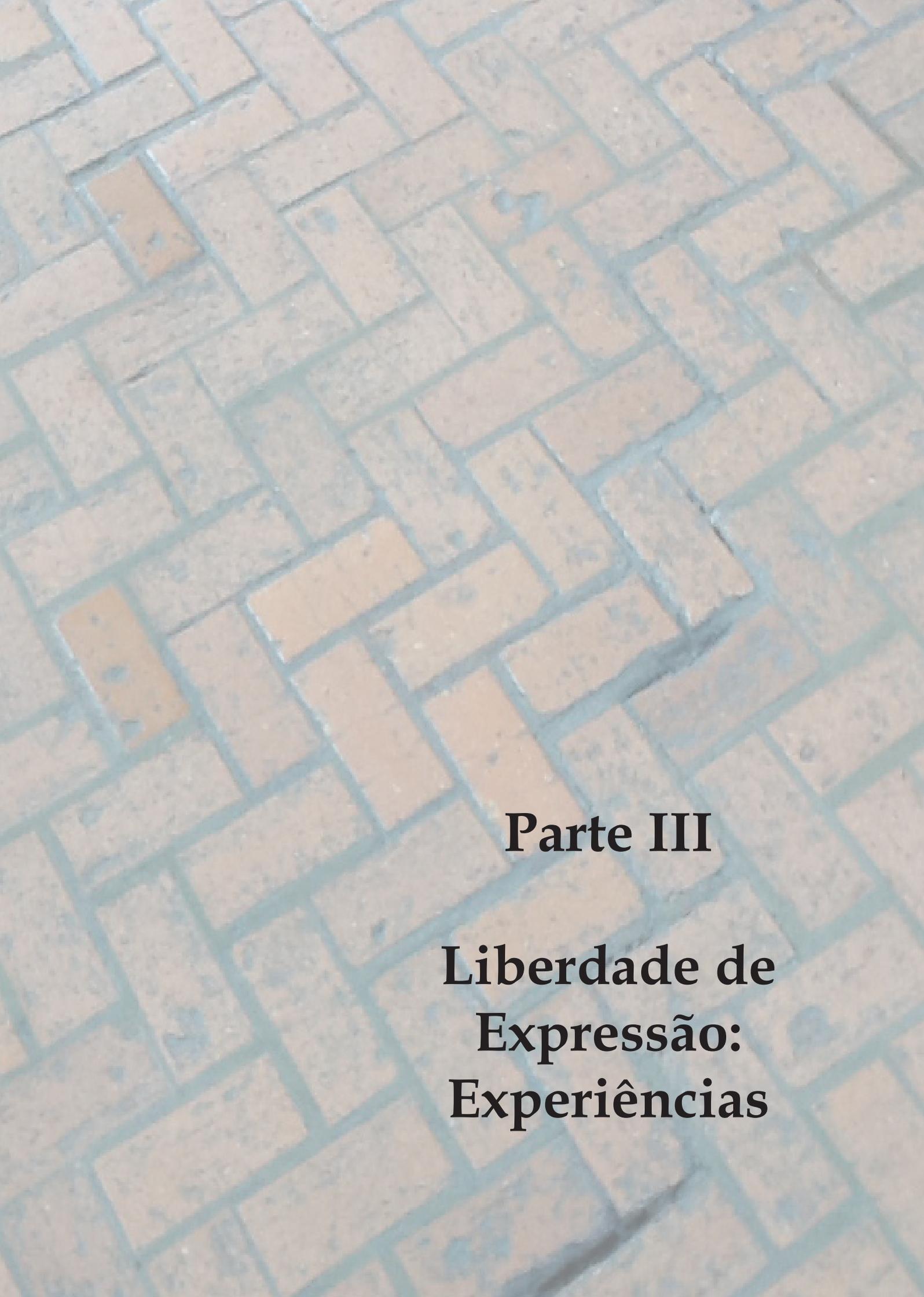
RAWNSLEY, G. D. *Political Communication and Democracy*. HoundMills: Palgrave Macmillan, 2005.

THOMPSON, J. B.. "A nova visibilidade". *Matrizes*, 2, 15-38, 2008. Recuperado de <http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/82/124>.

VILMER, Jean-Baptiste Jeangène. "La fin des droits de l'homme?", *Études* 2015/3 (mars), p. 19-30.

WERLHOF, Claudia von. "La Globalización del Neoliberalismo, sus efectos y algunas alternativas". *THEOMAI* n.º 23, primer semestre, 2011. pp 104-135

WILKINSON, Paul. *Terrorism versus Democracy. The Liberal State Response*. Second edition. London: Routledge, 2006.



**Parte III**

**Liberdade de  
Expressão:  
Experiências**

# O tabu da censura nos tribunais: interesses, argumentos e mecanismos de controle da liberdade de expressão

Ivan Paganotti<sup>1</sup>

## **Introdução: o desafio da análise da censura pela sua classificação**

Um dos desafios ao tratar de casos muito diversificados de controle comunicativo é perder-se na multiplicidade de práticas da censura. O próprio termo “censura”, por si só, apresenta um desafio complexo para sua delimitação, visto que diferentes perspectivas podem ver mecanismos ou práticas de controle e proibição como censura ou negar esse rótulo polêmico. Se muitos discordam sobre o que a censura pode ser, isso se dá pela resistência em ser visto como um dos seus defensores: assim, procura-se distanciar de um mecanismo condenado socialmente empurrando os limites do termo um pouco mais além dos mecanismos de controle que se pretende adotar, evitando ser classificado como um “censor” ao delimitar os sentidos do termo “censura” para excluir-se de seu escopo. Há uma particular dificuldade em compreender que, apesar de sociedades como a nossa já terem superado a sistemática censura estatal prévia (COSTA, 2014: 28-29), ainda há a persistência de mecanismos legais e de demandas sociais contrárias à liberdade de expressão. Infelizmente, ainda sobrevive na democracia brasileira uma pressão por cerceamento, herdada de períodos autoritários que foram superados de forma tão recente quanto parcial.

Justamente por ser uma tarefa complexa, é também urgente compreender melhor os múltiplos sentidos atuais da censura, e talvez seja possível avançar

---

1 Doutor em Ciências da Comunicação pela USP, com bolsa Capes, realizou doutorado-sanduíche na Universidade do Minho (Portugal), com bolsa Capes-PDSE. Membro do “Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura” (Obcom-USP) e do Midiato/ECA-USP, é professor do Digicorp/ECA-USP. [ipaganotti@usp.br](mailto:ipaganotti@usp.br)

nesse caminho a partir da análise das formas como o controle sobre a liberdade de expressão manifesta-se em diferentes circunstâncias. Afinal, poderemos compreender melhor o que a censura é ao analisarmos como ela *atua*, com base em que *argumentos*, e a quem *interessa*.

Este trabalho procura construir uma tipologia dos casos de controle judiciário sobre a liberdade de expressão a partir dos artigos jornalísticos coletados por buscas na internet pelo Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura (Obcom-USP) em 2015. A metodologia de análise envolveu três dimensões classificatórias, desenvolvidas a partir de pesquisa anterior que tratava não da indireta cobertura jornalística sobre decisões judiciais, mas da transcrição direta dos julgamentos realizados pelo Supremo Tribunal Federal em casos sobre a censura (PAGANOTTI, 2015). Em primeiro lugar, foram analisados os *interesses* que procuravam ser protegidos contra ameaças da liberdade de expressão, considerando as entidades que demandavam o controle enquanto procuram representar o Estado, o mercado, indivíduos da sociedade ou entidades culturais. Em segundo lugar, foram avaliados os *argumentos* que embasam as tentativas de delimitar ou expandir a expressão, em que é possível contrapor uma tendência mais liberal, que procura diminuir o controle do Estado sobre a sociedade, a uma predominante proteção conservadora de direitos da personalidade nos casos em que o conflito se dá entre indivíduos ou entidades fora do espectro estatal. Em terceiro lugar, os *mecanismos* por meio dos quais o controle da liberdade de expressão é realizado, seja por meio de sua proibição (impedindo o acesso prévio ou posterior ao que pretendia ser comunicado), regulação (influenciando as condições de produção dos discursos que se pretende controlar), ou punição dos envolvidos (intimidando por meio de multas, prisões ou outras demandas simbólicas de reparação).

### **Interesses: segredo estatal, monopólio corporativo, tabu ou proteção pessoal**

O primeiro nível de análise dos casos selecionados procura avaliar quais os fundamentos que pretendem ser preservados em conflitos com a liberdade de expressão. Nesse nível de análise, é importante correlacionar esses interesses com as instituições que procuram apresentar-se como representantes legítimas na busca por proteger direitos vistos coletivamente como precedentes à liberdade de expressão. Com isso, pode-se destacar quatro instâncias de agentes que procuram preservar valores correspondentes: na esfera do Estado, pretende-se

proteger os segredos de justiça e a segurança nacional; no mercado, cuida-se do monopólio corporativo sobre marcas e produtos; na sociedade, é foco do cuidado a proteção de direitos individuais, como a imagem, a honra, a privacidade ou a intimidade; e na esfera da cultura, procura-se evitar tabus coletivos.

Essa classificação pode ser esclarecida a partir dos casos selecionados na amostra do Obcom. Um artigo da Folha Online (2015) traz à luz o caso de uma reportagem da própria Folha de S. Paulo que traria relatórios psicossociais da Fundação Casa, mas que teve sua publicação suspensa por decisão judicial para impedir a divulgação de informações sigilosas de menores sob proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). É um exemplo evidente de um *segredo judicial*, que procura ser preservado por entidade do Estado – a Fundação Casa, do governo do Estado de São Paulo. De forma similar, poderíamos destacar o caso do controle exercido pelo governo da Índia sobre a internet, banindo o acesso a sites como Vimeo e Internet Archive com o objetivo de controlar propagandas extremistas de grupos radicais como o Estado Islâmico, que procura, por meio de vídeos, difundir seus ideais, exibir atos terroristas e arregimentar voluntários para sua causa (SANTHANAM, 2015). Nesse caso, o bem coletivo que se procura proteger é a segurança nacional, e mais uma vez é o Estado que se apresenta como representante legítimo dos interesses da nação, delimitando o acesso a informações que foram por ele consideradas como ameaçadoras. Em ambos os casos, é importante destacar, os autores das reportagens denunciaram como censura a ação do Estado de São Paulo e do governo indiano, destacando o interesse público no acesso aos conteúdos que se buscava manter fora do alcance. Com isso, as reportagens acabam por questionar se o Estado seria o agente legítimo para definir o que poderia ser colocado sob acesso restrito em nome dos interesses coletivos, mas sem considerar as pressões da própria sociedade por maior acesso ou por outros critérios para definir quais informações podem ser sensíveis ou ameaçadoras.

Do lado oposto ao Estado, o *mercado* é outro dos sistemas que procuram preservar seus interesses particulares em casos de conflitos envolvendo a liberdade de expressão. É frequente que esses casos envolvam o *monopólio corporativo* dos direitos à propriedade intelectual, que podem se contrapor a mecanismos de acesso como o do site Pop Corn Time, que disponibilizava filmes para serem assistidos diretamente, sem autorização de seus produtores. Para preservar os direitos intelectuais dos estúdios cinematográficos, que seriam prejudicados pela exibição gratuita e não autorizada de seus filmes, países como o Reino Unido

baniram o acesso dos internautas a esse site (COELHO, 2015). Esse é um caso que mostra que agentes do mercado, tão receosos de regulação sobre suas práticas, podem endossar medidas de controle sobre a propriedade privada caso seus interesses particulares sejam afetados por terceiros.

Além das corporações, outros direitos particulares podem colidir com a liberdade de expressão em uma esfera mais atomizada. É o caso da proteção de direitos de *indivíduos*, como o direito à imagem, honra, privacidade ou intimidade. Esses interesses são preservados como materializações dos cidadãos na sociedade, mas também são vistos como necessidades coletivas para a manutenção da fábrica social que une diferentes pessoas. Dois casos selecionados, ironicamente, tratam da mesma personalidade, que oscila em cada uma das histórias entre os polos do demandante e do alvo da censura. No primeiro caso, o pastor e deputado federal Marco Feliciano (PSC-SP) buscou, sem sucesso, remover páginas em que o site humorístico Sensacionalista publicava piadas sobre sua posição contrária à união de casais do mesmo sexo, argumentando estar “abalado moralmente” e, como parlamentar, precisaria “manter incólume a sua honra” (CHAGAS, 2015). No segundo caso, o mesmo parlamentar dessa vez era acusado de expor indevidamente a imagem da atriz transexual Viviany Beleboni, que havia sido criticada pelo pastor por ter simulado uma crucificação durante a Parada do Orgulho LGBT em São Paulo, e que agora teria passado a sofrer ameaças devido à exposição promovida pelo pastor (IMPrensa, 2015).

Entre os interesses do Estado, das corporações e dos indivíduos, ainda resta uma esfera social intermediária: a da *cultura*. Nesse estrato, entidades coletivas apresentam-se como representantes de interesses sociais e culturais, e procuram silenciar as expressões que tratam de temas *tabu*, evitados coletivamente. Duas reportagens selecionadas tratam de discursos discriminatórios que procuraram ser punidos de forma similar. No primeiro caso, o deputado federal Jair Bolsonaro (PP-RJ) foi condenado a pagar R\$ 150 mil por declarações consideradas como homofóbicas durante entrevista ao programa CQC, da TV Bandeirantes, após ação movida por entidades sociais e organizações não-governamentais como Diversidade Niterói, Cabo Free de Conscientização Homossexual e Combate à Homofobia e Arco-Íris de Conscientização (O POVO, 2015). Ao lado das ações envolvendo o também deputado federal Marco Feliciano, seria possível destacar uma possível tendência de conflitos sobre liberdade de expressão envolverem representantes legislativos, o que mostra que as leis que estendem uma maior liberdade de expressão para parlamentares ainda não encontram uma

delimitação clara entre juízes e políticos. O segundo caso trata de um recurso negado à Folha de S. Paulo, que foi condenada a pagar R\$ 15 mil por permitir que seus funcionários enviassem e-mails com piadas racistas envolvendo um colaborador terceirizado, responsável por prestar assistência de informática para os jornalistas desse veículo (COMUNIQUE-SE, 2015a). Em ambos os casos, encontramos discursos discriminatórios polêmicos e que são vistos como tabu na cultura brasileira e que, por isso, procura-se punir quem replica perspectivas condenadas coletivamente ou quem traz à luz esses temas incômodos – como a discriminação racial ou sexual.

### **Argumentos: limite liberal à intervenção do Estado contra proteção conservadora de direitos de indivíduos**

Após essa tentativa inicial de sistematizar as instâncias sociais e a quem a censura pode interessar a partir da classificação dos agentes que a defendem, é possível, em seguida, avaliar os *argumentos* empregados para justificar intervenções sistemáticas ou episódicas de controle da liberdade de expressão. Em pesquisas anteriores (PAGANOTTI, 2015) foi possível apontar duas tendências que sinalizam uma (só) aparente contradição entre a defesa de menor controle estatal sobre a comunicação que acaba por somar-se a uma maior proteção dos direitos individuais contra a expressão alheia. Entretanto, trata-se somente de um falso paradoxo, visto que, em ambos os casos, encontramos uma harmonização de interesses liberais e conservadores que normalmente entrariam em linha de colisão, mas acabam por confluir. Mais uma vez, os casos coletados ajudam a esclarecer essa classificação.

Primeiramente, encontramos uma tendência *liberal* que procura limitar o controle do Estado sobre a comunicação pública, diminuindo sua intervenção seja como agente cerceador, fiscalizador, promotor ou regulador da expressão. Um exemplo dessa tendência é o caso do julgamento, no Supremo Tribunal Federal, da constitucionalidade da classificação indicativa realizada pelo Ministério da Justiça, que indica a quais faixas etárias se destinam produtos audiovisuais (como filmes, programas televisivos, jogos ou encenações) de acordo com a presença de conteúdos considerados inadequados (como violência, drogas ou sexualidade). O STF julga desde 2011 se a classificação indicativa pode vincular obrigatoriamente as faixas etárias a horários específicos para a programação televisiva, multando quando essa correlação não é respeitada. O julgamento

foi continuado em novembro de 2015 com um novo voto do ministro Edson Fachin, que se contrapôs aos quatro colegas que votaram anteriormente<sup>2</sup> pela inconstitucionalidade das multas no caso de desrespeito à classificação, por considerar que a Constituição Federal de 1988 determinou o caráter indicativo, e não obrigatório, dessa avaliação estatal (BARBOSA, 2015). Outro exemplo dessa limitação ao controle estatal sobre a liberdade de expressão, mas na esfera internacional, pode ser encontrado no caso do juiz norte-americano que impediu a autoridade metropolitana de transporte de Nova York de banir uma polêmica campanha que criticava a incitação ao ódio contra judeus por parte de textos sagrados do islã (OBSERVADOR, 2015). Também nesse caso, destacou-se que o Estado não pode definir limites para a liberdade de expressão dos cidadãos, sendo necessário proteger os direitos de cidadãos ante a ameaça governamental.

Por outro lado, uma tendência mais *conservadora* se delineia com mais frequência nos casos que não envolvem o Estado como um dos solicitadores originais de controle –em que pode prevalecer a leitura liberal apontada acima. Nos casos em que o conflito se dá entre indivíduos ou entidades privadas (discutidos também nas seções anteriores e posteriores deste trabalho), temos uma colisão entre direitos individuais: de um lado, a liberdade de expressão, e, do outro, o direito à imagem, à honra, à intimidade, à privacidade ou os direitos autorais. Um dos muitos exemplos na amostra selecionada (discutidos na seção anterior e posterior) é caso da revista IstoÉ, condenada a pagar uma indenização de R\$ 60 mil ao governador Fernando Pimentel (PT-MG) por calúnia e danos morais, após imputar que o político estaria ligado ao escândalo do mensalão (COMUNIQUE-SE, 2015b).

Apesar de apontar para sentidos diferentes, há uma confluência entre o ataque liberal contra a intervenção do Estado na comunicação e a proteção conservadora dos direitos individuais que prevalecem à liberdade de expressão. Essas duas vertentes tão contraditórias na verdade são manifestações do que Aquino (1999) aponta como o “liberalismo lockeano”, que explica de que forma os mesmos veículos da imprensa que defenderam o golpe militar de 1964 opunham-se à censura desse regime que ajudaram a instaurar. Para a historiadora, isso se encaixa perfeitamente na visão de Locke sobre a dinâmica entre governante, que “apenas deve executar as leis naturais preservando a vida, a liberdade e a

---

2 Até a conclusão desse trabalho, em janeiro de 2016, ainda restavam os votos de cinco ministros do STF para o término desse julgamento, que pode ser acompanhado na página do processo de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2404 - <http://www.stfjus.br/portal/processo/verProcessoAndamento.asp?incidente=1902202>

propriedade”, e cidadãos, que podem revoltar-se caso os limites de intervenção governamental não sejam respeitados (AQUINO, 1999: 39). No passado, essa vertente liberal alinhou a imprensa com os militares contra uma suposta ameaça comunista à propriedade privada, mas abriu espaço para dissenso quando a intervenção foi além do limite da proteção da segurança e da propriedade, voltando-se contra a liberdade dos proprietários dos meios de comunicação, que retiraram o apoio aos militares tardiamente. É interessante lembrar, nesse sentido, o argumento de Costa (2014) sobre o desmantelamento da censura estatal em diversas nações após o final da Guerra Fria:

[...] governos neoliberais se estabeleceram na Europa e na América, promovendo o que ficou conhecido como o “Enxugamento do Estado”, ou seja, a extinção ou redução das instâncias da administração pública destinadas à assistência social, à centralização do poder, à intervenção social, ou ao exercício do autoritarismo (COSTA, 2014: 29).

Essa mesma reforma neoliberal que removeu do Estado o poder da censura prévia e sistemática também demandou, por outro lado, um reforço no controle sobre os direitos privados e, particularmente, da propriedade. A base dessa abertura neoliberal é o chamado “Consenso de Washington”, como definido por Williamson (1997): um receituário de ações que governos deveriam seguir para ter acesso aos benefícios comerciais da abertura liberal. Em primeiro lugar, exige-se que o Estado diminua sua participação supostamente indevida e ineficiente na economia com cortes fiscais, contenção de gastos governamentais e redução de incentivos, barreiras e subsídios. Essas medidas de abertura comercial devem também permitir que as empresas atuem em novas áreas por meio de privatizações e da liberalização de setores protegidos, ao mesmo tempo em que se fornecem garantias para o estabelecimento de empresas multinacionais, fortalecendo os direitos de propriedade (WILLIAMSON, 1997). Assim, não é uma surpresa que o ataque liberal contra a censura estatal possa se aliar à proteção conservadora dos direitos privados (como a imagem, a honra, a privacidade ou os direitos autorais) contra a liberdade de expressão, pois trata-se de uma só vertente do liberalismo que procura enfraquecer o Estado e fortalecer a propriedade privada – e, para isso, proteger a privacidade do incômodo assédio público.

### **Mecanismos de controle: proibição, regulação ou punição**

Em último lugar, após determinar a quem interessa a censura e quais seus fundamentos, é possível avaliar os diferentes *mecanismos* por meio dos quais o controle comunicativo pode ser realizado. É justamente esse um dos trechos mais

sinuosos no caminho para debater os sentidos da censura, pois algumas dessas práticas de controle comunicativo nem sempre são vistas propriamente como “censura”. É o caso do chamado “direito ao esquecimento”, reconhecido após um espanhol solicitar que mecanismos de buscas online não mais relacionassem seu nome com uma notícia antiga sobre seu endividamento (SOUZA, 2015). A partir desse caso, centenas de milhares de pedidos passaram a solicitar também que informações pessoais não mais pudessem ser localizadas por mecanismos de busca (TIPPMANN; POWLES, 2015). Ainda assim, alguns juristas afirmam não se tratar de caso de censura (RODRIQUES, 2015): apesar de o acesso à informação ser dificultado pela desvinculação da pesquisa, o dado em si não é removido, e permanece inalterado em sua fonte original.

Entretanto, a censura só controla a expressão dos autores, ou também condiciona o acesso à informação pelo público? Restringir o sentido do termo “censura” como somente o controle sistemático prévio de expressões em regimes totalitários ignora a *proibição* episódica de publicações em governos democráticos, as *restrições* determinadas pela regulação de práticas comunicativas e até mesmo a inibição resultante da ameaça ou imposição de *punições* como multas, aprisionamento, obrigatoriedade de retratações ou condenações simbólicas. Apesar de operarem distintamente, todos esses mecanismos limitam a expressão: da mesma forma como é impossível ignorar as diferenças entre essas práticas também não se pode escamotear seus efeitos restritivos. Para melhor esmiuçar essas diferenças e esclarecer seus pontos em comum, podemos novamente recorrer aos exemplos selecionados pela amostra do Obcom.

Em primeiro lugar, temos a explícita *proibição*, que impede a publicação ou o acesso a uma forma de expressão. Essa barreira imposta entre os autores e o público pode ser realizada de forma prévia ou posterior, como uma obrigatoriedade imposta sistematicamente ou em casos esparsos, em regimes autoritários ou democráticos. Três exemplos na realidade brasileira mostram como graus diferentes de controle podem coexistir em um só arcabouço jurídico. Em um dos casos judiciais mais surpreendentes da amostra, a filha de um ex-secretário de educação de Barueri, em São Paulo, demandou que o site de vídeos YouTube excluísse vídeos em que a jovem discutia com colegas sobre denúncias de corrupção envolvendo seus familiares. Essa ação judicial também solicitava que o mecanismo de busca do Google, proprietário dessa plataforma de vídeos, monitorasse previamente o conteúdo inserido por todos os usuários, impedindo que as imagens viessem a ser reinseridas. Ao descartar a obrigatoriedade de

fiscalização sistemática do site, o desembargador Alexandre Coelho (apud ROVER, 2015), da 8ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, afirmou que “aceitar tal possibilidade é negar as leis da física e contrariar a própria liberdade de expressão das pessoas, em inequívoca censura prévia, que obviamente não pode contar com o beneplácito do Poder Judiciário”. Ainda assim, foi mantida a obrigação de o site remover os vídeos 24 horas após eventuais notificações. Ironicamente, a própria reportagem online do site Consultor Jurídico que tratava do caso reproduz o vídeo que se buscava proibir, mantido no YouTube até a conclusão desta pesquisa, em janeiro de 2016.

O mesmo site também traz outro caso de proibição, dessa vez da peça *Edifício London* e do livro que trazia seu roteiro. Ambos foram banidos a pedido da mãe de Isabella Nardoni, pois a ficção ecoaria e seria inspirada no assassinato de sua filha. Nesse caso, mais uma vez, o site Consultor Jurídico acabou por indiretamente trazer à luz o que se procurava silenciar, publicando também uma nota que apontava sua vitória em disputa no STF para poder publicar a própria notícia sobre esse caso de censura, que também se pretendia proibir para preservar o segredo de justiça do processo original contra o autor teatral (LUCHETE, 2015).

Outro caso semelhante, mas de desfecho distinto, envolve a liberação pelo STF das biografias, que podem agora ser publicadas sem autorização prévia dos biografados ou de seus descendentes, mecanismo legal do código civil que por anos impediu ou dificultou a publicação de diversas obras literárias ou audiovisuais (PORTAL BRASIL, 2015). Esse caso já se aproxima de outro mecanismo da censura – a *regulação* – que destaca a força de barreiras que controlam, influenciam, empecilham, canalizam ou determinam as condições de produção de diferentes formas de expressão. Também é o caso da classificação indicativa, analisada na seção anterior (BARBOSA, 2015), e que pode induzir produtores privados a realizar cortes de acordo com normas governamentais para terem acesso a faixas etárias mais amplas do público (PAGANOTTI, 2013).

Controle semelhante ocorre com a sentença da justiça do Acre que obriga blogs a registrarem-se em cartórios nesse estado, impondo o pagamento de taxas que somam R\$ 600, valor que pode ser inviável para alguns dos que escolheram essa plataforma de publicação online justamente por ser mais acessível a pequenos comunicadores (CRUZ; VALENTE, 2015).

Entretanto, a influência sobre as condições de produção e acesso às formas de expressão não precisam ser sistemáticas ou generalizadas, podendo ocorrer

casos episódicos como o peculiar caso do livro *Diamantes de Sangue: Corrupção e Tortura em Angola*, do jornalista angolano Rafael Marques. Para evitar ameaças de punição feitas pelos generais de Angola denunciadas em sua obra, o autor aceitou que seu livro não mais fosse reeditado. Apesar de continuar disponível online – inclusive com link na própria matéria do jornal lusitano Expresso que tratava do impedimento de sua reimpressão (BRUNO, 2015) – a obra agora se tornaria menos acessível para públicos desacostumados com a leitura online ou sem esse acesso, o que claramente condiciona a recepção dessa denúncia.

Ao preferir restringir o acesso à sua obra, o autor desse livro mostra o quanto podem ser intimidadores os poderes da *punição*. Esse mecanismo de controle não é só uma forma de reparação para as vítimas, impondo aos seus alvos multas ou aprisionamentos: sua ameaça também paira sobre todos que tenham a consciência de que normas ainda podem ser utilizadas para intimidar os que pretendem difundir informações ou pontos de vista incômodos. Uma das questões mais complexas é a oscilação na jurisprudência, que impede qualquer expectativa sobre o que pode vir a ser considerado como passível de punição. São reveladores os casos envolvendo o jornalista Paulo Henrique Amorim: em junho de 2015, o STF negou uma ação por danos morais, pretendida pelo banqueiro Daniel Dantas, que se ofendeu com comentários críticos do jornalista sobre seus negócios e demandava indenização de R\$ 250 mil, valor que poderia inviabilizar financeiramente a atuação desse profissional (VERMELHO, 2015); apesar de o jornalista ter festejado sua vitória, imaginando que no futuro outros casos semelhantes poderiam invocar essa jurisprudência para defender a liberdade de expressão, quase três meses depois, em agosto do mesmo ano, o mesmo jornalista foi condenado a pagar uma indenização de R\$ 20 mil por criticar como “racista” o diretor Ali Kamel, da Rede Globo (COMUNIQUE-SE, 2015c).

Além de multas, frequentes nos casos de direito civil, em muitas sociedades ainda há a possibilidade de encarceramento pelo abuso da liberdade de expressão, como foi o caso do artista cubano El Sexto, preso durante uma performance em que pretendia alimentar o povo cubano com dois porcos com os nomes de Fidel e Raúl – nome dos irmãos Castro que lideram a ilha nas últimas décadas (BBC, 2015).

Finalmente, além da intimidação e punição por multa ou prisão, ainda é possível apelar a outros mecanismos de reparação simbólica, como a obrigatoriedade de publicação de retificações ou direitos de resposta, como foi o caso envolvendo o programa Brasil Urgente, da Bandeirantes. O apresentador

José Luiz Datena (apud CARTACAPITAL, 2015) relacionou a falta de fé em Deus com a ocorrência de crimes bárbaros, opinando que “ateu, na minha modesta opinião, não tem limites, é por isso que a gente vê esses crimes aí”. Após denúncia do Ministério Público Federal, a emissora comprometeu-se a exibir mensagens sobre a laicidade do Estado brasileiro, a importância da diversidade religiosa e da liberdade de consciência e de crença no país.

### **Considerações finais: oscilações no horizonte para navegantes da liberdade**

Entre os que procuram navegar entre os mares da liberdade de expressão, contornando os rochedos da censura, o horizonte parece por vezes oscilar. A evolução da jurisprudência que trata da expressão se dá em ondas, com cristas que ampliam a liberdade por vezes sendo seguidas por mergulhos às profundezas do obscurantismo.

Ainda assim, o desafio de delimitar conceitos pode ser feito pela classificação de suas manifestações. É possível delinear melhor os sentidos e limites de termos em disputa – como no caso da “censura” – considerando os graus de sua variabilidade, apontando critérios para melhor descrever categorias essenciais para a compreensão de fenômenos tão diversos quanto urgentes. Como um cartógrafo, é preciso mapear o terreno e apontar portos seguros ou rochedos que dividem os defensores da liberdade de expressão de seus perseguidores, traçando rotas pelas linhas de argumentação mais ou menos liberais, sem esquecer dos mecanismos das correntes de ar que podem levar à calmaria, ventos contrários ou tempestades – da mesma forma como as proibições, as regulações ou as punições influenciam nas velas dos navegadores da expressão.

Nesse sentido, as reportagens analisadas neste trabalho procuram trazer a censura à tona, como faróis que apontam para o resgate de naufragos do cerceamento – como no caso das diversas reportagens analisadas que publicavam justamente as informações ou críticas que se pretendia ocultar. Para quem mergulha nesse turbilhão, ainda nos resta contemplar no horizonte essa disputa entre a luz e a escuridão, esperando que não se trate de um crepúsculo, mas sim de uma alvorada.

## Referências bibliográficas

AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, imprensa, estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência. Bauru: Edusc, 1999.

BARBOSA, Bia. "Ministro do STF afirma que classificação indicativa não é censura". CartaCapital, 06/11/2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/ministro-do-stf-afirma-que-classificacao-indicativa-nao-e-censura-4335.html>

BBC. "El Sexto, el grafitero cubano preso por una polémica obra con cerdos que nunca llegó a realizar". BBC, 28/09/2015. Disponível em: [http://www.bbc.com/mundo/noticias/2015/09/150928\\_cuba\\_derecho\\_expresion\\_grafitero\\_elsexto\\_lav](http://www.bbc.com/mundo/noticias/2015/09/150928_cuba_derecho_expresion_grafitero_elsexto_lav)

BRUNO, Cátia. "Rafael Marques e generais angolanos chegam a acordo". Expresso, 21/05/2015. Disponível em: <http://expresso.sapo.pt/internacional/2015-05-21-Rafael-Marques-e-generais-angolanos-chegam-a-acordo>

CARTACAPITAL. "Após ofensa a ateus, Band terá de exibir campanha sobre liberdade religiosa". CartaCapital, 29/05/2015. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/apos-ofensa-a-ateus-band-tera-de-exibir-campanha-liberdade-religiosa-9813.html>

CHAGAS, Thiago. "Pastor Marco Feliciano tem pedido de censura a site de humor negado pela Justiça". Gnotícias, 27/08/2015. Disponível em: <http://noticias.gospelmais.com.br/feliciano-pedido-censura-site-negado-justica-78809.html>

COELHO, Sara Otto. "Reino Unido ordena bloqueio ao Popcorn Time. Hollywood aplaude". Observador, 29/04/2015. Disponível em: <http://observador.pt/2015/04/29/reino-unido-ordena-bloqueio-ao-popcorn-time-hollywood-aplaude>

COMUNIQUE-SE. "Tribunal confirma condenação da Folha por práticas racistas". Comunique-se, 27/05/2015a. Disponível em: <http://portal.comunique-se.com.br/index.php/jo-com/77415-tribunal-confirma-condenacao-da-folha-por-praticas-racistas-info>

\_\_\_\_\_. "Por calúnia, IstoÉ é condenada a indenizar governador em R\$ 60 mil". Comunique-se, 20/08/2015b. Disponível em: <http://portal.comunique-se.com.br/index.php/jo-com/78414-por-calunia-istoe-e-condenada-a-indenizar-governador-em-r-60-mil>

\_\_\_\_\_. "Ali Kamel vence mais uma batalha judicial contra Paulo Henrique Amorim".

Comunique-se, 31/08/2015c. Disponível em: <http://portal.comunique-se.com.br/sub-destaque-home/78519-ali-kamel-vence-maisuma-%20batalha-judicial-contr-paulo-henrique-amorim>

COSTA, Maria Cristina Castilho. "Opinião pública, comunicação, liberdade de expressão e censura". In: COSTA, Maria Cristina Castilho (org.). A censura em debate. São Paulo: ECA-USP, 2014.

CRUZ, Francisco Brito; VALENTE, Mariana Giorgetti. "Justiça do Acre obriga registro de blogs em cartório". Estado de S. Paulo, 23/10/2015. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/deu-nos-autos/justica-do-acre-obriga-registro-de-blogs-em-cartorio>

FOLHA ONLINE. "Reportagem da Folha sobre fundação é suspensa após decisão da Justiça". Folha de S. Paulo, 19/07/2015. Disponível em: <http://folha.com/no1657567>

IMPRESA. "Transexual que encenou crucificação processa Feliciano por dano moral na web". Portal Imprensa, 01/07/2015. Disponível em: <http://portalimprensa.com.br/noticias/brasil/73064/transexual+que+encenou+crucificacao+processa+feliciano+por+dano+moral+na+web>

LUCHETE, Felipe. "TJ de São Paulo manterá condenação de autor de peça sobre Isabella Nardoni". Consultor Jurídico, 27/08/2015. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2015-ago-27/tj-sp-mantera-indenizacao-autor-peca-isabella-nardoni>

O POVO. "Bolsonaro é condenado em R\$ 150 mil por declaração contra gays". O Povo, 15/04/2015. Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/opovo/politica/2015/04/15/noticiasjornalpolitica,3423010/bolsonaro-e-condenado-em-r-150-mil-por-declaracao-contr-gays.shtml>

OBSERVADOR. "EUA: Juiz ordena exibição de anúncio polêmico que diz "Muçulmanos matam Judeus"". Observador, 22/04/2015. Disponível em: <http://observador.pt/2015/04/22/eua-juiz-ordena-exibicao-anuncio-polemico-muculmanos-matam-judeus>

PAGANOTTI, Ivan. "Terror mutilado: Halloween, adequado à classificação indicativa". In: SOCINE. Estudos de cinema e audiovisual. São Paulo: Socine, p. 576-586, 2013. Disponível em: <http://www.socine.org.br/anais/2012/AnaisSocine2012.pdf>

PAGANOTTI, Ivan. "Harmonia e dissonância legal nos ecos do silêncio: casos do STF sobre liberdade de expressão e reflexos da censura no Brasil pós-abertura democrática". In: COSTA, Maria Cristina Castilho; BLANCO, Patrícia (orgs.). Liberdade de expressão e seus limites. São Paulo: ECA-USP, 2015.

## O tabu da censura nos tribunais: interesses, argumentos e mecanismos de controle da liberdade de expressão

---

PORTAL BRASIL. "Biografias brasileiras não precisarão de autorização para serem publicadas". Portal Brasil, 11/06/2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cultura/2015/06/biografias-brasileiras-nao-precisarao-de-autorizacao-para-serem-publicadas>

RODRIGUES, Alex. "Direito ao esquecimento não se confunde com censura, diz desembargador". Agência Brasil, 07/06/2014. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-06/para-sabado-ii-direito-ao-esquecimento-divide-opinioes-de-especialistas>

ROVER, Tadeu. "Google não deve monitorar previamente vídeos inseridos no YouTube". Consultor Jurídico, 03/09/2015. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2015-set-03/google-nao-monitorar-previamente-videos-inseridos-youtube>

SANTHANAM, Laura. "In India, is web censorship justified in the name of national security?". PBS, 26/01/2015. Disponível em: <http://www.pbs.org/newshour/updates/censorship-justified-name-national-security>

SOUZA, Renato. "Polêmica do direito ao esquecimento chega no Brasil". Observatório da Imprensa, 23/06/2015. Disponível em: <http://observatoriodaimprensa.com.br/caderno-da-cidadania/polemica-do-direito-ao-esquecimento-chega-no-brasil>

TIPPMANN, Sylvia; POWLES, Julia. "Google accidentally reveals data on 'right to be forgotten' requests". The Guardian, 14/07/2015. Disponível em: <http://www.theguardian.com/technology/2015/jul/14/google-accidentally-reveals-right-to-be-forgotten-requests>

VERMELHO. "STF dá ganho de causa ao jornalista Paulo Henrique Amorim". Portal Vermelho, 06/06/2015. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/265212-1>

WILLIAMSON, John. "The Washington Consensus Revisited". In: EMMERIJ, Louis (org). Economic and social development into the XXI Century. Washington: Inter-American Development Bank, 1997. p. 48-61.

# Claro, escuro e tons de cinza: nuances da censura sobre a linguagem

Andrea Limberto<sup>1</sup>

O presente artigo tem estreita relação com a pesquisa de pós-doutorado realizada na Universidade de São Paulo, com o título *Nos termos da #interdição*, que tratou da recuperação de expressões censuradas a partir de um arquivo de peças teatrais do Estado de São Paulo, o Arquivo Miroel Silveira<sup>2</sup>, observando a circulação das mesmas hoje nas redes sociais. A pesquisa, com apoio Fapesp, resultou em reflexões sobre a censura e a liberdade de expressão em torno de temas tabus ontem e hoje e seus resultados ainda serão publicados. O arquivo e também a circulação dos mesmos termos na atualidade, baseados em sua circulação especialmente nas redes sociais e em material jornalístico online, estimulam um pensar sobre as diversas, relevantes e atuais formas de controle sobre a linguagem.

Não vamos tratar aqui especificamente dos resultados da realização desta pesquisa em si, mas assumimos que ela tem vários pontos de contato com o material coletado a partir do projeto da Hemeroteca Digital, parte dos trabalhos do Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura da USP (Obcom-USP). A equipe do Obcom-USP recuperou reportagens publicadas em meios de comunicação online que versavam sobre liberdade de expressão e censura hoje. Acionaremos esses textos na medida em que nos orientam como material para construir a argumentação deste artigo e especificamente quando a forma de interdição se reflete em geral sobre a linguagem e em específico sobre a palavra, como efeito de um crivo discursivo.

No presente texto, acionaremos tais materiais pensando, assim, como se dá a interdição na linguagem evidenciando as categorias de deslocamento no

---

1 Doutora e mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Realizou pesquisa de pós-doutorado com bolsa Fapesp na mesma instituição, entre 2013 e 2015, analisando processos de interdição, narrativas e mídias digitais. É membro do Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura da USP (OBCOM-USP) e coordenadora do GP Comunicação, mídias e liberdade de expressão da Intercom. [andrealimberto@gmail.com](mailto:andrealimberto@gmail.com).

2 Mais informações sobre o Arquivo Miroel Silveira, bem como pesquisa dos documentos disponíveis para acesso público podem ser encontrados em: [www.usp.br/obcom](http://www.usp.br/obcom).

tempo e no espaço; a expressão de uma marca autoral; a estratégia de nomeação ofensiva e, por fim, o efeito da substituição de palavras. Partimos centralmente do entendimento da dinâmica de produção de sentido na linguagem visando uma tomada discursiva das mesmas. A categorização apresentada, cada uma delas, tem base nos em diversos estudos sobre o domínio específico da palavra, mais em geral ao amplo campo dos estudos da retórica e nas constrições retomadas através da ordem do discurso com Foucault.

### **Interdição da linguagem, interdição na linguagem**

Em primeiro lugar, devemos referenciar o tema que nos foi proposto, como se dá a interdição sobre a linguagem. Pensamos, num primeiro momento, com essa proposta, que a linguagem é algo sobre a qual agimos. Essa é uma concepção mais utilitarista da linguagem e que está atenta às ações sobre o código da língua e o exercício sobre os textos da cultura. Seria então uma das maneiras de nos aproximarmos do nosso material, criando uma expectativa de ação explícita, anunciada e articulada sobre o texto. Ela pode ocorrer, e ocorre como tentativa de golpe sobre o percurso narrativo.

Mas, de outro modo, temos uma dinâmica percebida de maneira diferente e mais sutil, se entendemos a interdição na linguagem, ou seja, se entendemos que no âmbito da linguagem temos uma resposta que extrapola a dimensão dos trechos ou palavras que foram excluídos e buscamos perseguir uma certa lógica de regulação desses cortes que se baseia em discursos circulantes, em padrões hegemônicos, em pressupostos culturais. Tanto por um caminho de trabalho, quanto por outro, teríamos guarida conceitual em diversos autores do universo dos estudos de linguagem. Aqui começamos com essa diferenciação que vai nos ajudar a costurar entre os exemplos e nossos argumentos. A censura sobre a palavra pode parecer banal e limitada, enquanto o que ela revela é da ordem de nossa ligação em comum, de nossos limites sociais e assim aponta para um universo da cultura e de contundentes efeitos na dinâmica social.

### **Deslocamento no tempo e no espaço**

A primeira percepção dessa diferenciação de uma perspectiva de um estudo que mira uma articulação na linguagem pode ser encontrada observando o deslocamento no tempo e no espaço de certas obras artísticas e que passam por cortes ou restrições de variados tipos, contextuais, datados, temporalizados.

Entre as peças do Arquivo Miroel Silveira, temos o exemplo da peça Ben-Hur (processo de número 268, com requerimento de censura datando de 1943), em que foram censuradas em variados momentos as palavras “Roma” e “Romanos”. Este processo foi já exaustivamente analisado pelas pesquisadoras principais do OBCOM-USP, nos trabalhos especialmente de Cristina Costa e Mayra Gomes. Temos também o caso de Lisístrata (processo de número 6083, pedido de 1967), com tradução peculiar de Millôr Fernandes, um clássico grego do qual foram cortadas as expressões “delta irresistivelmente depilado”, “escondendo aí essa magnífica ereção” e “cuja superioridade se define toda num pênis erigido”. Nestes dois exemplos a pulsão pelo corte se dá com base numa extrapolação no tempo e no espaço, como dizíamos e que faz incidir novos pressupostos culturais. Dessa forma, a informação para a qual a palavra interdita aponta está entranhada, por um lado, de uma descontextualização num movimento de recorte. Por outro lado, ela é enxertada de novos conteúdos que, de outra forma, não colariam nela, pousasse em outros ambientes, culturas, narraivas.

Temos, entre as matérias recuperadas para a hemeroteca digital do Obcom-USP, de maneira similar, o caso do *Leviatã Russo*, filme do diretor de cinema russo Andrei Zvyagintsev. A reportagem do site G1, intitulada “Indicado ao Oscar, ‘Leviatã’ causa controvérsia na Rússia”, publicada em 16 jan. 2015, afirma que o filme foi entendido na comparação, em alguns aspectos, com a situação russa atual, como “crítica ao presidente Vladimir Putin e ao próprio país”. Vê-se com os olhos do presente a história atualizada de “um prefeito corrupto esmaga todos aqueles que se colocam no caminho rumo aos seus objetivos”, resultando num pedido de interrupção do filme da exibição por parte da Igreja Ortodoxa daquele país.

Chamamos, assim, a atenção aqui para um aspecto da interdição na linguagem: a recolocação da obra em outro ponto de uma realidade histórica, social, política ou regional como potencial conexão entre elementos difusos que se unem em favor de uma tese momentânea e muito específica. E vemos seus efeitos. Podemos incluir neste ponto a ideia de que cada texto remete a outros da cultura e no tempo presente se enraíza em relações intertextuais. Dessa maneira pretendemos defender também que a censura sobre a linguagem está para além do texto das obras artísticas. Se quisermos, reside nesse deslocamento temporal e espacial uma abertura que pode ser corroborada por correntes ideológicas diversas.

### Marca autoral

Entendemos, também, que a interdição sobre a linguagem pode emanar de uma marcação a partir da categoria de autoria de um trabalho. O autor pode ser uma linha de sentido que vai marcando elementos da obra a serem classificados como indesejáveis. Sua inserção social e seu posicionamento interferem na maneira como vamos interpretar determinada obra. A interdição sobre uma obra pode ter, assim, relação com a autoria como um lugar de fala, como partida da inserção social do autor, do que ele representa. Gostaríamos de reforçar assim que dizer da censura sobre a linguagem, então, não pode restringir-se a falar simplesmente de um corte sobre um termo específico, mas de formas plurais de interdição, de múltiplas tomadas de sua representação, que variam a cada caso e estão muito relacionadas ao que a obra aciona enquanto produto cultural.

Exemplificamos com a obra "Buy Sexual", de Steve Olson, que instalada na sede governamental em Santa Maria (Estados Unidos), o Betteravia Government Center building, gerou polêmica reportada pelo site NCAC (National Coalition Against Censorship).

A obra foi retirada do em Santa Maria por ser considerada, pelo supervisor do condado de Santa Bárbara (Califórnia, EUA), como obscena e inconsistente aos "princípios da comunidade". A advocacia de tal entidade colocou-se em defesa do artista e em seguida colocada em outra área do mesmo prédio. Interessamos o caso por lidar com a primeira categoria de interdição que apontávamos, mais relacionada ao tempo e espaço de exposição. Houve, de todo modo, um desalojamento da obra e considera-se um prédio oficial. No entanto, a categoria autoral também funciona nesse caso, em que o artista é um reconhecido ícone do skate e diferencia-se, desse modo, de uma certa representatividade do ser artista.



### Interdição por nomeação e titulação

Podemos também pensar, dentro dessa dinâmica de interdição na linguagem, nos movimentos de bem fazer das frases através das figuras de retórica. Pensamos especialmente no processo metonímico de entender a parte pelo todo e vice-versa. Cada palavra representa um mundo e se mundo se faz nas redes que essa palavra pode lhe oferecer. Essa afirmação genérica abarca o que pode nos trazer dos movimentos de indexação nas redes sociais e também na titulação das matérias jornalísticas e obras de arte. Nesse sentido, uma obra estará marcada por seu título. Podemos discutir se ele dá conta bem ou não do que está por vir, mas necessariamente um movimento de distensão entre o título e o todo da obra ocorrerá. E este movimento é de frustração de expectativa, de desvio e de outros encontros. Muitas obras foram julgadas pelo seu primeiro momento de anúncio através da palavra titular que a precede. A Câmara Municipal de Pozuelo de Alarcón, Espanha, censurou a apresentação da peça "O julgamento da puta". O periódico espanhol El Mundo relatou o caso com o texto "Pozuelo censura una obra teatral por llamarse 'Juicio a una zorra'" , de 20 ago. 2015. O texto ressalta mais a exaltação dos efeitos da palavra zorra, mais do que o conteúdo da peça escancarando uma representação de relacionamentos corruptos.



A atriz Carmen Machi em momento da peça 'Juicio a una zorra'. Crédito: Sergio Parra (Kamikaze)

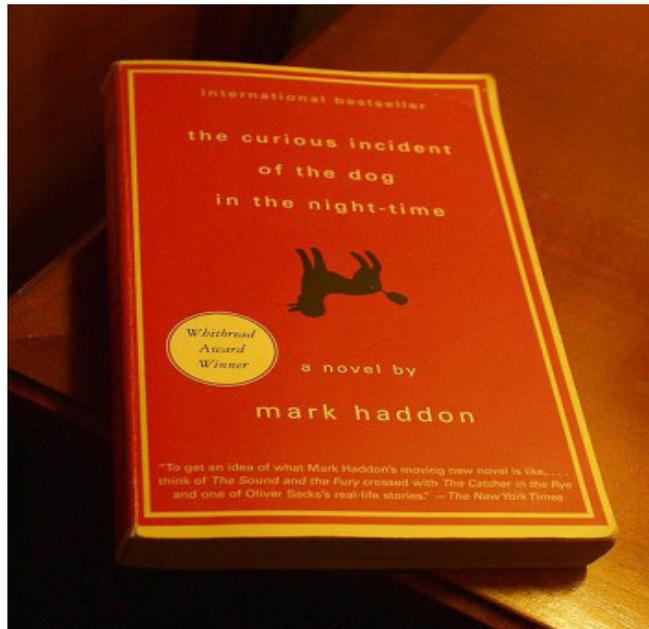
El director y autor de la obra teatral Juicio a una zorra, que protagoniza Carmen Machi, ha denunciado a través de su cuenta de Facebook que el Ayuntamiento de Pozuelo de Alarcón ha "censurado" la representación en un teatro de la localidad porque el título incluye la palabra "zorra". En las redes, algunos critican la doble moral de un Consistorio, gobernado por el PP, que no se escandalizó con sus estrechas vinculaciones con el caso Gürtel: el exalcalde Jesús Sepúlveda y otros cargos populares fueron imputados por recibir regalos de la trama de corrupción.

### Troca de palavras específicas

Ainda que uma obra seja fruto considerado genuinamente de seu tempo, pode sofrer com a indicação de troca de palavras, esta pode acontecer no momento da própria escrita, como forma de uma certa autocensura, ou posteriormente, num exercício de restrição sobre a linguagem. Devemos defender que toda troca de palavras provoca alteração do sentido, o que não significa a troca de alguma coisa por outra similar. Um sinônimo nunca é inocente, mas sim argumentativo e propositivo. Essa toca esbarra nos limites assumidos para o dito, no que é socialmente aceito, no que é conveniente dizer em cada circunstância. Poderíamos ir com Foucault neste ponto para apontar sobre as restrições ao dito e uma ordem do discurso.

Propomos também, de maneira geral, que esta é também uma variação que pode ser pensada na linguagem. Em nossa recuperação de matérias temos uma escola de Nashville em que um grupo de professores revisou a obra *The City of Thieves*, de David Benioff, suavizando a terminologia relacionada a sexo e escatologia. "Pais de alunos da escola americana Lincoln High School Principal Allen Burch reclamam junto à direção da escola e conseguem cancelar a indicação do premiado "The Curious Incident of the Dog in the Night-Time" pelos professores como leitura de verão".

O texto da matéria destaca especialmente as palavras, as expressões e temas que foram alterados. Trata-se de conteúdos sexualizados e cenas envolvendo beijo, além de referências escatológicas. "We changed scenes involving "sex" to scenes involving "kissing." We changed curse words like "s\*\*t" to ""poop." We also redacted whole sections that involved mature scenes".



Diante desta categorização variada das formas de interdição na linguagem: por deslocamento da obra, por marca autoral, por nomeação podemos enxergar um acúmulo de sentido por camadas de interdição sobre conteúdos culturais e obras artísticas. Num primeiro momento, o deslocamento temporal e espacial guarda um certo conforto por manter a realidade do conteúdo pungente longe, numa indecisão de sua inserção social e histórica por conta de um subentendido movimento de significação. A soma da autoria encarna a marca de um ser de nosso tempo e sua conflituosa inserção cultural e social. Identificar um autor traz a obra mais para perto com sua presença e humanidade. Num terceiro momento, estamos a ver a presentificação das obscenidades que desejamos controlar, atualizadas em nosso tempo, aterrorizantemente no nosso convívio.

Ao fazermos esse percurso pelas três categorias elencadas para a observação do material jornalístico, podemos nos perguntar como fica a expectativa sobre o âmbito das temáticas? Consideramos que classificar temáticas está mais próximo de uma tentativa de domínio sobre a linguagem que consideramos funcional. De todo modo, é possível destacar alguns temas que geralmente acionam um alerta para a reflexão sobre os termos utilizados. Utilizando palavras nomeadas dentro das reportagens selecionadas, temos termos de simbologia sexual, violência e imoralidade, obscenidade, crime, pornografia, palavrões, material adulto, conteúdo questionável (objectionable).

Um dos textos menciona estar a obra sob a égide da "excessiva profanação", que poderíamos pensar considerando a dinâmica de profanação em Agamben. A que este excesso nos leva, de que se trata? Podemos dizer que a questão

dos palavrões, das palavras inapropriadas, das palavras inadequadas, estão em evidência. Na matéria “Multishow volta atrás e proíbe palavrões em programa de Tom Cavalcante”, há a preocupação com a presença das palavras de baixo calão em programas de humor. “Antes, os palavrões estavam liberados, mas o canal resolveu exibir a atração em vários horários e pediu para mudarem o texto. Oito roteiros tiveram de ser refeitos”.

Dos roteiros de ficção e com base no humor, entramos nas trocas de palavras em material jornalístico. Um dos caminhos de resposta, ainda pensando nas dinâmicas possíveis dentro da linguagem é aquela de “Dar um efeito de vibração e de realidade”. “The language serves to reflect a distinct culture and convey realistic emotional differences”, diz a reportagem sobre *The Curious Incident of the Dog in the Night-Time*. Se estamos no terreno da ficção podemos acionar a questão do bom gosto, do bem fazer, do bom uso da fala, das questões de circunstância de onde uma obra se apresenta e demandar que nosso gosto não seja limitado, ou ao menos que nos seja dado saber.

Muito mais complexa é essa dinâmica quando entendida dentro de campos em que se espera o exercício no cenário social e político: a prática da imprensa, os espaços de debate socialmente contundentes. Tais campos possuem um compromisso factual que geralmente cria constrangimentos pensar a linguagem do sensacional. E, nesse sentido, como avaliar a liberdade de imprensa e a coação através destas mesmas palavras no momento de reportar, de relatar um caso. Quando envolvemos as questões da linguagem na prática jornalística temos um desafio ainda maior, no terreno do diálogo comum e do social, que é o ambiente próprio da linguagem. A matéria “Luiza Maia quer proibição de peças publicitárias que explorem corpo da mulher” atenta para a regulação sobre a exibição do corpo feminino e recorre ao terreno da lei.

A deputada estadual Luiza Maia (PT) apresentou projeto à Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) para proibir a exploração do corpo da mulher de forma erótica para uso publicitário no estado. O texto está sendo analisado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), com relatoria do deputado Luiz Augusto (PP). “É um projeto meio polêmico, porque o mercado de publicidade usa o corpo da mulher daquela forma degradante.

Considerando essa mesma passagem de uma palavra que está em lugar de um corpo, marcando sua exibição. Em “TV Bahia é condenada a pagar R\$60 mil por repórter que zombou de preso”. Relata-se a condenação de repórter que cobre

o corpo do homem que mostra com as palavras de sua condenação. “Segundo o juiz a 'entrevista' desbordou de ser um noticioso acerca de um possível caso de estupro para um quadro trágico em que a ignorância do acusado passou a ser o principal alvo da repórter”.



Estamos, assim, na difícil e inserida posição de liberar o que acreditamos ser ofensivo ou agressivo ou impróprio para menores, a cada situação e a cada caso. E esse cuidado e preocupação se tornam mais prementes com o pensamento sobre a infância ou a minoridade. Citamos o caso de MC Pedrinho relatado em “MC Pedrinho, de 13 anos, é proibido de fazer shows, após liminar do MP”.

Segundo a ação, os shows do MC Pedrinho "violam a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e a Convenção na ONU sobre os direitos da criança, notadamente pelo conteúdo das canções que interpreta, com alto teor de erotismo, pornografia, e palavras baixo calão, incompatíveis com a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Quais os limites para um novo tempo se pretendemos regular sobre a vida em comum. Temos que nos posicionar. Estamos também num ambiente de choque por encontro entre lugares de fala. Esse encontro está promovido aqui, está promovido nas ruas das cidades, está promovido nas mídias digitais e em termos de diferenças acirradas que se revelam nas palavras acionadas.

Nesta indistinção entre espaços de fala somos incitados a escolher entre o jogo polêmico da marcação nos termos do universo do proibido, do segredo do subentendido, da fala enviesada, cínica e irônica ou do universo da transparência

pública e da liberação. Devemos entender que se trata uma fluência entre dois idiomas, dois mundos. A matéria China censura 120 canções na Internet como “imorais e ilegais” cita canções chinesas censuradas .

As autoridades chinesas censuraram na segunda-feira (10) 120 canções consideradas repletas de “simbologia sexual, violência e imoralidade”, proibindo que sejam transmitidas online por qualquer indivíduo ou organização. Nenhum indivíduo ou organização terá permissão para a transmissão online desta centena de títulos que “fazem apologia à obscenidade, violência, crime e violam a moral pública”, divulgou num comunicado o Ministério da Cultura chinês.

A motivação alegada seriam uma questão de titulação das canções e temática. Interessa-nos não somente o caso de interdição às canções, mas mais ainda o relato de que a questão da censura teria sido essa mesma. “Das diversas canções constantes na lista publicada, estão principalmente títulos que se traduzem como Todos Devem Morrer, Sem Amigos, Sem Dinheiro ou Não Quero Ir para a Escola, cantadas em mandarim”.

Assim, sobre os exemplos, devemos ser cautelosos com relação à sua abrangência. Não é possível acessar o conteúdo das canções chinesas com precisão sem incorrer numa descontextualização trágica. Vamos da China às leis russas de profanação. São plurais, contextuais, e com muitas variantes de suas narrativas.

No entanto, há algo que gostaríamos de apontar. Saídas do terreno do online, e de pretensa visibilidade, nos parece interessante marcar justamente esta dualidade de partida em nosso material. Estamos lidando com procedimentos de interdição, que seriam da ordem do obscurecimento de conteúdos, mas que na verdade ganham visibilidade por outros caminhos, inclusive midiáticos. E temos a exposição de conteúdos nos meios digitais que parecem revelar sobre outras realidades, mas que obscurecem as relações localizadas do direcionamento de termos tabu. Os polos se invertem e variam constantemente. Há diversos autores aqui que poderiam nos acompanhar na dinâmica dessa dualidade, especialmente tratando de objetos imagéticos.

O que vemos, de maneira geral, é a marca da desesperança e da infelicidade sendo borrada, especialmente como vemos no caso chinês e no caso russo. Não podemos evidenciar a presença obscena da diferença, da radicalidade da separação com o outro e do desgosto em discursos desagregadores.

Uma expressão interessante que encontramos usada como verbo em uma das reportagens (“bowdlerize”) trata de uma forma de adaptação da obra de Shakespeare, contrapondo “Bowdler” e “Bolder”. “From Thomas Bowdler, who in 1818 published a censored version of Shakespeare, expurgating “those words and expressions... which cannot with propriety be read aloud in a family”. São tantos séculos e tantos espaços de separação e a dinâmica de atuação sobre a palavra parece repetir-se indefinidamente como o próprio movimento corriqueiro do diálogo, em sua recuperação e desvio constante.

Devemos olhar sua direção e sentido a cada vez. Podemos dizer que neste desvio há um dilema entre o discurso da proteção (da criança, do cidadão) e aquele da criticidade necessária a um objeto de arte. Essa disputa é muitas vezes encenada no terreno da educação e no terreno legal (embasamento constitucional).

Nesse sentido, perdemos apenas em parte nossa queixa inicial sobre a restrição a certas palavras específicas como forma de censura. De um lado, a recolocamos na observação do que movimenta o corte. E, por outro nos faz entender dos caminhos imemoriais da disputa sobre a palavra. Começamos com a linguagem, voltamos à palavra para devolvê-las a suas ligações como texto imagético, verbal. Poderemos falar sobre processos de censura no âmbito da identificação do interdito? Como regular sobre o valor comum das palavras?

O que nomear como censura sobre a linguagem e o que deve ser a polêmica geradora de bons debates, como o que podemos ter aqui? Podemos dizer que a censura à linguagem se faz por camadas. Ela não se resolve no caso específico que está sendo relatado, mas se estrutura na relação com outros textos na cultura. A palavra marcada, indicada, polemizada funciona como uma porta de emergência para que haja a relação e a aparição dos conteúdos considerados inadequados, perversos, deslocados.

Não podemos necessariamente identificar a censura à linguagem com o corte de palavras. Podemos pensar de maneira mais relacional que a censura à linguagem atua como uma tentativa de cisão, de cindir o discurso num ponto específico, mas o corte não pode ser certo no sentido de que há uma falha já existente e que ecoa no texto em se tenta atuar. Essa falha é da comunidade dos discursos reunidos que marcam onde os limites e os deslocamentos de determinados textos estão. É um embate entre onde se quer o limite e onde ele já está culturalmente dado.

O que podemos indicar como atual e relevante na dinâmica das matérias que analisamos é a abertura e disponibilidade dos textos ou dessas camadas de

textos sobre as quais comentamos. Estabelece-se uma relação entre a interdição que a reportagem procura analisar e junto com ela a referência a todo o universo discursivo da polêmica cujo imbricamento e tessitura resultam na polêmica mesma.

A matéria jornalística, nesse sentido, é um texto que só faz imprimir uma perspectiva sobre a dada polêmica ao mesmo tempo em que a renova. A origem da polêmica não pode necessariamente ser atribuída à obra de que se trata. A obra apresenta os termos, os textos de comentário (que a matéria jornalística de alguma forma também é), recorrem aos dados e a situam. A novidade é a presença de sua situação para um público maior ou igual, os primeiros comentários e todas as suas camadas de recuperação. De modo que o processo de censura à linguagem torna-se não desistente, mas insistente num percurso maior, de longas cadeias intertextuais e eclosões conflituosas.

Sobre as palavras marcadas incidem a insígnia desses percursos conflituosos e também sua evasão. Sua situação é de exposição do caso ao mesmo tempo em que são feitas prisioneiras, encarregadas dele. Não temos a censura que inaugura coibir a circulação, mas o movimento perverso de uma circulação marcada.

Não podemos associar o apontamento das palavras como caso de liberdade de expressão ou como impedimento dessa. A marcação está no nível do choque e do conflito e então ela trabalha para a vitória do reforço ou de deslocamento dos sentidos. O que damos por certo é a evidência de um embate que se expande para além do texto das matérias jornalísticas e rebatem em diversas esferas da interação social mediada. A marca da evidência é tão presente quanto aquela do embate, como se todos os campos de articulação válidos trouxessem negociações entre tempos da diferença.

Assim temos uma visada em relação à censura sobre palavras que vai do impulso pela obscenidade à evidência da denúncia. O primeiro caso promove mais de perto a reprodução de algo da ordem da dinâmica da exclusão. No segundo caso, temos algo do impasse gerado num misto entre lidar com tabus de fala e com rituais de circunstância. Num tempo regido pelo signo de um poder falar tudo e numa imaginação da possibilidade da liberdade de expressão total e irrestrita, as polêmicas explodem nos limites. É interessante atentar sempre para o que cada uma dessas palavras e variações vêm nos contar sobre como pretendemos organizar a liberdade, ou um discurso sobre a liberdade ou espaços fronteiros entre liberdades (individuais e coletivas, de propriedade privada ou de todos, das igualdades e das discrepâncias).

Acionar a liberdade hoje é falar de um momento em que essas distinções se esvaem como fronteiras. Podemos recorrer a elas, mas será como um olhar ao

passado para seguir. Estamos individual e coletivamente no mesmo ponto, na mesma imbricação. O que é individual, privado, não pode mais estar isolado a não ser pela força da manutenção de foros privilegiados.

E na totalidade das liberdades fica faltando a nova imaginação de um todo. Interessante notar que os conteúdos que nos chegam trazem dos conflitos que podemos assumir falar, consideramos a austeridade moral como garantidora de valor. Seguimos olhando ontem e hoje para pretensas obscenidades, quando a evidência da nudez do rei escancara a virulência da cultura.

### Referências bibliográficas

ABC Tecnología. 15 de mayo de 2014. "Twitter permite 'silenciar' a los usuarios como alternativa al 'bloqueo'".

ALLAN, Keith; BURRIGE, Kate. *Forbidden Words: Taboo and Censorship of Language* (New York: Cambridge University Press, 2006).

AGAMBEN, Giorgio. *Estâncias: a palavra e o fantasma na cultura ocidental*. Belo Horizonte: UFMG, 2007, 240-250.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em Rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz & Terra, 2002.

CHARTIER, Roger. *A Aventura do Livro: do Leitor ao Navegador*. São Paulo, Unesp, 1998.

CRYSTAL, David. *Language and the Internet* (Cambridge: Cambridge University Press, 2001).

DITTUS, Rubén. "La opinión pública y los imaginarios sociales: hacia una redefinición de la espiral del silencio". *Athenea Digital* 7 (primavera 2005), 61-76.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas, Pontes, 1987.

JENKINS, Henry. *Cultura da Convergência*. Editora Aleph, 2009.

FOUCAULT, Michel. *El orden del discurso* (Tusquets Editores, Buenos Aires, 1992).

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas* (São Paulo, Martins Fontes, 1995).

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? (São Paulo, Passagens, 1997).

GOMES, Mayra. Palavras proibidas: um estudo da censura no teatro brasileiro. São Jose do Rio Preto: Fapesp/Bluecom, 2005.

GUEIROS, Mansur. *Tabus linguísticos*. Rio de Janeiro: Simões, 1956.

LEMOS, André. Cibercultura. Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea (Porto Alegre, Sulina, 2002).

LÉVY, Pierre. *O que é o Virtual?* São Paulo: Editora 34, 1997.

ORTIZ, Rueda Rocío. "Cibercultura: metáforas, prácticas sociales y colectivos en red". *Nomadas* (Bogotá) 28 (enero a junio de 2014).

PRETI, Dino. *A linguagem proibida: um estudo sobre a linguagem erótica* (São Paulo: T. A. Queiroz, 1983).

QUEIROZ JÚNIOR. *Vocábulo no banco dos réus*. COPAC, [s.d].

RICOEUR, Paul. *Time and Narrative*. Chicago, University of Chicago Press, 1984.

UNESCO. Tendencias mundiales en libertad de expresión y desarrollo de los medios (2014).

### **Matérias selecionadas**

BAND É CONDENADA a pagar R\$ 60 mil por caso de repórter que zombou de preso. UOL, 2015, online. Disponível em: <http://televisao.uol.com.br/noticias/redacao/2015/06/05/band-e-condenada-a-pagar-r-60-mil-por-caso-de-reporter-que-zombou-de-preso.htm>.

CHARTER SCHOOL'S BOOK censorship is a "kind of literary fraud". National Coalition Against Censorship, 2015. Disponível em: <http://ncac.org/incident/charter-schools-book-censorship-is-a-kind-of-literary-fraud/>.

CHINA CENSURA 120 canções na internet como "imorais e ilegais". Agência Brasil, 2015, online. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2015/08/china-censura-120-cancoes-na-internet-como-imorais-e-ilegais>.

INDICADO AO OSCAR “Leviatã” causa controvérsia na Rússia. G1 Cultura, 2015, online. Disponível em: <http://g1.globo.com/pop-arte/cinema/noticia/2015/01/indicado-ao-oscar-leviata-causa-controversia-na-russia.html>.

KANYE WEST È VAIADO e censurado no palco do Billboard Music Awards. O Globo, 2016, online. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/cultura/musica/kanye-west-vaiado-censurado-no-palco-do-billboard-music-awards-16188619>.

LOCAL GOVT OFFICIAL removes “obscene” artwork – but it’s back up. National Coalition Against Censorship, 2015. Disponível em: <http://ncac.org/incident/obscene-artwork-in-santa-barbara>.

MC PEDRINHO, de 13 anos, é proibido de fazer shows, após liminar do MP. G1, 2015, online. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/musica/noticia/2015/05/mp-obtem-liminar-que-proibe-shows-de-mc-pedrinho-cantor-de-13-anos.html>

OLIVEIRA, Fernando. MULTISHOW volta atrás e proíbe palavrões no programa de Tom Cavalcante. Folha de S. Paulo, 2015, online. Disponível em <http://f5.folha.uol.com.br/colunistas/fernando-oliveira/2015/06/1641652-multishow-volta-atras-e-proibe-palavroes-em-programa-de-tom-cavalcante.shtml>

PIMENTA, Paulo. Liberdade de expressão da mídia é seletiva e covarde. Carta Maior, 2015, online. Disponível em: <http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia/Liberdade-de-expressao-da-midia-e-seletivae-%20covarde/12/32707>

POZUELO CENSURA una obra teatral por llamarse ‘Juicio a una zorra’. El Plural, 2015, online. Disponível em: <http://www.elplural.com/2015/08/20/pozuelo-censura-una-obrateatral-por-llamarse-juicio-a-una-zorra/>

RACISMO, VIOLÊNCIA OU ÓDIO: Twitter reage contra mensagens abusivas. Agence France Presse, online. Disponível em: [http://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2015/04/16/interna\\_internacional,638425/racismo-violencia-ou-odio-twitter-reage-contra-mensagens-abusivas.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2015/04/16/interna_internacional,638425/racismo-violencia-ou-odio-twitter-reage-contra-mensagens-abusivas.shtml).

RIBEIRO, Luana. Luiza Maia quer proibição de peças publicitárias que explorem corpo da mulher. Bahia Notícias, 2015, online. Disponível em: <http://www.bahianoticias.com.br/noticia/178029-luiza-maia-quer-proibicao-de-pecas-publicitarias-que-explorem-corpo-da-mulher.html>.

STUDENTS SPEAK OUT: a curious incident of censorship. A CURIOUS INCIDENT OF CENSORSHIP. National Coalition Against Censorship, 2015. Disponível em: <http://ncac.org/blog/students-speak-out-a-curious-incident-of-censorship>

TROJAIKE, Laísa. Ryan Reynolds continua lutando para que Deadpool seja classificado como 18+. Cinema 10, 2015, online. Disponível em: <http://cinema10.com.br/noticias/ryan-reynolds-continua-lutando-para-que-deadpool-seja-13194>.

# Vigilância à produção teatral no Brasil durante o início da Guerra Fria (1945-1960): a tradição da tesoura estatal e os novos métodos de “inteligência”

Walter de Sousa Junior<sup>1</sup>

## **Contra alemães, Roosevelt acena aos vizinhos (1939-1945)**

As relações entre os Estados Unidos e o Brasil foram inauguradas como missão entregue pelo presidente Franklin Roosevelt ao jovem milionário Nelson Rockefeller, que abraçara a causa antigermânica e assumira o desafio de atrair Getúlio Vargas, então bem próximo da política do Eixo em função da instauração do Estado Novo em 1937. Calcado na experiência ditatorial portuguesa, inaugurada por Salazar em 1933, inclusive com o mesmo nome, o governo autoritário brasileiro colocou Getúlio Vargas na contramão do avanço do liberalismo capitaneado pelos Estados Unidos enquanto a Europa estava à beira de um confronto internacional a partir da invasão da Polônia, em setembro de 1939, pelas forças alemãs. A declaração de neutralidade do Brasil aguçou o interesse americano em conquistar a confiança do país e os “corações e mentes” dos brasileiros. O termo “good neighbor” (boa vizinhança) havia sido cunhado por Roosevelt em 1933, num discurso proferido em Honduras, e haveria de se tornar o mote da sua política internacional, em especial para a América Latina, enquanto os confrontos europeus recrudesciam.

Ante o risco de o Brasil ceder ao germanismo expresso tanto na produção cultural – o Palácio UFA, da produtora de cinema estatal alemã havia sido inaugurado no centro de São Paulo em 1936 – quanto na produção industrial –

---

1 Doutor e Mestre em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP), pesquisador do OBCOM-USP. Atuou como docente no curso de Especialização em Gestão da Comunicação e em EDCOMUNICAÇÃO da ECA/USP, e como conteudista e tutor no curso de Sociologia do Centro Universitário Belas Artes (SP). Coordenou o Grupo de Pesquisa em Culturas Híbridas no Centro de Pesquisa e Formação do SESC-SP. waltersousajr@hotmail.com.

o Brasil era um potencial importador do maquinário alemão, os Estados Unidos trataram de reagir ante a neutralidade oportunista promovida por Vargas.

Os interesses de Rockefeller, que visitara a América Latina em 1935 e 1937 representando o Chase National Bank, estavam localizados, na realidade, na região amazônica, grande potencial econômico que poderia “salvar” os Estados Unidos em crise desde o final da Primeira Guerra Mundial. Seu interesse aflorou após a leitura do livro *Journey to Manaus*, de Earl Parker Hanson (1938), que comparou a conquista do sertão brasileiro à conquista do Oeste americano. Além disso, Rockefeller, da família proprietária dos poços de petróleo da Standard Oil, foi grande contribuinte da campanha presidencial de Roosevelt. Assim que eleito, o novo presidente chamou Rockefeller, que apresentara uma proposta para a América Latina. “A proposta do grupo de Rockefeller tinha uma grande vantagem sobre as outras, vindas de organismos do próprio governo: contava com o fantástico poder financeiro de Nelson e com a independência de seu grupo em relação à burocracia” (TOTA, 2009: 29).

Tal vantagem prevaleceu no período em que o milionário conduziu a missão dada por Roosevelt, até 1945, enquanto durou a política da Boa Vizinhança, em que Rockefeller promoveu a integração com o Brasil trazendo amigos para o país, entre eles Walt Disney e Orson Wells, conseguindo inclusive demover o presidente americano de entregar a região à jurisdição do seu Office of Strategic Service (o serviço de inteligência criado em 1941), mantendo-a sob o comando do Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA), criado pelo milionário.

A estratégia de Rockefeller se concentrou em duas frentes: o cinema e o rádio. Na mão dupla da política da Boa Vizinhança, o cinema americano apresentava Carmen Miranda e seu “south american way” enquanto trazia para o país Walt Disney, autor do personagem Zé Carioca, que estrelou o filme *Saludo, amigos!* (Alô, amigos!) e Orson Welles, que não concluiu seu *It's all true* (É tudo verdade), cuja produção se arrastou por meses e que envolvia a reconstituição da história de quatro jangadeiros que saíram de Fortaleza-CE em direção ao Rio de Janeiro-RJ para protestar contra o abandono pelo Estado dos 35 mil pescadores cearenses. No rádio, enquanto transmitia os badalados bailes musicais do Cassino da Urca, no Rio de Janeiro, para os Estados Unidos, trazia para o Brasil o modelo de radiojornalismo que iria prevalecer por décadas, inclusive sendo depois adaptado à televisão: o Repórter Esso. O formato do programa já havia sido adotado em Nova York, Buenos Aires, Santiago, Lima e Havana quando chegou à Rádio Nacional em 1941. Todos eles patrocinados pela Standard Oil Company, empresa da família

Rockfeller, com conteúdo sobre a guerra produzido e distribuído pela agência de publicidade McCann-Erikson (Saroldi e Moreira, 2005). E programas igualmente dedicados a envolver o ouvinte no avanço das forças Aliadas como *Acredite se quiser!*, com ritmo narrativo de radionovela. As intermediações eram sempre feitas pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão centralizador do controle da produção artística e jornalística, criado por Vargas em 1939.

Se havia por parte da OCIAA a preocupação de construir uma imagem modelar dos Estados Unidos, isso não era feito de forma prepotente. Procurava-se, pelo contrário, atenuar a imagem de vitoriosos com a mediação de artistas, músicos e intelectuais. Para fazer valer esse projeto, Nelson teve de, em diversas ocasiões, enfrentar partidários de métodos mais violentos para garantir a ajuda brasileira no esforço de guerra. (Tota, 2009: 180)

O esforço maior das duas investidas foi divulgar o “american way of life”, estratégia de Rockfeller para conquistar os corações e mentes dos brasileiros, além de divulgar notícias positivas da participação das forças dos Estados Unidos na guerra. Até ali, duas frentes antagônicas funcionaram ajustadas aos interesses particulares de cada lado do muro entre vizinhos. Vargas manteve sua estrutura estatal de controle cultural, centralizado pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e executado com a afiada tesoura da censura, presente no rádio, no cinema e nos palcos teatrais; além da estratégia privada dos Estados Unidos, executada pelo escritório de Rockfeller, movido não só pela ideologia da disseminação do jeito americano de ser, mas capaz de seduzir aliados estratégicos na guerra e na economia – certamente entremeada por interesses empresariais de duração mais longa do que a guerra. Enquanto o esforço patrocinado por Roosevelt foi interessante para manter o Brasil como parceiro econômico no fornecimento de matéria-prima para a fabricação das engrenagens da sua máquina de guerra – minérios e borracha, essencialmente – e como parceiro estratégico no tabuleiro da guerra, o que incluiu o financiamento da Companhia Siderúrgica Nacional em troca da construção de uma base militar americana na ilha de Fernando de Noronha, os vizinhos mantiveram intensa cordialidade. Derrotadas as forças do Eixo, o tom da conversa por sobre o muro se tornou menos amigável.

A dubiedade continuou compondo o cenário da política nacional com o fim da guerra e da participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na campanha contra as forças do Eixo. O ditador Vargas, ao apoiar as forças Aliadas contra o autoritarismo nazifascista, colocava em contradição sua opção por adiar a consulta

popular para legitimar a Constituição de 1937. Parte dos militares que apoiaram o golpe que legou o Estado Novo em 1937 conspiraram para sua deposição em 1945 ante a intensificação do descontentamento político generalizado motivado pelo adiamento da democratização. Com os tanques no vizinhança do Palácio do Catete, Vargas renuncia.

Em depoimento à revista IstoÉ, Charlotte Denett e Gerard Colby, autores do livro *Seja feita a vossa vontade – A conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o evangelismo na Idade do Petróleo* (Rio de Janeiro: Record, 1998), afirmam: “Rockefeller estava sempre nos bastidores nos grandes momentos da política brasileira. Em 1945, no golpe que depôs Vargas, a pessoa-chave era Adolf Berle, o embaixador americano no Brasil e o protegido de Nelson Rockefeller.”

Com a vacância do cargo, o presidente do Supremo Tribunal Federal José Linhares assume interinamente com o objetivo de garantir as eleições convocadas para aquele ano. Apoiado por Vargas, o general Dutra vence o pleito. Com isso, um militar assumia a missão de governar democraticamente e de assinar uma nova Carta Magna, menos autoritária.

### **Contra comunistas, Truman cria a CIA e dá início à Guerra Fria cultural**

A Conferência Interamericana para Manutenção da Paz e Segurança do Continente inaugurou uma nova fase nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos. Primeiro porque marcava o abandono do antiamericanismo do presidente Eurico Gaspar Dutra e sua adesão à Guerra Fria. Ao receber o presidente americano Harry Truman em 1947, o presidente se alinhava à doutrina de combate à expansão do comunismo e, indiretamente, endossava a política de uso de mecanismos secretos da CIA para apoiar personagens da vida cultural que tivessem posição contrária à União Soviética.

Vivia-se sob um novo clima político naquele pós-guerra. O vice-presidente Harry Truman assume a Casa Branca em 1945 com a morte repentina de Roosevelt, meses após o fim da guerra, e estabelece a chamada Doutrina Truman, de luta contra o comunismo, além do Plano Marshall, de ajuda à reconstrução da Europa, num total de US\$ 12 bilhões. Outro legado foi a criação da Agência Central de Informações, a CIA – depois chamada de “Inteligência” – em substituição à Agência de Serviços Estratégicos (OSS), que funcionou durante a guerra. A mudança, além da novidade de se criar uma agência estatal para coordenar informações militares

e diplomáticas em tempos de paz, marcou uma grande mudança política dos Estados Unidos. “Os termos em que a agência foi criada institucionalizaram os conceitos de ‘mentira necessária’ e ‘desmentido plausível’ como estratégias legítimas em tempos de paz e, a longo prazo, produziram uma camada invisível de governo cujo potencial de abusos, dentro e fora do país, nunca se deixou inibir por qualquer sentido de responsabilidade” (SAUNDERS, 2008: 47/48).

Essa máquina de propaganda se valeu de instituições privadas para financiar estratégias de cunho cultural que desencorajassem intelectuais de esquerda a apoiar a União Soviética e passassem a se alinhar à doutrina do anticomunismo. Guiado pelo liberalismo e pelo empenho de empresários americanos contra o perigo de avanço comunista, a nova forma de atuar globalmente, especialmente a partir da vitória sobre as forças do Eixo, incluía estratégias mirabolantes para que o governo dos Estados Unidos cumprisse o propósito de financiar sem ser notado.

Um aspecto central dos esforços da Agência para mobilizar a cultura como arma da Guerra Fria foi a organização sistemática de uma rede de grupos ou “amigos” “particulares” num consórcio não oficial. Tratou-se de uma coalizão empresarial de fundações filantrópicas, empresas comerciais e outras instituições e indivíduos, que trabalhavam de mãos dadas com a CIA para proporcionar a fachada e o canal de financiamento de seus programas secretos na Europa ocidental. Além disso, podia-se confiar nesses “amigos” para articular os interesses do governo no país e no exterior, enquanto pareciam fazê-lo exclusivamente por iniciativa própria. Mantendo seus status “privado”, esses indivíduos e entidades agiam, na verdade, como os capitalistas de risco da Guerra Fria, designados pela CIA. (SAUNDERS, 2008: 147)

Entre essas instituições estava a Fundação Rockefeller, criada em 1913 para aplicar o excedente financeiro das empresas da família em ações filantrópicas, e que focou sua atuação até a Primeira Guerra Mundial nas áreas de “saúde pública, educação em geral, economia e relações industriais” (MARINHO, 2001: 14). Entre várias dezenas de fundações que se consorciaram no projeto da Guerra Fria, a Rockefeller foi uma das que mais ativas colaboradoras do governo americano, tanto que muitos dos quadros da instituição foram parar em cargos públicos estratégicos no período.

A posição central de Nelson Rockefeller nessa fundação garantiu uma relação estreita com os círculos de informações norte-americanos: ele fora encarregado de todas as informações secretas na América Latina durante a Segunda Guerra Mundial. Tempos depois, seu parceiro no Brasil, o coronel J. C. King, tornou-se chefe de atividades clandestinas da CIA no hemisfério ocidental. (SAUNDERS, 2008: 162).

John Cadwell King se associou a Rockefeller quando exercia a função de vice-presidente da Johnson & Johnson para operações no Brasil e na Argentina, empresa farmacêutica igualmente interessada na Amazônia. A elaboração de um relatório sobre a região deu-lhe destaque dentro da CIA, onde ocuparia o cargo mencionado por Saunders e, sob o qual teve grande responsabilidade nos desdobramentos políticos que culminaram com o Golpe Militar de 1964. Seu relatório, conforme reportagem “Um agente da CIA passa silenciosamente no Rio”, de Nelson de Sá, publicada na Folha de S. Paulo, Caderno Mais! de 18 de agosto de 1996, concluía com a análise: “A bacia do Amazonas, de terra ainda não desenvolvida e quase despovoada, oferece o nosso maior desafio e esperança. Capaz de sustentar cem milhões de pessoas, uma vasta e nova saída industrial para a América, uma reserva gigante de materiais brutos para os trópicos... Nós, os Estados Unidos, estamos diante de uma das grandes oportunidades da história...”.

Afora os interesses sob a política cultural dos Estados Unidos para o Brasil, vivia-se um novo patamar em que a CIA e os Estados Unidos direcionavam seus esforços para a Europa e a Ásia. Usando inclusive fundos do Plano Marshall, a CIA patrocinou seminários, revistas, concertos, viagens e manteve por 17 anos, de 1950 a 1967, o Congresso pela Liberdade Cultural, que desenvolveu estratégias de atuação que disseminassem a postura antissoviética entre intelectuais europeus e americanos. “Além disso, o ‘tipo mais eficaz de propaganda’ era definido como aquele em que ‘o sujeito se move na direção que você deseja por razões que acredita serem dele’” (SAUNDERS, 2008: 16/17).

Esse direcionamento à base de infiltrações e de uma guerra psicológica que exige coerência individual em meio aos conflitos coletivos desfaz a política maquiada de altruísmo que vigorou durante a guerra e inaugura um período em que o controle é a base da persuasão, sempre em nome do liberalismo e da democracia – portanto, algo que não pode ser representada por uma estrutura estatal de vigilância, como a censura – orientada contra um inimigo comum, o comunismo. No entanto, o Brasil segue sua tradição política de controle cultural, de

modo que a máquina elaborada por Vargas a partir do DIP permaneceu lubrificada e em pleno funcionamento nos anos democráticos das décadas de 1940 e 1950.

### **Enseinhower e as operações ideológicas na era do desenvolvimentismo**

Dwight Eisenhower, que usou largamente o termo “operações ideológicas” em sua campanha presidencial, ao assumir o governo inaugurou novos mecanismos que atenderam essas operações, entre eles a United States Information Agency (USIA), que irá se ocupar de distribuir notícias e informações veiculadas pela rede radiofônica Voz da América, esta atuante fora dos Estados Unidos e de larga sintonia na América Latina. Com escritórios em várias capitais da Europa e da América Latina, inclusive no Rio de Janeiro, a USIA tinha por função “diagnosticar as predisposições dos povos estrangeiros em relação aos Estados Unidos e influenciá-los de maneira que se tornassem mais receptivos ao American Way” (CATTAI, 2011). Para isso, se aproximavam de “donos de jornais, rádios e revistas, editores, colunistas e repórteres, distribuindo livros (muitos deles traduzidos pela própria agência), periódicos e notícias, com o intuito de influenciar o conteúdo do que seria publicado por esses meios de comunicação” (CATTAI, 2011). Sua atuação se concentrou nos veículos dos Diários Associados de Assis Chateaubriand, entre eles a Tribuna da Imprensa, editada por Carlos Lacerda, anticomunista histórico e opositor de Getúlio Vargas. Aliás, Lacerda fez parte das fileiras do Partido Comunista entre 1931 e 1939, tendo participado da Intentona Comunista de 1935. Rompeu com o partido por considerar que seu projeto político levaria a uma ditadura e se tornou ferrenho crítico da esquerda brasileira, tendo aderido à conservadora União Democrática Nacional (UDN), partido pelo qual se elege vereador, deputado federal e governador do Rio de Janeiro. Conspirador, participou de diversas tentativas de golpe de Estado e acabou cassado em 1968 pelo AI-5.

Se antes era Vargas quem endossava a política de Boa Vizinhança durante a guerra, agora eram seus opositores quem aderiam aos meios de propaganda na Guerra Fria.

A chave para essa troca de cadeiras é o nacionalismo de Vargas. Os esforços da CIA e do governo americano no pós-guerra se dirigiam a dois inimigos: o comunismo e o nacionalismo. Era preciso levar formas de os países latino-americanos vencerem o atraso econômico e social e para isso era preciso derrubar barreiras contra o livre mercado. Se o perigo vermelho rondava a Ásia

– a guerra da Coreia marcou a transição política dos governos de Truman para Eisenhower – o nacionalismo era o ranço tolerado durante a guerra que não havia sido desfeito com o trabalho conduzido por Rockefeller.

Militar e republicano, Eisenhower encerrou duas décadas de governo democrata, e enfrentou, de saída, dois grandes e rumorosos casos: o julgamento e condenação à cadeira elétrica do casal Rosenberg, acusado de espionagem para beneficiar a União Soviética, e o Comitê de Atividades Antiamericanas, comandado pelo senador Joseph McCarthy, que promoveu uma “caça às bruxas” ao inquirir intelectuais e cidadãos sobre suas atividades ligadas a partidos de esquerda, especialmente ao Partido Comunista.

Nesse último caso, preponderou o tom de perseguição nas sessões de inquérito, de modo que até os métodos da CIA se viram questionados e o órgão visto como um “refúgio para ‘livres-pensadores’” (SAUNDERS, 2008: 233). O comitê atuou de 1950 a 1956, período em que o senador forjou provas para perseguir os acusados, ameaçou testemunhas e usou de métodos os menos ortodoxos para atingir o intento de revelar-se como implacável vigilante ideológico da América. A paciência do presidente Eisenhower, que se beneficiou da cruzada promovida pelo senador, se esgotou em 1956. “‘Não se juntem aos queimadores de livros’, dissera Eisenhower. Essa era a maneira errada de combater o comunismo. A maneira certa era a CIA” (SAUNDERS, 2008: 234).

No Brasil, o país vivia um violento surto de desenvolvimentismo com a consagração democrática de Getúlio Vargas, que retorna ao poder eleito com 48,7% dos votos (total de 3,8 milhões). Candidato por seu Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), criado após sua deposição em 1945, Vargas assume empunhando a bandeira do desenvolvimentismo amparado por um arraigado nacionalismo, em que o Estado continua atuando como regulador da economia, o que desagrade os Estados Unidos e sua política cultural. O ritmo acelerado da industrialização e o crescimento do operariado nas áreas urbanas revelaram uma nova face do país.

O progresso, enfim, ressoava no cinema, no ritmo do foxtrote, nos salões de baile, na velocidade dos aviões que rompiam com a barreira do som. Nesse sentido, a cultura brasileira já havia deglutido parte da cultura americana e criado novas linguagens. O cinema abandonava a referência do teatro de revista e procurava criar linguagem própria apropriando-se da cultura popular e da cultura de massa importada; a canção ganhava o sotaque das orquestras e abandonava os regionalismos, com um Farnésio Dutra sendo transformado em Dick Farney.

Outras manifestações artísticas, por fim, buscavam referências que abrigassem o sentido de moderno, não aquele da velocidade heroica do início do século, que encantou intelectuais ligados ao Futurismo e que no Brasil formalizaram o Modernismo; mas uma mudança na “visão de mundo”, em que a máquina passou a predominar sobre o homem. Com isso, “a experiência de modernidade na ‘era do jato’ não mais comportaria, no tempo da viagem, o tempo da aventura” (ROCHA, 2012: 89). Ele havia sido vencido pelo evolucionismo tecnológico.

### **Os efeitos da comunicação de massa e as formas de analisa-los**

A mudança de foco no modo de influenciar a cultura, transformando-a em elemento estratégico na conquista não só mais de “corações e mentes” mas da opinião pública e do posicionamento político dos formadores de opinião criaram fatores sociais que influenciaram diretamente no estudo da comunicação, ciência que avançava a partir de dois polos bem distintos: a escola funcionalista gestada em Chicago e a escola crítica criada pelos intelectuais de Frankfurt. Em algum momento, num curto período, ambas tentaram se alinhar a partir das circunstâncias geradas pelo cenário da guerra, especialmente com o desmonte da intelectualidade desalinhada com o projeto nacional-socialista de Hitler. Em maio de 1933 o Instituto de Pesquisas Sociais, em Frankfurt, foi confiscado pelo governo, já sob o comando do chanceler Adolf Hitler, por ser considerada “propriedade comunista” e por conta das suas “atividades hostis ao Estado” (WIGGERHAUS, 2002: 158). Parte dos intelectuais fugiu para Genebra, na Suíça, onde permaneceu até 1934. Max Horkheimer chegou à Nova York em maio de 1934 e, aos poucos foi trazendo o grupo: Herbert Marcuse, Leo Lowenthal, Friedrich Pollock e, por último, em 1938, Theodor Adorno.

A partir daí o grupo iniciou uma série de pesquisas que contaram com a colaboração de Paul Lazarsfeld, um vienense que mantinha um Laboratório de Psicologia Econômica e que conseguiu uma bolsa da Fundação Rockefeller para estudar nos Estados Unidos em 1933. A aproximação do grupo frankfurtiano se deu na mesma medida em que seu valor intelectual virou aposta da Fundação Rockefeller, que o recomendou para a Radio Research Project. Rockefeller, na realidade, estava interessado em entender os efeitos sociais do rádio, especialmente após a experiência do jovem Orson Welles com a transmissão da versão radiofônica do romance *A guerra dos mundos*, de H. G. Wells, pela RKO, que causou pânico generalizado entre os ouvintes. Lazarsfeld convidou Adorno para auxiliá-lo no projeto.

A colaboração provocou forte divergência metodológica entre ambos e fez com que rompessem e forjassem uma rígida bifurcação nos estudos sociais dedicados aos meios de comunicação. Lazarsfeld vai sistematizar o estudo empírico dos meios a partir dos 1940 e que culminaria na sua teoria da influência. Já Adorno, juntamente com Horkheimer, aprofundariam a reflexão sobre a dialética alemã, de modo que veriam na modernidade a onipresença da tecnologia e da mercantilização das relações humanas, o que provocaria o desencantamento da civilização. Nesse processo, o ser humano se torna frágil e passível de manipulação, tamanha sua alienação nas suas relações de pertencimento. A cultura de massa, entendida pelos autores como indústria cultural “para sublinhar seu aspecto mecânico, automatizado, não se reduz, entretanto, a seu uso pelo ditador: ela é um bombardeio permanente de lasers que afetam o julgamento e entorpecem a razão” (Maigret, 2010: 98).

Os ambientes de guerra e de pós-guerra levaram os estudos sociais, comunicacionais e culturais ao embate entre essas duas teorias: a funcionalista e a crítica. Ambas se tocam num aspecto comum: a de que o receptor absorve a mensagem e é por ela influenciado de maneira incondicional. A experiência de Rockefeller com as investidas americanistas no Brasil mostraram o quanto, na expressão de Antonio Pedro Tota, o imperialismo foi sedutor. Mas a análise do cenário cultural posterior à política de Boa Vizinhança revela a capacidade da cultura brasileira absorver e hibridizar a influência americana. “Resistência, antropofagia, condição e sincretismo ocorrem simultaneamente. Ou seja, a assimilação cultural não é uma simples imitação (...) Ela forma uma unidade, mas mantém a distinção” (Tota, 2000: 193). Um efeito colateral não previsto pelo pragmatismo de Rockefeller, nem pelos teóricos funcionalistas ou mesmo críticos.

### **O movimento teatral brasileiro floresce em plena Guerra Fria**

A segunda metade da década de 1940 e os anos 1950 são comumente apontados como o período em que o teatro nacional alcança um *status* artístico moderno. Duas experiências sólidas e marcadas pela influência da vanguarda teatral europeia contribuíram para isso: a montagem pela companhia Os Comediantes (1938-1947), dirigida pelo polonês Ziembinski, da peça *Vestido de Noiva*, de Nelson Rodrigues em 1943 no Rio de Janeiro; e a inauguração do Teatro Brasileiro de Comédia (TBC) em 1948, em São Paulo, obra do industrial Franco Zampari, dirigido pelo italiano Adolfo Celi. Ambas as iniciativas se diferenciavam

do teatro apresentado pelas tradicionais companhias volantes como as de Dulcina-Odilon, Procópio Ferreira, Jayme Costa, Alda Garrido, Gilda Abreu, entre outras, assim como do teatro popular encenados nos circos e nas associações de imigrantes, por estruturar esteticamente uma renovação reconhecida tanto pelo público quanto pela crítica. No entanto, a despeito da retomada democrática, o aparato de censura legado pelo Estado Novo se mantinha atuante e afiado. Se durante a guerra começara a se construir uma censura ideológica, no pós-guerra esta se sedimentava como um tema a mais na pauta dos censores, já ocupados da censura moral, política e religiosa.

Dessa forma, não conseguindo extinguir a censura, ela reaparece em nova roupagem, mas conservando sua função coercitiva e enfrentando o alvorecer democrático do país e a grande estreia do teatro brasileiro consciente de seu papel de espaço de reflexão da sociedade sobre si mesma. Assim, procurava-se disfarçar o quanto esses procedimentos autoritários e coercitivos estavam fincados em nossa cultura e como se eternizava o seu aparato burocrático e sua cotidianidade. (COSTA, 2006: 124)

Enquanto os Estados Unidos inauguravam uma nova forma de lidar com a produção artística apoiando e encontrando entre intelectuais aqueles que defendessem seu ponto de vista, no Brasil, naquela altura deslocado no mapa estratégico do pós-guerra, em que os esforços se concentravam na Europa e na Ásia, ecoava vagamente o esforço anticomunista e enfatizava a necessidade de disseminar o discurso da modernidade e do desenvolvimento, inoculado durante o conflito mundial pelo esforço de Rockefeller.

Amplos setores das classes dominantes apoiavam as manifestações anticomunistas dos americanos. Nisto parecia, muitas vezes, haver uma coincidência com a política americana, basta lembrar a Operação Pan-Americana de Juscelino Kubitschek. No entanto, havia uma diferença entre o ponto de vista dos EUA e o brasileiro. Se para os EUA era uma questão de defesa do hemisfério, para o Brasil uma invasão soviética era impensável. Estávamos buscando, isto sim e principalmente, acelerar o processo de industrialização e expansão econômica (TOTA, 2005: 111-122).

A Operação Pan-Americana foi uma proposta do governo brasileiro que tinha por objetivo reduzir a miséria a partir de um plano de desenvolvimento

econômico apoiado na cooperação internacional, com capital dos Estados Unidos, como forma de conter o comunismo e fortalecer a democracia.

Não haveria tentativa de aproveitar os bons ventos democráticos – embora pouco liberais em relação ao mercado pretendido pelos Estados Unidos – para inserir o Brasil numa nova forma de controle da produção artística além da velha e eficiente censura? Afinal, a América Latina continuava sendo o foco de Rockefeller, que ainda não havia atingido o objeto de sua obsessão: a Amazônia.

Nesse quadro político e cultural um nome se destaca e faz a ligação entre o projeto nacionalista brasileiro e os métodos da “guerra psicológica”, conduzidos pelos Estados Unidos: o do jornalista cearense Raymundo Magalhães Júnior. Autor teatral e ex-censor do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), que em 1939 se transformaria no DIP, Magalhães atuou como secretário de Lourival Fontes, o homem forte de Getúlio Vargas no controle da produção jornalística e cultural. No entanto, ele romperia com Vargas ainda no Estado Novo e se mudaria para os Estados Unidos. Lá, tinha destino certo: trabalhar no Escritório de Assuntos Interamericanos (OCIAA), de Nelson Rockefeller. De 1942 a 1945 atuou junto ao milionário, tempo suficiente para entender a disseminação ideológica americana. Ao retornar ao país, empreendeu longa carreira no meio teatral. Já autor de diversas revistas, retomou a produção dramaturgica e, especialmente, traduziu diversas peças.

Verteu para o português as principais peças de Tennessee Williams, Arthur Miller e Bernard Shaw, este último expoente do chamado “Socialismo Fabiano”, que se opunha à visão revolucionária marxista e à luta de classes, do qual Magalhães partilharia oportunamente. Também traduziu peças de consagrados autores da Broadway: Mary Chase (*Harvey*), William Archibald (*Os inocentes*), Terence Rattigan (*Vivendo em pecado*), Robert Anderson (*Chá e simpatia*), Anita Loos (*Gigi*), Patrick Hamilton (*Luz de gás*), Hugh Herbert (*Ingênua até certo ponto*), Garson Kanin (*A rainha do ferro velho*), entre outros, todos eles ligados também ao cinema hollywoodiano.

Tratava-se de uma intensa investida na popularização de espetáculos teatrais de entretenimento que foram encenados pelas companhias Dulcina-Odilon, Maria Della Costa e TBC. A crítica teatral que testemunhou as montagens, no entanto, foi muitas vezes enfática em condenar as adaptações pouco ortodoxas feitas pelo tradutor das peças, envolvendo cortes de cenas e de personagens.

O Arquivo Miroel Silveira, da Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, que guarda os processos de censura do antigo

Departamento de Diversões Públicas de São Paulo e que cobre o período de 1928 a 1968, conta com 46 textos traduzidos por Raymundo Magalhães Jr. e outros 9 de sua autoria, entre elas *As aventuras da família Lero Lero*, *Imperador galante* e *Canção dentro do pão*.

A análise dessas peças demonstra que a despeito do esforço do autor, a censura não o compreendeu muito bem, pois não poupou suas peças e suas versões de autores americanos. Em *Electra e os fantasmas*, versão da peça de Eugene O'Neill, por exemplo, o censor Raul Fernandes Cruz foi minucioso em seu parecer datado de 28 de agosto de 1950 constante do processo DDP 3012 do Arquivo Miroel Silveira:

São Paulo, 28 de agosto de 1950. Senhor Diretor, procedendo a leitura da peça em que a interessada Empresa Teatral Ruggero Jacobbi, que a fará representar no Teatro Royal, desta capital, cabe-me, na qualidade de censor a quem a mesma foi por V S distribuída, levar ao conhecimento dessa Diretoria o que me foi dado observar:

1. a peça em apreço, se bem seja trabalho de reconhecido valor literário, que não nos cumpre julgar, apresenta, em seu desenrolar, tema forte, de costumes não adotados pela sociedade brasileira; é certo que ela se passa em país estranho, em época remota, sem que isso entretanto, não deixe de calar profundamente em espíritos menos preparados para recebê-la.
2. pelo tema citado a peça infringe grande parte do que é previsto pelo artigo 188 do Decreto-Lei n. 4405-A, de 17 de abril de 1928.
3. os quadros em que se defrontam Mãe e Filha, ambas a se degladiarem (sic) com palavras reciprocamente ofensivas, acusando-se com epítetos ofensivos aos bons costumes, à moral, e mesmo aos mais comezinhos princípios de respeito que deve existir entre pais e filhos, tiveram algumas de suas frases mais fortes censuradas por mim.
4. censurar mais a fundo seria mutilar completamente a peça em questão; seria tirar-lhe o vigor e a própria essência. Ante o exposto, outro meio de ação não foi encontrado, senão o de proibi-la até 18 anos, observados ainda os cortes seguintes, que constam na página de despacho de V S: 1. ato fls 19, 30, 44, 45, 46 ; 2. ato fls 17, 24, 38, 39 ; 3. ato fls 8, 10, 18, 20, 21. Cabe-me ainda pelas razões apontadas, solicitar de V S que a proibição acima seja feita em caráter rigoroso. Atenciosas saudações.

A peça *A rosa tatuada*, de Tennessee Williams também sofreu inúmeros cortes – ao todo foram 17, todos de frases com conotação sexual – e foi liberada somente para maiores de 18 anos. O mesmo se deu com a peça de Arthur Miller, *Um panorama visto da ponte*, liberada exclusivamente para encenação no Teatro Brasileiro de Comédia, sem cortes, para maiores de 18 anos, em junho de 1958.

O mesmo rigor aparece nas peças autorais. Sua peça de maior sucesso, *O Imperador galante*, encenada em abril de 1948 no Colégio Alfredo Pucca e em março de 1954 pela Cia. Dulcina-Odilon, recebeu, na primeira montagem, cortes em 23 páginas do texto, feitas pelo mesmo censor Raul Fernandes Cruz, que justifica a intervenção nas regras impostas às “representações colegiais”. Os mesmos cortes foram abolidos após pedido de revisão solicitado por Walter Pinheiro, administrador da Cia. Dulcina-Odilon.

Assim, não houve condescendência com o autor, embora ele pareça ter conduzido sua atuação dramaturgica e de tradutor sob a inspiração das diretrizes americanas usadas durante a primeira fase da Guerra Fria, ou seja, entre o fim da guerra e a década de 1950.

Em 1949 Raymundo assinou o Manifesto pela transformação do Partido da Esquerda Democrática no Partido Socialista Brasileiro (PSB). Por ele se candidata e se elege a dois mandatos de vereador do Distrito Federal, de 1951 a 1955 e de 1955 a 1959. Em geral partidos similares foram criados em diversos países durante a Guerra Fria e se pautavam no chamado Socialismo Fabiano, ou seja, inspirado pela Sociedade Fabiana criada em 1883 em Londres, que propunha o combate às injustiças econômicas dentro da sociedade capitalista mas sem transformá-la, o que representava uma rejeição ao marxismo. A partir da década de 1930, o movimento Fabiano se propõe como terceira via em relação ao capitalismo democrático e ao comunismo revolucionário. Os confrontos da Segunda Guerra Mundial adormeceram a proposta, que surge renovada no pós-guerra como forma igualmente estratégica de os Estados Unidos combaterem os avanços do comunismo soviético.

Concluídos os mandatos, voltou a se dedicar ao teatro, sendo indicado para presidir a Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT), o que fez por sete mandatos, entre 1959 e 1981, quando faleceu. Assinou também na década de 1950 uma série de biografias romanceadas sobre figurões do mundo teatral brasileiro: Martins Pena, Arthur Azevedo e Leopoldo Fróes.

Enfim, um personagem em consonância com as estratégias da CIA para a Guerra Fria cultural e aparentemente a serviço dos métodos que iriam vigorar até pelo menos o final da década de 1950. Aliás, o mentor de Raymundo Magalhães Jr., Nelson Rockefeller, seria nomeado por Eisenhower em 1953, chefe do Advisory Committee on Government Organization, que comandaria até 1958, órgão criado para gerenciar o orçamento governamental americano.

Até o fim da década de 1950, os EUA conseguiram usar como potente arma americana contra o comunismo uma imagem associada ao American way of life, consubstanciada em Buicks, em Cadilacs Rabo de Peixe, em aparelhos de rádio ou televisão. Já na década seguinte, os mecanismos precisaram ser mais bem ajustados a uma nova e perigosa ameaça: a de Cuba que havia feito uma revolução comandada por jovens guerrilheiros barbudos, charmosos e carismáticos que negavam justamente a imagem construída pelos americanos (TOTA, 2005).

O novo quadro agravou a atuação da CIA no contexto da Guerra Fria de modo que os Estados Unidos não demorariam a apoiar conspirações para derrubar governos democráticos que ameaçavam se alinhar ao avanço comunista, assim como a ditaduras militares que iam se impondo nos países latino-americanos. O projeto da guerra psicológica, da terceira via e da censura não estatal só seria retomado mais de trinta anos depois, com a *débâcle* do bloco comunista, na década de 1990.

O teatro brasileiro, por sua vez, avançaria em direção oposta à pretendida pela Guerra Fria cultural com o surgimento de grupos emblemáticos nas décadas de 1950 e 1960, entre eles o Opinião, o Oficina e o Arena, dispostos a promover a discussão de temas sociais e políticos, questionando inclusive o american way of life. Para coibi-los, a ditadura militar instalada em 1964 lançou mão dos recursos tradicionais, ainda eficientes no combate ao livre pensar: censura, cortes, vetos, perseguição, inviabilidade econômica, prisão.

## **Referências bibliográficas**

CATTAL, Julio Barnez Pignata. *O estandarte silencioso: A United States Information Agency na mídia impressa do Brasil – Correio da Manhã e Tribuna de Imprensa, 1953-1964*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.

COSTA, Cristina. *A censura em cena – Teatro e censura no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial/Edusp, 2006.

SÁ, Nelson de. Um agente da CIA passa silenciosamente no Rio. *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais!, 18 de agosto de 1996.

A CONQUISTA da Amazônia: Nelson Rockefeller e o evangelismo na Idade do Petróleo. *IstoÉ*. Entrevista de Charlotte Denett e Gerard Colby, autores do livro *Seja feita a vossa vontade*. Rio de Janeiro: Record, 1998. Disponível em: <<http://www.terra.com.br/istoe-temp/1626/1626vermelhas.html>>. Acesso em: 18 de junho de 2013.

MAIGRET, Éric. *Sociologia da comunicação e das mídias*. São Paulo: Ed. SENAC, 2005.

MARTINHO, Maria Gabriela S. M. C. *Norte-americanos no Brasil: uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo (1934-1952)*. São Paulo: Editora Autores Associados, 2001.

ROCHA, Francisco. *Figurações do ritmo. Da sala de cinema ao salão de baile*. São Paulo: Edusp, 2012.

SAROLDI, Luiz Carlos; Moreira, Sonia Virgínia (2005). *Rádio Nacional: o Brasil em sintonia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

SAUNDERS, Frances Stonor. *Quem pagou a conta? A CIA na Guerra Fria da cultura*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor – A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. *Cultura e dominação: relações culturais entre o Brasil e os Estados Unidos durante a Guerra Fria*. *Perspectivas*, São Paulo, no. 27, 2005.

WIGGERHAUS, Rolf. *A Escola de Frankfurt – História, desenvolvimento teórico, significação política*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

# Liberdade de expressão e seus limites: agressões, ameaças e mortes como forma de censura a jornalistas

Cláudia Nonato<sup>1</sup>

Jornalistas sempre foram alvo de censura, das mais sutis, às mais violentas. Um dos motivos sempre foi a falta de segurança e de apoio por parte das empresas de comunicação. Uma pesquisa realizada em 2015, para Trabalho de Conclusão de Curso de alunos da FIAM FAAM Centro Universitário, feita sob nossa supervisão, revelou que a morte do jornalista Tim Lopes, ocorrida em 2002<sup>2</sup>, despertou para a imprensa, empresas de comunicação e sindicatos, a necessidade de planejar e investir na segurança dos jornalistas. A pesquisa apontou ainda que a morte de Tim Lopes fez com que as empresas de comunicação do Rio de Janeiro adotassem equipamentos de proteção aos seus profissionais, reavaliando assim os treinamentos de segurança. Mas, com o tempo, tais procedimentos foram novamente abandonados.

Dez anos após a morte do jornalista, o quadro não mudou. Ao contrário: o índice vem aumentando a cada sai e – por que não dizer – a cada minuto. A ONG Repórteres Sem Fronteiras aponta que, ao redor do mundo, a cada cinco dias um jornalista é morto durante o exercício da profissão. (BOMFIM, PEREIRA e QUEIROZ, 2015: 36).

O jornalista Marcelo Moreira, colega de emissora e amigo pessoal de Lopes conta que, à época, era o próprio jornalista quem fazia a avaliação sobre o risco da profissão: “o nosso papel era confiar as pautas mais arriscadas aos jornalistas mais experientes. Os planos de segurança não foram suficientes, mas a decisão de pautar e fazer a reportagem onde ele acabou morrendo foi do próprio Tim”

1 Jornalista, doutora em Ciências da Comunicação pela ECA/USP, professora de jornalismo da FIAM-FAAM Centro Universitário; editora Executiva da Revista Comunicação & Educação e pesquisadora do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT-ECA/USP). claudia.nonato@uol.com.br.

2 Em junho de 2002, o jornalista Arcanjo Antônio Lopes do Nascimento, o Tim Lopes, repórter da TV Globo, foi assassinado por traficantes na Vila Cruzeiro, comunidade do Rio de Janeiro. Foi sequestrado enquanto fazia uma reportagem sobre bailes funk, disfarçado e infiltrado na favela, com uma câmera escondida na bolsa, e brutalmente assassinado.

(MOREIRA BOMFIM, PEREIRA E QUERIOZ, 2015: 26). Do triste episódio, surgiram as primeiras ideias de criar, anos mais tarde, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo, a ABRAJI, entidade cuja principal função é melhorar a qualidade do jornalista investigativo, incluindo a segurança desses profissionais.

Marcelo Moreira hoje é editor-chefe do RJTV, da Rede Globo, e divide a sua atividade profissional com a militância pela segurança dos comunicadores. É membro do Conselho da International News Safety Institute (INSI), Organização Não Governamental Internacional criada para desenvolver projetos que melhorem a segurança de jornalistas que trabalham em áreas de risco. Além disso, também promove treinamentos de jornalistas na área de segurança. Para ele, não há garantias em ser jornalista: o risco é inerente à profissão. Mas, para a Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ) e para a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), o jornalismo não é considerado uma atividade de risco. Para essas entidades, as condições de trabalho que são impostas à categoria, associadas a desvios do papel do jornalismo – como a espetacularização da violência, a escatologia e a aceitação pessoal (por parte do profissional) de tarefas que não lhe cabe – tem “transformado” a profissão em uma atividade perigosa para inúmeros profissionais<sup>3</sup>.

Jornalistas desempenham importante papel na coleta de notícias, observando e testemunhando manifestações. E a cobertura feita pela imprensa nas manifestações que ocorreram no Brasil a partir de junho de 2013 expuseram os comunicadores a novos riscos. Pela sua própria natureza, estes são eventos de interesse público, mas, de acordo com a ONG Repórteres Sem Fronteiras, o ano de 2013, foi marcado pelo aumento da violência contra profissionais que cobriam os protestos em todo o mundo. Segundo a entidade, um grande número de jornalistas - profissionais e amadores, locais e estrangeiros - foram insultados, ameaçados, atacados, e até mortos enquanto cobriam manifestações, sendo atacados por forças de segurança ou manifestantes.

No Brasil tivemos um caso emblemático: em fevereiro de 2014, o cinegrafista da TV Bandeirantes Santiago Andrade registrava um protesto contra o aumento das passagens de ônibus no centro do Rio de Janeiro, quando foi atingido por um rojão, que afundou o seu crânio e o levou à morte, quatro dias após a internação. A comoção da notícia levantou novas discussões sobre o tema, e hoje já é

---

3 Segundo informações do “Manual de Segurança para Jornalistas em coberturas de risco”, produzido pela FENAJ. Disponível em <http://docslide.com.br/documents/manual-de-seguranca-para-jornalistas-emcoberturas-de-risco.html>. Acesso em 12/07/2016.

possível observar que os profissionais de comunicação utilizam equipamentos de segurança, como capacetes e coletes, com mais frequência.

Estes casos demonstram o quanto é frágil o trabalho do jornalista, principalmente aquele que está nas ruas, como o repórter, o fotógrafo e o cinegrafista, porque não dispõe de garantias de segurança dos grandes veículos no qual trabalha. Além disso, nos últimos anos, com o avanço das novas tecnologias, muitos jornalistas tornaram-se autônomos, proprietários de pequenas empresas de comunicação ou blogueiros independentes, e passaram a sofrer diretamente diversas formas de cerceamento e controle, como a censura moral, a econômica/publicitária, a judicial, por ameaça ou morte.

Desse modo, a primeira parte deste artigo apresenta um relato histórico da censura à imprensa no país, desde o período colonial, passando pela ditadura do governo Getúlio Vargas, até a ditadura militar. A segunda parte mostra as formas de censura que se destacam a partir do período democrático: não temos mais a figura do censor, e o Estado já não é o único responsável; mas, ao mesmo tempo, aparece representado fortemente por seus agentes (políticos, policiais civis e militares). Por fim, analisamos dados da pesquisa publicada pela FENAJ no início de 2016, que apresenta dados de uma das mais perversas formas de censura: a violência, seja por agressão, ameaça ou homicídio, que infelizmente cresce a cada ano contra os comunicadores.

### **Breve relato sobre a censura à imprensa no Brasil**

Nos primeiros séculos de nossa história, o controle no Brasil foi exercido de forma quase hegemônica pela Igreja Católica, “por meio das ordens religiosas aqui estabelecidas e de seus mecanismos coercitivos, dentre eles se destacando – por sua característica censória, de julgamento e condenação de ideias, comportamentos e atitudes – as Visitações do Santo Ofício” (COSTA, 2006: 28). Segundo a autora, a censura esteve presente no país por todo o Período Colonial, por meio do controle das ideias e manifestações de crença, sentimento e crítica. E, em resposta a isso, “o Brasil desenvolveu no interior de suas instituições uma secular necessidade de negociação com os trâmites do poder, como maneira de conviver com a intolerância e o preconceito endêmicos” (COSTA, 2006: 34).

Até a chegada da família real, em 1808, era proibida a prática da tipografia no Brasil. E uma das consequências dessa censura, que tinha o objetivo de manter incontestado o absolutismo dos reis portugueses, foi a total inexistência de órgãos de imprensa no Brasil colônia (MATTOS, 2005: 100). Como se sabe, o primeiro

## **Liberdade de expressão e seus limites: agressões, ameaças e mortes como forma de censura a jornalistas**

---

jornal brasileiro a ser publicado sem a interferência da censura portuguesa foi o Correio Braziliense, editado por Hipólito da Costa em Londres. Foi também nessa época que surgiram os primeiros confiscos a jornais “revolucionários” no país. Segundo Maria Luiza Tucci Carneiro (2003: 20) “a fundação da imprensa Régia no Rio de Janeiro em 13 de maio de 1808 e a imediata transformação do Desembargo do Paço em órgão censor no Brasil, conforme decreto assinado por D. João VI em 27 de setembro daquele mesmo ano”, são dois marcos históricos para o início da conturbada relação entre imprensa militante e censura no país, caracterizada pela ação do Estado (a “repressão institucionalizada”) e pela resistência.

De modo geral, os anos que se seguiram à chegada da família real ao Brasil foram marcados pelas mais variadas formas de controle: em 1822 surgiu a primeira determinação legal sobre a liberdade de imprensa e direito à crítica. Um ano mais tarde, foi publicado um decreto da Assembleia Geral Constituinte Legislativa do Império do Brasil, visando o controle da liberdade de imprensa. Em 1824, quando D. Pedro I outorgou a Constituição, acabou com a censura prévia, liberdade que durou apenas até a Proclamação da República, em 1891. Com a nova Constituição, o governo passou a subordinar os espetáculos e diversões públicas à censura da polícia e, em 1921, o governo de Epitácio Pessoa passou a utilizar a censura com seletividade ideológica (MATTOS, 2005).

Nos primeiros anos do século XX, com o declínio da República Velha e com a Europa marcada pela I Guerra Mundial, a censura organizada pela República lançou as bases do que viria ser um dos braços fortes do Estado Novo de Getúlio Vargas.

Os meios de comunicação e a indústria cultural transformam a cultura do mundo, mas os tempos são de ditadura e os mecanismos de coerção e submissão do povo ao Estado se desenvolvem no mundo inteiro – de Moscou a Berlim, de Roma ao Rio de Janeiro. Dessa época em diante, o controle sobre os meios de comunicação, as artes e a informação se torna cada vez mais violento e o desenvolvimento da propaganda política, que se generaliza, procura monopolizar a produção e a divulgação de notícias, de imagens e de espetáculos. E a repressão, apoiada pelo público como forma de defesa da tradição, dos costumes, da nação, do decoro, da educação, da juventude e do elitismo, se transforma numa das armas mais potentes dos regimes totalitários (COSTA, 2006: 89).

Em 1935, o governo Getúlio Vargas instituiu a Nova Lei da Imprensa e, em 1937, com a nova Constituição, estabeleceu a censura prévia aos veículos de comunicação. Por meio de um novo decreto, foi criado em 1939 o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que fortaleceu ainda mais a censura. Segundo Nilson Lage (in MATTOS, 2005), a partir deste decreto, “as empresas jornalísticas só se podiam estabelecer mediante registro do DIP, que também devia registrar os jornalistas profissionais; a partir de 1940, 346 revistas e 420 jornais tiveram seus pedidos de registro negados”.

O DIP era subordinado à presidência da República e contava com a orientação de um conselho nacional composto pela Associação Brasileira de Imprensa, Sindicato dos Proprietários de Jornais e Revistas do Rio de Janeiro e Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro. Em certas ocasiões destacava-se a figura do censor que geralmente possuía uma sala especial em alguns veículos, e era identificado como fiscal para cada jornal, a fim de aprovar originais, pois “sem aquela chancela nada seria composto nas oficinas” (MATTOS, 2005: 105). Vale destacar que, até 1950, os censores eram pseudo-intelectuais que possuíam atividade remunerada. Segundo o autor, Machado de Assis, Di Cavalcanti e Vinícius de Moraes, entre outros intelectuais importantes do país, também atuaram como censores.

Em 1945, após a queda de Getúlio Vargas, o presidente interino, José Linhares, liberou a censura aos programas de rádio, fase que durou apenas 43 dias, com a criação do Serviço de Censura de Diversões Públicas, do Departamento Federal de Segurança Pública, que mais tarde passou a ser o Departamento de Polícia Federal. Segundo Costa (2006: 146), “a filiação da censura à Segurança Pública começa a dar um novo perfil aos censores e à sua prática, que ia perdendo o lustro intelectual e assumindo cada vez mais o papel de repressão policial”. Beatriz Kushnir, que fez uma exaustiva pesquisa sobre o tema, explica quem eram os censores:

Os censores eram, portanto, a expressão de uma parcela da comunidade que os queria, e possuíam uma formação cultural semelhante à de muitos outros brasileiros. Nesse sentido, o governo que os empregava definia as exigências relativas ao seu perfil. Nem sempre as demandas do Estado quanto ao trabalho por eles executado confluíam com as de outros estratos dessa mesma sociedade. No âmago desse desencontro, a imagem do censor incapaz fortaleceu-se ante o absurdo, para quem preza

## **Liberdade de expressão e seus limites: agressões, ameaças e mortes como forma de censura a jornalistas**

---

a liberdade de expressão, das ordens que cumpriam. Esses funcionários públicos foram sempre executores de medidas, nunca os seus formuladores. Verdadeiros cães de guarda, durante a vigência da censura prévia, ligavam para as redações dos jornais de todo o país para instruir o coibido. Iniciavam afirmando: De ordem superior, fica proibido... (KUSHNIR, 2004: 23)

No mesmo ano, foi aprovada uma nova constituição, em que se assegurava a liberdade de comunicação escrita. Os anos que se seguiram (de pós-guerra) foram marcados por perseguições a jornais e jornalistas ligados ao Partido Comunista, com registros de confrontos, apreensões e prisões. Politicamente, houve o retorno e posterior suicídio de Getúlio Vargas; a renúncia de Jânio Quadros e o golpe de 1964, que depôs João Goulart e, por meio do Ato Institucional nº1, elegeu para presidente o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Era o início da ditadura militar no Brasil.

Durante esse período, foram instituídos por Castelo Branco e, posteriormente, por Costa e Silva, diversos Atos Institucionais (AI) que cerceavam a liberdade de imprensa. Mas foi com o AI-5, em 13 de dezembro de 1968, que a censura voltou a ser exercida com toda a força no país (MATTOS, 2005: 115). Nos dias seguintes à edição do AI-5 foram feitas mais de 200 prisões de jornalistas, políticos, artistas, professores e religiosos. Em 1969, a Junta Militar modificou a Lei de Imprensa e a Lei de Segurança Nacional, e restabeleceu a censura à imprensa. Foi um dos períodos mais difíceis, em que o Estado exerceu todo o seu controle sobre os veículos de comunicação.

Entre dezembro de 1968 e junho de 1978 os meios de comunicação de massa estiveram sob censura. Durante esse período, a censura foi usada para desencorajar o sensacionalismo na imprensa, bem como a divulgação, para o grande público, de temas como a epidemia de meningite de 1974-1976, as frequentes críticas feitas ao governo por setores da Igreja, rumores sobre a abertura política, tortura de prisioneiros políticos, escândalos financeiros e sucessão presidencial, entre outros. Vale salientar que as proibições eram feitas de acordo com os critérios dos censores e em nome da segurança nacional (SELCHER, 1977: 17 in MATTOS, 2005:117).

Além da perseguição a jornais e revistas, que foram censurados, invadidos ou lacrados pela força policial, a televisão foi um dos principais alvos da censura da

época do regime militar. Esse controle facilitou a manipulação da opinião pública, limitou o crescimento da produção do próprio veículo, castrou a criatividade e incentivou a autocensura, “que passou a ser adotada pelas próprias emissoras, que constituíram seus departamentos de autocensura ou de controle de qualidade” (MATTOS, 2005, p.118). Ainda durante esse período, escritores e artistas foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional; foram exercidas pressões sobre as emissoras de televisão mediante ameaças de multas, punições e suspensões como medidas punitivas. O controle, muitas vezes, era exercido pela presença do censor nas redações (censura prévia) ou por meio de bilhetes e telefonemas de proibição, dirigidos às redações dos veículos de comunicação.

O AI-5 foi revogado em 1978, mas o Serviço de Censura da Polícia Federal continuou a agir sobre toda a produção cultural e intelectual do país até 1988, quando foi promulgada a atual Constituição. Após a extinção do Serviço, foi criado um departamento de classificação indicativa de diversões públicas e de programas de rádio e de televisão, vinculado ao Ministério da Justiça. E ainda há, até hoje, funcionários responsáveis pela classificação indicativa da faixa etária de filmes e programas de televisão (COSTA, 2006).

### **Como a censura se apresenta hoje**

Nos últimos vinte anos, uma aparente calma pairou sobre as discussões em torno da censura. Na verdade, os antigos métodos foram, aos poucos, substituídos por novas formas de controle da informação e do seu conteúdo. Para Mattos (2012, p. 106), ocorre uma “manipulação sutil da informação, quando a imprensa perde a capacidade de estabelecer diferenças e passa a trabalhar os fatos baseando-se em generalizações, por meio do constrangimento, da omissão (autocensura) e da indiferença”. O entusiasmo proveniente do espírito libertário, trazido inicialmente pela internet, foi logo interrompido por diversas formas de censura. Na atualidade das mídias sociais, a autocensura tornou-se um hábito, não só entre os jornalistas, mas entre todas as camadas da sociedade. Na imprensa, a prática é aplicada de forma consciente, para evitar, segundo Kucinski, “processos indenizatórios na justiça, e resolver determinados conflitos éticos como, por exemplo, entre o direito à informação e o direito à privacidade” (p. 540). Fato é que hostilidades contra jornalistas continuam acontecendo, de novas e mais intensas maneiras, tanto no Brasil como em outros países, tanto democráticos como ditatoriais.

## **Liberdade de expressão e seus limites: agressões, ameaças e mortes como forma de censura a jornalistas**

---

Os velhos e brutais métodos de perseguição, intimidação, multas pecuniárias e prisões, baseadas em leis draconianas e imorais, ainda são praticados em todo o mundo para eliminar aqueles que importunam ou pensam de modo diferente. O fechar as portas de acesso aos financiamentos públicos para órgãos de imprensa, para artistas e escritores que assumem postura crítica e diferenciada da oficial, é um meio de censura muito em voga (MATTOS, 2012: 110).

A Lei de Imprensa, instituída durante a Ditadura Militar, em 9 de fevereiro de 1967, foi revogada em 30 de abril de 2009 pelo Supremo Tribunal Federal, que a considerou inconstitucional, pelo fato de ser considerada herança do regime militar e, portanto, incompatível com a democracia e com a atual Constituição Federal. Com a antiga lei, qualquer pessoa que se sentisse prejudicada pela imprensa poderia abrir processo de injúria, calúnia ou difamação com base naquela lei. Atualmente, os juízes baseiam-se na Constituição Federal e nos códigos Penal e Civil para decidir ações criminosas e de indenização contra jornalistas. Essa mudança abriu uma discussão sobre a necessidade ou não de um regimento para a imprensa. Sem um regimento próprio, a categoria está sentindo-se vulnerável às decisões judiciais, que geralmente levam a um prejuízo econômico.

Na falta de uma legislação específica, políticos e empresários do ramo da comunicação recorrem ao sistema Judiciário para censurar a mídia. São aqueles que mais buscam apoio da Justiça para inibir publicações, processar blogueiros, jornalistas e repórteres por conteúdos que consideram prejudiciais à sua imagem. Do outro lado, esses profissionais são cerceados também economicamente, por conta dos altos custos com advogados e indenizações, pois o cenário brasileiro é caracterizado pela ausência de parâmetros claros e precisos para avaliação de responsabilidades e fixação de indenizações. Segundo o relatório da ONG Artigo 19, em 2003, a média das indenizações encontrava-se em torno de vinte mil reais; em 2007, este valor passou para oitenta mil reais.

É o que se chama de “justiça da toga” ou “justiça togada”. O sociólogo Venício Lima descarta essa denominação, pois compartilha a posição do ex-ministro Eros Grau que, segundo Lima, afirmou em julgamento no Supremo Tribunal Federal que “o juiz está limitado pela lei. O censor não. É descabido falar em censura judicial. Não há censura. Há aplicação da lei. A imprensa precisa de uma lei” (LIMA, 2013: 88). Censora ou não, o fato é que, pela falta de uma lei específica para a imprensa, e precisamente, para a mídia digital, a Justiça tem se utilizado de

brechas para impor a vontade daqueles que querem censurar as informações. Para Maria Cristina Castilho Costa<sup>4</sup>, está havendo nos dias atuais uma “judicialização da censura”, em que o juiz é quem determina tudo. Segundo a professora, “estamos passando por um período em que a censura está ficando a cargo do poder Judiciário, porque o poder Executivo e o poder político estão se eximindo de tomar partido, obrigando a sociedade civil a se manifestar, individualmente ou por meio de instituições”. Outro aspecto agravante, para a pesquisadora, é a “espetacularização” de todos esses processos. “Proíbem-se filmes, programas de televisão, uma palavra que é falada. E a mídia está estimulando as posturas censórias”, explica.

Durante as eleições de 2014, por exemplo, foram apresentados quase 200 pedidos judiciais de remoção de conteúdo na internet; além disso, até setembro do mesmo ano, foram registrados 108 casos de pessoas físicas, que foram alvo de processos movidos por candidaturas. Os partidos que mais acionaram a justiça foram o PMDB e o PSDB, que reúnem 38% do total<sup>5</sup>.

Outro dado importante que reforça a censura aos jornalistas refere-se à estrutura oligopolista do país: os meios de comunicação no Brasil estão concentrados nas mãos de poucos grupos empresariais familiares; além disso, há a concentração das verbas publicitárias, que também estão nas mãos de megaempresas globais. Segundo dados divulgados pela Altercom - Associação Brasileira de Empresas e Empreendedores da Comunicação<sup>6</sup>, o governo federal investiu 2,3 bilhões de reais em publicidade no ano de 2013, sendo que, desse total, 1,5 bilhão foi para a TV, 309 milhões para jornais e revistas; 176 milhões para rádio; 139 milhões para internet e 176 milhões para outras mídias. Ou seja, as cinco principais emissoras de TV ficaram com 86% da verba. Segundo a entidade, somente a Rede Globo ficou com 570 milhões. Com a concentração da informação e da verba da publicidade nas mãos de grandes grupos, como exercer a liberdade de expressão, manifestar o pensamento, difundir a pluralidade de opiniões?

Para muitos jornalistas e estudiosos, como Venício Lima, por exemplo, o problema é a ausência de uma legislação que regulamente as comunicações. A

---

4 Em entrevista ao portal Rede Brasil Atual. Disponível em <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2016/05/em-epoca-de-trevas-censura-volta-a-ameacar-o-pais-7049.html> Acesso em 13/07/2016.

5 Fonte: Projeto Eleição Transparente, realizado pela ABRAJI (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo em parceria com a Google do Brasil). Disponível em <http://www.eleicaotransparente.com.br/#/infografico/estado> Acesso em 15/01/2015

6 Disponível em <http://altercom.org.br/> Acesso em 14/01/2016

## **Liberdade de expressão e seus limites: agressões, ameaças e mortes como forma de censura a jornalistas**

---

internet e as redes sociais atuaram no Brasil sem uma regulação específica até 23 de abril de 2014, quando, foi aprovado o projeto de Lei n.12.695<sup>7</sup>, chamada Marco Civil da Internet, que regula o uso e redefine direitos e deveres de usuários e provedores da rede no país. O projeto tramitou durante quase três anos na Câmara dos Deputados, e apresenta como principais pontos: a *neutralidade da rede* (cujo princípio diz que a rede deve ser igual para todos, sem diferença quanto ao tipo de uso), a *privacidade na web* (que prevê a inviolabilidade e sigilo das comunicações; regula o monitoramento, filtro, análise e fiscalização de conteúdo, que só poderá ser acessado por meio de ordens judiciais, garantindo, assim, o direito à privacidade dos usuários), além dos *registro de acessos ou logs* (que proíbe os provedores de conexão de guardar os registros de acesso a aplicações de internet, não armazenando rastro digital por mais de seis meses). Outro dado interessante do projeto é sobre o marketing direcionado, ou seja, pelo texto aprovado, as empresas de acesso não podem mais “espionar” o conteúdo das informações trocadas pelos usuários na internet. Isso era feito por empresas como o Google, que utilizavam as informações para enviar anúncios para os usuários baseados nas mensagens.

O Marco Civil foi um primeiro passo, importante, mas ainda há muito para ser regularizado e democratizado nas comunicações do país. “Não adianta ter um marco regulatório que garanta a neutralidade da rede se não tiver uma infraestrutura de banda larga que não seja privatizada também e que seja tratada exclusivamente como mais uma mercadoria”, afirma Venício Lima (2014: 89).

Além da censura das corporações/organizações (critério econômico/financeiro), a censura é hoje também imposta pela própria sociedade (por meio do critério moral). São novas formas de censura, que reacendem o debate sobre a democratização da informação e dos meios de comunicação. Para os Relatores Especiais para a Liberdade de Expressão da ONU e da OEA, a intimidação e a violência física cometida contra jornalistas que exercem sua liberdade de expressão também é considerada como censura. Para eles, os casos de “censura pela morte” objetivam não só silenciar as vítimas, como também “enviar um recado” a todos os que possam vir a discutir determinados assuntos. Crimes cometidos por agentes públicos, como policiais, por exemplo, são considerados por essas entidades como diretamente relacionados ao Estado.

---

7 Na íntegra em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm) Acesso em 14/01/2016.

Fato é que hostilidades contra jornalistas continuam acontecendo, de novas e mais intensas maneiras, tanto no Brasil como em outros países, tanto democráticos como ditatoriais. Desde 1998 a Federação Nacional de Jornalistas, a FENAJ, publica o “Relatório de Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil”<sup>8</sup>. Além dos dados brasileiros, a entidade também relata que, segundo a Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ), 109 profissionais foram assassinados em 30 países no ano passado. Os dados a seguir são resultado do levantamento feito no Brasil em 2015, um ano que, segundo a entidade, “foi o mais perverso para os jornalistas”. A FENAJ destaca que é importante tornar público os casos de violência e assassinatos contra jornalistas, porque “a denúncia e a publicização são importantes instrumentos de combate a toda forma de agressão à categoria que, na verdade, busca restringir às liberdades de expressão e de imprensa”.

### **Violências contra jornalistas em 2015, segundo a FENAJ**

O relatório aponta que os jornalistas brasileiros são vítimas de dois tipos de violência no seu exercício profissional: a violência interna das redações e a violência de atores externos. A violência interna, que compromete a qualidade da informação jornalística produzida e difundida; dá-se, principalmente, por meio da censura interna e do assédio moral. São crimes que não ameaçam diretamente a vida dos profissionais, mas geram, entre outras questões, problemas como a autocensura, a supressão intencional pelo jornalista ou empresa jornalística, que priva o leitor de informações relevantes (KUCINSKI, 1998, 2002). Para o autor, ao fazer com que o jornalista aceite a sua restrição, tornando-se agente e objeto da repressão, a autocensura, “vai minando a integridade do ser” (KUCINSKI, 1998: 538). A violência interna das redações é praticada, principalmente, por jornalistas que ocupam cargos de chefia e assumem o papel de prepostos do patrão. Mas, em alguns casos é praticada diretamente pelos proprietários das empresas jornalísticas.

A violência externa, ainda segundo a entidade, expressa-se de variadas formas: agressões físicas e verbais, ameaças, intimidações, impedimentos ao trabalho, processos judiciais, prisões, tentativas de assassinatos e assassinatos. O relatório aponta que houve um aumento no número de casos de violência contra a categoria em 2015. Esses casos de violência são as agressões verbais,

8 Todos os relatórios estão disponíveis em <http://fenaj.org.br/relatorios-de-violencia-contra-jornalistas-eliberdade-de-imprensa-no-brasil/> Acesso em 13/07/2016.

## **Liberdade de expressão e seus limites: agressões, ameaças e mortes como forma de censura a jornalistas**

---

ameaças, intimidações, censura (cerceamento à liberdade de expressão) e homicídios. Foram, no total, 137 casos, oito a mais que os registrados em 2014. Desses, dois foram assassinatos, um em Minas Gerais e outro em Ponta Porã (MS). O documento mostra que houve um crescimento do número de assassinatos de outros profissionais de comunicação: radialistas, comunicadores populares e blogueiros foram vítimas em nove casos de homicídios, contra quatro casos registrados em 2014.

Foram 49 agressões físicas, a maior parte em manifestações de rua, 16 casos de agressões verbais, 28 de ameaças e/ou intimidações, nove atentados, 13 ocorrências de impedimento do exercício profissional, nove cerceamentos à liberdade de expressão por meio de ações judiciais, oito prisões e ainda um caso de censura. A região Sudeste aparece como a mais violenta, com 57 casos (41,6% das ocorrências); São Paulo aparece com 24 casos, seguido do Rio de Janeiro, com 16, Minas Gerais, com 12, e Espírito Santo, com cinco ocorrências. A região Nordeste aparece com 21,16% dos casos; a região Norte, com 16,06% dos casos, o Sul, com 13,14% e a Centro-Oeste, com 8,03% do total.

A maioria dos agredidos é do sexo masculino, com 105 casos (76,64%), inclusive os dois jornalistas assassinados. O perfil dos comunicadores que sofreram as violações em 2015 é, segundo o relatório, bastante variado. São repórteres, blogueiros, radialistas, fotógrafos, cinegrafistas e proprietários de pequenos veículos de comunicação. Mas os mais agredidos foram os jornalistas que trabalham em televisão, 50 agressões (36,49%), seguidos pelos profissionais de jornal (27,74%). “Os repórteres cinematográficos e fotográficos foram as vítimas mais frequentes em razão do exercício profissional do jornalismo, principalmente, por serem facilmente identificáveis por conta dos equipamentos de trabalho que carregam”, afirma o relatório. Os jornalistas que trabalham em portais, sites e blogs, considerados pela FENAJ como “mídia digital”, registraram 23 ocorrências de agressão (16,79%), sendo um assassinato; o outro homicídio foi de um profissional do rádio, veículo que apresentou sete vítimas (5,11%) no ano passado. Começam a surgir também casos de jornalistas que trabalham em agências de notícias e assessorias de imprensa, e aqueles que participam de coletivos, freelancers e sem vínculo empregatício. Foram cinco casos de violência (3,65%), além de outros doze casos (8,76%) sem local de trabalho identificado.

O Estado, representado por seus agentes (políticos, policiais civis e militares), aparece como o principal suspeito de autoria das graves violações. Os policiais aparecem em 28 casos, ou 20,44% do total. Seguranças privados foram

responsáveis por quatro agressões (2,92%). Os políticos/assessores/parentes estiveram envolvidos em 21 casos, representando 15,33% dos suspeitos autores. Vale lembrar que os políticos aparecem também como principais censores das redes; são aqueles que mais buscam apoio da Justiça para inibir publicações, processar blogueiros, jornalistas e repórteres por conteúdos que consideram prejudiciais à sua imagem. Procuradores / juízes foram responsáveis por seis (4,37%) casos de violência e empresários por outros sete (5,11%). A maior parte das acusações é por difamação. Os manifestantes apareceram na pesquisa com 19 casos (13,87%) e os populares, com 13 registros (9,49%). Os jornalistas brasileiros sofreram onze atentados (8,03%), e os dois assassinatos foram encomendados por criminosos de aluguel. Ainda segundo o relatório da FENAJ, em onze casos (8,03%) de violência contra jornalistas, os agressores não foram identificados.

### Considerações finais

O aumento da quantidade de casos de censura a profissionais de comunicação relatados por entidades nacionais e internacionais nos últimos anos é bastante preocupante. Nota-se que a maior incidência dos casos recai sobre jornalistas independentes e veículos de comunicação menores, sem respaldo institucional. Nesses casos, o efeito intimidador é utilizado em todas as esferas: econômica, moral, judicial e física.

É importante que a imprensa e grupos de pesquisa denunciem e acompanhem as causas e focos dessa censura, pois somente com visibilidade e divulgação, o Estado e a sociedade tomarão conhecimento dos casos, o que poderá garantir, talvez, uma atitude de proteção aos jornalistas.

### Referências Bibliográficas

ARTIGO 19. *Violações à liberdade de expressão*. Relatório anual 2014. Disponível em [http://violacoes.artigo19.org/vw/1IEvAMDM\\_MDA\\_bfbd5\\_/a19\\_R\\_violacoes\\_2015\\_web\\_final.pdf](http://violacoes.artigo19.org/vw/1IEvAMDM_MDA_bfbd5_/a19_R_violacoes_2015_web_final.pdf) Acesso em 17/01/2016.

BOMFIM, D. PEREIRA, J. E. QUEIROZ, L. *A violência não me cala!* Uma reportagem sobre a insegurança vivida por jornalistas no exercício da profissão. São Paulo, 2015, 80 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – FIAM-FAAM Centro Universitário, Curso de Comunicação Social (Jornalismo), 2015.

**Liberdade de expressão e seus limites:  
agressões, ameaças e mortes como forma de censura a jornalistas**

---

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Imprensa irreverente, tipos subversivos. In CARNEIRO, Maria Luiza Tucci ; KOSSOY, Boris (Orgs.). *A imprensa confiscada pelo DEOPS, 1924-1954*. São Paulo: Ateliê Editorial; Imprensa Oficial; Arquivo do Estado, 2003.

COSTA, Cristina. *Censura em cena*. Teatro e Censura no Brasil. O arquivo Miroel Silveira. São Paulo: Edusp & Imprensa Oficial, 2006.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda*. Jornalistas e censores, do AI5 à Constituição de 1988. São Paulo: FAPESP; Boitempo, 2004.

KUCINSKI, Bernardo. A primeira vítima: a autocensura durante o regime militar. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (Org.). *Minorias silenciadas: história da censura no Brasil*. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 533-551.

\_\_\_\_\_. *A síndrome da antena parabólica*. Ética no jornalismo brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.

LIMA, Venício. *O silêncio como forma de censura*. Publicado no Observatório da Imprensa em 22/03/2011. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o-silencio-como-forma-de-censura> Acesso em 22/06/2014

MATTOS, Sérgio. *Mídia controlada*. A história da censura no Brasil e no mundo. São Paulo: Paulus, 2005. (Coleção Comunicação).

\_\_\_\_\_. O jornalismo brasileiro continua sob censura. In COSTA, Cristina (Org.): *Seminários sobre censura*. Núcleo de pesquisa em comunicação e censura (NPCC/ECA/USP). São Paulo: Fapesp; Balão Editorial, 2012.

# **Interdições à expressão de jornalistas nos meios de comunicação: uma divisão do trabalho de interpretação**

Fernando Felício Pachi Filho<sup>1</sup>

As manifestações de jornalistas sobre o cerceamento de seu trabalho e sobre os limites impostos à sua atividade cotidiana na tensa relação com os veículos de comunicação torna-se um locus privilegiado para observação das formas de controle e censura no mundo do trabalho. Nestes casos, expõem-se mecanismos de interdição que atestam o funcionamento do controle simbólico que, a nosso ver, constituem a organização do trabalho e a própria empresa de comunicação. Consideramos, portanto, que estes casos nos trazem indícios para a compreensão da censura na sua incidência sobre a atividade de trabalho organizada no capitalismo contemporâneo, em que os mecanismos de controle se ampliam do ponto de vista administrativo e tecnológico.

Os profissionais da imprensa, por seu acesso privilegiado aos meios de comunicação, podem expor o tensionamento existente entre a expressão individual e aquela desejada e autorizada pelas instâncias de poder nos veículos de comunicação num conflito que se resolve pela imposição de formas de dizer e interpretações determinadas ou pela demissão voluntária ou involuntária dos jornalistas. O controle da expressão e o silenciamento tornam-se assim práticas naturalizadas na relação entre trabalhadores e empresas. O direitos individual à liberdade de expressão é desconsiderado.

Contrariamente, produz-se assim a ausência de liberdade. A análise destes casos demonstra as contradições que ainda marcam a expressão dos trabalhadores em sociedades em que a ordem jurídica garante o direito à liberdade de

---

1 Pós-doutorando ECA-USP. Doutor em Linguística (Unicamp). Professor de Comunicação na Universidade Paulista (Unip) e na Faculdade de Tecnologia Termomecânica (FTT). ffpachi@yahoo.com.br.

## **Interdição à expressão de jornalistas nos meios de comunicação: uma divisão do trabalho de interpretação**

---

expressão. Estando sujeitos a injunções de ordem política, econômicas e culturais, os trabalhadores devem enfrentar grandes conflitos para garantir sua liberdade.

Vincular a liberdade de expressão ao trabalho do jornalista nos faz pensar o quanto concentramos nossas expectativas sociais na expressão redentora desses profissionais, como se eles fossem portadores de uma voz plenamente autorizada a se manifestar no espaço público, diferentemente dos cidadãos comuns que tem sua expressão limitada e não teriam a mesma condição de se fazer ouvir neste espaço. Como explica Bucci (2004), nas democracias modernas o jornalismo, entendido aqui como atividade que engloba tanto profissionais como empresas, tornou-se uma instituição da cidadania, de busca do bem comum, pela crença na verdade e nas leis justas. A ética dos meios de comunicação deve assim preservar os direitos do cidadão, o que inclui o direito à informação e a liberdade de expressão para a construção da democracia e aperfeiçoamento dos direitos humanos. Para o autor, este é o fundamento contemporâneo das práticas jornalísticas e devem orientar seu projeto de futuro.

Mariani (1998: 67) explica que a ordem do discurso jornalístico, com seu sistema de exclusões e limites é marcada por um tipo de relação com a verdade e com a informação (ou melhor, com a verdade da informação) marcada por um lado com a ilusão referencial da linguagem e, por outro, com seu próprio processo histórico de constituição. Isto quer dizer que no discurso jornalístico, como tal, já se tem uma memória da própria instituição da imprensa agindo na produção das notícias. Memória que atua como um 'filtro' na significação das notícias e, conseqüentemente, no modo como o mundo é significado. O imaginário de uma instituição em defesa dos direitos humanos e dos cidadãos constrói a identidade do próprio jornalista e legitima o lugar da imprensa nas sociedades democráticas, apagando porém a história de constituição desse sentido e a rede de relações jurídicas e sociais que permitem o funcionamento da imprensa.

A tematização do trabalho do jornalista na própria mídia, em que pesem as diferenças para os demais profissionais, nos dá uma pista para a discussão sobre a liberdade de expressão dos demais trabalhadores, que mesmo não vivendo as injunções e dilemas postos na atividade dos profissionais da notícia também enfrentam em seu cotidiano o desafio de conviver com sua expressão regulada. Não podemos perder de vista, portanto, o fato de que o controle simbólico é constitutivo das nossas sociedades e se naturaliza ou é flexibilizado, conforme as regras que são impostas pelos que autorizam determinados dizeres.

Tampouco podemos nos esquecer que os veículos de comunicação e os jornalistas têm sua liberdade de expressão garantida por um conjunto de normas legais, ou seja, esta expressão é autorizada e seus limites são regulados. As instituições jornalísticas e os profissionais que dela fazem parte são autorizados e legitimados a ocupar um determinado espaço de dizer, a rigor não acessível aos demais cidadãos, que têm também em sociedades democráticas sua expressão autorizada e regulada. O que os diferencia seria a amplitude e o impacto provocado na esfera pública.

Neste artigo, buscamos compreender o funcionamento dos mecanismos de controle e interdição a partir da análise de casos publicados pela mídia e coletados pela equipe do Observatório de Comunicação, Censura e Liberdade de Expressão (Obcom-USP) sobre jornalistas que entram em confronto com veículos de comunicação por enfrentarem restrições à sua expressão nos veículos para os quais trabalharam. Inicialmente, problematizamos as relações entre liberdade de expressão e trabalho para em seguida analisar o controle exercido na relação entre jornalistas e empresas a partir da divisão do trabalho da interpretação, tal como proposto por Orlandi (1998).

### **1. Liberdade de expressão e trabalho**

A liberdade de expressão se firmou historicamente como corolário das sociedades democráticas na sua feição ocidental. Passou a integrar a Declaração Internacional dos Direitos Humanos, de 1948, e progressivamente foi incorporada como direito fundamental em constituições nacionais, tornando-se um parâmetro para avaliação da solidez da democracia de um Estado, que se constitui como garantidor e protetor dos direitos fundamentais. A liberdade de expressão, ao permitir o desenvolvimento da personalidade humana, se expande para outras liberdades que dependem dela, como a educação, a política, sendo ela um instrumento para o exercício das demais liberdades que dependem da troca de ideias e opiniões.

Como alerta Chequer (2011), os lugares que não prestigiam a tutela da liberdade de expressão não são bons para viver, pois as pessoas são excessivamente cuidadosas sobre o que elas devem ou não dizer, visto que têm medo de que alguma coisa adversa possa lhes acontecer, motivo pelo qual acabam atrofiando-se ou retardando o seu desenvolvimento. A liberdade de expressão dá suporte ao pluralismo de ideias, à diversidade de opiniões, sendo assim fonte estruturante

## **Interdição à expressão de jornalistas nos meios de comunicação: uma divisão do trabalho de interpretação**

---

para as democracias. É necessário ter em vista ainda o fato de que o sujeito sem a garantia da liberdade de expressão não pode questionar as regras que lhe são impostas. Assim, o direito de exercer livremente a expressão só deve encontrar limites nos demais direitos fundamentais previstos na Constituição, conforme explica Mello (2015).

Se considerarmos o mundo do trabalho, ainda de acordo com Melo (2015), o sujeito trabalhador tal como é constituído na lei é uma pessoa que mantém sua liberdade de pensamento e de expressão, bem como outras liberdades como a religiosa e a de consciência. Neste aspecto, pode-se dizer que o sujeito trabalhador, nos seus direitos fundamentais, não está submetido a um contrato de trabalho que o determinaria diferentemente, ainda que os locais de trabalho não se configurem como praças públicas, sendo necessárias limitações de direitos fundamentais que decorrem dos interesses do capital e dos confrontos com os direitos fundamentais dos colegas de trabalho e do empregador. Isso porque a relação de trabalho envolve integralmente o sujeito que trabalha, existindo, portanto, uma ameaça real de ofensa aos direitos ou mesmo esquecimento ou apagamento dos direitos nas práticas laborais cotidianas.

Busca-se assim integrar o sujeito cidadão e o sujeito trabalhador, considerando as assimetrias que marcam as relações de trabalho devido à supremacia econômica dos empregadores e eliminando as disparidades entre o sujeito cidadão e o trabalhador subordinado, que devem se integrar no conceito de pessoa. Ser sujeito de um contrato de trabalho não implica renúncia à condição de cidadão. Mesmo havendo limitações e reelaborações de sentidos para a liberdade de expressão devido à natureza das atividades econômicas, os trabalhadores não podem ser silenciados ou terem cerceados seu direito à liberdade.

Por essa razão, outros direitos, que não se referem exclusivamente ao trabalho, podem ser exercidos no âmbito das relações de trabalho e, teoricamente, deveriam ser admitidos, promovidos e não esquecidos. Reconhece-se, portanto, que o poder político, expresso na figura dos governantes e do próprio Estado, não é o único a causar danos a direitos fundamentais. As novas tecnologias e a gestão contemporânea, fortemente voltadas para a produtividade e a competitividade, se tornam riscos para a dignidade dos trabalhadores, interferindo na sua privacidade e no seu direito à liberdade.

Apesar de o discurso jurídico ser constituinte das práticas sociais (MAINGUENEAU, 2000), é no real da história e da sociedade que práticas

discursivas distintas entram em disputa pela fixação de sentidos. Na esfera da sociedade, atuam os detentores do poder social e econômico, que no intento de impedir a circulação de sentidos e a fixação de interpretações divergentes para os acontecimentos cotidianos e de relevância social, ameaçam direitos fundamentais, como é o caso da liberdade de expressão. Por essa razão, os direitos do indivíduos, que são ancorados no campo do direito no princípio da dignidade humana, devem ser compreendidas não só na relação com o Estado, mas no todo social, que os ameaça e define sentidos para eles.

Fiss (2004) alerta para o grande impacto que a concentração de poder privado tem sobre as liberdades dos cidadãos, defendendo a atuação do Estado para contrapor tais forças. Da mesma forma, Dvorkin (2011) adverte que “se uma pessoa for muito limitada pelas restrições jurídicas e sociais, isso será pelo menos uma forte evidência de que ela se encontra em uma situação politicamente inferior a um grupo que usa seu poder sobre ela para impor essas restrições”. Bobbio (1997), por sua vez, explica que as liberdades das quais o homem está privado na sociedade tecnocrática não são as liberdades civis ou políticas, mas é a liberdade humana no sentido amplo. Falar de liberdade de expressão e censura no trabalho significa, portanto, encontrar um ponto de intersecção entre trabalho, economia, democracia e sociedade (BARRY, 2007).

A questão da liberdade de expressão se constitui como um ideal discursivo materializado na forma da lei, que encontra, porém, suas limitações e restrições em outras instâncias sociais.. Podemos dizer que se produz o efeito de universalização de um direito na lei, deslocando-se as restrições para outros lugares sociais e discursivos. Como destaca Orlandi (2002), o sujeito contemporâneo se constitui na forma da lei como livre, porém submisso a outras ordens. Ao falarmos de liberdade de expressão, apelamos não apenas para um valor presente na sociedade, mas sim a uma categoria discursiva, cujos significados são construídos socialmente, atravessados por uma história nos efeitos de sentido conferidos por sujeitos.

Não se nega a dimensão ética presente na linguagem, tal como a explora Paveau (2013), pois também a consideramos presente pelo fato de o sujeito produzir discursos conforme posição discursivas assumidas que podem ser silenciadas ou modificados de acordo com circunstâncias sociais específicas, como é o caso da emergência de discursos politicamente corretos que silenciam formas de expressão que prejudicam a convivência e agridem indivíduos.. A liberdade de expressão pode ser ainda pensada no campo ético discursivo de acordo com as restrições a que os sujeitos estão submetidos na sua expressão simbólica, na

medida em que tais restrições impedem que eles assumam determinada posição interpretativa para significar acontecimentos (ORLANDI, 1998).

A análise sobre a liberdade de expressão nas sociedades contemporâneas carece de uma reflexão que ultrapasse os limites impostos pela teorias jurídicas e admita a opacidade dos sentidos e como eles são ancorados em práticas sociais diversas, ainda que considerando apenas o campo ocidental. Nesse sentido, a teoria do discurso, tal como desenvolvida por autores como Pêcheux e Orlandi, nos oferece a possibilidade de desestabilizar a relação do analista com os sentidos cristalizados na lei e adentrar nas práticas de significação determinadas por grupos variados. No caso das relações de trabalho, cumpre-se observar o sistema de controle que se estabelece em torno da expressão simbólica e que, por vezes, se sobrepõe à lei como prática cultural.

## **2. A mídia ou o controle da interpretação**

O trabalho do jornalista nas empresas de comunicação torna-se um ponto de conflito nas sociedades democráticas. Os regimes de funcionamento próprio às empresas, as normas e regulamentos, que também, entre outras questões, visam regular a expressão dos que dela participam, de modo a preservar poderes, imagem, autoridade, acabam por levantar questionamentos sobre a efetividade da liberdade de expressão destes profissionais. O controle se impõe por questões alheias à formação de uma verdadeira ética da convivência, em que os limites se determinariam pelo respeito à dignidade humana. Isso faz com que os pesquisadores na área de liberdade de expressão e censura devam se questionar sobre o que se quer preservar ao manter um determinado controle sobre a expressão simbólica no espaço público. Elaborar para a questão – o que se quer preservar com o controle da expressão? – nos parece ser um bom caminho para o avanço nas pesquisas sobre o tema, fugindo à dicotomia entre o que se pode ou não dizer. Que ordem é esta que se vê ameaçada pela expressão e que não suporta críticas? As perguntas em tela nos fazem pensar sobre os condicionantes do controle e de sua intensificação, que resultam inescapavelmente na censura.

Analisemos os casos abaixo.

A notícia publicada no Portal Imprensa no dia 8 de maio de 2015, traz como título *Jornalista é demitida por compartilhar artigo no Facebook que criticava emissora de TV*. Deparamo-nos aqui com uma punição derivada de uma

prática que se tornou corriqueira nas mídias sociais. As tecnologias ampliam a expressão, o que não significa que a prática do controle não tenha sido ampliada e se busque estabelecer normas, impedimentos e proibições para os novos gestos expressivos, que se ligam a interpretação de uma suposta intenção do sujeito que compartilha, que curte ou que se manifesta verbalmente ou através de imagens na rede social. O que se expõe é o fato de a jornalista ter compartilhado, na Austrália, um artigo que criticava a TV onde trabalhava por não ter empregado um cadete nascido no Iraque. O artigo, de outra autora, afirmava que a rede de TV estava deixando de contratar pessoas de outras origens. A empresa negou que a demissão tenha relação com o compartilhamento do artigo, que significaria a adesão da repórter a esta opinião ou a sua difusão. Concordância com a opinião crítica e difusão desta informação seriam uma razão para demitir.

A empresa, que alegou revisão no quadro de funcionários para seu ato, protege-se de um ato que significaria a eliminação de uma voz discordante, buscando manter a unidade de interpretação acerca de si própria e sua imagem perante o público. No caso de a demissão ter sido motivada pelo gesto da jornalista, o que se tem é um profissional que deve zelar pelo controle de sua opinião em tempo integral dado o estado de vigilância a que está submetido nas redes sociais. Sua opinião é regrada, controlada e não pode ferir valores da empresa tampouco criticá-la, mesmo que não assuma diretamente a autoria do fato. Compartilhar significa concordância com o que está posto. As relações de trabalho, portanto, são compreendidas para além dos limites da empresa. O trabalho não se limita mais aos horários e a um ambiente determinado. Suas regras invadem o espaço público, instaurando uma ameaça que ultrapassa os limites tradicionais entre a vida profissional e a pessoal. Funde-se assim o sujeito jornalista (o trabalhador) e o sujeito cidadão, sendo que o jornalista sobredetermina o cidadão. Vale a regra estabelecida – e não explicitada – pelo empregador, que estabelece quem tem direito a criticar.

Outro caso se refere a demissão voluntária de dois jornalistas espanhóis do jornal El País (Dois jornalistas demitem-se e acusam “El País” de censura). A notícia, publicada no Diário de Notícias, de Portugal, informa que os jornalistas entraram em conflito com a direção do jornal após uma suposta mudança na reportagem que abordava a investigação sobre a vice-presidente do executivo espanhol, Soraya de Santamaria e a Telefonica, onde trabalha seu marido, Ivan Rosa.

Diz a reportagem do jornal português:

Ambos alegam que a versão que escreveram foi modificada. Na notícia que Altozano e Méndez redigiram, o título era: "Justiça permite Santarria tratar de assuntos da Telefónica, onde trabalha o seu marido". Mas a notícia que saiu para as bancas tinha um enfoque diferente. "Santamaría abstem-se de tratar dos assuntos da Telefónica, apesar de não estar obrigada a isso".

Fontes ligadas ao El País revelaram ao El Confidencial Digital que Manuel Altozano e Rafael Méndez acusam a direção do diário espanhol de censura, para não criar um mal estar com o governo espanhol. E foi precisamente esse o motivo que levou-os a apresentarem a demissão (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 15/09/2015).

Tem-se aqui um caso típico de conflito editorial, em que a liberdade de expressão, tão cultuada pela comunidade jornalística, entra em choque com os ditames político-empresariais da empresa de comunicação, nos seus interesses para a manutenção de seu status como empresa jornalística de destaque. O protesto dos jornalistas evidencia a defesa de um valor, que não encontra lugar na prática cotidiana. Ao ferir determinados interesses, a liberdade de expressão é assim sacrificada. Notemos que a mudança de perspectiva interpretativa da notícia é assim considerada censura pelos jornalistas.

A manipulação da linguagem para sustentar um outro dizer nos convoca a pensar sobre se esta prática é uma face da censura, que incide não sobre a proibição, mas sobre o lugar de interpretação, que não é autorizado e que pertence, portanto, a empresa e não ao jornalistas. Instaura-se assim uma divisão do trabalho em que o jornalista se incumba da apuração das notícias, mas não tem o direito à interpretação, que fica a cargo de quem detém os meios de produção. Vigora a regra do negócio em que a liberdade de imprensa não se confunde com a liberdade de expressão do indivíduo. Ao publicar a notícia, o jornal mantém-se fiel ao compromisso de abordar os temas que impactam a vida pública, conferindo os sentidos desejados aos fatos apurados.

Outro caso de demissão voluntária é trazido pelo Portal Imprensa, no dia 20 de maio de 2015. O título da reportagem informa que Comentarista diz que saiu da SportTV após broncas por criticar a seleção brasileira. O jornalista não categoriza a prática como censura, apenas se mostra incomodado com a intervenção no seu suposto direito à opinião. Como comentarista, esperava uma liberdade maior. No entanto, ao não ter definida esta liberdade, ela fica condicionada a preferências e

a critérios editoriais opacos. Como afirmamos no caso anterior, o jornalista pensa dispor do direito à interpretação, lugar que não lhe pertence. Mesmo no trabalho de comentaristas, credenciados, autorizados e incumbidos de emitir opiniões, a liberdade encontra seus limites. O pedido de moderação às críticas, considerado bronca, é relatado da seguinte forma:

Ele disse que a primeira bronca ocorreu após criticar o ex-técnico Luiz Felipe Scolari no caso da falsa ligação da Espanha, quando jornalistas se passaram por dirigentes do clube de Diego Costa e perguntaram se ele seria convocado para a seleção brasileira. "Felipão disse que o convocaria, mas tudo isso era só para prejudicar o atleta e a Espanha". Eu dei essa informação, não gostaram e pediram comentários mais moderados(PORTAL IMPRENSA, 20/05/2015).

Mantém-se a tutela sobre a opinião. O jornalista, ainda que um comentarista prestigiado, não se distingue dos demais por um direito à liberdade de expressão. Seu trabalho é monitorado, criticado, avaliado. A expressão do jornalista não é a expressão do cidadão, que pode criticar o Felipão à vontade. Ela obedece a regras impostas pelas injunções com o jogo de poder do futebol e os interesses da empresa jornalística para o qual trabalha. Criticar é permitido, mas com moderação. Dessa forma, há uma instância não aparente que define os limites da crítica.

Estes casos, a nosso ver, evidenciam o controle da interpretação exercido pelas instituições e que se sobrepõem aos direitos individuais consagrados historicamente nas constituições liberais. Os gestos de interpretação, tal como o concebe Pêcheux (2002, p. 57), são "efeitos de identificação assumidos e não negados", ou seja são tomadas de posição que correspondem a modos de subjetivação. Dessa forma, o sujeito torna-se um autor, responsável pelo que diz. Por isso, tal controle deve ser pensado no que se refere à interpretação e a autoria

Na perspectiva de Orlandi (1998: 49), os gestos de interpretação são atos no domínio simbólico. Os sujeitos não podem se esquivar destes gestos, ou seja, não há como não produzir uma significação, que intervém no real. Ao significar, ele se significa e está afetado pela ética, como parte de sua constituição. No capitalismo, constiu-se um sujeito jurídico, de direitos e deveres, responsável pelo que diz, como origem de suas intenções e do próprio dizer.

Orlandi (1998) alerta também para o fato de que autoria, sendo a função mais afetada pelo contato com o social e com as coerções, está mais submetida

às regras das instituições e nela são mais visíveis os procedimentos disciplinares. O autor deve ser visível, colocando-se na origem de seu dizer e exige-se dele coerência, respeito às normas estabelecidas para tornar também visíveis suas intenções, seus objetivos e sua direção argumentativa. Desta forma, ele se torna identificável e controlável. Foucault (1992) mostra que a noção de autor tem como resultado a delimitação do “modo de ser” de um texto, referindo-se ao estatuto de determinados discursos no interior da sociedade. A associação de um discurso a um indivíduo não ocorre de modo espontâneo, como se pode crer a partir de uma apreensão ingênua do conceito de autoria, mas sim, conforme Foucault, decorre de uma operação complexa de atribuição que constrói um ser racional como lugar originário para a escrita.

Por isso, ele considera que o autor é apenas uma projeção do “tratamento a que submetemos os textos, as aproximações que operamos, os traços que estabelecemos como pertinentes, as continuidades que admitimos ou as exclusões que efetuamos” (FOUCAULT, 1992: 50). Assim, para Foucault, o autor é uma função que se liga ao sistema jurídico e institucional que determina o universo dos discursos. Nesse sentido, ele pode dar lugar a vários eus simultaneamente e a várias posições-sujeito, não se remetendo a um indivíduo real.

Orlandi (1998: 69-70), por sua vez, explica que o autor se insere num espaço de interpretação que deriva de sua relação com a memória, formando um sítio de significação. O autor representa-se na origem de seu texto e filia-se a sentidos constituídos historicamente e em redes que determinam a possibilidade de interpretação, que também é dada pelo deslocamento que produz nestas redes. Nesse sentido, o autor se constitui como tal porque consegue formular a partir de uma história de formulações e produz um lugar de interpretação. Para esta autora, a função-autor se realiza cada vez que o produtor da linguagem se representa na origem, produzindo um texto com unidade, coerência, progressão, não contradição e fim.

Neste aspecto, os exemplos analisados demonstram ao mesmo tempo a busca de uma posição interpretativa por parte dos jornalistas em conflito com os veículos de comunicação e, simultaneamente, a contenção da interpretação e da própria autoria, instaurando um regime de dizer que se vincula ao poder dos veículos de comunicação sobre seus trabalhadores, cujo resultado é a restrição da liberdade.

Procura-se assim gerir a memória coletiva por meio de uma divisão do trabalho de interpretação, como afirma Orlandi (1998). Há os que estão autorizados a ler, falar e escrever e assumir posições no discurso e os que devem repetir gestos de interpretação já postos pelas insituições, apagando-se assim a possibilidade de autoria. Impõem-se assim interpretações e procura-se conter os sentidos veiculados. O discurso institucional tenta inibir a força de acontecimentos e produzir interpretações sobre um eixo já sintetizado que constrói um mundo semanticamente normal (PÊCHEUX, 2002: 34) e que gera o efeito de um sentido único. Como consequência, provoca-se uma contradição entre os objetivos empresariais e a expressão dos trabalhadores.

### **3.Considerações finais**

Os casos analisados demonstram a dificuldade de efetivação da liberdade de expressão em ambientes onde o dizer é controlado como nas empresas de comunicação. As garantias constitucionais de liberdades individuais são precariamente adaptadas para ambiente em que vigora o controle simbólico e a interdição de interpretações divergentes ou não autorizadas. O que se percebe é que há clara divisão entre os que podem e os que não podem se manifestar publicamente, ou seja, usufruir do direito à liberdade de expressão. As empresas de comunicação buscam direcionar os sentidos e os gestos de interpretação, determinando as condições e como deve ser realizada a interpretação. A relação com os outros discursos, em especial os críticos e divergentes, é administrada pelo silenciamento ou afastamento do profissional da empresa, seja voluntário ou involuntário. Dessa forma, apagam-se sentidos e tenta-se impedir sua circulação. Como explica Figaro (2014), o controle, a vigilância e a interdição da comunicação fazem parte das lógicas produtivas que têm como objetivo disciplinar e impedir a criação de uma cultura própria do trabalho.

Os jornalistas, afetados por uma discursividade da própria imprensa que promove a liberdade de expressão e pelo discurso jurídico de garantia do direito individual à liberdade de expressão, entende-se como cidadão titular de tais direitos. No entanto, esta posição sujeito fica sobredeterminada pelo agenciamento que as empresas fazem da liberdade de expressão. Predomina o controle, a interdição e o silenciamento como práticas para manutenção de uma ordem discursiva baseada na divisão do trabalho de interpretação e na autorização do dizer. Busca-se expurgar o discurso de qualquer sentido que prejudique a

imagem ou a interpretação assumida pelas empresas. Instaure-se assim um clima hostil para a liberdade de expressão, que, paradoxalmente, constitui o próprio discurso institucional.

### **Referências Bibliográficas**

BARRY, B. *Speechless: the erosion of free expression in the american workplace*. San Francisco: Berret-Koehler Publishers, Inc, 2007

BOBBIO, N. *Igualdade e liberdade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1997.

BUCCI, E. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CHEQUER, C. *A liberdade de expressão como direito preferencial prima facie: análise crítica proposta de revisão ao padrão jurisprudencial brasileiro*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Dois jornalistas demitem-se e acusam El País de censura. 15/09/2015. Disponível em: <http://www.dn.pt/tv-e-media/media/ntv/interior/dois-jornalistas-demitemse-e-acusam-el-pais-de-censura-4779580.html>. Acesso em 10 jan. 2016.

DVORKIN, R. *Levando os direitos a sério*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FIGARO, R. Vigilância e controle à comunicação no mundo do trabalho. In: COSTA, M.C.C (org.). *Diálogos sobre censura e liberdade de expressão: Brasil e Portugal*. São Paulo: ECA-USP, 2014, p. 129-145

FISS, O. *A ironia da liberdade de expressão: Estado, regulação e diversidade na esfera pública*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Lisboa: Vega, 1992,

MAINGUENEAU, D. Analisando discursos constituintes. In: *Revista do Gelne*, vol. 2, n. 2, 2000 ISSN 2236-0883: Disponível em: [http://www.gelne.ufc.br/revista\\_ano2\\_no2\\_39.pdf](http://www.gelne.ufc.br/revista_ano2_no2_39.pdf). Acesso em 12 nov. 2015, p. 1-12, 2000.

MARIANI, B. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imagiário dos jornais 1922-1989*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

MELO, C. M. F. *Direito de crítica do empregado nas redes sociais e a repercussão no contrato de trabalho*. São Paulo: LTR, 2015.

ORLANDI, E. *A interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1998.

ORLANDI, E. *Língua e conhecimento lingüístico: para uma história das idéias no Brasil*. 3. ed. Para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez, 2002.

PAVEAU, M. A. *Langage et morale: une éthique des vertus discursives*. Paris : Lambert Lucas, 2013.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Editora Pontes, 2002

PORTALIMPrensa. Jornalista é demitida por compartilhar artigo no Facebook que criticava emissora de TV. 08/05/2015. Disponível em: <http://www.portalimprensa.com.br/noticias/internacional/72172/jornalista+e+demitida+por+compartilhar+artigo+no+facebook+que+criticava+emissora+de+tv>. Acesso em 10 jan. 2016.

PORTAL IMPRENSA. "Comentarista disse que saiu do Sportv após broncas por criticar a seleção brasileira". 20/05/2015. Disponível em: <http://www.portalimprensa.com.br/noticias/brasil/72367/comentarista+disse+que+saiu+d+o+sportv+porque+nao+o+deixavam+falar+o+que+queria>. Acesso em 10 jan. 2016.

# **O OBSERVATÓRIO DE COMUNICAÇÃO, LIBERDADE DE EXPRESSÃO E CENSURA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

O OBCOM, baseado na Escola de Comunicações e Artes da USP e aprovado como um Núcleo de Apoio à Pesquisa pela Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo sob coordenação da Profa. Dra. Maria Cristina Castilho Costa e vice-coordenação da Profa. Mayra Rodrigues Gomes, envolve o estudo aprofundado da liberdade de expressão no século XXI, se propõe o acompanhamento da ação da censura na atualidade apresentado por meio das mídias eletrônicas. Como os fatos envolvendo a censura atual são radicalmente diferentes daqueles estudados no passado em que o Estado autoritário era o principal agente dos mecanismos censórios, propõe-se uma metodologia diferente.

Estudiosos da atualidade afirmam que o direito à liberdade de expressão não pode mais ser entendido como um valor jurídico absoluto e que mais importante que ele, hoje, é a defesa da informação livre de seus comprometimentos mercadológicos e interesses econômicos.

Assim, distanciam-se os conceitos de liberdade de expressão e de censura advindos da Revolução Francesa e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. A liberdade de expressão tem se tornado uma ferramenta de disputas econômicas e políticas envolvendo um mundo globalizado e ligado por redes de comunicação. A opinião pública, entretanto, como antigamente, oscila entre a rejeição e o apoio à censura e à liberdade de expressão. Estudar tais mudanças, conceituá-las e discuti-las em âmbito acadêmico se torna iminente, pois envolvem questionamentos como: Que ocorrências ainda podem ser definidas como o exercício censório? Em que base legal se legitimam? Como a sociedade se divide no apoio ou na rejeição à restrição ao seu direito de informação?

O OBCOM pretende instituir uma plataforma acessível pela rede Internet que deverá coletar notícias, discussões e publicações de modo a consolidar uma grande documentação sobre as questões censórias, promovendo a constante discussão sobre as mesmas. Além disso, procederá ao registro pessoal de opiniões sobre a censura ou sobre situações em que se percebe a manifestação de censura, quer por parte de indivíduos ou de instituições públicas e privadas. Por fim, pretende-se que tal plataforma seja uma referência para o estudo sobre a prática da censura na atualidade.

Os trabalhos de pesquisa começaram ainda em 2000 com o estudo do Arquivo Miroel Silveira, pertencente à Biblioteca da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), guarda mais de 6 mil processos de censura teatral que cobrem o período de 1930 a 1970. Concebida antes do Estado Novo de Getúlio Vargas e extinta em São Paulo em 1968, quando o Ato Institucional no. 5 do governo militar tornou a censura teatral uma atribuição federal, a censura prévia estatal, que prevaleceu até nos períodos democráticos, foi sistematizada de modo a aprimorar o controle da produção artística teatral do Estado de São Paulo e conseqüentemente do país.

Fazem parte do acervo cerca de 1.100 peças de circo-teatro. Ou seja, textos encenados sob as lonas dos circos ou dos pavilhões (estruturas desmontáveis dedicadas exclusivamente à encenação teatral). Por intermédio dele se pode constatar que a censura continua viva, forte e presente nas diversas formas de comunicação da contemporaneidade, encontrando adeptos em todo o mundo.

As pesquisas do grupo revelaram que, terminado o período da ditadura militar no Brasil, promulgada a Constituição cidadã de 1988 e consolidado o mais longo período democrático vivido no país, os procedimentos de cerceamento à livre expressão, ao direito à informação, transformaram-se em estratégias rebuscadas e nem sempre óbvias como os tradicionais procedimentos da censura em períodos de exceção ou de precariedade institucional.

Por outro lado, o desenvolvimento das novas tecnologias de informação e comunicação tem trazido novos vieses e recursos para a ação censória na sociedade, seja por meio do Estado, seja (mais intensamente) por meio de instituições privadas. Fatos ocorridos em países diferentes envolvem uma nova postura censória, nova legislação e, sempre, os meios de comunicação da atualidade. Estudar essas novas manifestações censórias, bem como sua repercussão no mundo se torna essencial para um grupo que tem na censura seu principal objeto de pesquisa.



O Observatório de Comunicação, Liberdade de Expressão e Censura da USP - OBCOM-USP - realizou nos dias 13 e 14 de novembro de 2013, em conjunto com o Centro de Pesquisa e Formação do SESC-SP, o III Simpósio Comunicação e Liberdade de Expressão na Atualidade. O evento reuniu pesquisadores de diversas áreas do conhecimento para analisarem os recentes eventos, veiculados pela mídia impressa, envolvendo a censura e a liberdade de expressão na atualidade.

Extinta a censura estatal, ou oficial, na maioria dos países ocidentais, diferentes mecanismos de controle vêm sendo usados para fiscalizar e interditar a livre expressão. Por meio de ações judiciais, pressão econômica, precarização do trabalho no jornalismo, classificação indicativa e outras formas de autoritarismo, livros são confiscados, espetáculos são impedidos de estrear, indenizações milionárias procuram inibir a crítica e a denúncia. Este cenário é tema da presente obra que aborda: Arte; Cinema e Televisão; Política; Educação; Mídias Digitais, Pornografia; Humor; Trabalho; Classificação Indicativa, Linguagem, Processos Judiciais, Jornalismo.

*Maria Cristina Castilho Costa*